

UFRRJ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS
SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA
E SOCIEDADE

DISSERTAÇÃO

RISCO E CONTROLE DO TERRITÓRIO DOS DUTOS: A
PETROBRAS, OS MEDIADORES E A HORTICULTURA
FAMILIAR

PAULO AUGUSTO ANDRÉ BALTHAZAR

2011



RISCO E CONTROLE DO TERRITÓRIO DOS DUTOS: A PETROBRAS, OS MEDIADORES E A HORTICULTURA FAMILIAR

PAULO AUGUSTO ANDRÉ BALTHAZAR

Sob a Orientação do Professor

Roberto José Moreira

Dissertação submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de **Mestre em
Ciências**, no Programa de Pós-Graduação de
Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade

Rio de Janeiro, RJ

Agosto de 2011

Balthazar, Paulo Augusto André.

Risco e controle do território dos dutos: A Petrobras, os mediadores e a horticultura familiar/ Paulo Augusto André Balthazar, 2011.

184 f.

Orientador: Prof. Dr. Roberto José Moreira

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

Bibliografia: f. 121-125.

1. Gestão de riscos - Teses. 2. Faixa de dutos - Teses. 3.

Responsabilidade social - Teses. 4. Mediações - Teses. 5. Petrobras - Teses. 6. Horticultura familiar - Teses. 7. Agricultura urbana -. Teses I. Moreira, Roberto José. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

PAULO AUGUSTO ANDRÉ BALTHAZAR

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências** no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

DISSERTAÇÃO DEFENDIDA EM 10/10/2011

Roberto José Moreira. Dr. CPDA/UFRRJ
(Orientador)

Nelson Giordano Delgado. Dr. CPDA/UFRRJ

Henri Acselrad. DR. IPPUR/UFRJ

AGRADECIMENTOS

Sou grato a muitas pessoas por ter conseguido realizar este trabalho:

Ao Plinio e Aurea, pais e professores, que me deram o impulso, a confiança e o desejo pela reflexão e pelo trabalho de pesquisa. Ao Esar e a Lívia, avós que também foram pais e me trouxeram até aqui. Ao Luis, Fábio, Carlos e Eliana e agora também a Juliana, por tantas histórias vividas e pelo bem querer de toda a vida. Aos amigos Antenor, Cenise, Auro e Edwald que tive a sorte de conhecer e conviver e que me estimularam com sua sabedoria e confiança. Aos amigos com quem compartilhei esse período de minha vida e que, alguns diretamente e outros mesmo sem saber, muito contribuíram para que pudesse concluir essa etapa: Michelle, Janice, Tiago, Camila, Clauzet, Maneco, Rafa, Lú, Cris, Ciça, Bettina, Fábia, Clarisse, Claudio, Luís Carlos, João, Sandra, Armando, Henrique, Bernadete, Willians, Maurício, Hélio, Santa, Luís Fernando, Erasmo, Jacinto, Jeferson, Marcelo, Ana Paula, Evalda, Janete, Marcos, Luis Eduardo, Junior, Renata, Cris, Dode, Rafa, Marisa, Beth, Guilhermina, Iolanda, Tiago, Cássia, Enilda, Jesus, Sérgio, Cris, Gabi, Fabiana, Vicente, Nadia e Luciane. A todas as pessoas que me ajudaram a conhecer o objeto de pesquisa que escolhi, ao Souza, à Generosa e a Alzeni e em especial àqueles que gentilmente concordaram em prestar seu depoimento para a pesquisa. Aos colegas de turma do CPDA, em especial ao Wagner, Dione, Raquel, Tiago e Francini que me ajudaram a encontrar caminhos nesse árduo aprendizado. Aos professores do CPDA onde pude experimentar um ambiente interdisciplinar de reflexão crítica que só uma verdadeira paixão pelo conhecimento e pela diversidade que construíram, e que hoje é incorporado pelos alunos, poderiam produzir. Em especial aos professores com quem pude conviver e contribuíram para esse trabalho: Hector Alimonda, Maria José Carneiro, Nelson Delgado e Jorge Romano, John Comerford, Regina Bruno e Andrey Ferreira. Aos professores Nelson Delgado e Henri Acselrad que generosamente ofereceram sua experiência e conhecimento participando da banca de defesa. Ao professor Roberto José Moreira, que tive a sorte grande de ter como orientador, pela paciência, dedicação, generosidade e sabedoria de instigar e apontar caminhos adequados ao objeto de pesquisa e aos meus interesses como pesquisador, e de me iniciar de forma privilegiada nessa difícil arte que é o ofício da produção científica. E por fim, por ser o mais especial dos agradecimentos, à Teresa minha companheira nas agruras, nas comemorações, nos desafios, e nas conquistas de hoje e de amanhã. Sempre.

RESUMO

BALTHAZAR, Paulo. **Risco e controle do território dos dutos: A Petrobras, os mediadores e a horticultura familiar:** 2011. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2011.

Esse trabalho pesquisa a implantação de um projeto de inclusão produtiva através da agricultura urbana denominado Projeto de Agricultura Familiar em Faixa de Dutos – PAF Dutos patrocinado pela Petrobras e executado por organizações ambientalistas na baixada fluminense entre 2005 e 2008. Discute a revisão das práticas de segurança e meio ambiente da Petrobras após o derrame de óleo na Baía da Guanabara, sua relação com mudanças políticas, normativas e gerenciais dos anos 90 e início dos anos 2000, seus impactos nos estudos de análise de risco, no relacionamento com as comunidades impactadas por suas ações e nas estratégias de controle do território da faixa de dutos. E explora as articulações do objeto de pesquisa com as práticas de responsabilidade social da Petrobras; com as políticas públicas focalizadas de combate à pobreza; com a organização do capitalismo contemporâneo e com a crítica ao conceito de exclusão social dentro de uma sociedade organizada por projetos; com o perfil das instituições mediadoras ambientalistas que executaram o PAF Dutos e introduziram elementos relacionados à agricultura familiar, à agroecologia, à participação, e às estratégias produtivas.

Palavras-chave: inclusão produtiva; faixa de dutos; agricultura urbana; agricultura familiar; horticultura; agroecologia; participação; acidente ambiental na Baía da Guanabara em 2000; Segurança Meio Ambiente e Saúde – SMS, Petrobras; programa PEGASO; risco de acidentes; responsabilidade social; movimento ambiental; políticas públicas focalizadas; combate à pobreza; incorporação e deslocamento da crítica capitalista; exclusão social; sociedade por projetos.

ABSTRACT

BALTHAZAR, Paulo. **Risk and Control of Pipelines Territory: Petrobras, mediators and family horticulture:** 2011. Dissertation (Master in Social Sciences on Development, Agriculture and Society). *Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2011.*

This paper aims to research the implantation of a project of productive inclusion through the urban agriculture, named Familiar Agriculture Project in Pipelines – *PAF Dutos*, supported by *Petrobras* and accomplished by environmentalist organizations in Rio de Janeiro's Lowland between 2005 and 2008. It discusses the review of safety practices and environment for *Petrobras* after the oil spread disaster in the Guanabara Bay, its relationship with political, normative and management changes in the '90 and beginning of 2000, its impacts in the studies of risk analysis, in the relationship with the communities which suffered its actions and in the strategies of territory control in the pipe strip. Besides that, it explores the articulations of the research object with the social responsibility practices for *Petrobras*; with the public policies focused on the poverty struggle; with the current capitalism organization and with the critic to the concept of social exclusion within an organized society based on projects; with the mediating environmental institutions profile which put in practice the Program *PAF Dutos* and introduced elements related to familiar agriculture, to agroecology, to participation and to the productive strategies.

Keywords: productive inclusion; pipe strips; urban agriculture; familiar agriculture; horticulture; agroecology; participation; environmental disaster in Guanabara Bay in 2000; Safety, Environment and Health – SHE; *Petrobras*; PEGASO Program; risk of accidents; social responsibility; environmental movement; focused public policies; poverty combat; incorporation and of the capitalist critic displacement; social exclusion; and society for projects.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tabela de Viabilidade Econômica PAF Dutos	26
Tabela 1 – Acidentes com Derramamento de Óleo na Baía da Guanabara.....	49

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1:.....Faixa de dutos em Genenciano – Nova Iguaçu/RJ**
- Figura 2:.....Preparação dos canteiros em Genenciano – Nova Iguaçu/RJ**
- Figura 3:.....Fotografia aérea da faixa de dutos em Genenciano – Nova Iguaçu/RJ**
- Figura 4:.....Fotografia aérea da faixa de dutos em Figueira – Nova Iguaçu/RJ**
- Figura 5:.....Coleta de lixo em Genenciano – Nova Iguaçu/RJ**
- Figura 6:.....Saneamento em Genenciano – Nova Iguaçu/RJ**
- Figura 7:.....Via pública em Genenciano – Nova Iguaçu/RJ**
- Figura 8:.....Hortas sobre a faixa de dutos em Genenciano – Nova Iguaçu/RJ**
- Figura 9:.....Vistoria de faixa de dutos em Genenciano – Nova Iguaçu/RJ**
- Figura 10:.....Vistoria de faixa de dutos em Genenciano – Nova Iguaçu/RJ**
- Figura 11:.....Mapa das hortas pelo Conselho Consultivo Genenciano – Nova Iguaçu/RJ**
- Figura 12:.....Foto aérea dos canteiros no núcleo Genenciano – Nova Iguaçu/RJ**
- Figura 13:..... .Reunião do Conselho Consultivo Local – PAF Dutos**
- Figura 14:.....Planejamento participativo – PAF Dutos**
- Figura 15:.....Seleção de Hortaliças – PAF Dutos**
- Figura 16:.....Colheita em Genenciano – PAF Dutos**

GLOSSÁRIO

PAF Dutos	Projeto de Agricultura Familiar em Faixas de Dutos – PAF Dutos
CPDA	O Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
PRONAF	Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar
MDA ...	Ministério de Desenvolvimento Agrário
FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
PAA ...	Programa de Aquisição de Alimentos
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
ABERJE	Associação Brasileira de Comunicação Empresarial
ORBIG	Oleoduto Rio Baía de Ilha Grande
GASBEL	Gasoduto Rio Belo Horizonte
REDUC	Refinaria Duque de Caxias
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
PEGASO	Programa de Excelência em Gestão Operacional
TCAA	Termo de Compromisso de Ajustamento Ambiental
FEEMA	Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente
SEMADS	Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado/ RJ
Petrobras	Petróleo Brasileiro S.A.
TRANSPETRO	Petrobras Transporte S.A.
SMS	Segurança Meios Ambiente e Saúde – SMS
GEGUA	Sistema de Dutos e Terminais do Sudeste-DTSE/ Ilha D'água – GEGUA
TORGUA	terminais do Rio de Janeiro e de Minas Gerais – TORGUA
TEBIG	Terminal da Ilha Grande-TEBIG
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
APA	Área de Proteção Ambiental
PE – 11	Duto de Produtos Escuros - PE-II
TQ-516	Tanque de Óleo da REDUC
TQ-101	Tanque de Óleo do Terminal da Ilha Grande
ITOPF	<i>International Tanker Owners Pollution Federation</i> - ITOPF
GT	Grupo de Trabalho instituído pela Resolução CONAMA nº 265 de 27/01/ 2000
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

ANP	Agência Nacional do Petróleo
COPPETEC	Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
CREA	Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado/RJ
REPAR	Refinaria Presidente Getulio Vargas, Araucária/PR
LIMA/COPPE/UFRJ	Laboratório Interdisciplinar de Meio Ambiente do Instituto Alberto Luiz Coimbra
GLP	Gás Liquefeito de Petróleo
IEF	Fundação Instituto Estadual de Floresta
ONG	Organização Não Governamental
SECT	Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
ISO	International Organization for Standardization
UFPR	Universidade Federal do Paraná
P-36	Plataforma de Petróleo
FMI	Fundo Monetário Internacional
FEPERJ	Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro
ONU	Organização das Nações Unidas
CENPES	Centro de Pesquisa da Petrobras
SUSEMA	Superintendência de Segurança de Meio Ambiente da Petrobras
BR	Petrobras Distribuidora S.A.
REFAP	Refinaria Alberto Pasqualini, Canoas/RS
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CEO	Chief Executive Officer
PEMEX	Petroleos Mexicanos
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
OBATI	Oleoduto Barueri Utinga
CETESB	Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
EAR	Estudos de Análise de Risco
PDD	Plano Diretor de Dutos
GRI	Global Reporting Initiative
CEBDS	Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
ISM	International Safety Management

OHSAS.....	Occupational Health and Safety Advisory Services
BS.....	British Standards
PNAD.....	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
IBGE.....	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA.....	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
DRP.....	Diagnóstico Rápido Participativo
INCRA.....	Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária
FIOCRUZ.....	Fundação Oswaldo Cruz
MDI.....	Difenilmetano Diisocianato
CUT.....	Central Única dos Trabalhadores
GDN.....	Grupo de Defesa da Natureza
ECA.....	Estatuto da Criança e do Adolescente
PRONAF.....	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
DAP.....	Declaração de Aptidão do Pronaf

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO 1	11
O OBJETO DA PESQUISA E SUA CIRCUNSTÂNCIA TEÓRICO METODOLÓGICA	11
1.1 A Perspectiva Teórica da Investigação	11
1.2 Objetivos da Pesquisa	15
1.3 Metodologia	16
1.4 A Passagem da Posição de Mediador para a de Pesquisador	18
CAPÍTULO 2	20
A PRODUÇÃO DO RISCO	20
2.1 Os Acidentes e a Crise	20
2.2 A Reação à Crise	31
2.3 O Risco e as “Áreas de Risco”	46
2.4 A comunidade na visão da SMS, os conflitos no território das faixas e as estratégias de controle desse território pela empresa	51
CAPÍTULO 3	56
A GESTÃO DO RISCO	56
3.1 O Plano de Comunicação da Faixas de Dutos e suas Bases Conceituais no Enfrentamento dos “Riscos”	56
3.2 O PAF Dutos no Contexto da Responsabilidade Social Empresarial	64
3.3 O Programa Petrobras Fome Zero e o Programa Fome Zero do Governo Federal	73
3.4 A Comunidade na Visão da Comunicação e da Responsabilidade Social	80
CAPÍTULO 4	82
A MEDIAÇÃO DO RISCO	82
4.1 A Conversão do Risco	82
4.2 As Mediadoras	83
4.3 A Mediação	89
4.4 A Agricultura Familiar	93
4.5 A Agroecologia	98
4.6 A Dimensão Participativa	101
4.7 A Comunidade na Visão das Mediadoras	103
4.8 Algumas Reflexões para Além do Objeto	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
BIBLIOGRAFIA	121

Documentos consultados	125
Páginas internet citadas	126
Entrevistas	126
Anexos	127

INTRODUÇÃO

Essa dissertação é o resultado de um processo que tem início no meu envolvimento profissional com aquilo que veio a se tornar o objeto dessa pesquisa. No dia 22 de novembro de 2004, recém-chegado ao Rio de Janeiro, para trabalhar na área de projetos sociais da então “Comunicação Nacional” da Petrobras, participei de uma reunião com os coordenadores de duas entidades ambientalistas, para discutir as bases de um projeto com o objetivo de implantar hortas sobre faixas de dutos que cortam a região da baixada fluminense. Nesse dia de novembro, iniciei, ainda sem saber, um percurso que se prolonga até hoje – e através do qual tenho vivenciado a experiência que me parece inevitavelmente “incompleta” de construir um objeto de pesquisa –, de renunciar àquilo que no início mais me interessava e me parecia relevante e aceitar que o objeto sempre terá mais a dizer a mim do que aquilo que eu supunha poder dizer sobre ele. Além disso, perceber que a “construção de um objeto” representa apenas o lugar que eu como pesquisador serei capaz de acessar a respeito das relações sociais, ou seja, de expor os meus limites numa via de mão dupla em que eu mesmo, como pesquisador, de alguma forma, sou também representação daquilo que é construído, num processo reflexivo e permanentemente inacabado, sempre passível de deslocamentos a partir de novas perspectivas.

O tema dessa dissertação diz respeito às disputas envolvidas no controle de um território. Disputas que implicaram em conflitos e negociações entre diferentes racionalidades, e de como essas configurações de poder se materializaram em um projeto, entendido como um conjunto de práticas, de saberes e de estratégias com o objetivo de gerir, de controlar e de orientar as ações dos homens num certo momento e em um determinado lugar. Ou seja, as relações existentes dentro dos campos de poder¹ que disputam o controle do território, bem como as relações entre esses campos, capazes de convergir em um projeto compartilhado, ainda que de forma assimétrica entre sujeitos desiguais. Para isso, elegi como campo empírico desse estudo de caso o processo pelo qual surgiram diferentes demandas de controle e uso dos territórios cortado pela ‘faixa de dutos’ da Petrobras, localizados em três comunidades da baixada fluminense, e a transformação dessas demandas em um projeto comum de implantação de hortas familiares sobre essas faixas. Essas demandas surgiram em contextos diferentes, que constituíram ‘núcleos de sentido’ próprios, entendidos como motivações, estratégias e fins específicos, e que convergiram num projeto comum nomeado Projeto de Agricultura Familiar em Faixa de Dutos – PAF Dutos. Entender quais são esses ‘núcleos de sentido’, quais os sujeitos portadores desses diferentes núcleos, qual a visão desses sujeitos sobre os elementos daquilo que será nomeado na forma de um projeto é o objetivo dessa pesquisa.

Essa delimitação do objeto foi o resultado de um processo de desconstrução daquilo que, de início, achava-se importante e que se desejava pesquisar. O objetivo, no princípio, era entender as transformações ocorridas nas comunidades vizinhas à faixa de dutos, a partir da implantação do PAF Dutos. Acreditava-se que essas mudanças representavam um processo de desenvolvimento localizado e induzido pelo projeto, com possíveis alterações em múltiplas dimensões da vida das pessoas, ou seja, encaminhava-nos para uma análise focada nas transformações culturais, nas dinâmicas locais de reprodução social e nos processos de

¹ “as relações de força entre as posições sociais que garantem aos seus ocupantes um quantum suficiente de força social – ou de capital – de modo a que estes tenham a possibilidade de entrar nas lutas pelo monopólio do poder, entre os quais possuem uma dimensão capital as que têm por finalidade a definição da forma legítima do poder” (Bourdieu, 2010, p. 28).

desenvolvimento local. Essa abordagem levava-nos para um campo empírico centralizado na territorialização dos dutos, nas identidades dos sujeitos locais e seus modos de vida, nas suas estratégias de resistência a essa territorialização e nas ações da empresa² para enfrentar essas resistências. Nesse contexto, o PAF Dutos configurava-se como uma das reações às tensões entre estes dois polos: sujeitos locais e dutos/empresa, ou seja, como um fator estabilizador e ao mesmo tempo gerador de transformações. Uma abordagem localizada e centrada na ‘ordem interna das relações’³ pessoas/dutos entendidos como dois polos concentradores de múltiplos sentidos e conexões.

A partir da vivência no ambiente interdisciplinar do CPDA, dos questionamentos que eram colocados pelo orientador, das considerações da banca de qualificação e das tentativas de formular perguntas ao objeto, realizou-se uma mudança de perspectiva, pela qual se percebia a importância de falar daquilo que a princípio dava-se como posto: afinal de contas, *por que* e *para quem* era importante existir um Projeto de Agricultura Familiar em Faixa de Dutos – PAF Dutos? Quais os significados contidos nessa nomeação? Assim, percebeu-se que as perguntas, que cada vez mais pareciam ser centrais, reportavam-se à dimensão política, de forma que, para entender esse objeto, optou-se por retroceder e pesquisar as motivações que estavam em sua origem, acreditando-se que uma compreensão das suas múltiplas causalidades poderia elucidar melhor os processos desencadeados pela implantação do projeto, bem como seus limites e potencialidades.

Embora o objetivo dessa análise esteja delimitado à sociogênese do PAF Dutos, que se conclui no momento em que um modelo de gestão das pessoas no território dos dutos é validado como capaz de responder aos interesses em jogo, acredita-se que esse esforço analítico poderá contribuir para a compreensão de todos os processos desenvolvidos junto à comunidade durante a implementação do projeto, dos resultados alcançados, dos sucessos e também dos fracassos, e assim, das opções dos atores envolvidos, na medida em que ampliará o repertório de ‘sentidos’ e das possibilidades interpretativas das ações desencadeadas. E da mesma forma, pensa-se que esse estudo poderá aportar elementos para a compreensão das complexas relações que nesse início de século envolvem empresas, comunidades, poder público e instituições sociais que atuam como mediadoras entre empresa e comunidade, em especial, sobre as estratégias empresariais de adaptação às exigências do capitalismo contemporâneo de resposta e controle da crítica que ele gera.

Para completar essa introdução, apresenta-se um retrato sintético do que foi o Projeto de Agricultura Familiar em Faixa de Dutos. Para tanto, aproveitou-se um documento concluído em fevereiro de 2007 pelas instituições implementadoras, o Instituto Terra de Preservação Ambiental e a Entidade Ambientalista Onda Verde, intitulado: ‘Agricultura Familiar em Faixa de Dutos – Manual Metodológico’⁴, com a seguinte apresentação:

“Esta publicação relata a experiência de um dos projetos piloto de responsabilidade social da Petrobras em parceria com a sua subsidiária Transpetro, o Projeto Agricultura Familiar em Faixa de Dutos, que tem como proposta implementar hortas familiares orgânicas nas faixas de dutos, estimulando ao mesmo tempo a geração de renda com as comunidades do entorno destas faixas e a preservação dos dutos. O Projeto Agricultura

² Em todo esse trabalho, por “empresa” estar-se-á sempre designando conjuntamente a Petrobras e sua subsidiária, Transpetro, responsável pela gestão dos sistemas de transporte de óleo e gás, salvo quando o contexto exigir a distinção entre as duas.

³ Ordem interna no sentido dado por Moreira: (Moreira, 2006, pg.181).

⁴ In: http://issuu.com/itpa/docs/manual_paf_dutos

Familiar em Faixa de Dutos, que se destaca pela realização de atividades com enfoque participativo e comunitário, vem sendo desenvolvido nas comunidades de Genenciano Luz e Figueira, localizadas no município de Nova Iguaçu / RJ, tendo sido iniciado em Gerard Danon, no mesmo município, e Amapá, município de Duque de Caxias / RJ. Sua elaboração é resultado de uma iniciativa conjunta do consórcio firmado entre as organizações não-governamentais Instituto Terra de Preservação Ambiental e Entidade Ambientalista Onda Verde, contando com o apoio direto da Petrobras e Transpetro, e a parceria das prefeituras municipais de Nova Iguaçu e Duque de Caxias. Este manual revela o conhecimento produzido com o desenvolvimento do projeto, discorrendo sobre as ferramentas construídas e empregadas para o sucesso da iniciativa-piloto, como a parceria entre técnicos e agricultores, a metodologia, técnicas desenvolvidas, processos de autogestão e de empoderamento social, estratégias de produção e comercialização, planejamento participativo e normas corporativas de qualidade em segurança, meio ambiente e saúde (QSMS). Todas essas atividades pautadas visaram atender as metas do projeto, que também se encontram descritas nesta publicação. Pretendemos com essa iniciativa – gerada a partir de um esforço coletivo de sistematização de nossas experiências e metodologia – contribuir para a implantação desse projeto em outras regiões do país.”⁵

Esse documento foi resultado de dois anos de trabalho de equipe do Instituto Terra e da Onda Verde, que desde o final de 2004 discutiram o plano do projeto com a Petrobras. Em dezembro de 2005 o projeto foi aprovado, e em janeiro de 2006 os trabalhos puderam se iniciar. Desde 2005 até final de 2008, oitenta famílias das três comunidades da baixada fluminense foram engajadas no projeto, cada uma cultivando uma faixa de 1.000 m².

No momento da conclusão do Manual Metodológico, as vinte primeiras famílias que iniciaram o cultivo já obtinham uma renda média mensal de R\$ 600,00 com a venda da produção para as prefeituras de Nova Iguaçu e Duque de Caxias, com a participação em feiras e com a instalação de postos de venda nas unidades da Transpetro. Naquele momento, elas pleiteavam sua inscrição no Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar (PRONAF), junto ao Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e à Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG), com o objetivo de acessarem o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).⁶

Fonte: Agricultura Familiar em Faixa de Dutos,
In: http://issuu.com/itpa/docs/manual_paf_dutos



Figura 1: Faixa de dutos em Genenciano – Nova Iguaçu

⁵ In: http://issuu.com/itpa/docs/manual_paf_dutos, pág.6.

⁶ In: http://issuu.com/itpa/docs/manual_paf_dutos, pág.81.

Num percurso que se iniciou em 2004 até a finalização do Manual, muitas etapas foram percorridas. A aprovação do projeto e a autorização da utilização da faixa de dutos para a implantação das hortas implicaram numa série de procedimentos preliminares, como o levantamento das comunidades potenciais para participarem da experiência a partir de um “Plano de Comunicação de Convivência e Co-Responsabilidade das Comunidades do Entorno da Faixa de Dutos”, elaborado pela Petrobras, e que continha um levantamento sistematizado dos “conflitos na malha de dutos”⁷ de todo o país, inclusive nas três comunidades que se tornaram palco da experiência. Esse Plano de Comunicação, por sua vez, foi resultado de um “Diagnóstico Situacional da Malha de Dutos”, um levantamento das áreas consideradas “de risco” na malha de dutos do país, incluindo áreas da baixada fluminense, identificando aquelas enquadradas como “problemas” a serem resolvidos através de ações como a de implantação de hortas em faixa de dutos.⁸

Fonte: Agricultura Familiar em Faixa de Dutos,
In: http://issuu.com/itpa/docs/manual_paf_dutos



Figura 2: Preparação dos canteiros em Genenciano – Nova Iguaçu

Para a elaboração do plano de implantação do projeto, foram analisados indicadores sociais (numa perspectiva que valorizava as carências) e condições geomorfológicas das faixas de dutos que cortam comunidades da baixada fluminense. Essas análises incluíram acesso a dados georreferenciados das áreas, análise da sua situação fundiária, sobrevoo de helicóptero, levantamento da declividade das áreas (áreas com mais de 5% de declividade eram consideradas inadequadas) e extensão contínua de área útil (considerando o objetivo de trabalhar uma área total de 5 km de faixa de dutos), além de visitas presenciais. Uma vez definidas algumas áreas potencialmente ideais, seus dados fundiários foram revisados, as áreas próprias da Petrobras e as áreas cedidas como servidão de passagem foram mapeadas, foram feitas análises de solo, de disponibilidade de água para irrigação, de profundidade

⁷ Os conceitos de ‘conflito’ na malha de duto’, de ‘risco’ e de ‘áreas de risco’ utilizadas no ‘Plano de Comunicação de Convivência e Co-Responsabilidade das Comunidades do Entorno da Faixa de Dutos’ e no ‘Diagnóstico Situacional da Malha de Dutos’ serão, junto com esses documentos, objeto de análise nos capítulos II e III, quando tentaremos compreender o que a empresa entendia por ‘risco’ e ‘conflito’.

⁸ O Plano de Comunicação de Convivência e Co-Responsabilidade das Comunidades do Entorno das Faixas de Dutos e o resultado do Diagnóstico Situacional da Malha de Dutos são descritos nos documentos: Aluísio Teles Ferreira Filho, Janice Dias, Roberto Gomes Vieira. Trabalho técnico elaborado para publicação nos anais do *Rio Pipeline Conference & Exposition 2003* (Anexo 3) e no Resumo do “Plano de Comunicação de Convivência e Co-Responsabilidade das Comunidades do Entorno das Faixas de Dutos”, enviado à ABERJE em 2002 (Anexo 4).

média do lençol freático e de poço artesiano, foi calculada a capacidade média de vazão de poços da região e verificada a disponibilidade de energia elétrica. Após todas essas avaliações, foram impressos mapas com os melhores trechos e foi feito um planejamento de campo com o reconhecimento das condições de saneamento e de ocupação das faixas pelas comunidades.⁹

Figuras 3 e 4, fonte: Agricultura Familiar em Faixa de Dutos,
In: http://issuu.com/itpa/docs/manual_paf_dutos



Figura 3: Genenciano Luz



Figura 4: Figueira

Em dezembro de 2005, quando o projeto foi aprovado, iniciou-se um novo momento, ancorado num território e vinculado a comunidades específicas. Todo o planejamento foi reelaborado com a participação das comunidades. As áreas escolhidas localizavam-se em Nova Iguaçu, Genenciano/Figueira (bairros contíguos e situados no distrito municipal de Vila de Cava) e bairro Gerard Danon que, distante cerca de 10 km, situa-se no distrito de Miguel Couto, todos eles cortados pelo ORBIG (oleoduto que liga a REDUC à Baía de Ilha Grande); e em Duque de Caxias, o Jardim Amapá, cortado pelo GASBEL (gasoduto que liga a REDUC a Belo Horizonte), distante cerca de 15 Km da sede do município. As comunidades, em diferentes graus, compartilhavam uma condição híbrida de inserção em dinâmicas urbanas e industriais da região metropolitana, mas preservando uma paisagem ainda rural, com a permanência de estabelecimentos agrícolas, chácaras de recreio e áreas de mata preservada. Além disso, compartilhavam também um baixo IDH e problemas com coleta de lixo, ocupações irregulares, falta de saneamento e carências dos serviços de saúde, educação e assistência social¹⁰.

⁹ In: http://issuu.com/itpa/docs/manual_paf_dutos, págs. 10 a 21.

¹⁰ O início da implantação dos dutos na região data dos anos 1970/1980 e está vinculada à estrutura de logística e gestão das refinarias e do sistema nacional de abastecimento de petróleo. Sua territorialização aconteceu no período da ditadura militar, adstrita ao conceito de segurança nacional numa época em que o campo de organização social e de manifestação democrática era limitado e controlado. Muito diferente do contexto onde a configuração do programa estudado pode se estabelecer, em especial a conjuntura relacionada ao primeiro governo petista, iniciado em 2003, em que as condições sociopolíticas do período favoreceram a implantação de uma experiência de agricultura familiar sobre as faixas. A hipótese explorada neste estudo de caso é a de que o PAF Dutos, a princípio, vinculava-se às estratégias de enfrentamento das consequências de dois graves acidentes ambientais provocados por falhas operacionais da empresa na Baía da Guanabara, no Rio de Janeiro, em 2000, e no Rio Barigui-Iguaçu, no Paraná, no mesmo ano, e que ao longo de seu desenvolvimento incorporou outras intencionalidades geradas pela própria empresa, pelas políticas de governo e pelas mediadoras, todas articuladas com suas próprias interações e representações da comunidade.

Figuras 5 e 6, fonte: Agricultura Familiar em Faixa de Dutos,
In: http://issuu.com/itpa/docs/manual_paf_dutos



Figura 5: Coleta de lixo em Genenciano



Figura 6: Saneamento em Genenciano

Fonte: Agricultura Familiar em Faixa de Dutos,
In: http://issuu.com/itpa/docs/manual_paf_dutos



Figura 7: Via pública em Genenciano

Um grupo de sete pessoas (um agrônomo e três técnicos agrícolas, uma mobilizadora social, um comunicador social e uma socióloga, além do coordenador geral) iniciou o planejamento com a comunidade, com a formação de um Conselho Consultivo Local em cada um dos bairros escolhidos. Esse conselho composto por lideranças locais (diretor de escola, presidente de associações, lideranças religiosas, comerciantes, agentes de saúde entre outros, conforme a especificidade local) foi responsável pelo levantamento dos pontos críticos das faixas e dos principais conflitos locais relacionados a elas, pela identificação dos pontos adequados para instalação de porteiros e passagens, pela sensibilização dos proprietários das áreas onde as faixas estavam sob a condição de servidões com a obtenção de autorização para a implantação de hortas, pelo levantamento das famílias com potencial para assumir os lotes sobre as faixas, e pela definição do processo seletivo mais adequado, considerando indicadores como: (1) moradia localizada até 200 metros das faixas; (2) interesse na

participação de mutirões para limpeza do lixo nas áreas; (3) experimentação da atividade de preparação de compostos orgânicos; (3) participação familiar; (4) condições de pobreza e desemprego; (5) cotas para jovens e mulheres; (5) histórico agrícola; (6) enquadramento no Programa Bolsa Família. Esse grupo participativo também definiu as estratégias de divulgação e de cadastramento dos candidatos e de validação das informações apresentadas por eles. Por fim, o Conselho Consultivo Local reelaborou o plano de trabalho com a equipe técnica, prevendo todas as fases de implantação e desenvolvimento.¹¹

Fonte: Agricultura Familiar em Faixa de Dutos,
In: http://issuu.com/itpa/docs/manual_paf_dutos



Figura 8: Hortas sobre a faixa de dutos em Genenciano – Nova Iguaçu

Selecionadas as famílias participantes e definidos seus lotes, foram formados três Grupos de Gestão Local (um para Genenciano/Figueira, outro para Gerard Danon e um terceiro para Jardim Amapá), com a missão de iniciar o planejamento e a gestão participativa para a produção, o que envolvia infraestrutura, plantio e colheita dentro do paradigma da agroecologia¹². Além disso, para a implantação de uma “agroindústria familiar” (uma unidade de processamento para a higienização, resfriamento, embalagem e certificação de alimentos) compartilhada por todos os agricultores das três comunidades, também foi criado um “Conselho da Agroindústria” com representantes dos três “Grupos de Gestão Local”, responsável pela gestão do equipamento e de planejamento e implantação das estratégias de distribuição¹³.

Figuras 9 e 10, fonte: Agricultura Familiar em Faixa de Dutos,
In: http://issuu.com/itpa/docs/manual_paf_dutos



Figuras 9 e 10: vistoria das faixas em Genenciano – Nova Iguaçu

¹¹ In: http://issuu.com/itpa/docs/manual_paf_dutos, págs. 10 a 41.

¹² In: http://issuu.com/itpa/docs/manual_paf_dutos, págs. 41 a 60.

¹³ In: http://issuu.com/itpa/docs/manual_paf_dutos, págs. 64 a 76.

Fonte: Agricultura Familiar em Faixa de Dutos,
In: http://issuu.com/itpa/docs/manual_paf_dutos



Figura 11: mapa das hortas Conselho Consultivo Genenciano – Nova Iguaçu

A equipe executora do projeto e a empresa financiadora vivenciaram experiências como, por exemplo, a conquista de uma renda média mensal familiar de cerca de R\$ 1.000,00 (um mil reais), a renovação do projeto por mais um ano até 2008, os problemas na fase de renovação do financiamento, a descontinuidade das atividades de formação, produção e compras pelas prefeituras (o que envolveu tanto mudança de critérios das secretarias de educação como dificuldades organizacionais dos agricultores), a redução da renda com a saída de parte das famílias do projeto. Por fim, entre o final de 2008 e início de 2009, foi criada a “Cooperativa Univerde” pelos horticultores¹⁴, que sucederam as instituições mediadoras na gestão das ações sobre os dutos. Logo depois, houve uma cisão na cooperativa, com a retirada do grupo do Jardim Amapá, situado em Duque de Caxias. O detalhamento desses fatos seria fundamental para a construção de uma narrativa densa¹⁵, necessária para interpretar as transformações na comunidade, nos seus valores e modos de reprodução social. Um estudo possível dentro da comunidade e com ela, que exigiria uma ‘inscrição’ interpretativa das dimensões simbólicas da sua vida social como condicionante para qualquer formulação explicativa (GEERTZ, 1978, p. 24 a 40).

¹⁴ Em todo o material produzido pela empresa, pelos mediadores e na própria linguagem instituída pela comunidade, esse grupo é denominado de “agricultores”, no entanto, a partir de uma análise do seu contexto, ambiência socioecossistêmica, e dinâmicas de reprodução social, parece mais adequada uma identificação com horticultores, com uma predominância de mulheres nas atividades de cultivo e com funções socioeconômicas de complementação de renda doméstica e de reforço nutricional. Esses elementos serão explorados e problematizados no capítulo IV.

¹⁵ “Como sistemas entrelaçados de signos interpretáveis (o que eu chamaria símbolos, ignorando as utilizações provinciais), a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com *densidade*” (GEERTZ, 1978, pág. 24).

Fonte: Agricultura Familiar em Faixa de Dutos,
In: http://issuu.com/itpa/docs/manual_paf_dutos

PLANILHA DE VIABILIDADE ECONÔMICA				
Nº	ESPECIFICAÇÃO	TAXA ANUAL DEPRECIAÇÃO	CUSTO MENSAL (por família)	TOTAL (R\$)
DESPESAS FIXAS				
01	Certificação	01	8,33	10.000,00
02	Cota para Rotulagem/ Embalagem	10.000	25,00	30.000,00
03	Motorista	01	5,10	6.120,00
04	Manutenção dos veículos	5%	2,92	3.500,00
05	Seguro dos equipamentos	10%	5,83	7.000,00
SUBTOTAL 2			47,18	56.620,00
Nº	ESPECIFICAÇÃO	TAXA ANUAL DEPRECIAÇÃO	CUSTO MENSAL (por família)	TOTAL
DESPESAS VARIÁVEIS				
01	Luz/Água		10,00	12.000,00
02	Sementes	100 Kg	1,25	1.500,00
03	Mudas	100 bdj	10,00	12.000,00
04	Bokashi	156 t	33,80	40.560,00
05	Composto	780 t	58,50	70.200,00
06	Calcário	78 t	9,75	11.700,00
07	Fosfato natural	39 t	19,50	23.400,00
08	P6 de pedra	78 t	1,95	2.340,00
09	EM4	480 l	2,40	2.880,00
10	EM5	240 l	1,30	1.560,00
11	Defensivos Biológicos	10 l	0,25	300,00
12	Diesel	350 l	0,42	507,50
SUBTOTAL 3			149,12	178.947,50
Total Custos/Mês (Sub 1 + Sub 2 + Sub 3)				219,79
Rendimento Bruto Família/Mês				1.089,57
Rendimento Líquido Família/Mês				869,78

Tabela 1: Planilha de viabilidade econômica

Por meio dessa síntese descritiva e cronológica do PAF Dutos, condensada no seu Manual Metodológico, procurou-se trazer o contorno geral de um fenômeno cuja sociogênese será explorada. Assim, cremos que, através desse estudo, será possível compreender melhor as racionalidades concorrentes que codeterminaram os elementos constitutivos desse projeto e os discursos por eles gerados, das disputas políticas que deram forma à experiência analisada.

O nosso propósito é abordar o processo que se inicia com a revisão das práticas de governança e de gestão dos ativos da empresa, em decorrência de uma série de acidentes ambientais envolvendo a Petrobras, como o da Baía da Guanabara – o de maior gravidade, em 2000¹⁶, passa pelo levantamento situacional da malha de dutos, pelo reconhecimento de disputas pelo território com as comunidades cortadas pelas faixas, pela localização da questão no campo da comunicação empresarial e da responsabilidade social. Por fim, passa pela resposta elaborada com organizações ambientalistas para a implantação de um projeto produtivo. Assim, pretende-se compreender os diferentes sentidos objetivados sobre o território dos dutos pela empresa, pelas instituições mediadoras e pelas comunidades. Ademais, levando em conta esses núcleos de sentido, analisar de que forma e em que medida o projeto PAF Dutos respondeu as demandas desses núcleos a partir de novas dinâmicas no territórios dos dutos, e nas relações entre comunidade/empresa.

No Capítulo 1 apresentamos o objeto da pesquisa e o referencial teórico-metodológico

¹⁶ Em 2000 uma falha operacional na gestão dos dutos da Petrobras provocou um dos maiores acidentes ambientais registrados, com o derramamento de 1.293 m³ de óleo na Baía da Guanabara, o que causou poluição hídrica, dano direto e indireto a unidades de conservação, provocou o perecimento de espécimes da fauna aquática e impidiu o uso público das praias.

que irá orientar as argumentações dos demais capítulos. Entre os conceitos utilizados estará o de “campo” (BOURDIEU, 2006), de “poder simbólico” (BOURDIEU, 2010), o de “sujeitos efetivos”, definidos por Castoriardis como sujeitos social-históricos e não apenas produtos de condições sócio-históricas, ou seja: “sujeitos cuja ‘psique’ deve recriar uma imagem de mundo e de seu lugar no mundo, e que só pode existir se for socializada” (CASTORIARDIS, 1999, pp. 138-9), “e cuja autonomia é dar-se às suas próprias leis” (ibid, p.212), sujeitos que, mesmo em relações subalternas, são portadores de projetos próprios. E por fim o conceito de “identidades complexas” (MOREIRA, 2006), pelo qual as identidades sociais são de natureza relacional e se constituem em múltiplas ordens socioespaciais que envolvem indivíduo, comunidade e a ambiência socioecossistêmica que os contém e com o qual interagem.

Um aspecto da abordagem propostas por Moreira para a compreensão das identidades complexas é a identificação de uma ordem relacional restrita, que convive com uma ordem relacional ampla, ambas abertas e sujeitas a codeterminações recíprocas. Nesse trabalho, estende-se o conceito de identidade complexa aos sujeitos coletivos: empresas/instituições mediadoras e comunidade.

No capítulo 2, discutimos os impactos da questão ambiental na empresa, a partir dos desdobramentos do acidente ambiental na Baía da Guanabara. Nesse tópico, exploramos a construção do conceito de “área de risco”, pela empresa, as normativas implicadas no caso em estudo, bem como os usos das áreas sobre os dutos projetados pelas comunidades e divergentes dos programados pela empresa, com os “conflitos” decorrentes, sugerindo que essas ações se inserem em um novo modelo de desenvolvimento adotado pela empresa em decorrência de múltiplos fatores, como sua internacionalização e a reação aos desastres ambientais do início da década, e buscando possíveis conexões da implantação do PAF Dutos com estes eventos.

O capítulo 3 discute as implicações de uma abordagem comunicacional nas ações de relacionamento com a comunidade e a sociedade, considerando a dimensão da empresa no cenário político e econômico nacional e internacional, em especial na definição das formas de enfrentamento dos chamados “riscos”. Nesse tópico, também será abordada a articulação da implantação de hortas comunitárias sobre a faixa de dutos com o tema da responsabilidade social empresarial, na forma com que essas práticas se institucionalizaram na Petrobras, de modo a verificar como dialogaram com o PAF Dutos.

O capítulo 4 analisa a trajetória das instituições ambientalistas responsáveis pela implementação do PAF Dutos. Nesse tópico, pretendemos discutir o papel político das instituições mediadoras e os processos pelos quais construíram suas relações com as empresas, e de como suas lógicas e valores foram incorporadas ao projeto.

Nas Considerações Finais, a partir dos elementos revelados pela análise dos capítulos anteriores, pretendemos verificar a existência de diferentes lógicas subjacentes aos diferentes ‘campos’ que disputaram o exercício de um ‘poder simbólico’ e de controle sobre o território da faixa de dutos, e suas relações com a complexidade das sociedades capitalistas contemporâneas.

CAPÍTULO I. O OBJETO DA PESQUISA E SUA CIRCUNSTÂNCIA TEÓRICO-METODOLÓGICA

1.1 A Perspectiva Teórica da Investigação

Esse estudo procura compreender as disputas de poder envolvidas no controle de um território e as lógicas subjacentes a essas lutas, o que envolve as estratégias de relacionamento das empresas com as comunidades diretamente impactadas por suas ações e com a sociedade envolvente, partindo do pressuposto teórico de que tanto empresas como comunidades constituem diferentes campos, entendendo-os como “espaços sociais de relações objetivas” (BOURDIEU, 2010, p. 64), ou seja espaços “relacionais e relativamente autônomos” de produção social, e em que as posições ocupadas pelos agentes determinam as interações visíveis entre eles.

Através do conceito de “campo”, Bourdieu propõe uma ruptura com a percepção comum do mundo social (o mundo das interações visíveis), para tornar acessível a “estrutura de relações objetivas” constitutivas de um campo, como também a existência de homologias entre relações de diferentes campos que permitem a construção de generalizações através da analogia¹⁷. É nesse sentido que, para Bourdieu, conceitos retirados da economia, como capital, concorrência, monopólio etc., podem representar propriedades gerais dentro de uma teoria geral dos campos, e que dentro de cada campo irão se revestir de formas específicas (BOURDIEU, 2010, p. 69).

Dessa forma, pretende-se identificar, dentro do contexto que gerou a criação do PAF Dutos, a existência de campos de produção simbólica e material onde estão inseridos os agentes que deram forma a esse dispositivo. Cada um dos campos recortados representará um microcosmo dotado de leis próprias (BOURDIEU, 2004, p. 20) e relativamente autônomo.

Em relação à empresa e dentro do recorte que o objeto sugere, distinguem-se dois campos internos a ela, que desfrutam desse relativo grau de autonomia – ambos igualmente sujeitos às pressões de um macrocosmo (a própria empresa que engloba estes dois campos, o campo empresarial, a lei, o Estado e a sociedade abrangente) – em torno dos quais se constituem e gravitam: o primeiro campo é o da gestão técnica dos equipamentos, dos procedimentos e dos processos industriais da empresa, identificado como Segurança, Meio Ambiente e Saúde -SMS; o outro campo é o da Comunicação, responsável pelas interações da empresa, tanto suas relações institucionais internas como externas, um campo que também responde pela gestão da responsabilidade social¹⁸. Esses dois campos subalternos criam entre

¹⁷ A analogia é uma similitude de estruturas cuja fórmula seria: A está para B assim como C está para D. O que distingue e dá identidade à analogia é que, em vez de ser uma relação de semelhança, ela é uma *semelhança de relação* . (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2002, pp. 426-38).

¹⁸ Na empresa, a gerencia executiva de comunicação institucional faz a gestão da responsabilidade social. Desde 2007 com uma gerência específica. In: <http://www.petrobras.com.br/pt/meio-ambiente-e-sociedade/promovendo-a-cidadania/>, seguindo uma tendência presente no campo empresarial, no qual a responsabilidade social surge ligada às áreas de comunicação.

si convergências e divergências, disputando o poder de gerar diferenciações¹⁹ dentro do macrocosmo a que estão vinculados.

As mediadoras configuram outro campo também relativamente autônomo. Para refletir e sistematizar os atributos que distinguem a mediação, em especial aquela que se articula com a execução de políticas públicas e programas sociais, pretendemos adotar a perspectiva proposta por Neves em ‘Mediação Social e Mediadores Políticos’ (NEVES, 2008), o que implica em reconhecer um contexto social de pluralidade cultural e a necessidade de interconectar universos culturais distintos e de construir espaços de negociação entre esses universos. Em outras palavras, implica em considerar que vivemos numa sociedade complexa, multicultural, plural e desigual, onde a vida social configura uma diversidade de universos de significações entre indivíduos que produzem simultaneamente recursos de integração e de diferenciação, ou seja, de consentimento e de questionamento da ordem estabelecida.

É nesse contexto que pretendemos explorar o papel das mediadoras, tanto sob uma perspectiva de emancipação social, construção e ampliação de direitos, como sob uma perspectiva de gestão técnica da ordem estabelecida, papel qualificado também pelas recentes transformações do aparato estatal e pelo surgimento de novas instâncias de participação da sociedade civil na gestão pública. Essas transformações são problematizadas por Paoli em “Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil” (PAOLI, 2003). Nessa obra, procuram-se respostas sobre qual seria o potencial das ações empresariais para refundar vínculos sociais rompidos pelo neoliberalismo, e para “um agir político para um mundo comum” no sentido da instauração de um espaço público de ações propositivas, críticas, conflitivas, capazes de criar e renovar valores pluralistas, partilhados e discutidos.

Assim, Paoli situa a ação social empresarial tanto como um projeto civilizatório do capitalismo brasileiro como também uma afirmação de poder social da empresa sobre as comunidades, vinculada à substituição da proposta de deliberação participativa pela noção de gestão eficaz de recursos sociais.

Por último, a comunidade cortada pelos dutos também constitui um campo dentro do qual os sujeitos locais buscam construir sua autonomia²⁰ através de relações complexas, como aquelas descritas por Moreira em “Identidades Complexas no Conhecimento Científico Sobre Comunidades Costeiras” (MOREIRA, 2006). Uma abordagem pela qual, em sua “ordem relacional interna”, uma comunidade se constrói a partir de múltiplas e complexas interações

¹⁹ Para Bourdieu, o *espaço social* tem um sentido relacional onde tudo aquilo que designamos como real, sejam indivíduos ou grupos, existe e subsiste *na e pela* diferença resultante das posições relativas que ocupam num espaço de relações que para ele, ainda que invisível, é o princípio real dos comportamentos sociais, e todas as sociedades se apresentam como espaços de diferenciação. Dentro desses espaços de diferenciação, Bourdieu identifica o funcionamento de *campos de força* sujeitos a leis próprias e autônomas, que se impõe aos atores nele envolvidos, e ao mesmo tempo um *campo de lutas* no interior do qual esses atores se enfrentam com meios e fins diferenciados, conforme as assimetrias de suas posições dentro do campo, e segundo os interesses articulados com as racionalidades, ou com os significados, possíveis e validados dentro do campo que é compartilhado (BOURDIEU, 2010).

²⁰ No sentido de autonomia proposto por Castoriardis, que percebe um sujeito social e histórico, tanto individual como coletivo, que em sua relação com um mundo que ‘faz ser ao se fazes ser’, constrói sua autonomia na medida em que busca ‘dar-se às suas próprias leis’ (CASTORIARDIS, 1999, pp. 199 e 212). É nesse sentido que, mesmo numa relação assimétrica e subalterna frente à empresa, esses sujeitos locais são portadores de projetos próprios de ocupação e significação das faixas de dutos, num lugar que também lhes pertence, que transformam e a partir dos quais se deixam transformar.

e assimetrias locais de poder, e em sua “ordem relacional ampla” as interações locais/globais ganham relevância.

Dessa forma, as identidades complexas se revelam pelo pronome pessoal “nós”, em oposição a um “outro” cuja pluralidade se constitui de tudo que foi excluído desse “nós”. E da mesma maneira que um indivíduo participa simultaneamente de diversas redes de sociabilidade, e portanto torna-se componente de diversos sistemas, uma comunidade também integra diversas redes nas quais ocupa diferentes lugares de poder.

Com o objetivo de destacar a natureza complexa dos diferentes campos recortados no âmbito dessa pesquisa, pretendemos nos apoiar também no cenário relacional das identidades complexas proposto por MOREIRA (2006), que pode ser projetado sobre esses campos, de forma complementar ao que propõe Bourdieu no que definiu como uma ‘teoria geral da economia dos campos’²¹.

Assim, para compreender os processos pelos quais se objetivaram diferentes interesses sobre as faixas de dutos estudadas, também pretendemos acessar elementos como: (1) “ecossistema” e “sociedade abrangente”, que integram um “outro” das identidades sociais e ao mesmo tempo participam da sua identidade, na medida em que esta não pode ser concebida, nem suas transformações compreendidas, sem esse “outro”;

(2) “ordens relacionais internas e externas”, que configuram a essência relacional das identidades sociais: “cada identidade é sempre expressão de múltiplas ordens relacionais que se dão em redes sociais, materiais e afetivas de pertencimento familiar, de vizinhança, de grupos sociais, de classes, regionais, nacionais e internacionais, em suma locais/globais” (MOREIRA, 2006, p. 178). E da mesma forma: “toda identidade social que se faz presente, se expressa e só pode se revelar em suas relações” (MOREIRA, 2006, p. 178);

(3) “codeterminação”, que diz respeito aos aspectos processuais implicados na organização de sistemas complexos em ordens relacionais. Uma definição para codeterminação que se aplica a esse contexto pode ser encontrada em Maturana e Varela quando interpretam os sistemas orgânicos, ao considerar que tanto a “estrutura do sistema” como a “estrutura do meio” mudam necessariamente e de forma espontânea, congruente e complementar, enquanto o sistema conserva sua organização com um meio que lhe permite conservar sua coerência (MATURANA e VARELA, 1997, pp. 9-34);

(4) “ambiência socioecossistêmica”, um conceito que opera como chave interpretativa e que se define como uma ambiência de vivência humana que impõe experiências particulares aos sentidos dos corpos e das mentes. Desde logo surge a natureza contextual, histórica e espacial das identidades sociais, o que envolve o território, a cultura, as hierarquias sociais e suas assimetrias de poder (MOREIRA, 2006, p. 181);

(5) “território” e “cultura”, como experiências concretas da relação corpo/espaco. De um lado, o humano como corpo físico, psique e cultura, e de outro o território, que é moldado e que ao mesmo tempo molda esses corpos e codetermina sua compreensão do mundo e de si mesmos. Numa perspectiva interativa e integradora da corporalidade nos processos cognitivos, o conhecimento dos meios pelos quais se dão essas interações ganha toda

²¹ “a teoria geral da economia dos campos permite descrever e definir a forma específica de que se revestem, em cada campo, os mecanismos e os conceitos mais gerais (capital, investimento, ganho), evitando assim todas as espécies de reducionismo, a começar pelo economicismo, que nada mais conhece além do interesse material e a busca da maximização do lucro monetário” (BOURDIEU, 2010, p. 69).

relevância: como os saberes, valores e lógicas que orientam as relações sociais, econômicas, políticas, as ordens familiares e os grupos sociais. Assim território, indivíduo e visão de mundo se acoplam e o que chamamos de natureza e de cultura tornam-se inconcebíveis um sem o outro;

(6) “redes institucionais”, “movimentos sociais” e ‘sistema técnico-informacional’. Nesse vasto campo do “outro” (campo de exclusão pelo qual distinguimos o campo de pertencimento a uma determinada identidade social), cabem as diferentes ordens de redes institucionais que tenham presença e interajam com os espaços sociais da comunidade: educacionais, de saúde, de segurança, de mercado, de turismo, religiosas, movimentos sociais, todo o sistema técnico e informacional que ocupa os territórios nacionais e globalizados, tanto pertencentes a redes hegemônicas como a redes contra-hegemônicas;

(7) “linguagem”, “ordenação simbólica” e “disputas discursivas”, a linguagem surge como um elemento central para a compreensão das identidades sociais, pois será nela e através dela que essas identidades se expressarão. Uma teia linguística tecida continuamente e convergente com aquilo que Moreira propõe quando diz que “a ordenação simbólica que vem da comunidade representaria aquilo que é comum, o que é vivido como comum.” (MOREIRA, 2006, p. 184). E de forma complementar: “Tal sentido de identificação social, o Nós da comunidade é socialmente construído e estabelece as fronteiras sociais e ecossistêmicas do domínio do comum” (MOREIRA, 2006, p. 184). O papel central da linguagem na construção do “comum” e do “diferente” e a natureza social, relacional, histórica e discursiva das identidades sociais se traduzem numa permanente disputa entre múltiplos discursos de interpretação da realidade, gerados pelos poderes hegemônicos e contra-hegemônicos, locais e globais, que constroem a cada momento o ser e o vir a ser dessas identidades.

Os elementos destacados por Moreira nos levam a concluir que as representações das identidades sociais complexas sempre serão múltiplas, e sua legitimidade será proporcional à capacidade de articular a pluralidade de perspectivas, de discursos e de representações gerados pelos diferentes sujeitos e grupos de poder que compõem as diversas ordens relacionais que os constituem, ou seja, os diversos campos expostos a forças específicas, suas lutas internas e as disputas que travam entre si na definição de um projeto sobre as faixas de dutos, intermediadas por lógicas específicas a cada um deles.

Essas lógicas são construídas nas relações de cada campo com o macrocosmo, e informam suas estratégias de interação e de “refração” das demandas externas que lhes chegam (BOURDIEU, 2004, p. 22), ou seja, sua capacidade de traduzir de maneira própria essas demandas.

Nesse contexto, a compreensão da especificidade de um campo passa pelo conhecimento da natureza das pressões que sofre, da forma pelas quais essas pressões se exercem, e das estratégias de resistência a essas pressões produzidas dentro do campo. E através das diversas lógicas concorrentes, cada um desses campos estruturantes e estruturados pelas relações que os constitui pretende impor seu poder sobre o território das faixas de dutos.

Dessa forma, o PAF Dutos se apresenta como a configuração complexa de um poder simbólico²² sobre o território das faixas, que traduz um acordo entre os interesses específicos

²² “O poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder: só se pode passar para além das alternativas dos modelos energéticos que descrevem as relações sociais como relações de força e dos modelos cibernéticos que fazem delas relações de

de cada um dos campos em disputa, e que tem como principal resultado a legitimação de uma hegemonia.

Por fim, para poder compreender e interpretar as estratégias empresariais de adaptação às exigências do capitalismo contemporâneo e, ao mesmo tempo, de resposta e controle da crítica que ele gera, percebemos a necessidade de nos referenciarmos em teorias capazes de dar sentido à ação empresarial.

Para tanto, recorremos às obras: “A Cultura do Novo Capitalismo” de Richard Sennet e “O novo espírito do capitalismo”, de Luc Boltanski e Éve Chiapello, ambas interessadas em entender como a crítica anticapitalista das décadas de 1960 e 1970 foi traduzida e incorporada pelo capitalismo, produzindo uma nova configuração na qual as mudanças geraram precarização do trabalho, pior qualidade de vida e maior concentração de poder.

Partindo de um mesmo ponto e utilizando como referência o método de análise weberiano do capitalismo, as duas obras colocam perguntas distintas: Sennet investiga como as instituições vêm mudando e quais os impactos dessas mudanças no trabalho e no consumo. Luc Boltanski e Éve Chiapello focalizam suas investigações na relação entre as mudanças nas instituições a crítica produzida nos anos 1960 e 1970, e de como incorporações e deslocamentos dessa crítica foram capazes de gerar novas justificativas coletivas e individuais de engajamento e de reprodução do capital.

1.2 Objetivos da Pesquisa

- GERAL
 - Expor o processo pelo qual o PAF Dutos construiu resposta(s) válida(s) para problema(s) da(s) empresa(s)/comunidade(s)/ONGs ambientalistas, e explorar a hipótese de que ele traduz uma configuração complexa, envolvendo disputas de poder sobre o território dos dutos, em que se faz necessária a incorporação de múltiplas racionalidades, econômica, política, social, ambiental, para se conferir sentido à ação.
- ESPECÍFICOS
 - Analisar os impactos da questão ambiental nos processos da empresa, com foco na relação desses impactos com a gestão das faixas de dutos e nas relações com a comunidade;
 - Analisar o significado da decisão de implantação de hortas comunitárias sobre faixas de dutos como uma “ação de responsabilidade social”;
 - Analisar o papel político e institucional das mediadoras na sua relação com a empresa e com a comunidade, com foco na formatação do PAF Dutos;
 - Analisar as diferentes representações de comunidade associadas aos diferentes atores envolvidos.

comunicação, na condição de se descreverem as leis de transformação que regem a transmutação das diferentes espécies de capital simbólico e, em especial, o trabalho de dissimulação e de transfiguração (numa palavra de eufemização) que garante uma verdadeira transubstancialização das relações de força, fazendo ignorar-reconhecer a violência que elas encerram objetivamente, e transformando-as assim em poder simbólico, é capaz de produzir assim efeitos reais sem dispêndio aparente de energia.” (BOURDIEU 2010, p. 15).

1.3 A Metodologia

A presente pesquisa aborda um fenômeno social complexo através de estudo de caso único²³: ‘como’ e ‘por que’ o PAF Dutos funcionou como uma resposta a múltiplos interesses e disputas de poder sobre a faixa de dutos que envolveram empresa, mediadoras e comunidade.

O fenômeno estudado insere-se num contexto que inclui, no campo empresarial, as técnicas de gerenciamento de risco operacionais, emergência do conceito de ‘área de risco’, gestão da imagem, política de relacionamento e estratégias de enfrentamento da crítica dentro das condições do capitalismo contemporâneo, internacionalização da empresa e políticas de governo na área social. Esse fenômeno também se relaciona à emergência dos mediadores com função de conectores entre distintos universos e interesses entre agentes do mercado, poder público e comunidades. Todos estes elementos se confrontam com as estratégias das comunidades para fazer valer suas formas de uso dos espaços sociais. A natureza complexa e contemporânea do fenômeno implicou no desafio de apreender o objeto sem a possibilidade de isolá-lo de seu contexto.

No primeiro momento da pesquisa, ao longo do ano de 2009 e primeiro semestre de 2010, foi realizado um levantamento de todo o material disponível sobre o caso: o que envolveu a pesquisa e seleção de materiais relativos às áreas de comunicação e responsabilidade social da Petrobras, da área de Segurança Meio Ambiente e Saúde da empresa, e material produzido pelas mediadoras.

Esse material foi organizado em um Banco de Dados, sendo um arquivo da fase pré-constituinte, que cobre o período de 2000 a 2004, e três arquivos da fase de implementação que cobre o período 2005 a 2008. Todos os documentos foram catalogados com um indexador de seus conteúdos.

Esse Banco de Dados reúne documentos sobre os acidentes da Baía da Guanabara e do Rio Barigui-Iguáçu²⁴ em 2000, que evidenciaram a fragilidade da malha de dutos. Reúne também as medidas de enfrentamento tomadas pela empresa; o Programa de Excelência em Gestão Ambiental e Segurança Operacional - PEGASO²⁵, pelo qual a empresa traçou metas para superar suas deficiências após o acidente da Baía da Guanabara; documentos sobre a responsabilização legal da empresa, sobre o diagnóstico situacional da malha de dutos e definição de áreas de risco; sobre o plano de comunicação de análise e enfrentamento de riscos na malha de dutos; fotografias, mapas, atas de reuniões para elaboração do PAF Dutos.

²³ “O estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes” (YIN, 2010, p. 39).

²⁴ Em 17 de julho de 2000, vazaram 4 milhões de litros de óleo do duto que une a Refinaria da Araucária – REPAR, no Paraná, ao terminal de São Francisco do Sul, em Santa Catarina. Desses 4 milhões, a maior parte foi retida dentro do sistema de contenção da refinaria, mas 1,3 milhão chegou ao Rio Barigui-Iguáçu.

²⁵ Programa de Excelência em Gestão Ambiental e Segurança Operacional - PEGASO. Programa de investimento que entre 2000 e 2009 chegou a R\$10 bilhões em toda a Petrobras, inicialmente em melhorias na Refinaria Duque de Caxias - REDUC e Terminais Aquaviários da Baía de Guanabara, com regularização de todos os licenciamentos das instalações da Petrobras (terminais, dutos, estação de bombeamento e pontos de entrega da Transpetro), através do cumprimento integral do Termo de Compromisso para Ajuste Ambiental (TCAA), assinado em 2001 entre a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA), Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Rio de Janeiro (SEMADS), Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) e Petrobras Transporte S.A. (Transpetro), com a reestruturação de todo o sistema de gestão de segurança da empresa e implantação de uma área corporativa de Segurança Meio Ambiente e Saúde – SMS.

Dentro desse contexto, optou-se por priorizar documentos já tornados públicos pela empresa e pelas mediadoras, que se mostraram suficientes para sustentar a argumentação desenvolvida, de forma que todas as citações e anexos da dissertação se enquadram nesta categoria.

Num segundo momento, em fevereiro e março de 2010, foram realizadas duas entrevistas: uma tomando depoimento de representante da empresa envolvido na implantação da área de Segurança Meio Ambiente e Saúde – SMS, da empresa, que inclui no horizonte do fenômeno estudado a internacionalização da Petrobras e as mudanças em seus modelos de expansão, com impactos sobre a forma de gestão dos riscos ambientais e de relacionamento com as comunidades atingidas pelos empreendimentos e com a sociedade em geral; e outra, tomando o depoimento da presidente da Cooperativa Univerde, horticultora integrante das famílias que participaram do PAF Dutos e testemunha dos processos locais de territorialização dos dutos e das relações da comunidade com esses equipamentos.

Com a análise desses depoimentos e do estudo dos documentos coletados, foram redefinidos os limites do objeto e o foco da pesquisa: o PAF Dutos como estratégia para a territorialização do poder da empresa sobre a faixa de dutos, dentro de um contexto complexo de negociação e de convergência de lógicas distintas. Assim, foi possível definir os campos de poder²⁶, os grupos de análise e relacioná-los a seus contextos específicos.

A partir desse ponto, foram elaborados novos protocolos de entrevistas e iniciadas as pesquisas bibliográficas sobre os temas estruturantes do objeto, estudadas teses de doutorado e dissertações de mestrado que tinham como principal objeto a Petrobras, a gestão de dutos e os conflitos com a comunidade, as ações empresarias de responsabilidade social, as mediações e os elementos constituintes do PAF Dutos (como agricultura urbana, agroecologia e agricultura familiar).

Além disso, foi realizado um novo tratamento dos dados segundo esses tópicos, incluindo o levantamento do histórico do relacionamento da comunidade com os dutos e a empresa. Também foram acessadas publicações dos movimentos sociais e mediadoras, com foco nas suas relações com financiadores privados, e feito levantamento de informações na internet sobre os acidentes em faixas de dutos.

Dessa maneira, foi possível construir uma primeira sistematização dos dados levantados, relacionando-os com as diversas temáticas envolvidas, para serem, posteriormente, organizadas em capítulos e subcapítulos.

Em janeiro e fevereiro de 2011, duas entrevistas foram realizadas com os coordenadores das mediadoras, que trouxeram aportes sobre o processo de territorialização dos dutos, sobre transformações na política de relacionamento da empresa após os acidentes na malha de dutos em 2000, histórico e perfil das instituições que coordenam, vínculos do PAF Dutos com outros conflitos ambientais e experiências vivenciadas por esses atores, interações com as áreas operacionais e de responsabilidade social da empresa, e sobre o processo de elaboração e execução do PAF Dutos.

Ainda em 2011, mais duas entrevistas foram realizadas com representantes da empresa: uma com representante da empresa que participou das ações de enfrentamento dos acidentes da Baía da Guanabara e do Rio Barigui–Iguáçu em 2000; e outra com representante da empresa

²⁶ Idem nota 1.

que integrou o grupo de trabalho responsável pela elaboração do diagnóstico das áreas de risco nas malhas de dutos, do plano de comunicação de enfrentamento desses riscos e também da elaboração e implantação do PAF Dutos.

Todas as entrevistas foram realizadas através de protocolos contendo um resumo dos principais pontos que estruturam o objeto e um esboço dos capítulos da dissertação que orientaram a coleta dos depoimentos. No início das entrevistas, eram esclarecidos ao informante os objetivos da pesquisa e o estado atual de sua estrutura, além do questionamento sobre o desejo de sigilo quanto à fonte. Seguiu-se um roteiro aberto às considerações dos entrevistados, com a indicação dos eixos estruturantes e, dentro deles, o detalhamento de pontos especialmente relevantes para cada informante. Dessa forma, essas considerações eram organizadas por tópicos que facilitaram triangulações entre os diversos depoimentos.

Em decorrência do meu trabalho na empresa, pude acessar documentos e entrevistar atores estratégicos para o desenvolvimento da pesquisa, bem como transformar minha própria vivência em uma experiência de campo prospectiva. Esse elemento possibilitou aproveitar a experiência acumulada a partir de um ponto de vista privilegiado, o que foi, entretanto, um permanente desafio epistemológico para estabelecer uma relação reflexiva com o objeto.

A opção por uma abordagem interpretativa através da identificação dos ‘campos de poder’ e de produção simbólica envolvidos no fenômeno estudado encerrou grandes desafios para um pesquisador principiante. No entanto, surgiu para mim como única alternativa adequada para acessar o objeto na forma em que ele se me foi construindo ao longo da pesquisa, na medida em que sua natureza complexa e relacional foi se impondo.

Por isso, ao finalizar este capítulo sobre a metodologia, parece-me essencial esclarecer que a forma que ele foi adquirindo, linear e metódica, na verdade traduziu um ideal do qual só ao final do processo pude de alguma forma me aproximar, isso à custa de muitas correções e revisões, verdadeiras reconstruções dos processos vivenciados. De maneira que sua aparente linearidade é resultado muito mais de uma organização narrativa do que da experiência real, cheia de lacunas e dificuldades, de idas e vindas, que fui preenchendo e contornando, muitas vezes *a posteriori*, graças à orientação acadêmica e à qualidade dos dados acessados, não poucas vezes sem consciência da sua importância e do seu papel na construção do experimento, que foi se consolidando apenas na medida em que a opção teórica pela abordagem relacional com a definição dos ‘campos de poder’ envolvidos foi se sedimentando.

Por todas essas razões, eventuais méritos do resultado decorrerão mais da posição privilegiada de acesso às informações, da qualidade dos dados e da orientação do que do pesquisador. E da mesma forma, as lacunas e omissões refletirão diretamente a uma possível inexperiência deste pesquisador no tratamento dos dados e das ferramentas teóricas de que dispôs.

1.4 A Passagem da Posição de Mediador para a de Pesquisador

Creio que a maior dificuldade e também uma potencial qualidade deste trabalho decorrem do meu envolvimento direito com o objeto de pesquisa.

Como mediador, investi esforços e criei vínculos com os resultados do PAF Dutos, fato que em princípio me mobilizava para continuar discutindo seus resultados. É nesse ponto que me

acorre a advertência de Bourdieu, e que me parece central no seu empenho por uma sociologia reflexiva²⁷. Todo meu empenho em relação ao objeto se concentrava na crença de que ele reunia possibilidades de “desenvolvimento” e de “emancipação” para a comunidade onde o PAF Dutos foi implantado e na expectativa de que através da pesquisa poderia revelar e sistematizar elementos capazes de produzir esse efeito.

Na verdade, poucos avanços foram possíveis, enquanto não pude questionar as noções e os conceitos preestabelecidos, e não refletidos, na proposta inicial, tanto em relação ao objeto quanto a mim mesmo, minhas crenças e espaços ocupados ou desejados.

Com a experiência de reflexão dentro do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais e Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA, pude perceber que as maiores possibilidades de contribuição estavam na análise das complexas relações que envolvem empresas, poder público, mediadoras e comunidades nesse início de milênio, o que implicava em retroceder a análise e não mais perguntar sobre os efeitos do objeto, mas de perguntar diretamente ao objeto como se constituiu em tal coisa: ao final de contas, como isso apareceu? Para *que* estaria servindo isso? Para *quem* estaria servindo? Por *que* para mim isso é um *problema* a ser estudado? Perguntas que colocaram em questão tudo o que me mobilizava em relação ao objeto, e cujas respostas sempre me parecem incompletas e parciais.

A partir dessa decisão, a mudança de foco abriu novas possibilidades de abordagem, comprometidas com a compreensão da gênese do objeto em sua dimensão política, desafio que não é menor que o inicialmente proposto, e que também não exclui o perigo do viés induzido pela minha posição de agente no processo.

A experiência acumulada me possibilitou acessar fontes estratégicas nos processos de construção das relações empresa/comunidade e ao mesmo tempo me obrigou a um permanente estado de alerta para obstáculos ao rigor necessário. Um desafio epistemológico constante, que amplifica o problema já inerente a todos os processos de pesquisa, ou seja, a interferência do observador sobre o objeto observado. É nesse contexto que, para não desperdiçar a experiência adquirida, assumi esses riscos ao preço da dúvida e vigilância permanente sobre a reflexividade da minha abordagem.

²⁷ “Aquilo a que chamei a objetivação participante (e que é preciso não confundir com ‘a observação participante’, análise de uma - falsa – participação num grupo estranho) é sem dúvida o exercício mais difícil que existe, porque requer a ruptura das aderências e das adesões mais profundas e mais inconscientes, justamente aquelas que, muitas vezes, constituem o ‘interesse’ do próprio objeto estudado para aquele que o estuda, tudo aquilo que ele menos pretende conhecer na sua relação com o objeto que ele procura conhecer” (BOURDIEU, 2010, p.51).

CAPÍTULO II - A PRODUÇÃO DO RISCO

2.1 Os Acidentes e a Crise

Em 18 de janeiro de 2000, uma falha nos dutos que ligam a Refinaria Duque de Caxias (REDUC)²⁸ ao Terminal de Ilha d'Água²⁹ provocou um dos maiores derramamentos de óleo da história brasileira: 1 milhão e 292 mil litros de óleo foram despejados na Baía da Guanabara. Tanto a REDUC como o Sistema de Dutos e Terminais do Sudeste - DTSE (do qual o Terminal de Ilha d'Água faz parte) não incluíam em suas plantas originais preocupações quanto aos aspectos ambientais.

A bacia hidrográfica da Baía da Guanabara possui uma superfície de cerca de 4.600 km², incluindo o seu próprio espelho d'água, que tem 400 km². Com 55 rios, engloba praticamente, a totalidade da região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, que é caracterizada por uma alta densidade demográfica, onde se situa o segundo parque industrial do Brasil (cerca de 14 mil indústrias à época do acidente). A Baía da Guanabara banha, diretamente, as cidades de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Guapimirim, Magé, Duque de Caxias e Rio de Janeiro e abrange em sua bacia São João do Meriti, Belford Roxo, Nilópolis, Nova Iguaçu, Petrópolis, Cachoeira de Macacu, Rio Bonito e Tanguá, num total de quinze municípios com 7,6 milhões de habitantes.

Considerada um ambiente natural, apesar das diversas formas de degradação física, química e biológica, ainda remanescem alguns ecossistemas associados, primitivos, como a Mata Atlântica, os manguezais, os brejos, os pontões, os costões rochosos, as ilhas, as enseadas, as falésias, as praias, as dunas e as lagunas. Cada um desses ecossistemas possui características ecológicas específicas, ressaltando-se os manguezais da Área de Proteção Ambiental (APA) de Guapimirim, que assegura a manutenção de condições naturais de trechos da Baía. O turismo, a pesca artesanal, com diversas modalidades, os catadores de

²⁸A REDUC, localizada no fundo da Baía, ocupa uma área de 13 milhões de m³, tendo iniciado as suas atividades em 20 de janeiro de 1961. Dista cerca de 20 km do centro da cidade do Rio de Janeiro, sendo a mais complexa refinaria da Petrobrás e a segunda maior em capacidade de refino (248 mil barris/dia em 2000). Com 54 tipos diferentes de produtos decorrentes do processamento de petróleo e gás natural, destaca-se pela produção de lubrificantes (80% da produção nacional) e pela capacidade de tancagem (359 tanques), num total de 3,4 bilhões de litros. A REDUC abastece todo o Estado do Rio de Janeiro, parte de Minas Gerais e, por cabotagem, o Espírito Santo e o Rio Grande do Sul. Exporta derivados de petróleo para vários países como Argentina, Chile, Colômbia, EUA, Peru e Uruguai. Fornece insumos e utilidades para as indústrias localizadas em sua proximidade, como a CarboRio, Petroflex, Polibrasil e, futuramente, para o Polo Gás Químico do Rio de Janeiro (Relatório Final do Grupo de Trabalho criado pela Resolução nº 265 de 27 de janeiro de 2000 do CONAMA).

²⁹O Sistema de Dutos e Terminais do Sudeste-DTSE/ Ilha D'água – GEGUA foi criado em 1º de março de 1992, com a fusão dos antigos terminais do Rio de Janeiro e de Minas Gerais – TORGUÁ e do terminal da Ilha Grande-TEBIG. A unidade DTSE surgiu para suprir uma necessidade da REDUC de ser provida por um terminal marítimo localizado na Baía de Guanabara, possibilitando o transporte de óleo. Trata-se de um complexo operacional constituído de terminais, oleodutos e gasodutos marítimos e terrestres, além de armazenar petróleo, derivados líquidos e gasosos e álcool. A sede está localizada em Campos Elísios, sendo que, atualmente, o complexo é composto por 3.144 km de dutos, 115 tanques de armazenamento, 7 terminais marítimos e terrestres, além de duas estações intermediárias. O DTSE movimenta, mensalmente, cerca de 3,2 milhões de m³ de gás natural, equivalente a 70% do consumo no país (Relatório Final do Grupo de Trabalho criado pela Resolução nº 265 de 27 de janeiro de 2000 do CONAMA).

caranguejos e os coletores de mexilhões e de outros moluscos são algumas das atividades econômicas desenvolvidas na Baía da Guanabara³⁰.

No dia 18 de janeiro, ocorreu um vazamento de 1.292.000 litros de óleo combustível (MF-380), do Duto de Produtos Escuros - PE-II³¹ (o mesmo duto onde houve um vazamento em 10 de março de 1997)³², que interliga a REDUC, no município de Duque de Caxias no Rio de Janeiro às instalações da Ilha d'Água³³, na faixa de transição entre o mar e a costa. O fato ocorreu na parte enterrada do duto localizado na saída da área da REDUC, na orla da Baía da Guanabara. O produto estava sendo bombeado do tanque TQ-516 da REDUC para o tanque TQ-I01 da Ilha d'água, numa operação planejada para a transferência de 7 milhões de litros do produto. Inicialmente, a Petrobrás estimou e divulgou o derrame em, aproximadamente, 500 mil litros de óleo.

Posteriormente, em função de sindicâncias internas, o volume vazado foi retificado para 1.292.000 litros, o que caracterizou o acidente como de grande porte, de acordo com a escala do *Internacional Tanker Owners Pollution Federation - ITOPF*. Segundo informações da empresa, o vazamento perdurou por quatro horas e trinta e cinco minutos, tempo estimado entre o início do derrame e a sua interrupção.

Em decorrência desse vazamento, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), em 27 de janeiro de 2000, através da Resolução nº 265, determinou a realização de auditorias ambientais em todas as unidades operacionais da Petrobras e estipulou metas para realização dessas auditorias em toda a indústria do petróleo nacional. Além disso, instituiu um Grupo de Trabalho - GT para acompanhar e avaliar o impacto ambiental causado pelo derramamento de óleo na Baía da Guanabara. Uma Portaria Ministerial do Ministério do Meio Ambiente³⁴ designou os membros e estabeleceu as competências do GT que, a partir de junho, iniciou suas ações, que incluíram visitas aos municípios do Rio de Janeiro, Natal, Porto Alegre, Salvador, Cubatão e São Sebastião.

No dia 27 de janeiro de 2000, foi realizada uma reunião de emergência com a presença dos Ministros da Defesa e do Meio Ambiente, do Procurador Geral da República, do então Deputado Federal Fernando Gabeira e do presidente da Petrobrás. Nessa reunião, o então

³⁰ Dados de 2000, extraídos do Relatório Final do Grupo de Trabalho criado pela Resolução nº 265 de 27 de janeiro de 2000 do CONAMA.

³¹ O duto de produtos escuros (PE-II), que interliga a REDUC às instalações dos Dutos e Terminais do Sudeste-DTSE/Ilha d'água (GEGUA), teve a sua construção concluída em 1991. Com 16", se inicia no lançador da REDUC, percorrendo um trecho enterrado em região de mangue, em direção ao mar. Atravessa a Baía de Guanabara até a praia das Pelônias, na Ilha do Governador, passa por um novo trecho, enterrado até a Ponta do Barão, no outro lado dessa ilha, onde inicia o segundo trecho submarino, até a Ilha D'água, interligando-se, em seguida, aos píeres, por meio de duas linhas submarinas (Relatório Final do Grupo de Trabalho criado pela Resolução nº 265 de 27 de janeiro de 2000 do CONAMA).

³² No dia 10 de março de 1997, ocorreu um vazamento de cerca de três milhões de litros de óleo combustível no PE-II, numa região de mangue entre as instalações daquela Refinaria e a orla da Baía da Guanabara. Na ocasião, com a finalidade de apurar aquela ocorrência, foi designada uma comissão integrada por engenheiros da Petrobrás. Nas suas conclusões, a referida comissão relatou que o rompimento do duto se deu por falha de material e que a ação operacional não causou falha do duto, mas retardou a detecção da ocorrência, pela preocupação de não perder o duto por congelamento do produto, o que ampliou a quantidade vazada. A Comissão apresentou diversas recomendações, para evitar a repetição do acidente, entre elas a de aperfeiçoar a sistemática para o recebimento de obras de dutos, as condições de inspeção e manutenção dos dutos, equipamentos e instrumentos e as de operação do sistema. Essas informações constam do Relatório Final do Grupo de Trabalho criado pela Resolução nº 265 de 27 de janeiro de 2000 do CONAMA.

³³ O Sistema de Dutos e Terminais do Sudeste-DTSE/Ilha d'água (GEGUA).

³⁴ Portaria Ministerial MMA nº 120, de 16 de maio de 2000.

Ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, determinou a criação de um Grupo de Trabalho nos seguintes termos:

“é minha intenção que este Conselho Deliberativo opine a respeito de nós criarmos imediatamente um Grupo de Trabalho, formado por técnicos do IBAMA, cientistas de Universidades, enfim, um grupo de alto nível, para que faça um levantamento, o quanto antes, da situação de todo setor petrolífero, de tudo isso que tem acontecido, desde as prospecções até as refinarias, em todo Brasil³⁵.”

Além de conhecer as instalações e os projetos da Petrobras para minimizar os riscos de suas atividades, o GT realizou audiências públicas com autoridades estaduais e municipais, representantes do Ministério Público, organizações não governamentais (ONGs) e sindicatos de petroleiros. Com base nos depoimentos, nos documentos coletados e nos resultados das auditorias ambientais realizadas na Petrobrás em todas as suas instalações no Estado do Rio de Janeiro, o GT elaborou um relatório identificando as causas do acidente, os impactos causados ao meio ambiente, as providências tomadas pela Petrobrás e a situação das populações e dos ecossistemas da Baía de Guanabara atingidos.

O relatório constatou que a detecção da anormalidade não foi realizada na velocidade adequada, o que possibilitou a ampliação da quantidade vazada. Além disso, também foram enumeradas as seguintes causas: (1) a alteração do solo do canal deveu-se ao assoreamento do Rio Iguáçu, fazendo com que o duto perdesse o apoio necessário;

(2) alteração das condições de suporte do duto pelo solo no canal de conhecimento da Petrobras desde a época do acidente de 1997, o que poderia ter sido corrigido na ocasião. O projeto do duto, conhecidas as condições precárias do solo nessa região, poderia ter alertado as equipes de construção e manutenção sobre a necessidade de se garantir o enterramento do mesmo;

(3) descarta que o rompimento do duto tenha se dado por fratura ou fadiga, contradizendo o Relatório Petrobras de Ocorrência, e observa que o rompimento do duto está associado a deficiências do projeto, bem como o de manutenção do mesmo;

(4) falhas nos procedimentos gerenciais, operacionais e de manutenção por parte da Petrobras;

(5) falhas nos procedimentos de segurança industrial e meio ambiente;

(6) houve falhas envolvendo as áreas de Engenharia, Dutos, Transportes e Refino, Segurança Industrial e Meio Ambiente;

(7) deficiências na área de fiscalização, monitoramento e controle ambiental, de responsabilidade do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) e da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA), em relação ao processo industrial da EDUC e DTSE/Illa d' água;

(8) houve deficiências por parte da Agência Nacional do Petróleo (ANP) quanto ao cumprimento dos incisos V, VII e IX, Seção I, Capítulo IV da Lei nº 9478/97 (Lei do Petróleo), que tratam da autorização e fiscalização das atividades no setor e da preservação do meio ambiente³⁶.

³⁵ Idem nota 30.

³⁶ Relatório Final do Grupo de Trabalho criado pela Resolução nº 265 de 27 de janeiro de 2000, do CONAMA, reunindo dados consolidados dos documentos: Relatório Petrobras de Ocorrência/Relatório Petrobrás de Análise do Duto PE-II/Relatório da Fundação, Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos (COPPETEC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)/Relatório Final da Comissão Extraordinária (Anexo E), criada pela Portaria nº OS/2000, da presidência do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e

Em decorrência do acidente, o IBAMA aplicou os seguintes autos de infração: (1) nº 087292, por provocar o perecimento de espécimes da fauna aquática da Baía da Guanabara, no valor de R\$ 1 milhão; (2) nº 087293, por causar dano à Unidade de Conservação Federal - APA de Guapimirim, no valor de R\$ 50 mil; (3) nº 087294, por causar poluição ambiental, ocasionando a mortalidade de animais e significativa destruição da flora, além de afetar a qualidade das águas da Baía da Guanabara, no valor de R\$ 50 milhões.³⁷

Na esfera penal, foram abertos inquéritos criminais e oferecidas as seguintes denúncias: (1) a Petrobras foi denunciada por deixar de implantar uma política ambiental que visasse à proteção do meio ambiente, deixar de investir em sistemas efetivos de segurança, grave deficiência em recursos humanos e materiais, ausência de diretrizes para treinamento de pessoal no âmbito dos planos de emergência;

(2) o Presidente da Petrobras foi denunciado por omissão – assumindo os riscos decorrentes das deficiências da empresa –, por deixar de observar recomendações expedidas por órgãos competentes na ocasião de vazamento no mesmo duto, por omissão em relação às licenças operacionais do duto e da REDUC, pela adoção de política ambiental incompatível com os riscos da atividade e, apesar de dispor das informações referentes aos licenciamentos, por deixar de exigir atuação compatível dos subordinados;

(3) o Diretor Corporativo da Petrobras foi denunciado pelas mesmas razões;

(4) o Superintendente de Qualidade, Meio Ambiente e Segurança Industrial da Petrobras, idem;

(5) o Superintendente do DTSE, idem, e por saber da diferença de volume no oleoduto e não tomar providências imediatas para sustar o vazamento;

(6) o Gerente de Operações Interino, idem;

(7) o Superintendente da REDUC, idem;

(8) o Assessor de Saúde e Meio Ambiente da REDUC, idem;

(9) o Superintendente Titular do DTSE, idem;

(10) o Coordenador de Meio Ambiente, Qualidade e Segurança Industrial do DTSE, idem;

(11) o Operador do DTSE, por não fazer a comunicação necessária no momento do início do vazamento, às 00:50h do dia 18 de janeiro de 2000³⁸.

No mesmo ano de 2000, aconteceram mais dois acidentes de grandes proporções, um também em linha de dutos e outro na plataforma P-36, que afundou, deixando onze mortos. Em 16 de julho, vazaram quatro milhões de litros de óleo no rio Barigui-Iguacu, do duto que une a Refinaria da Araucária REPAR, na cidade do mesmo nome no Paraná, ao Terminal de São Francisco do Sul, em Santa Catarina. Desses quatro milhões, a maior parte foi retida pelo sistema de contenção da refinaria, mas 1,3 milhão chegaram ao rio.

Porém, o mais traumático acidente já sofrido pela empresa foi na Vila Socó, em Cubatão-SP, em fevereiro de 1984³⁹, também em faixa de dutos. Abaixo, um relato do *site* oficial da atual prefeita de Cubatão, que traduz a dimensão dessa tragédia:

“Lembro que, na tarde da sexta-feira, todo mundo sentia um forte cheiro de

Agronomia do Estado do Rio de Janeiro (CREA-RJ), constantes do Relatório Final do Grupo de Trabalho criado pela Resolução nº 265 de 27 de janeiro de 2000, do CONAMA.

³⁷ Relatório Final do Grupo de Trabalho criado pela Resolução nº 265 de 27 de janeiro de 2000 do CONAMA.

³⁸ Informações obtidas no Apostilo de Curso: Legislação Ambiental e Políticas Públicas, produzido por Rogério Rocco para o Curso de Especialização em Educação Ambiental da Universidade Cândido Mendes e Jardim Botânico do Rio de Janeiro, págs.73 a 76.

³⁹ Acidente que está incluído entre as maiores catástrofes globais da indústria do petróleo e da indústria química.

gasolina. Os bombeiros chegaram a ser chamados e orientaram os moradores para tomar cuidado. Havia um vazamento no duto, mas ninguém sabia onde era. Fomos alertados e saímos de casa momentos antes do incêndio. Quando pensamos em voltar, o fogo já havia consumido tudo", narra Silvana. Nunca se soube ao certo o estopim da tragédia sobre o mangue que, naquele momento, se transformou em um imenso caldeirão, com uma camada de gasolina que tomou conta de toda a área sob as palafitas. Sobreviventes da tragédia contam que, nas partes mais rasas, foi possível sair correndo para os pontos onde havia terra, queimando apenas os pés e tornozelos. O fogo no duto que tinha um furo por onde vazou a gasolina e alimentou a grande chama (até que queimasse todo o combustível), contra a qual lutaram os bombeiros, foi dominado de madrugada, com ajuda do Plano de Auxílio Mútuo das Indústrias. No amanhecer de sábado, os jornalistas – entre os quais me encontrava – se depararam com o saldo dantesco: tocos enegrecidos que haviam sido gente; crianças mortas por asfixia dentro de geladeiras, onde foram colocadas pelos pais na esperança de escapar do incêndio. Casais mortos, abraçados. Uma das vítimas ficou na memória como espécie de símbolo da tragédia, até ser coberta pelo lençol de um bombeiro piedoso. "Estava grávida, exibia na pele retesada o contorno, quase desenho em alto relevo, do feto, morto no seu ventre", relembra o jornalista Luigi Bongiovani. Colados ao seu corpo, por ela abraçados, como uma única massa, dois filhos com cerca de cinco anos. Essa imagem fez o então governador Franco Montoro quase desmaiar e ser atendido pelos médicos. A extensão da tragédia, como sempre ocorre, chamou a atenção, finalmente, das autoridades. A Petrobras trocou todo o sistema de oleoduto, proibiu a construção de barracos sobre a faixa de segurança de passagem da canalização, construiu casas para os sobreviventes e indenizou as vítimas. A Prefeitura aterrou o mangue. A favela foi extinta, e no lugar surgiu um bairro urbanizado, com 1.253 casas de alvenaria, 4.317 habitantes (segundo censo da Prefeitura), com ruas asfaltadas, escola e posto de saúde. Oficialmente, noventa e três pessoas morreram, o equivalente ao número de corpos encontrados. Os atingidos pelo acidente foram indenizados pela Petrobras e construíram novas casas na própria Vila São José – eles não se referem mais ao local como Vila Socó – ou em outros bairros. Hoje não há mais barracos na Vila, que até mudou de nome. É conhecida oficialmente como Vila São José, com uma paisagem urbana mais agradável e segura. Quem passa hoje pela Via Anchieta não imagina a proporção da tragédia. Porém, no jardim próximo ao posto da Polícia Rodoviária, uma cruz de madeira se destaca, cercada por um muro onde há uma placa de bronze, com a relação de nomes das vítimas identificadas. De Kátia Cilene da Silva, uma criança; a Manoel José dos Anjos, um trabalhador, segue-se a relação de oitenta e nove mortos identificados, dos noventa e três corpos encontrados. Na Vila Socó, vinte e cinco anos depois, a Justiça ainda não apontou os responsáveis pelo vazamento no duto corroído. A tubulação do oleoduto adquirido pela Petrobras à antiga São Paulo Railway estava podre, cheio de buracos, vazando. Exames periciais, solicitados posteriormente pelo Ministério Público e constatados pelo perito Jorge Moreira, comprovaram o apodrecimento e a corrosão.”⁴⁰

Em razão desse acidente, a maior tragédia relacionada às atividades da empresa em número de vítimas fatais ocorreu no sistema de dutos. Em 2000, ocorreram dois acidentes de grandes proporções nesses equipamentos. Isso sem contar vazamentos menores, ou sem

⁴⁰Inserido no site da prefeita de Cubatão, Márcia Rosa: <http://marciarosa.com.br/noticias/article.php?storyid=433>

visibilidade pública como o narrado do relatório do CONAMA em 1997 sobre um vazamento na Baía da Guanabara em 2000, quando 3 milhões de litros de óleo vazaram num manguezal.⁴¹

Em estudo intitulado “Atores Sociais e Conflitos Sociais”, produzido pelo Laboratório Interdisciplinar de Meio Ambiente do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro LIMA/COPPE/UFRJ⁴², foi apresentado um levantamento dos principais vazamentos de óleo na Baía da Guanabara entre 1975 e 2005 conforme tabela abaixo:

Tabela 4.4.1 – Acidentes com Derramamento de Óleo na Baía de Guanabara

Data	Instalação	Lugar	Empresa	Produto	Volume (m³)
30/10/75	Tank Ibn Ziyad	SI	SI	Cru	5.000 toneladas
18/03/83	SI	SI	SI	SI	SI
11/07/83	NT Horta Barbosa	SI	Petrobras	SI	SI
12/06/84	SI	SI	SI	SI	SI
14/06/84	NT Hamilton Lopes	SI	Petrobras	SI	4
31/07/84	Terminal TORGUA	Iha D'Água	Petrobras	O.C.	1,11
22/11/85	Oleoduto	Iha do Governador	Petrobras	Gasolina	SI
19/12/85	SI	SI	SI	SI	SI
26/12/85	SI	SI	SI	SI	SI
05/06/86	Terminal TORGUA	Iha D'Água	Petrobras	CRU	0,4
13/01/87	Oleoduto	REDUC	Petrobras	Óleo	15
07/03/87	SI	SI	SI	SI	SI
11/08/87	NT Prudente de Moraes	Iha D'Água	Petrobras	SI	SI
15/10/88	SI	SI	SI	SI	SI
07/12/88	SI	SI	SI	SI	SI
19/12/88	NT Carioca	Iha D'Água	Petrobras	Cru	10
11/01/89	NT Horta Barbosa	Iha D'Água	Petrobras	SI	SI
17/03/89	NT Alagoas	Iha D'Água	Petrobras	8,75	SI
22/02/90	Terminal TORGUA	Iha D'Água	Petrobras	Lacto	SI
27/02/90	SI	Praias	Petrobras	Cru	SI
14/03/90	NT Doce Polo	Iha D'Água	Petrobras	Cru	20
11/04/90	Reboador	SI	Metalmave	SI	SI
18/05/90	Navio Frotta Manlia	SI	SI	SI	SI
18/08/90	NT Horta Barbosa	Iha D'Água	Petrobras	Cru	20
06/11/90	SI	SI	SI	SI	SI
20/01/91	Terminal TORGUA	Iha D'Água	Petrobras	Cru	0,86
19/03/91	SI	SI	SI	SI	SI
08/05/91	SI	SI	SI	SI	SI
30/05/91	SI	SI	SI	SI	SI
10/07/91	NT Bicas	Iha D'Água	Petrobras	SI	SI
06/08/91	SI	SI	SI	SI	SI
06/08/91	NT Araxá	Iha D'Água	Petrobras	SI	SI
08/11/91	Oleoduto	Canal REDUC	Petrobras	O.C. 2A	100
14/11/91	Oleoduto	SI	Petrobras	O.C.	0,5
06/08/91	NT Jacuí	Iha D'Água	Petrobras	Diesel	0,2
30/01/92	Chata	SI	Petrobras	O.C.	0,15
24/06/92	Terminal TORGUA	Iha D'Água	Petrobras	Narva	SI
26/07/92	NT Bicas	SI	Petrobras	SI	1
12/01/93	Terminal TORGUA	Iha D'Água	Petrobras	SI	0,2
09/03/93	Estaleiro	Iha Viana	RENAVE	SI	SI
16/06/93	SI	SI	SI	SI	SI
10/03/97	Duto	Iha D'Água	Petrobras	O.C.	2.800
16/08/97	NT Bicas	SI	Petrobras	SI	1
18/01/00	Oleoduto	Iha D'Água	Petrobras	O.C.	1.300
26/07/00	Navio Cantagalo	Iha D'Água	Petrobras	O.C.	0,38
23/02/02	NT Caronha	Pier Praça Mauá	SI	O.C.	50
20/03/04	Navio Meganar	Niterói	SI	Cru	2
03/09/05	Navio Saga Mascote	Niterói	SI	O.C.	2

SI: sem informação.

Fonte: CIBIG, 2008; Ambiente Brasil, 2007

Em relação à REDUC, o estudo de Acselrad e Mello, em “Conflito Social e Risco Ambiental: o caso de um vazamento de óleo na Baía de Guanabara”, apresentou um histórico de acidentes ambientais no complexo petroquímico desde a década de 1980, em que se destacam: (1) a explosão de uma esfera de GLP em 1972 com 42 mortes anunciamas, e menção a desaparecimentos, de difícil possibilidade de apuração, devido à vigência do regime militar e à definição da refinaria como área de segurança nacional; (2) entre 1987 e 1988, a unidade da Petroflex permaneceu queimando H2S (ácido sulfídrico) na tocha por dezenas de

⁴¹ Relatório Final do Grupo de Trabalho criado pela Resolução nº 265 de 27 de janeiro de 2000 do CONAMA.

⁴² In: http://www.lima.coppe.ufrj.br/aaepetrobras/Produto_2/Atores_Sociais_e_Conflitos_Potenciais.pdf

meses, com notícia de precipitação de chuva ácida na serra; (3) acidente em março de 1997, com duas mil toneladas de óleo despejados na Baía, segundo o sindicato, e de seiscentas toneladas, segundo a Petrobrás; (4) explosão de um tanque de armazenamento de butadieno, na Petroflex, vizinha à EDUC, em março de 1998 (ACSELRAD e MELLO, 2002).

Cabe então a pergunta: quais foram as mudanças no cenário político, institucional, econômico ou social, entre 1997 e 2000, que se relacionam com as diferentes reações entre os acidentes?

Os fatos apontavam tanto para uma fragilidade estrutural de dutos como para uma inadequação dos procedimentos da empresa na análise e gestão dos riscos causados por suas atividades. Para poder explorar as causas dos diferentes tratamentos dessa fragilidade e inadequação, antes e depois de 2000, é importante detalhar melhor as repercussões institucionais e as medidas adotadas pela empresa em decorrência direta do derrame na Baía de Guanabara⁴³, das quais o Grupo de Trabalho instituído pela Resolução 265 do CONAMA foi uma primeira e imediata consequência. Outra repercussão institucional foi: a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável do Rio de Janeiro mobilizou um Plano de Emergência para a Baía de Guanabara, ressaltando que o referido Plano mostrou-se deficiente para atender a uma situação de emergência daquele porte. Declarou que o Plano não previa a participação dos municípios envolvidos, das ONGs, e não tinha nenhuma previsão de socorro à fauna.

Posteriormente a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável do Rio de Janeiro celebrou convênio com a Petrobras e com a ONG Viva Rio, para avaliar os impactos ambientais, sociais e econômicos causados à Baía de Guanabara, com recursos repassados ao Viva Rio pela empresa. Esclareceu, ainda, que coordenou os trabalhos de seis grupos: Coordenadoria de Ações Emergenciais (FEEMA); Coordenadoria de Resgate de Fauna (Fundação Instituto Estadual de Floresta - IEF); Coordenadoria de Avaliação de Impacto no Comércio (Secretaria de Meio Ambiente Magé); Coordenadoria de Avaliação de Danos (SEMADS); Coordenadoria de Sanções (IBAMA); Coordenadoria de Impactos na Pesca (Coordenador de Articulação Regional do IBAMA/RJ).

Esses grupos, com as suas respectivas áreas de atuação, foram criados após a realização de reuniões envolvendo a própria secretaria, o IBAMA/RJ, os governos municipais, a Petrobras, as universidades, as ONGs e representação dos pescadores.

Das ações deflagradas, destacaram-se: a caracterização física e química do óleo; a vistoria do ecossistema atingido pelo acidente; a análise da toxicidade do produto na água e dos sedimentos coletados na Baía da Guanabara; a avaliação da biodegradabilidade e do nível de contaminação no pescado.

Outra repercussão institucional foi que a Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia (SECT) assinou convênio, em 23 de março de 2000, envolvendo a Petrobras, o Ministério Público Estadual e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com o objetivo de avaliar tecnicamente, sob o ponto de vista do risco ambiental, as condições de funcionamento da EDUC. O consórcio envolveu 108 (cento e oito) pesquisadores divididos em doze subgrupos que abordaram, entre outros assuntos, a caracterização geral do complexo industrial EDUC/DTSE, compreendendo o histórico de implantação, sua evolução e as

⁴³ Dados constantes do Relatório Final do Grupo de Trabalho criado pela Resolução nº 265 de 27 de janeiro de 2000, do CONAMA.

características ambientais e socioeconômicas das áreas sob influência direta do empreendimento.

Uma das medidas tomadas pela empresa foi, em 15 de maio de 2000, firmar um “Pacto Ambiental” com organizações ambientalistas, visando a ratificar parceria nas atividades ligadas à recuperação da Baía da Guanabara e executar um programa amplo de Educação Ambiental nas comunidades dos municípios de Magé, São Gonçalo e Guapimirim.

Outra medida tomada pela empresa: em 30 de junho de 2000, a Petrobras celebrou com as prefeituras dos municípios do Rio de Janeiro, São Gonçalo, Magé, Duque de Caxias e Guapimirim os seguintes compromissos: (a) Rio de Janeiro: projetos de monitoramento; educação ambiental; proteção, recuperação e valorização do patrimônio natural e cultural e dos espaços públicos, além da limpeza das ilhas de Paquetá e do Governador e de patrocínio para projetos culturais na municipalidade; (b) São Gonçalo: projetos nas áreas social, ambiental e de recuperação/restauração arquitetônica; (c) Magé: compromisso de desenvolvimento do Projeto de Estudo de Viabilidade Técnica, Financeira e Ambiental da Urbanização do Guia do Pacobaíba, que seguirá as seguintes etapas: Estudo para a Avaliação, Recuperação Ambiental e Engordamento da Praia do Anil e Estudo de Impacto Ambiental do Engordamento; (d) Duque de Caxias: melhoria da qualidade sócio-ambiental-econômica de quarenta e cinco comunidades do município, por intermédio do projeto “Verde que te Quero Verde” e de dois projetos de patrocínio: Pequeno Jardineiro e Parque Municipal de Taquara.

As reações emergenciais indicaram um campo institucional amplo, uma pluralidade de sujeitos políticos e a existência tanto de uma regulação normativa como também de competências para sua tradução em medidas concretas. Desde 1984, portanto, a sociedade brasileira tinha se democratizado, tornando-se mais complexa e mais pluralista e o ordenamento jurídico e o desenho institucional se tornado mais aberto e adequado à convivência de diferentes atores e forças sociais.

Porém, mantendo o foco analítico nos resultados da Resolução nº 265 do CONAMA, o Grupo de Trabalho, após delimitar a área geográfica atingida, proceder a uma análise detalhada dos impactos do derrame de óleo para o meio biótico, praias, costões rochosos e ambiente pelágico⁴⁴, quantificar e valorar os impactos socioeconômicos para a pesca, o turismo e o comércio, em suas conclusões, considerou que:

(1) das vinte e nove unidades produtivas que compõem as instalações da Reduc, apenas 9,7% estavam devidamente licenciadas. Uma fração de 48,4% dessas unidades eram considerada pela EDUC como passível de isenção de Licença de Operação por terem sido inauguradas antes da instituição do Sistema de Licenciamento de Atividades Poluidoras (SLAP), em 1977. O restante das unidades, que compõem uma fração de 41,9%, eram passíveis de licenciamento, mas somente tiveram suas licenças de operação requeridas pela empresa em agosto de 1998, entre elas unidades em operação há mais de 20 anos. Este posicionamento parece reação à Lei nº 9605 de 13 de fevereiro de 1998, Lei de Crimes Ambientais, que prevê consequências penais para atitudes em discordância com a legislação em vigor. Uma reação previsível, face aos montantes relacionados para o estabelecimento dos valores das multas, que alcançam valores bastantes

⁴⁴ Fazem parte deste grupo as baleias, várias espécies de crustáceos (como o krill e os camarões), muitos cefalópodes e espécies de peixes que vivem geralmente em cardumes, como as sardinhas, as anchovas, os atuns e tubarões.

superiores àqueles da legislação penal estadual. As questões de ambiente e segurança intramuros são correlacionadas tradicionalmente às iniciativas do Ministério do Trabalho e à ação de seus fiscais, não existindo portanto o conceito de licenciamento. As questões de ambiente e segurança do trabalho são consideradas adequadas ou não pelos órgãos citados. A única legislação que prevê este relacionamento é a Lei 1898 de 26 de novembro de 1991, Lei das Auditorias Ambientais. A existência de um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho é anterior, na EDUC, à do sistema de gestão ambiental. Este sistema já foi considerado adequado no passado e, atualmente, deve ser revisto e correlacionado ao de meio ambiente. Como avaliação geral do processo de licenciamento e do relacionamento da EDUC com o órgão ambiental, no que tange ao atendimento dos demais instrumentos legais, pode-se concluir que a Refinaria vem apresentando historicamente um comportamento que oscila entre atitudes passivas e reativas; (2) como avaliação geral do processo de licenciamento do DTSE e do seu relacionamento com os órgãos competentes, no que se refere ao atendimento dos demais instrumentos legais, pode-se concluir que, de uma postura historicamente passiva, este tem evoluído para um comportamento tendencialmente mais reativo. Motivado pela obtenção de certificação pela ISO 14000, o DTSE modificou sua atitude nos últimos anos, introduzindo procedimentos de gestão ambiental que integram o atendimento da legislação com o estabelecido pelos requisitos da Norma. Para tomar-se efetivamente proativo, o DTSE precisaria romper a cultura clássica de empresa voltada para a priorização dos processos produtivos, onde a questão ambiental é relegada ao mero atendimento de requisitos legais e de mercado.⁴⁵

Por fim, as conclusões do Grupo de Trabalho criado pela Resolução 265 do CONAMA geraram recomendações que, mediante o Termo de Compromisso de Ajustamento Ambiental celebrado entre o Ministério Público da União e a empresa, foram convertidas em obrigações legais que incluíam uma multa diária caso os prazos estipulados não fossem cumpridos:

(A) Quanto aos ecossistemas: priorizar as pesquisas sobre o ecossistema de manguezais que constitui a APA Guapimirim; implementar um plano de gestão para os manguezais mais atingidos pelo óleo, particularmente, os da APA Guapimirim; equacionar as ações necessárias à mitigação dos danos ambientais; implementar pesquisas que objetivem a avaliação e o monitoramento dos impactos ambientais, sociais e econômicos causados à Baía de Guanabara, conforme Convênio celebrado entre a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e a Petrobrás. Propor a produção de juvenis de caranguejos, em larga escala, para repovoamento das áreas afetadas pelo óleo, como medida mitigadora (IBAMA/RJ, Petrobrás, UFPR e Laboratório para produção de Larvas); replantar os manguezais assoreados nos últimos anos, como parte dos trabalhos de revitalização da bacia e dos ecossistemas da Baía; mapear os ecossistemas presentes na Baía de Guanabara, estabelecendo as vulnerabilidades relativas a impactos por óleo; criar projetos de valoração ambiental dos ecossistemas da Baía de Guanabara, para que danos de eventos isolados, como o derramamento de 18 de janeiro de 2000, possam ser adequadamente mensurados; estabelecer protocolos descrevendo ações de contenção e

⁴⁵ Dados constantes do Relatório Final do Grupo de Trabalho criado pela Resolução 265 de 27 de janeiro de 2000 do CONAMA.

remoção de óleo no mar, bem como os procedimentos de limpeza a serem adotados em vazamentos semelhantes.

(B) Quanto à Petrobrás: 1) Oleodutos: atualizar o estudo de análise de riscos e, com base nos seus resultados, avaliar a pertinência do retorno à operação do Duto PE-II frente aos impactos estimados pelo estudo e antes de o operar novamente, e avaliar a sua integridade estrutural, estabelecendo as condições de contorno para a nova operação, revendo os pressupostos de projeto, atendendo-os integralmente após tal revisão; implantar um programa de gerenciamento de riscos dos oleodutos; 2) Avaliação de risco ambiental: elaborar, na REDUC, um programa para a realização de Estudos de Análises de Riscos para as unidades que ainda não os possuem; 3) Carga e descarga de produtos: aumentar o nível de instrumentação das operações de transferência, de forma a permitir aos operadores na sala de controle uma visão mais completa do conjunto; interligar os painéis de controle das diversas estações envolvidas, inicial, intermediárias e final, de forma a se poder identificar com maior precisão as eventuais irregularidades na operação; aumentar o nível de automação nas operações, liberando os operadores das funções mais rotineiras, de forma a minimizar as falhas de percepção de irregularidades. rever os critérios que definem o intervalo entre verificações por parte dos operadores – atualmente estes critérios não levam em conta as vazões envolvidas na operação, que deveriam ser um fator determinante na definição destes intervalos; rever os procedimentos e normas relativos às transferências e à inspeção dos dutos em função das novas diretrizes ambientais; implantar monitoramento centralizado da temperatura ao longo dos dutos; 4) Plano de Contingência: rever em todos os seus aspectos os planos de contingência da empresa.⁴⁶

Todos esses fatos provocavam uma crise que envolvia as operações da empresa de forma transversal. Essa dimensão de crise institucional, que questionava a empresa como um todo, já estava delineada na decisão ministerial de 27 de janeiro de 2000, que determinou a criação de:

“um Grupo de Trabalho, formado por técnicos do IBAMA, cientistas de universidades, enfim, um grupo de alto nível, para que faça um levantamento, o quanto antes, da situação de todo setor petrolífero, de tudo que tem acontecido, desde as prospecções até as refinarias, em todo Brasil”.⁴⁷

Assim, desenhava-se um quadro de insegurança jurídica para a tomada de decisões rotineiras pelas gerências em todos os níveis. Um quadro de vulnerabilidade e responsabilização legal dos dirigentes, e de possíveis reflexos na rentabilidade e na imagem corporativa externa e interna com impactos no mercado financeiro e no valor de mercado da empresa. Além disso, impunha-se um questionamento da própria competência da instituição e de seus trabalhadores para gerir o negócio, com a possibilidade de impactos políticos e restrições a sua autonomia administrativa e financeira.

⁴⁶ Dados constantes do Relatório Final do Grupo de Trabalho criado pela Resolução 265 de 27 de janeiro de 2000 do CONAMA.

⁴⁷ Dados constantes do Relatório Final do Grupo de Trabalho criado pela Resolução 265 de 27 de janeiro de 2000 do CONAMA.

Nesse sentido, os condicionantes impostos pelo Termo de Compromisso pactuado com o Ministério Público e órgãos governamentais como IBAMA e FEEEMA geraram obrigações de ampla reestruturação organizacional e cultural. E foram de encontro à necessidade de “dar respostas imediatas” capazes de gerar perspectivas positivas de mudança e adequação exigidas pelos vários “campos de poder”⁴⁸ que naquele momento interpelavam a empresa.

Alguns depoimentos de representantes da empresa dão a dimensão dessa crise institucional: “Baía da Guanabara foi uma comoção muito forte dentro da companhia. Aliás, tudo o que veio: da Baía da Guanabara até o afundamento da P-36 foi uma sequência muito forte”⁴⁹

Um impacto que envolveu as gerências: “os diretores, os gerentes, os executivos, eles estavam impactados; com dor profunda e envergonhados, mexeu com o simbólico de todo mundo”⁵⁰.

E da mesma forma, os trabalhadores: “Noites e noites, homens e mulheres, com aqueles macacões cheios de óleo, na beira d’água, passando a noite, dobrando turno. E ninguém ia embora”⁵¹

É neste contexto que se instaurou na empresa uma crise de legitimidade pública, de conformidade legal e de instabilidade operacional, a partir qual a empresa viu-se obrigada a definir estratégias de reação, o que incluía tanto reparações financeiras e ambientais como reestruturação tecnológica e gerencial de suas operações.

Além disso, as recomendações da Resolução 265 do CONAMA, transformadas em obrigações através do TCAA do Ministério Público Federal, geraram parâmetros técnicos que passaram a nortear as reações da empresa, as quais, ainda que em alguns aspectos possam ter ido além da exigibilidade legal, apresentam relação direta com a necessidade de obter licença para operar. Ou seja, os desdobramentos da crise ressaltaram a importância dos instrumentos reguladores e da existência de um campo técnico-jurídico qualificado e mobilizado capaz de traduzir as ordens genéricas dos dispositivos legais em ações concretas, essenciais para a eficácia e o aperfeiçoamento dos direitos em geral e, no caso, dos direitos ambientais.

Por este caráter programático e pela correspondência direta das respostas da empresa à crise do derramamento de óleo na Baía da Guanabara, creio ser importante tentar sistematizar alguns dos parâmetros estabelecidos pelo instrumento normativo (TCAA) que então passaram a orientar as ações da Petrobras: (1) necessidade de dispor de informação qualificada sobre os ecossistemas impactados pelas ações da empresa, e na ausência de uma informação pré-existente, a obrigação de produzi-la; (2) construir mapas de vulnerabilidades dos ecossistemas relacionados às atividades da empresa (3) dispor de um plano de gestão para os ecossistemas impactados capaz de prevenir e mitigar eventuais danos ambientais, incluindo bioma, ar e lençol freático; (4) dispor de planos de gestão de resíduos para todas as atividades da empresa; (5) promover estudos e análises de valoração ambiental dos ecossistemas impactados para a mensuração de eventos isolados; (6) dispor de Planos de Contingência com protocolos para ações contingenciais (ações de enfrentamento de acidentes); (7) dispor e manter atualizados estudos de análise de risco de todas as operações da empresa, em especial das operações de refinarias e sistemas de dutos; (7) implantar um programa de gerenciamento de riscos da malha de dutos; (9) implantar um sistema de monitoramento remoto e integrado

⁴⁸ idem nota 1.

⁴⁹ Entrevista 5.

⁵⁰ Entrevista 6

⁵¹ Entrevista 6

da malha de dutos; (10) aumentar o nível de automação liberando os operadores para funções de controle e monitoramento das operações.

A esses parâmetros, soma-se a medida geral aplicada imediatamente após o acidente, na própria publicação da Resolução 265 do CONAMA, que determinou a execução de auditorias ambientais em todos os equipamentos da empresa e da indústria nacional do petróleo. Essas medidas foram posteriormente regulamentadas, com amplas repercussões nas práticas industriais de segurança ambiental⁵², algumas das quais serão detalhadas na seção abaixo.

2.2 A Reação à Crise

Um ano depois do derrame de óleo na Baía da Guanabara, a Petrobras divulgou um documento intitulado “Meio Ambiente: a Petrobras presta contas do compromisso assumido”. Nesse documento a empresa relata suas ações pós-acidente, que englobaram:

(1) mobilização de 2.398 pessoas, 152 embarcações e 35 km de barreiras de contenção; (2) distribuição de 8.234 cestas básicas e indenizações de R\$ 6,7 milhões às comunidades afetadas; (3) constituição de um grupo de trabalho de oitenta pessoas que após três meses apresentou um programa de excelência em segurança, meio ambiente e saúde, com investimento de R\$ 1,8 bilhão até 2003; (4) adequação e modernização das instalações da empresa na Baía da Guanabara; (5) mapeamento ambiental da Baía da Guanabara, em parceria com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMADS), incluindo a criação de um banco de dados; (6) implantação de nove Centros de Defesa Ambiental, em pontos estratégicos do país (relacionados com as operações da empresa), com embarcações, equipamentos e pessoal treinado para defesa do meio ambiente no caso de vazamento de óleo, e para pesquisa e sistematização das características locais dos ventos, marés e correntezas, facilitando as ações emergenciais; (7) implantação de boias de monitoramento continuado da quantidade de óleo na Baía da Guanabara; (8) implantação de um sistema de monitoramento remoto e integrado da malha de dutos e intensificação das inspeções visuais, através de andarilhos, motocicletas e helicópteros. (Anexo A)

No mesmo documento que cita as ações diretamente relacionadas com o derrame, a empresa anuncia um investimento de R\$ 192 milhões para o cumprimento, em três anos, dos quarenta compromissos assumidos no “Termo de Compromisso para Ajuste Ambiental” junto ao Ministério Público Federal, FEEMA e SEMADS (um desdobramento da Resolução 265 do CONAMA), citando trinta e sete ações de adequação e aprimoramento já implantadas nos processos produtivos da empresa. Ela também informa sobre a reestruturação da sua Unidade Corporativa de Meio Ambiente, Segurança e Saúde - SMS, que passou a vincular-se diretamente à estrutura da presidência da empresa. Por fim, relata a existência de catorze parcerias com universidades e instituições de pesquisa, para a realização do “Mapeamento Ambiental da Baía da Guanabara”, visando ao seu futuro monitoramento, orçado em R\$ 2,7

⁵² Dados constantes do Relatório Final do Grupo de Trabalho criado pela Resolução 265 de 27 de janeiro de 2000 do CONAMA.

milhões, e cinco parcerias com prefeituras e secretarias para implantações de projetos educativos, ambientais e culturais, no valor total de R\$ 14,2 milhões.

Esse documento anunciaava a configuração de um novo quadro institucional na empresa, que se alinhava com um contexto normativo fortalecido e com novos projetos e estratégias na área de SMS, que se somavam a outras mudanças quais a Petrobras vinha passando desde o final dos anos 1990, como, por exemplo: abertura de capital, mudança do desenho institucional, internacionalização, pressão e resistência à privatização – com as correspondentes reações da sociedade e dos seus trabalhadores –, fatores que caracterizaram a gestão neoliberal de Fernando Henrique Cardoso na Presidência da República⁵³. E que foram ressignificados, com o fim desse ciclo em 2003. A mudança de orientação política irá ampliar os investimentos na modernização da empresa: de seus equipamentos, de seus quadros e das suas práticas de SMS.

No trabalho “Conflito Social e Risco Ambiental: o caso de um vazamento de óleo na Baía de Guanabara”, Acselrad e Mello apresentaram um histórico divido em dezesseis cenas que relatou os principais marcos na evolução das práticas de segurança operacional na REDUC, desde o início de suas operações, numa época em que os riscos eram desconsiderados na concepção do projeto, passando pelos principais acidentes ambientais relacionados às atividades da empresa e pelas iniciativas de gestão técnica do risco até o acidente de 2000 (Acselrad e Mello, 2002).

Esse estudo articulou a gestão do risco socioambiental com o contexto político e normativo da época, em especial com o sucateamento operacional levado a termo nos anos 1990, mapeando as iniciativas de aprimoramento dos sistemas de segurança iniciadas nos anos 1980 e interrompidas na década seguinte com a precarização das relações de trabalho e relaxamento dos procedimentos operacionais, produzindo condições favoráveis para a sucessão de acidentes ambientais que culminaram no derrame de óleo na Baía da Guanabara em 2000. Esses fatos apontam uma vinculação do sucateamento da REDUC com o projeto privatista neoliberal levado a cabo entre 1990 e 2002 (Acselrad e Mello, 2002).

Um sucateamento que vinha se agravando desde a crise do endividamento dos anos 80, dentro da lógica de controle financeiro dos investimentos públicos pelo Fundo Monetário Internacional - FMI:

“existia um problema-chave naquele período, que agravava a situação, que era a tal das contas primárias do governo federal. À época, isso era um dos itens que eram controlados pelo Fundo Monetário Internacional, a caixa do governo federal era contabilizada, a partir de todas as instituições do governo federal, das estatais. Então, a Petrobras, de maneira permanente, ficava com saldos enormes em caixa, sem poder fazer investimento em compra de equipamentos, modernização, etc., por causa da questão do controle das contas públicas, o FMI entendia que tudo quanto era gasto do governo, na administração direta e indireta, todo centavo desembolsado –

⁵³ Que incluem o emblemático episódio da tentativa de rebatizar a empresa como Petrobrax depois de reestruturada para ser vendida de forma fracionada. O que, na esfera da empresa, sintetizava e traduzia a submissão do governo brasileiro aos princípios estabelecidos pelo Consenso de Washington, como ficou conhecido o receituário neoliberal imposto a toda a América Latina durante os anos 90.

não importa se para custeio ou para investimento – era sempre considerado como gasto.”⁵⁴

Esse sucateamento foi acelerado pelas políticas neoliberais dos anos 90, que mantiveram a empresa durante 10 anos impedida de investir ou contratar:

“[...] a Petrobras ficou proibida de contratar, durante mais de 10 anos. Então, de 90, na época do Governo Collor, até 2002, não podíamos fazer contratação. Não entrava gente nova, a empresa fez alguns programas de demissão voluntária, ou incentivo à aposentadoria, ou seja, sai pessoal qualificado e experiente, não entra ninguém no lugar. Então, naturalmente, você vai ter uma perda de conhecimento – e você tem menos pessoas para responder pelos processos internos. E o movimento sindical insistia – contra a redução de efetivo – mas isso não tinha eco na direção da companhia”.⁵⁵

Nesse contexto, o processo que se iniciou após o acidente, num primeiro momento como reação direta as sua consequências, ainda dentro de uma lógica neoliberal, a partir de 2003, passará a se relacionar com uma nova política de governo, de resgate do caráter público e de modernização da empresa com a valorização do seu papel estratégico para a soberania dentro de um projeto desenvolvimentista que irá se intensificar após 2006.

Então, um importante marco de uma nova fase que se iniciou em 2003 foi o rompimento dessa dependência com o FMI:

“[...] a grande mudança disso vem no Governo Lula, acho que foi uma das coisas mais interessantes que o Governo Lula fez; e foi logo no começo. Primeiro, separar as contas das estatais, do caixa do governo federal; principalmente a Petrobras, que tem geração própria de receita. Não faz o menor sentido. A Petrobras não recebe um tostão do governo desde 73, 74; então, não tem porque considerar o caixa da Petrobras como caixa do governo. Todo o investimento da Petrobras é praticamente geração própria de receita; ou captação de dinheiro no mercado. Não é dinheiro do Tesouro. O segundo é, separar, dentro do governo federal o que é custeio e o que é investimento. Porque o FMI passou a separar isso. Então, o governo começou a investir e isso não ser considerado como gasto, que são coisas distintas – e a Petrobras já estava fora das contas do governo nessa época”.⁵⁶

Em um documento divulgado pela Petrobras em 17 de setembro de 2009, intitulado “A Baía Protegida”, a empresa apresentou um balanço de dez anos do acidente de 18 de janeiro de 2000.

“Além da retirada do óleo e completa limpeza das praias e costões atingidos – o que permitiu que, em trinta dias, o IBAMA liberasse a pesca na região –, foram firmados convênios com universidades, que viabilizaram a recuperação de manguezais, o repovoamento de caranguejos e a criação de instrumentos capazes de diagnosticar e monitorar o ecossistema da Baía. Os pescadores afetados pelo acidente tiveram na época seus barcos e equipamentos de pesca reparados, foram cadastrados e indenizados e

⁵⁴ Entrevista 5.

⁵⁵ Entrevista 5.

⁵⁶ Entrevista 5.

receberam cestas de alimentos por período superior ao que durou a proibição da pesca. Na época, a Petrobras pagou ao IBAMA multa de R\$ 35 milhões e destinou a este órgão mais R\$ 15 milhões para investimentos em projetos de revitalização ambiental. No âmbito estadual, a empresa assinou convênio de R\$ 40 milhões com a Secretaria de Meio Ambiente, o que viabilizou inúmeras obras e melhorias ambientais em municípios da região. Além das ações imediatas ao acidente, a Petrobras deu início, na época, à implementação do Programa de Excelência em Gestão Ambiental e Segurança Operacional, o Pegaso, por meio do qual foram investidos, até o final de 2006, mais de R\$ 10 bilhões na prevenção e controle de acidentes e na redução de emissões, resíduos e efluentes em todas as suas unidades. Desse total, cerca de R\$ 4,2 bilhões (mais de 40%) concentraram-se nas instalações da companhia no Estado do Rio de Janeiro. Especificamente na Baía de Guanabara foram realizados grandes investimentos em melhorias ambientais na Refinaria Duque de Caxias (Reduc) e no terminal da Ilha d'Água, como o fechamento do sistema de refrigeração da Reduc e consequente redução do descarte de efluentes na Baía. Desde 2000 a Petrobras mantém, na Baía de Guanabara, um Centro de Defesa Ambiental, que funciona como uma espécie de Corpo de Bombeiros ambiental, a postos 24 horas por dia, para atuar na eventualidade de vazamentos de óleo. Com o mesmo objetivo, uma embarcação especializada na contenção e recolhimento de óleo permanece de prontidão 24 horas por dia para a máxima proteção da Baía. Hoje o controle de operação dos dutos da Petrobras é totalmente informatizado, com análise permanente de volume, vazão, pressão, temperatura e densidade dos produtos transportados. No caso do duto que vazou em 2000: o PE-II, foi substituído por outro de última geração, cujas características incluem extrema resistência a fadiga, sistema de detecção de vazamentos e configuração em zig-zag para garantir a máxima proteção ao meio ambiente". (Anexo B)

Nesse documento, além do inventário das ações de enfrentamento direto do derrame referentes aos anos imediatamente seguintes a 2000 e do salto nos investimentos em SMS de R\$ 1,8 bilhões até 2003 para R\$ 10 bilhões em 2009, é destacado o projeto Baía Límpa, iniciado em janeiro de 2009 com o financiamento da empresa. Por meio desse projeto, resíduos sólidos da Baía de Guanabara seriam transformados em energia a partir da sua queima numa "Usina Verde". Uma ação capaz de gerar renda para os 1.252 pescadores artesanais que recolhem o lixo flutuante, o lixo de fundo e o lixo de redes posicionadas estrategicamente em rios que desaguam na baía.

O mesmo documento informava que a FEPERJ (Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro) reivindicava junto à Petrobras indenizações para 20.517 pescadores em razão do vazamento de óleo na Baía da Guanabara em 2000 e a empresa esclarecia que a quantidade de pescadores na época do vazamento era de 3.339 pescadores de acordo com o IBAMA, sendo que o período indenizatório seria de 32 dias (período em que a pesca ficou suspensa). Por fim, o documento divulgou um convênio para revitalização do "Canal do Fundão" e "Canal do Cunha", firmado em 4 de julho de 2008, que previa um repasse estimado em R\$ 194 milhões para dragagem e manejo de sedimentos, conforme a legislação vigente.

Uma análise do discurso indicaria uma lógica de compensação entre argumentos reivindicatórios fundamentados em direitos e argumentos ancorados em ações voluntárias. Além disso, apresenta uma visão sofisticada de gestão de resíduos com sua conversão em

energia (numa equivalência simbólica com a conversão dos resíduos da produção petrolífera em benefícios para a sociedade), como representação de um compromisso com a sociedade abrangente, para além dos impactos diretos de suas atividades.

Assim, a partir de uma contextualização que inclui o período anterior ao acidente de 2000 e as obrigações legais dele decorrentes, o documento de 17 de setembro de 2009 refletiu mudanças no padrão de relacionamento e de segurança da empresa. Estas mudanças não podem ser atribuídas unicamente à experiência negativa do acidente de 2000. Em 1984, na Vila Socó em Cubatão – SP, as condições traumáticas foram de igual ou maior amplitude, incluindo uma centena de vidas humanas e altos custos sociais e econômicos. O mais provável é que essas mudanças tenham se relacionado com transformações de maior amplitude na sociedade brasileira, com mudanças no poder, na lei, no modelo político, no mercado, nas mentalidades e nos objetivos dos agentes envolvidos, ou seja, nos “campos de poder” e “campos de luta” que configuravam o “espaço social”⁵⁷, bem como na inserção da Petrobras nesse espaço.

O depoimento abaixo chama a atenção para algumas das diferenças entre esses dois momentos, vistos de dentro da empresa:

“a primeira coisa é que 84 para 2000, são 16 anos, 84 é final do governo militar; 2000 nós estamos vivendo a revolução dos processos de automação e de comunicação. Então, o que em 84 você pode, na realidade, abafar o caso, em 2000 isso era muito mais difícil. O poder de transmissão da informação era muito diferente. Em 84, o que não estava na televisão, não tinha acontecido. Vila Socó, eles conseguiram segurar. Um segundo aspecto, que eu acho que acontece é que o mundo, em 2000, ele já estava muito diferente. Principalmente por causa da discussão ambiental. O Rio de Janeiro tinha vivido a Rio-92. Essa discussão já tinha contagiado as lideranças, as organizações como a ONU e outras. Quando o acidente acontece, isso ganha uma projeção internacional muito rápido também; e nacional muito rápida. E também soma-se que isso aconteceu dentro do maior cartão postal do Brasil; que é o Rio de Janeiro. Agora, não dá para comparar os dois acidentes. São quadros completamente distintos. Porque as razões que levaram ao acidente e tal. Agora, foram duas tragédias! Que Vila Socó teve, pelo número de mortos, e a maneira como aquilo tudo aconteceu é muito cruel e muito triste. Aquilo realmente foi uma coisa muito triste.”⁵⁸

Portanto, na configuração deste “espaço social” também é relevante a emergência do movimento ambientalista que, no final do século XX, conforme CASTELLS (1999), ganha destaque no cenário internacional, a partir de um padrão descentralizado, de atuação em rede e com alto grau de penetração na sociedade e no Estado, impondo adaptações do mercado e do ordenamento jurídico.

Algumas pistas sobre transformações na Petrobras, a partir do derrame de óleo em 18 de janeiro de 2000, podem ser obtidas através do Plano de Ação Emergencial da Baía da Guanabara que apresentou a estrutura organizacional e as ações desenvolvidas nos primeiros meses da crise.⁵⁹

⁵⁷ Idem nota 19.

⁵⁸ Entrevista 5.

⁵⁹ Revista Petrobras, ano VII, n. 67, fevereiro 2000, págs. 6 e 7

A empresa reconheceu a importância e a natureza complexa dos desdobramentos provocados pelo acidente nas áreas ambiental, política, social, logística, técnica, financeira e jurídica, e apresentou um modelo organizacional diretamente vinculado à Presidência, composta por sete frentes de trabalho: (1) Frente Ambiental; (2) Frente de Relacionamento Governamental; (3) Frente Operação de Limpeza; (4) Frente de Comunicação; (5) Frente de Comunidades; (6) Frente Mercado Financeiro; (7) Frente Questões Jurídicas.⁶⁰

Esse plano apresentou uma cartografia das “relações objetivas” que, naquele momento, estruturavam o “campo de poder” relacional da empresa, ou seja, relações estratégicas com: governo, congresso, mídia, opinião pública local, opinião pública nacional, opinião pública internacional, comunidades, pescadores, marisqueiros, sirizeiros, caranguejeiros, legislação ambiental, mercado financeiro nacional, mercado financeiro internacional, Baía da Guanabara contaminada, órgãos ambientais, organizações ambientalistas. Eram relações de natureza socioecossistêmica, que objetivavam as interações dentro daquilo que Moreira denomina “ordem relacional externa”. E também uma configuração de “campos de poder” dentro de uma “ordem relacional interna”, complementar e igualmente proposta por Moreira, que disputava sentidos e interpelava a empresa: seus trabalhadores, sindicatos, fornecedores, concorrentes e clientes, e principalmente todos os seus campos gerenciais vulnerabilizados pelo acidente e pela crise dele resultante. É como configuração de poder e de luta pela sua manutenção que uma interpretação do Plano de Ação Emergencial da Baía da Guanabara poderá gerar maior poder explicativo.

Essas ações e a implantação da área de SMS com um orçamento inicial de 3,2 bilhões, diretamente vinculado à estrutura da presidência da empresa, liderada pelos quadros formados no seu Centro de Pesquisa - CENPES, articularam-se em práticas que irão marcar a atuação da empresa nos anos que se seguiram ao acidente que podem ser sistematizadas em algumas categorias como: validação conjunta de projetos com órgão ambientais e com instituições ambientalistas; participação em associações focadas no meio ambiente; relacionamento com órgãos ambientais; interação com organizações da sociedade civil; parcerias com universidades e institutos de pesquisa; produção de conhecimento ambiental e social sobre o entorno das unidades da empresa; produção de dados técnicos para avaliação de demandas no caso de acidentes; comunicação com as comunidades do entorno das unidades; mapeamento dos riscos para as comunidades e elaboração de planos de emergência conjuntos.⁶¹

Todas essas práticas alteraram radicalmente os procedimentos de segurança vigentes antes da mudança de paradigma, quando a gestão de segurança era apenas normativa:

“Até o acidente da baía de Guanabara – que ocorreu em 18 de janeiro de 2000 – você tinha, na Petrobras, a chamada SUSEMA – Superintendência de Segurança de Meio Ambiente – e que incorporava, além desses, também as questões relativas à qualidade. A SUSEMA, ela tinha o papel apenas normatizador; ela não tinha nenhum tipo de papel de fiscalização”⁶²

O novo paradigma implantado após o acidente, que unia segurança, meio ambiente e saúde, diretamente vinculado à presidência, passou a atuar transversalmente a todas as áreas e

⁶⁰ Revista Petrobras, ano VII, n. 67, fevereiro 2000, págs. 6 e 7

⁶¹ Balanços Sociais. Petrobras, 2000 a 2011.

⁶² Entrevista 5.

unidades da empresa, concentrando, além de função normativa, poderes de fiscalização e recursos para execução de adequações aos padrões de segurança:

“se constituiu esse grupo que eu falei, liderado pelo centro de pesquisa, onde se junta um grupo de 80 técnicos de primeira linha, da Petrobras – gerentes inclusive – para repensar o modelo de segurança e meio ambiente da Petrobras [...] Esse modelo, que é o modelo do SMS, ele vem inovando uma série de coisas: o primeiro, que ele engloba a questão de saúde. E a ideia é que a estrutura do SMS fosse uma estrutura transversal às estruturas das áreas de negócio [...] Ou seja, você tem as estruturas verticais das áreas de negócio, e ele entraria de maneira horizontal, transversalmente, para realmente atuar; não só no processo de normatização, mas também no processo de fiscalização das ações da companhia [...] E para poder entrar, de maneira transversal nas áreas, você tinha problemas: como elas estavam ligadas a esse modelo de unidade de negócio, ninguém tinha dinheiro para investir em questões ambientais, de aumento de segurança, de resolução de passivos ambientais, nem nada. Então, depois da criação do SMS, logo em seguida veio a criação do programa Pegaso – programa de excelência de gestão em segurança de meio ambiente e saúde. O espírito era você ir para dentro das áreas, dentro das unidades, identificar o que estava errado, explicar como é que devia ser feito, e custear a mudança daquilo que estava errado [...] A ligação do SMS na presidência, ele veio de forma que pudesse demonstrar o nível de comprometimento que a companhia tinha com aquilo”.⁶³

Essas práticas apontavam para uma maior interatividade da empresa com outros atores, para a busca de integração com comunidades impactadas, poder público e centros de pesquisa nos processos de gestão do risco, que reconfiguravam os padrões tradicionais de segmentação intramuros e extramuros (uma gestão de risco que envolvia empresa, fornecedores, terceirizados, poder público e comunidade), ou pelo menos indicavam uma visão ampliada sobre os impactos das suas operações e sobre os atores implicados, num movimento convergente com outras empresas do setor de petróleo e gás, com forte vinculação ao contexto geopolítico dos territórios onde atuam, por isso sujeitas a um maior controle social, e que à época passaram a adotar em suas relações com a sociedade e o governo o chamado *stakeholder approach*.⁶⁴

Além disso, parece importante evidenciar a articulação entre as medidas tomadas pela empresa e o Termo de Compromisso de Ajuste Ambiental que estabelecia a necessidade de dispor de informação qualificada sobre os ecossistemas impactados pelas ações da empresa e, na ausência de uma informação pré-existente, a obrigação de produzi-la; de construir mapas de vulnerabilidades dos ecossistemas relacionados às atividades da empresa; de dispor de um plano de gestão para os ecossistemas impactados capaz de prevenir e mitigar eventuais danos

⁶³ Entrevista 5.

⁶⁴ “O programa de consulta, ou “stakeholder dialogue”, na terminologia da Shell, não é uma novidade no meio empresarial. De fato, vem sendo utilizado há algum tempo, embora nesta última década sua concepção tenha sido renovada e ampliada de maneira a incorporar crescentes e irreversíveis demandas suscitadas por um novo padrão de relacionamento empresa sociedade. De voluntário passou a ser instrumento obrigatório na apresentação pública de projetos de investimento. Aplicado em todas as fases do empreendimento. O processo de consulta ocupa-se da identificação dos temas mais *sensíveis* associados ao projeto e do desenvolvimento de soluções viáveis, envolvendo, primeiramente, as comunidades e ONG’s locais diretamente atingidas pelas operações e os governos, os chamados “stakeholders primários”, e secundariamente, as universidades, grupos religiosos, instituições de pesquisa, e demais formadores de opinião nacionais e estrangeiros. (Vinha, 2000, pp. 36 e 37).

ambientais, incluindo bioma, ar e lençol freático; de dispor de planos de gestão de resíduos para todas as atividades da empresa; de promover estudos e análises de valoração ambiental dos ecossistemas impactados, para a mensuração de eventos isolados; de dispor de Planos de Contingência com protocolos para ações contingenciais (ações de enfrentamento de acidentes); de dispor e manter atualizados estudos de análise de risco de todas as operações da empresa, em especial das operações de refinarias e sistemas de dutos; de implantar um programa de gerenciamento de riscos da malha de dutos; de implantar um sistema de monitoramento remoto e integrado da malha de dutos; de aumentar o nível de automação liberando os operadores para funções de controle e monitoramento das operações.

Há uma relação direta entre as linhas programáticas estabelecidas pelo TCAA e grande parte das estratégias adotadas pela empresa, o que aponta para a articulação entre a crítica formulada pelos trabalhadores, pela comunidade científica e pela sociedade, tanto local como global, sua incorporação pelo sistema normativo, até que essas críticas sejam reformuladas em indicadores e ferramentas de autorregulação, sublimada de sua natureza conflitual.

Aqui é relevante citar também que, naquele momento, a Petrobras estava sendo preparada para uma grande reestruturação, o que envolvia múltiplos aspectos, entre eles sua recente abertura de capital, sua internacionalização e sua inserção e desenvolvimento dentro de um modelo privatizador seguido por um governo submetido ao receituário neoliberal⁶⁵.

Ao mesmo tempo, havia resistências ao projeto privatizante, dentro e fora da empresa. Ainda que fuja ao escopo deste trabalho e não haja elementos nele que permitam uma avaliação da interferência desses processos no enfrentamento da crise gerada pelo derrame de óleo na Baía da Guanabara, não seria razoável acreditar que esses elementos não tenham interferido nas decisões políticas e gerenciais que sucederam ao acidente em todos os campos e interesses envolvidos.

A reestruturação da empresa que sucedeu ao enfrentamento do acidente da Baía da Guanabara segmentou a organização⁶⁶ e transformou seus vários segmentos (refinarias, áreas de produção, áreas de distribuição e de transporte) em “unidades de negócio”, que é a forma com que a vemos hoje: Petrobras (controladora que engloba as unidades de negócio de produção e as unidades de negócio refino), Transpetro (subsidiária de transporte), BR (subsidiária de distribuição) e a Petrobras Biocombustíveis (criada em 2008).

Por sua vez, cada refinaria também se tornou uma “unidade de negócio” e da mesma forma cada área de exploração e produção também passou a constituir uma “unidade de negócio” (REDUC é uma “unidade de negócio”, assim como a Bacia de Campos também é uma “unidade de negócio”). Cada uma das “unidades de negócio” que passaram a constituir a empresa contém em si todos os ramos gerenciais (multidisciplinar/múltiplas competências) necessários para sua operacionalização. Cada unidade, como um todo orgânico e autônomo, vincula-se ao centro. Esse centro pode ser a própria Presidência ou, como ocorre, uma Diretoria Corporativa que integra a Diretoria Executiva liderada pela Presidência. Dessa forma, funciona como uma estrutura cuja autonomia e dimensão da periferia pode ser modulada pelo centro (desde um maior acoplamento até um total desacoplamento), como aconteceu com uma das refinarias no Rio Grande do Sul que foi privatizada (e recentemente reincorporada através de uma operação de mercado)⁶⁷.

⁶⁵ Idem nota 53.

⁶⁶ Revista Petrobras, ano VII, junho de 2000, págs. 3 a 10 e Balanço Social. Petrobras, 2000 a 2011.

⁶⁷ Refinaria Alberto Pasqualini – REFAP.

Os grupos que resistiam às privatizações percebiam que, além de uma estrutura adequada ao “fatiamento” da empresa, essa segmentação criava unidades vulneráveis, sem gestão dos custos de matéria-prima nem autonomia para negociar os preços da produção, e obrigadas a operar com um orçamento engessado onde a única alternativa local de ampliar receitas era pelo “enxugamento” dos custos:

“no que isso implicava? Num problema muito sério, tem determinados ramos de atividade da companhia que efetivamente não tem capacidade de gestão própria. A refinaria de petróleo, ela não consegue negociar o preço do petróleo que ela compra. E ela não consegue negociar o preço do derivado que sai da refinaria. São preços que são estabelecidos, ou pelo mercado ou corporativamente, então o que restava efetivamente para o gestor daquela refinaria? Ele só podia dispor efetivamente de gastos com pessoal, gastos com manutenção e estoque. Ele não tinha mais gestão; ele não tinha possibilidades. Só que esses itens, somavam, quando muito, 10% do faturamento da refinaria”.⁶⁸

Relacionar o enfrentamento do acidente da Baía da Guanabara em 2000 com o modelo organizacional que foi implantado na empresa nos anos que se seguiram foge ao escopo central desse trabalho. No entanto, esse contexto de reestruturação para o mercado e as energias que precisavam ser mobilizadas para produzir um consenso sobre a necessidade e a legitimidade dessas mudanças, certamente, já estavam no horizonte dos dirigentes. E mesmo numa análise superficial, é possível identificar diversas convergências entre o Plano de Emergência, de natureza conjuntural, e o projeto estrutural que naquele momento articulava empresa e governo neoliberal. Como, por exemplo, a configuração organizada em sistemas de rede que aglutinam elementos segmentados, e cuja coesão é dada *pelo centro*. Uma coalizão temporária, focalizada e condicionada, cujos elementos podem ser reconfigurados na mesma velocidade em que o contexto se transforma. Uma organização ágil e eficiente para atingir objetivos de curto prazo, adequados à volatilidade de mercados globalizados.

Esses elementos são convergentes com as características descritas por Sennet sobre as novas organizações empresariais, gestadas pelo capitalismo financeiro e globalizado. Enraizadas nas empresas de tecnologia de ponta, instituições financeiras e grupos de comunicação, a partir dos anos 90, tornam-se paradigma da chamada “nova economia”, que Sennet sistematizou da seguinte forma: ampliação do poder dos investidores com conversão da empresa em mercadoria; ação estruturada em projetos, com resultados mesuráveis em curto período de tempo; informação integrada e simultânea com redução das mediações entre centro e periferia; maior autonomia das atividades operacionais com redução das funções intermediárias e maior concentração da governança no centro; flexibilização funcional e produtiva, substituições dos vínculos pessoais por transações, focada em resultados num modelo fornecedor/consumidor (SENNET, 2006, p. 41-61).

Alguns desses elementos podem ter sido incorporados às práticas da empresa a partir do enfrentamento do acidente na Baía da Guanabara no que diz respeito à lógica de projetos e à organização em estruturas mais ágeis (a Petrobras é uma empresa de engenharia com uma práxis convergente com a lógica de operar e se organizar por projetos). Em especial, as relacionadas a ganhos de autonomia gerencial e melhores condições no ambiente de trabalho, que segundo Boltanski e Chiapello constituíam demandas dos trabalhadores intensificadas a partir de maio de 68 e que foram apropriadas pelo capitalismo para promover as mudanças no

⁶⁸ Entrevista 5.

sistema produtivo que, em 30 anos de neoliberalismo, foram capazes de reverter muitas das conquistas sociais do pós-guerra (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2009).

De qualquer forma, na empresa, provavelmente em razão da organização de seus trabalhadores, da força da categoria, e de um “mito de fundação”, com poder de convocar sentimentos de soberania e de autoestima dos brasileiros, esse projeto “modernizante” neoliberal não se completou. E as inovações gerenciais ocorreram de forma parcial, da mesma forma que os impactos negativos identificados por Sennet e por Boltanski e Chiapello no “novo capitalismo”, podendo ser resumidos em: flexibilização das garantias sociais, baixo nível de lealdade institucional, perda de vínculos com redução da confiança entre os trabalhadores e desvalorização do conhecimento institucional” (SENNET, 2006, p. 62).

Porém, mantendo o foco e os condicionamentos dados pelo objeto desse estudo, que é a sociogênese do PAF Dutos, cabe ressaltar que as práticas introduzidas durante a experiência de enfrentamento do acidente estavam em sintonia com o desejo manifesto de ampla reestruturação de normas, procedimentos e políticas da empresa nas áreas de segurança ambiental, o que também envolvia suas relações com a comunidade.

Uma reestruturação que em dois anos já era apresentada como consolidada pelo Balanço Social:

“Transformação consolidada: A Petrobras consolidou, em 2002, a mais profunda transformação em suas operações desde que foi criada. Durante todo o ano, o objetivo principal foi atingir um novo modelo de gestão, com a adoção de indicadores que permitissem a comparação interna e com outras empresas, no Brasil e no exterior. Tudo para melhorar ainda mais seu desempenho, já em níveis internacionais de qualidade e segurança, em um setor de negócios que convive permanentemente com o risco”.⁶⁹

Essa hipótese de mudança de modelo de gestão ambiental e industrial depois do derrame de óleo na Baía da Guanabara em 2000 também foi corroborada pela fala de alguns dos entrevistados:

“Hoje a Petrobrás tem um sistema de governança. Toda a gerência, toda a unidade da Petrobrás hoje tem uma gerência de SMS. 2500, com certeza, trabalhando nessa área de SMS. Então, cada unidade hoje tem uma gerência de SMS, tanto na Petrobras quanto na Transpetro, na BR. Para você ter uma ideia, em 2000 havia um órgão que não era corporativo. Era uma superintendência que tinha 30 pessoas. O corporativo, que seria essa superintendência de segurança de meio ambiente, que existia em 2000, antes do acidente, tinha 30 pessoas. A SMS corporativo hoje tem 400 pessoas. Então, você vê que em 10 anos[...] Eu saio de uma superintendência de 30 pessoas e passo para uma estrutura que envolve 50 gerências no Brasil inteiro e no exterior, é importante lembrar que isso não está solto. Está amarrado numa governança. Então, o SMS corporativo, ele vai buscar o Benchmarking, vai buscar as melhores práticas e tudo, e vai tentando implementar isso na companhia[...].”⁷⁰

⁶⁹ Relatório de Responsabilidade Social, Petrobras, 2002, p. 16.

⁷⁰ Entrevista 1.

A Petrobras criou um novo sistema de gestão para a área de Segurança Meio Ambiente e Saúde - SMS. E a hipótese de mudança no padrão gerencial também foi reforçada pela introdução de um novo modelo de normatização dos procedimentos e operações da empresa, com processos de registro, integração, compartilhamento e exigibilidade da informação:

“[...]outro aspecto que foi implementado no decorrer desse processo foi a criação desses padrões. A Petrobras tem o histórico de colaborar com o governo na criação de normas industriais, principalmente normas de segurança, segurança industrial. Antes da ABNT, a Petrobrás tem o histórico de participar, por ter sido sempre a maior empresa brasileira e tudo isso, e ser reduto da engenharia nacional. Enfim, de desempenhar todo esse papal que a gente conhece. Ao longo da história, ela também participou sempre dos comitês que criaram as normas da ABNT, só que com o crescimento do SMS da Petrobrás. Foram criadas coisas que não eram ligadas diretamente à área de segurança. Tipo, por exemplo, hoje você tem na Petrobrás um padrão. Você vai lá e tem um padrão que diz como é que você deve atuar.”⁷¹

Em relação às normatizações, outro depoimento traz mais detalhes sobre sua importância estratégica:

“Até porque, para atividade nossa, que é uma atividade ímpar, em relação as outras, muitos dos parâmetros que você tinha na normatização brasileira não eram suficientes para garantir segurança no processo que nós tínhamos. Não é defasada. É que ela é genérica. Faltava especificidade para ela”⁷²

A empresa teve atuação de caráter reativo, assim como os agentes reguladores, que respondiam a pressões políticas e sociais. Mas parece que a reação da empresa também atendia a objetivos próprios que transcendiam à conjuntura do acidente, incluindo em seu horizonte elementos antecipatórios de cenários de expansão, e de seu papel indutor no mercado brasileiro, é isso que sugere o depoimento abaixo:

“[...] Tem uma terceira coisa que é inovadora na Petrobras e também é uma coisa que seria a garantia da implementação dos cuidados da SMS e tal. Essa terceira coisa, ela é tão inovadora na indústria que o jornalista da Harvard (*Harvard Business Review*), quando ele veio fazer uma reportagem da Petrobras para mostrar [...]. É uma revista muito importante. Influencia muito os *CEO's*⁷³ das empresas [...]. Quando ele veio fazer uma reportagem sobre a Petrobrás, para mostrar como foi nesses anos, como a Petrobrás colocava entre as empresas em termos de cumprimentos de normas e de indicadores e resultados, a coisa que mais chamou a atenção dele foi esse negócio que foi criado, que foi a exigência de SMS nos processos de contratação. Isso aí, é o seguinte: é onde a Petrobrás difunde essa filosofia, essa preocupação com as outras empresas. Então, esse processo de exigências da contratação já vinha do processo das empresas contratadas se

⁷¹ Entrevista 1

⁷² Entrevista 1.

⁷³ Diretor executivo ou diretor geral (às vezes designado *Chief Executive Officer*, ou pela sigla *CEO*, em inglês, é a pessoa com a mais alta responsabilidade na empresa).

tornarem melhores. Mas com isso obrigou [...]. Então, o que é isso? É a maneira de a Petrobrás exercer seu papel social, de indução”⁷⁴

Na perspectiva do entrevistado, a abertura do capital teria tirado a empresa de uma “zona de conforto” na qual bastavam os indicadores de produção para se legitimar e ao mesmo tempo gerado uma maior autonomia administrativa e financeira, que teriam dado ao seu corpo gerencial liberdade para estabelecer metas e padrões de crescimento. Uma autonomia que se intensifica depois de 2003, com o abandono do projeto privatizante, mas com a manutenção da estrutura organizacional construída nos anos anteriores:

“Ela foi uma empresa de produção a qualquer custo [...]. Toda essa sanha do Petróleo, a saga do Petróleo, de tornar o Brasil isso e aquilo, foi acompanhada. O critério era o seguinte: produção a qualquer custo, isso só muda aqui em 2003, 2004. Mesmo depois do acidente isso prevaleceu. Mas depois do acidente, você vai mudando a cultura, vai [...]. Foi um divisor de água. Mas o acidente gerou um programa, o PEGASO [...]. E, partir desse investimento [...]. Então, hoje a Petrobras é considerada, no cenário internacional, uma referência de petróleo. Ela passou a existir. Ela saiu de uma coisa que não existia, que era produção a qualquer custo, e, portanto, não podia ditar regra nenhuma sobre segurança, meio ambiente e saúde, falar de retenção de empregados [...]. Aqueles indicadores do Betinho [...]. Ela não podia falar nada disso porque era produção a qualquer custo e todo lucro da Petrobras ia para o caixa do Governo, a chamada Conta Petróleo. Só a partir de 1998, com a Lei do Petróleo, é que a Petrobras passa a ficar com o seu lucro [...]”⁷⁵

A abertura do monopólio deu à Petrobras autonomia para praticar preços de mercado, o que não podia fazer antes:

“[...] até 1998, 99 – em 97 se votou a lei 9.745, se não me engano, que abre o monopólio estatal do petróleo. A Petrobras, enquanto ela estava ligada ao monopólio, ela sempre cumpriu, nos seus derivados, o preço determinado pelo governo federal. Então, a Petrobras começa a trabalhar com preço de mercado. Estou falando da venda na ponta; dos derivados. [...] Aí, a partir daí, a Petrobras falou – “Bom, tudo bem. Vocês querem que eu vá competir no mercado? Eu vou. Só que é o seguinte: para competir, não vão poder ficar me controlando desse jeito, porque senão não vou conseguir; vou quebrar. – nem o governo e nem os seus próprios neoliberais iam querer bancar a idéia de manutenção da Petrobras no mercado sem ter condições de competitividade. E aí, a Petrobras começa a fazer uso dessa situação de competição no mercado para começar a se alavancar. Isso teve um aspecto interessante, que a empresa começa a mudar e a ter um processo de gestão mais aprimorado, de melhorar seus processos, e começa a apresentar resultados.”⁷⁶

O acidente da Baía da Guanabara teria funcionado como catalisador de mudanças que estavam latentes, servindo para mobilizar toda a empresa para um novo projeto de expansão e também para novas estratégias que se consolidaram com o início do governo Lula em 2003:

⁷⁴ Entrevista 1

⁷⁵ Entrevista 1.

⁷⁶ Entrevista 5.

“Esse foi o processo de você precisar ser mais transparente, de você precisar ter o balanço social, 97 e 98, não 2000. Apesar da Lei do Petróleo ter sido em 1997, 1998, os dois primeiros anos foram de acordar para uma nova realidade. O acidente da Baía de Guanabara provoca tudo isso. Porque a sociedade pedia uma resposta. Tinha que ser dada uma resposta e a Petrobras, que tinha dado pela primeira vez um lucro de 5 bilhões em 2000 [...] Acho que foi 5 bilhões de reais [...] Passou a viver uma outra situação, sabe? Nas refinarias, as pessoas economizavam, tomavam tubaína porque não podiam comprar refrigerantes. A partir dali, houve uma mudança muito grande. Então, por incrível que pareça, a Petrobras é hoje considerada, quando se fala em práticas de SMS no mundo e tal, responsabilidades social ambiental, hoje é considerada [...]; então você é convidado para todos esses fóruns [...]. Por exemplo, os árabes são só produtores, a Venezuela é só produtor, a Venezuela, jamais vai sentar nesses fóruns. Aí, hoje como nesses fóruns de mudança climática ambiental, [...]”⁷⁷

Essa perspectiva de novas estratégias empresariais e busca de liderança⁷⁸ obrigam a incluir, no cenário que conformava o campo de decisões sobre a crise do derrame na Baía da Guanabara, o processo de internacionalização da empresa, com a compra de diversos ativos na América Latina e em outros continentes.⁷⁹

“[...] Uma decisão muito importante que mostra como é que a Petrobras estava firme nessa questão, de SMS, foi quando houve a compra dos ativos da Perez Compom, a internacionalização maior da Petrobras, a criação de uma área corporativa, isso e aquilo [...]. Porque você tinha que tomar uma decisão. Nós vamos ter as mesmas exigências das SMS, da mesma política, mesmo tudo que nós temos aqui no Brasil, as afinidades? Onde queremos chegar? Excelência... Era a busca da excelência. Nós vamos querer fazer a mesma coisa nos lugares onde a gente está no exterior? A questão é dura e cara, muito cara. E a resposta do comitê de negócios, quando o comitê de SMS levou essa questão, foi peremptória. Só não vamos fazer em outros lugares o que fazemos no Brasil quando tiver restrições locais... E tem mais. Como é que uma empresa pode chegar a outros lugares e comprar outros ativos, ter essa presença que a Petrobras tem hoje no cenário internacional, se ela tivesse uma fama nesses países, uma fama de atraso, predadora? Como, por exemplo, você vê casos absurdos como aquela do Equador? A Texaco saiu de lá. Um negócio horroroso. Acho que vai ficar para a história dessa empresa...”.⁸⁰

A condição de acesso privilegiado ao mercado de derivados de petróleo brasileiro também foi um fator determinante para as estratégias de enfrentamento do acidente na Baía da Guanabara, o que sugere uma reflexão sobre os limites da ortodoxia de mercado para produzir mudanças estruturais que representem altos custos econômicos sem retorno em curto prazo:

⁷⁷ Entrevista 1.

⁷⁸ A partir de 2003, a Petrobras passa a adotar em seus planos de expansão: “A Petrobras será uma empresa de energia com forte presença internacional e líder na América Latina, atuando com o foco na rentabilidade e responsabilidade social”. Relatório de Responsabilidade Social. Petrobras, 2003.

⁷⁹ Aquisições da Petrobras dos anos 2000: a área internacional da empresa é criada em 1999, quando passa a adquirir ativos na Argentina e construir refinarias na Bolívia. Esse processo se intensifica a partir de 2002, incluindo hoje refinarias nos EUA e Japão

In: http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0612541_09_cap_02.pdf.

⁸⁰ Entrevista 1.

“[...] modelo de grande empresa que estava... Que tem o mercado cativo, que estava com uma lucratividade garantida, em ascensão garantida naquele mínimo excepcional. Não falam que a sustentabilidade é o primeiro requisito? Para a sustentabilidade é o lucro. Essa parte estava resolvida. Dá um mercadaço e que é dela. Diferente de você abastecer a Venezuela ou abastecer os Emirados Árabes. [...] Eu diria que a Petrobras está numa situação que dá até um certo orgulho. Porque você veja o seguinte: a PEMEX, que não é uma empresa... Tipo, é uma empresa com história, grande, razoavelmente bem administrada. Enfim, que tem uma história, é forte... A PEMEX não senta hoje nos lugares onde a Petrobras senta, entendeu? Isso é legal [...]”⁸¹

Assim, também dentro desse contexto de acesso privilegiado a um mercado do porte do brasileiro com garantias de sustentabilidade econômica e da busca de legitimidade para desfrutar desse privilégio, é que devem ser analisados os custos econômicos implicados na política de SMS da Petrobras e de grandes empresas de energia:

“Desde o acidente da Baía de Guanabara tem um padrão para isso também. Quando acontece um acidente grave envolvendo o derramamento de óleo ou coisa assim em quantidade. Ou seja, um acidente ambiental de nível 1, como chamam, ou acidente com morte ou ferimento grave numa unidade. O gerente executivo tem que pegar o avião e ir para lá na mesma hora. O gerente executivo e o gerente de SMS da área... É o que se chama demonstração de, presença de liderança, entende... Não importa se for aberto inquérito, investigação, interno... Tem uma comissão de técnicos que estuda todas as circunstâncias que envolvem o acidente... É feita uma animação, um vídeo com animação e isso é passado no comitê de negócio com todos os gerentes executivos e o Presidente. Para todos os diretores. Ou seja, o que errou, o que faltou... A única coisa que você pode tirar de um acidente é o aprendizado. Esse vídeo depois vai para as unidades e é passado para os empregados, o pessoal da ponta, dentro de uma filosofia de que o que se pode tirar de um acidente é o aprendizado... Aí, pode ter processo, pode não ter. Mas, a ordem é vir e limpar tudo. Limpar as areias, limpar as rochas. Por fim, fazer a limpeza total. Quanto custa isso tudo isso? Só isso é caríssimo... Agora, se a Petrobras pode ter isso, eu acho que tem que ter. As outras empresas de Petróleo resolvem isso de outra forma. Porque elas não são monopolistas. Então, essas questões todas de vazamento de óleo, a Defesa Civil que... Nos EUA, por exemplo, derramamento de óleo no Mississipi, sei lá, a Shell não faz nada. A Defesa Civil tem esses caras treinados, tem os equipamentos. Ela faz tudo [...]”⁸²

A implantação de um novo modelo de crescimento e o enfrentamento da crise provocada pelo derrame de óleo na Baía da Guanabara em 2000 convergiram no programa PEGASO⁸³, que definiu um novo padrão de SMS na Petrobras:

“[...]A crise da Baía de Guanabara gerou um programa... O PEGASO e a criação do SMS se confundem, entende? Porque o SMS foi criado para implementar o PEGASO. Então, se confunde um pouco. Foi um programa de incorporação de um novo modelo de governança em reação a um acidente, assumindo as falhas... Foi redimensionado em termos de grana. A

⁸¹ Entrevista 1.

⁸² Entrevista 1.

⁸³ idem nota 25.

área foi redimensionada... Toda a semente dessa nova, dessa mudança, a nasceu dentro da Petrobras. Tem a ver com a história da empresa, a inteligência ali era a inteligência de uma cultura do CENPES, as questões da SMS passaram a ser um valor do trabalhador, coisa que nunca existiu. Então, fazer uma coisa mais limpa, mais segura. Na dúvida, pare. Foi uma frase que substituiu aquela questão de produção a qualquer custo... Foram criados os diálogos da SMS. O cara chega no trabalho, ele tem um dialogo com o supervisor sobre o SMS, todo o dia, na plataforma. Você tem, por exemplo, a obrigação do capacete com alça e isso tudo, claro, gerou resistência. Mas, eu acho que conseguiu um avanço muito grande, de cultura, de conscientização”⁸⁴

Essas mudanças de gestão implicaram também em mudanças na relação da empresa com a sociedade, a partir da junção dos cuidados com segurança, meio ambiente e saúde, e da mudança dos padrões de análise de risco:

“Aí, você foi identificando vários problemas: modificou o processo de análise de risco. Conceitualmente mudou uma série de visões, dentro da companhia. Começa com a entrada da área de saúde junto com segurança e meio ambiente; coisa que não existia. Saúde, antes, era uma questão de ordem interna. Saúde do empregado. Saúde, ele vai para lá, porque você está pensando numa visão a partir da saúde de toda a área que a companhia atua. Não é mais uma questão simplesmente de ordem interna. Quando você está entrando para discutir meio ambiente, já não era mais discutir se foi influente o que você produz, ele estava dentro dos parâmetros da legislação. Era discutir o impacto da atividade que a Petrobras causava no meio ambiente. Mudou! Conceitualmente é muito diferente. E quando você pensava na questão da segurança, não era mais cumprir norma. Era imaginar todas as situações que você tinha efetivamente, de risco à segurança operacional. Então, quando você junta essas três áreas, ela passa a incorporar o conceito da relação da Petrobras com a sociedade”.⁸⁵

O enfrentamento do derrame na Baía da Guanabara funcionou como um “divisor de águas” e um catalisador de mudanças no padrão de exigibilidade legal, os quais, na visão do entrevistado, somaram-se para acelerar uma reconfiguração política e econômica da Petrobras, que já acontecia, porém de forma lenta:

“Quando houve o acidente da Baía de Guanabara, um mês antes, a EDUC tinha feito um Termo de Ajustamento de Conduta⁸⁶, um TAC, com o governo do Estado, com a FEEMA. Um TAC de conduta, onde ela se comprometia a fazer, gastar lá uns 50 milhões, uns 30 milhões de melhorias. Atualizar um pouco a EDUC. Pô, vinha funcionando desde os anos 1960 nos mesmos padrões de 1960. Jogando óleo e fumaça para todo lado. Quando houve o acidente da Baía de Guanabara, havia esse processo de negociação do TAC da EDUC. Ia ser aprovado. Foi aprovado dois dias antes do acidente. Então, isso mostra que havia uma preocupação. O que aconteceu, só para terminar essa história, o TAC foi suspenso. O TAC que era de 30 milhões passou para 190 milhões, claro. Porque daí, com o acidente, fortaleceu a cobrança. Então, te diria o seguinte: o acidente da

⁸⁴ Entrevista 1.

⁸⁵ Entrevista 1.

⁸⁶ Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, acordo judicial com o Ministério Público que define prazos e medidas de adequação legal das empresas.

Guanabara, a palavra chavão que a gente usa é divisor de água. Talvez o mais apropriado seja dizer o seguinte: ele acelerou enormemente esse processo. O acidente, ele acelerou uma coisa que vinha a 1km/h passou a 100 km/h. Esse é o ponto [...]"⁸⁷

As mudanças na estratégia de SMS também foram percebidas por outros entrevistados, que relacionam esse processo ao início dos anos 2000, a partir de outros lugares como as entidades ambientalistas atuando na baixada fluminense:

"Em 95, qual era a responsabilidade socioambiental da Petrobras? Você pode dizer (risos). Era uma responsabilidade muito pontual. Não é que não existia; mas era muito pontual. De acordo com os conflitos que existissem onde seu empreendimento estivesse sendo feito. Então, na hora em que tinha um conflito, o pessoal ia lá e dialogava, construía um projeto, financiava alguma coisa; se relacionava. Depois? Ela vai embora. Nessa época eu era secretário de meio ambiente de Paracambi. Desde 2001. E aí, como mudou a lógica da empresa em relação com as cidades, por exemplo, o SMS passou a atuar mais nas faixas de dutos. A Transpetro começou a ter um olhar mais de relação com a comunidade, com o poder público [...]"⁸⁸

Para concluir é importante ressaltar que, a partir de 2000 e em todo o período relacionado ao objeto dessa pesquisa, a Petrobras já atuava num cenário normativo totalmente diverso do anterior, onde as auditorias ambientais surgem como instrumentos rotineiros de gestão e fiscalização:

"[...] notadamente pelo grave derramamento de óleo ocorrido na Baía de Guanabara. Não foi só por isso, mas sem dúvida este foi elemento bastante importante. A partir do ano de 2000, a auditoria ambiental começa a ganhar grande importância como instrumento de controle, atuando como um diagnóstico fiscalizador da 'situação ambiental' [...] Em 2002, o CONAMA, considerando a necessidade de disciplinar o art. 9º, da Lei nº 9.966, de 28 de abril de 2000, que trata sobre a realização de auditorias ambientais bienais no âmbito das entidades exploradoras das atividades petrolíferas, edita a resolução 306, e estabelece os requisitos mínimos e o termo de referência para realização de auditorias ambientais, objetivando o cumprimento da legislação vigente e do licenciamento ambiental. (DUTRA e OLIVEIRA. 2008, p. 20 a 22)"

É nesse contexto que a Petrobras irá promover uma ampla modernização da sua malha de dutos, implantando o controle remoto integrado, determinado nas recomendações finais do Grupo de Trabalho criado pela Resolução 265 do CONAMA e incorporado pelo TCAA celebrado com o Ministério Público após o acidente de 2000⁸⁹, para: "cuidar de todos os fatores que influenciam a Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS) nas atividades da Transpetro, aprimorando a prevenção e o controle de desvios"⁹⁰

⁸⁷ Entrevista 1.

⁸⁸ Entrevista 3.

⁸⁹ Termo de Compromisso de Ajustamento Ambiental

⁹⁰ In: www.ambientes.ambientebrasil.com.br/energia/artigos_petroleo/

2.3 O Risco e as “Áreas de Risco”

Em 12 de fevereiro de 2004, o Instituto Socioambiental⁹¹ (uma instituição fundada em 1994, que incorporou o patrimônio material e imaterial do “Centro Ecumênico de Defesa Indígena” e do “Núcleo de Defesa Indígena”, ambas reconhecidas na defesa dos direitos indígenas no Brasil, e que desde então passou a atuar também na defesa de direitos de outras populações tradicionais como quilombolas e na defesa do meio ambiente) publicou em seu site a seguinte matéria:

“[...] O derramamento de óleo na Baía de Guanabara, em janeiro de 2000, no Rio de Janeiro, foi um divisor de águas para a Petrobras quanto a questões de segurança operacional e de gestão ambiental... De 2000 até 2003, a empresa investiu R\$ 6,2 bilhões em cerca de 4 mil projetos de cunho ambiental e de segurança no trabalho, espalhados por todo o território nacional... O Programa de Integridade de Dutos, originalmente um subprograma do Pegaso, que tomou dimensões maiores e abocanhou R\$ 1,6 bilhão do montante investido. ‘Os acidentes que tivemos no passado motivaram a empresa a não só investir em segurança e meio ambiente, mas a incorporar estes temas como valores que norteiam nossas relações com acionistas, clientes, parceiros, governo, funcionários e comunidades onde a companhia atua’, afirma Jayme de Seta Filho, Coordenador de Segurança, Meio Ambiente e Saúde para as Regionais de São Paulo e do Centro-Oeste... O Programa de dutos. Entre as ‘crias’ do Pegaso, a que ganhou maior dimensão foi o Programa de Integridade de Dutos, iniciado em 2001 com o objetivo de prevenir vazamentos na rede de transporte dutoviária da Petrobras, que é de 16 mil quilômetros, sendo 50% concentrados na região sudeste. Os dutos transportam petróleo, gás liquefeito de petróleo (GLP) e toda a cadeia de derivados. Estudos realizados para a Petrobras mostraram que os acidentes na rede de dutos decorrem não apenas de corrosões internas e externas, mas sobretudo das ações efetuadas por terceiros, como escavações indevidas sobre a rede e sobrecarga de peso indevida, como veículos e outros materiais. Assim, foram elaborados padrões de excelência para a rede e mecanismos de controle e acompanhamento das corrosões. Por meio de instrumentos denominados *pig smart* é possível o mapeamento, por tecnologia GPS, dos pontos internos suscetíveis de problemas, para futura troca dos trechos. Para minimizar o impacto das ações por terceiros, a Petrobras optou por realizar trabalhos de conscientização com as comunidades vizinhas aos trechos de rede. O trecho piloto é o adjacente ao Duto OBATI, entre São Caetano do Sul e Barueri, na Grande São Paulo, que transporta gasolina e GLP. ‘Foi considerado um duto em estado crítico devido à ocupação populacional desordenada da região. A solução foi usar a faixa de segurança do duto para difundir informações para a comunidade’, explica Seta Filho. Para isso, foi firmada uma parceria com as ONGs Ecoar e Instituto Crescer, que estão trabalhando para criar espaços de convivência nas faixas, que medem cerca de 30 metros e deverão abrigar pontos de coleta de lixo, hortas, ciclovias, playgrounds e outras áreas de lazer. A intenção da Petrobras é estender essas ações para toda a malha dutoviária. Para este ano, as ações devem focar 106 dutos prioritários, ou 5 mil quilômetros de rede em todo o Brasil. Seta Filho admite que, até 2000, os investimentos não eram focados em excelência ambiental. As ações em curso não redimem a empresa dos acidentes cometidos no passado, mas atende aos objetivos da empresa para o futuro. Em 2010, queremos ser uma

⁹¹ In: www.socioambiental.org/inst/index.shtml

empresa de energia, líder na América Latina, com forte presença internacional e foco na rentabilidade".⁹²

Através da análise dos conteúdos dessa matéria, que incluiu depoimento do então Coordenador de Segurança, Meio Ambiente e Saúde das regionais São Paulo e Centro-Oeste da Petrobras, fortalece-se a hipótese de relação direta entre o acidente na Baía da Guanabara e as transformações operadas na empresa nos anos seguintes, como também são acessados outros elementos relevantes para essa pesquisa, como: (1) a dimensão da malha de dutos da empresa em 2004 (16.000 km);

- (2) o volume dos investimentos da empresa em tecnologia e gestão para ampliação da segurança nesses equipamentos, a partir do acidente, de 1,6 bilhão de reais;
- (3) o decorrente grau de fragilidade e o risco ambiental desses equipamentos;
- (4) a adoção de um conceito de risco que agrupa danos a instalações, à saúde dos trabalhadores ao meio ambiente e à comunidade;
- (5) a necessidade de construir um controle sobre as: "*ações efetuados por terceiros, como escavações indevidas sobre a rede e sobrecarga de peso indevido. Como veículos e outros materiais*";
- (6) a penetração do conceito de stakeholders (ou "partes interessadas") na empresa;
- (7) a utilização de ações com as comunidades para "*minimizar o impacto das ações por terceiros*";
- (8) a percepção da ocupação da comunidade que disputa esse território como um "fator de risco";
- (9) a adoção de estratégias articuladas pelo conceito de usar a faixa para "difundir informação", incluindo a implantação de hortas;
- (10) a opção política e gerencial de atuar através de organizações mediadoras;
- (11) a decisão de estender essas ações a toda a malha de dutos, a partir de 2004.

Assim surge a questão do risco na faixa de dutos como elemento central para entender os processos relacionados à sociogênese do PAF Dutos. E para definir o conceito de risco, a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental – CETESB articula o conceito de perigo – entendido como a presença de condições físicas ou químicas capazes de causar danos a pessoas, à propriedade ou ao meio ambiente – e o risco como uma função da frequência de ocorrência dos possíveis acidentes e dos danos consequentes (CETESB, 2003).

A esse conceito de risco, como função da frequência da ocorrência de possíveis acidentes, Porto e Teixeira acrescentam o elemento da "probabilidade" (PORTO & TEIXEIRA, 2002). Assim, os estudos de análise de risco (EAR) consideram a probabilidade de dano às instalações (propriedade), aos trabalhadores, à comunidade/população externa e ao meio ambiente e devem subsidiar as medidas de redução e gerenciamento desses riscos (POFFO, 2006 *apud* CETESB). E um termo de referência para a elaboração desses estudos deverá levar em conta que:

"o risco de uma instalação industrial para a comunidade e para o meio ambiente, circunvizinhos e externos aos limites do empreendimento, está diretamente associado às características das substâncias químicas manipuladas, suas respectivas quantidades e à vulnerabilidade da região onde a instalação está ou será localizada" (CETESB, 2003).

⁹² In: <http://pib.socioambiental.org/en/noticias?id=38641>

Um dos principais problemas observados nos padrões de exigibilidade legal das análises de risco era que: (1) verificações feitas isoladamente, para cada instalação, sem análises cumulativas entre diferentes instalações; (2) ausência de definição prévia dos limites de exposição individual ou social para populações expostas a riscos de diversas instalações; (3) ausência de ações coordenadas entre os poderes públicos para planejamento e controle da ocupação do entorno das áreas industriais com base em critérios de risco (CALIXTO, ANDRADE & LACERDA, 2005).

Aqui é importante chamar a atenção que as análises de risco e toda a literatura citada a respeito focalizam o fenômeno “risco” no evento “acidente”, ou seja, os estudos de análise de risco focalizam ruídos, distúrbios e anomalias nos sistemas industriais, suas causas e consequências, e não os danos e perigos gerados para a saúde humana e para o meio ambiente a partir do seu uso regular e dentro dos padrões legais.

No Brasil, e em particular no Estado do Rio de Janeiro, a gestão do risco de acidentes industriais severos, capazes de provocar danos importantes a populações e ao meio ambiente, era feita com foco único nas instalações fontes do risco, por meio da exigência de estudos de análise de risco destas instalações dentro do processo de licenciamento ambiental⁹³. Além disso, não se observavam ações coordenadas entre estado e municípios no sentido de planejar e controlar a ocupação no entorno de áreas industriais, com base em critérios de risco. Por isso, residências e outras ocupações de uso social proliferaram na vizinhança sem orientação ou controle por parte das autoridades.⁹⁴

É nesse contexto de ausência de ordenamento do espaço público articulado com as análises de risco elaboradas pelas empresas por determinação legal nos processos de licenciamento⁹⁵ que se deve entender tanto a definição de um território de “áreas de risco”,

⁹³ In: http://www.lima.coppe.ufrj.br/aaepetrobras/Produto_2/Atores_Sociais_e_Conflitos_Potenciais.pdf

⁹⁴ in: http://www.lima.coppe.ufrj.br/aaepetrobras/Produto_2/Atores_Sociais_e_Conflitos_Potenciais.pdf

⁹⁵ Decreto 99.274, de 6 de junho de 1990, e pela Resolução CONAMA 237, de 16 de dezembro de 1997. Os estudos quantitativos de risco exigidos pela FEEMA nos licenciamentos devem possuir o seguinte conteúdo: (1) Descrição da instalação: caracterização técnica da instalação, incluindo a descrição resumida dos sistemas e procedimentos operacionais, equipamentos, fluxogramas e dispositivos de segurança existentes; (2) Caracterização da região vizinha à instalação: caracterização do entorno da instalação com relação à ocupação demográfica e às condições climáticas e meteorológicas predominantes; (3) Caracterização das substâncias perigosas manuseadas: apresentação das fichas de informação de segurança das substâncias perigosas manuseadas, contendo as principais características físico-químicas e os riscos associados à sua utilização; (4) Identificação e avaliação qualitativa dos riscos: a metodologia sugerida para identificação e avaliação qualitativa dos riscos é a Análise Preliminar de Perigos (APP). Na APP, busca-se identificar as causas de cada um dos eventos indesejáveis que tenham como consequência danos à integridade física de pessoas, propriedades ou meio ambiente. Além disso, é realizada uma avaliação qualitativa da frequência de ocorrência dos diferentes cenários acidentais, da gravidade das suas consequências e do risco associado; (3) Cálculo do alcance dos efeitos físicos danosos e análise de vulnerabilidade: avaliação das áreas de influência dos cenários acidentais postulados, ou seja, a extensão da área ao redor da instalação analisada que está sujeita aos seus efeitos físicos. Isso é feito normalmente por meio da modelagem matemática dos cenários acidentais. Em seguida, com base na análise da ocupação do entorno da instalação, é estimado o potencial de dano dos cenários; (6) Cálculo das frequências de ocorrência dos cenários acidentais: esta frequência é calculada a partir da composição das frequências de ocorrência dos eventos iniciadores e das probabilidades de evolução dos cenários acidentais. Para isso, são utilizadas taxas de falha e probabilidades de ocorrência de eventos obtidas em bases de dados nacionais e internacionais; (7) Cálculo e avaliação dos riscos individual e social: O risco individual, que reflete a probabilidade anual de morte de um indivíduo situado na área de influência dos efeitos dos eventos acidentais, é representado por intermédio de curvas de iso-risco. O cálculo do risco social é feito a partir da frequência de ocorrência de cada cenário acidental e da estimativa do número de fatalidades entre a população exposta. Os resultados são apresentados em um gráfico F-N, que fornece a frequência acumulada de ocorrência de acidentes com N ou mais fatalidades. (LIMA & PETROBRAS, 2008).

como as estratégias adotadas pela empresa em relação a essas áreas a partir da implantação da nova política de SMS.

As técnicas de análise de risco recomendam a remoção das populações das “áreas de risco” sujeitas aos impactos de acidentes causados por falhas em equipamentos industriais, e os passivos gerados para a empresa têm levado à priorização dessa medida sempre que possível (LIMA, 2008). É nesse contexto que se enquadrava a alternativa adotada pela Petrobras na malha dutoviária da região metropolitana de São Paulo, de refazer a rede local criando um novo anel que circunda as áreas mais densamente povoadas:

A malha de dutos que leva petróleo, gás e derivados dos portos às refinarias do planalto paulista sofrerá alterações a partir de 2011. A Petrobras criou, em 2007, um Plano Diretor de Dutos (PDD) para afastar a rede dos grandes centros urbanos e modernizá-la... A desativação será necessária por se tratarem de áreas de alta concentração populacional. Além de alterar a malha dutoviária, o PDD vai desativar algumas refinarias e centros de distribuição de petróleo e construir outros. Na região da Grande São Paulo, os terminais de São Caetano e Barueri serão parcialmente desativados por estarem em locais muito povoados⁹⁶

A essas considerações deve-se articular também a de que gerenciar riscos representa, sobretudo, “exercer controle” sobre os elementos envolvidos:

“O processo de gerenciamento de riscos pode ser entendido como a utilização dos recursos humanos, materiais, financeiros e tecnológicos de forma preventiva com objetivo de evitar acidentes que possam causar danos a saúde dos trabalhadores e impactos ambientais, sendo necessárias: identificação dos riscos, planejamento de ações de bloqueio, ações preventivas, controle e monitoramento e análise crítica para melhoria continua e aprendizado” (CALIXTO, ANDRADE & LACERDA, 2005).

Dessa forma, tanto as ações citadas pelo Coordenador de Segurança, Meio Ambiente e Saúde para as Regionais de São Paulo e do Centro-Oeste⁹⁷, como também o PAF Dutos podem ser interpretados como estratégias de controle dos territórios cortados pelas faixas de dutos através de um “poder simbólico”⁹⁸ capaz de legitimar esse controle.

Um poder simbólico que a empresa procurou exercer utilizando a noção de “área de risco” e induzindo formas de ocupação “seguras” para uso dessas áreas mediadas por ela, que configuravam alternativas aos meios puramente econômicos de aquisição, ou de policiamento dessas áreas (ou de remoção dessas populações), ambas mais dispendiosas tanto em termos de força como de comunicação. Para Bourdieu, o poder simbólico é sempre uma forma de poder transfigurada e legitimada, um poder eufemizador das relações de força subjacentes.

Em alguns casos, a opção da empresa pode ser pela desocupação por meio da aquisição das áreas vizinhas aos dutos, outras pelo deslocamento dos próprios dutos, como no

⁹⁶ http://www.fecombustiveis.org.br/index.php?option=com_clipping&task=nota¬a_id=14657

⁹⁷ <http://pib.socioambiental.org/en/noticias?id=38641>

⁹⁸ “o poder simbólico como poder de construir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário” (BOURDIEU, 2010).

exemplo acima sobre a malha viária na região urbana da grande São Paulo, e em outros casos, como nas regiões estudadas e naquelas supracitadas, por programas de comunicação e pela indução de novas práticas de ocupação dessas áreas legitimadas pela comunidade. Essa terceira alternativa é aquela na qual se insere o PAF Dutos, e que será objeto de aprofundamento no terceiro capítulo.

É nesse sentido que pode ser interpretado o depoimento abaixo:

“aí, vem o processo de auditorias e tal, e começa a se identificar problemas, e aí se identifica. Um dos problemas sérios é a faixa de dutos. Aí, você começa a discutir uma série de negociações, que são muito pontuais e que você precisava fazer. Alguns programas, como o programa de hortas comunitárias em faixa de dutos. Ou seja, você tinha que arrumar uma forma de ocupar a faixa de dutos com alguma coisa, para que as pessoas não pudessem invadir outra vez. Essa é a história. Efetivamente, a discussão”. ⁹⁹

2.4 A Comunidade na Visão do SMS, os Conflitos no Território das Faixas e as Estratégias de Controle desse Território pela Empresa

A partir das considerações acima, pode-se concluir que na visão da SMS, com foco na gestão dos padrões de uso e de segurança dos equipamentos da empresa, a comunidade representa sobretudo um risco: um perigo de potenciais passivos para suas operações.

É nesse contexto que adquire sentido a declaração já citada acima de que:

“Estudos realizados para a Petrobras mostraram que os acidentes na rede de dutos decorrem não apenas de corrosões internas e externas, mas, sobretudo, das ações efetuadas por terceiros, como escavações indevidas sobre a rede e sobrecarga de peso indevida, como veículos e outros materiais”.¹⁰⁰

O que também foi corroborado por outras das fontes entrevistadas, como a do depoimento abaixo:

“Eu acho que eles olham a área de risco, tecnicamente. Aí não tem um olhar humanista. Tem um olhar técnico. Quais são os meus procedimentos para que esse risco não me crie problemas? E ao criar, como devo me relacionar com aquela comunidade? Isso é um olhar bem técnico”¹⁰¹

A partir da visão da comunidade como “fonte geradora de risco” para a integridade dos dutos pode-se concluir que os conflitos sobre a faixa decorrem das iniciativas de ocupação pelas populações vizinhas para fins que fazem sentido para suas dinâmicas sociais, como de deslocamento, por exemplo, ou casos como o narrado abaixo: como alternativa de gestão do lixo na ausência de um serviço público regular: “depósito de lixo, principalmente de

⁹⁹ Entrevista 5.

¹⁰⁰ <http://pib.socioambiental.org/en/noticias?id=38641>

¹⁰¹ Entrevista 3.

lixo, onde não tem cerca, acontece isso, é depósito de lixo: eles tiravam - o pessoal da empresa -, e eles - os moradores - vinham e tornavam a colocar”¹⁰²

E da mesma forma, na entrevista com liderança ambientalista da região de Nova Iguaçu que declarou desconhecer conflitos fundiários decorrentes de questões sobre a compra ou desapropriação de propriedades, mas conhecer conflitos que sempre giram em torno das formas de ocupação das faixas que no entendimento da empresa geram riscos:

“Eu nunca ouvi conflitos entre proprietários – porque são pequenos proprietários de terra – com a Petrobras. Inclusive, porque depois, esses agricultores – alguns pequenos agricultores – eles continuam plantando; ou fazendo pastoreio. E como a agricultura caiu muito na Baixada Fluminense, virou pasto. E pasto, a Transpetro não tem problema. O monitoramento eles exercem para ver se alguém está cavando, usando retroescavadeira, construindo em cima. Essa é mais a preocupação deles. Colocando lixo; ocupando. Então a Transpetro tem o seu supervisor de dutos exatamente para isso. E hoje tem o andarilho. Os caras já avançaram. Antes era um funcionário da Petrobras que fazia isso. Hoje é um contratado, um terceirizado, que anda a faixa, todos os dias, identificando e notificando o supervisor de faixa”.¹⁰³

Partindo dessas considerações, conclui-se que o risco “comunidade” para as áreas de SMS é uma das diversas variáveis que fazem parte dos cálculos de análise de risco com foco na regularidade e segurança das operações da empresa, o que inclui equipamentos como os dutos. O que irá conferir uma das dimensões do objeto de estudo PAF Dutos: a ampliação do controle sobre esses equipamentos, onde o foco é a “desocupação” das faixas de dutos.

Esse elemento de “desocupação” será explorado no capítulo seguinte, a partir da declaração do Coordenador de Segurança, Meio Ambiente e Saúde das Regionais São Paulo e Centro-Oeste da Petrobras citada no início da seção anterior, de que a empresa optou por estratégias de comunicação e de indução de uma ocupação ordenada:

“Para minimizar o impacto das ações por terceiros, a Petrobras optou por realizar trabalhos de conscientização com as comunidades vizinhas aos trechos de rede... Foi considerado um duto em estado crítico devido à ocupação populacional desordenada da região. A solução foi usar a faixa de segurança do duto para difundir informações para a comunidade. Para isso, foi firmada uma parceria com as ONGs Ecoar e Instituto Crescer, que estão trabalhando para criar espaços de convivência nas faixas, que medem cerca de 30 metros e deverão abrigar pontos de coleta de lixo, hortas, ciclovias, playgrounds e outras áreas de lazer”¹⁰⁴

É no campo da comunicação que surge a definição “desocupar ocupando” diretamente relacionada à sociogênese do PAF Dutos, e que irá inserir outros núcleos de sentido relacionados também à gestão da “responsabilidade social” que envolve relações com outros campos como mercados, consumidores, acionistas e financiadores, sociedade abrangente, governos e órgãos de regulação e controle, mídia, além daqueles diretamente vinculados à área de SMS e relativos à adequação legal e à integridade de seus processos operacionais.

¹⁰² Entrevista 2.

¹⁰³ Entrevista 3.

¹⁰⁴ <http://pib.socioambiental.org/en/noticias?id=38641>

Ao longo deste capítulo II, configuraram-se diversos núcleos de sentido a partir das múltiplas dimensões implicadas em elementos como: (1) o caráter de empresa estatal com interações diferenciadas junto aos poderes públicos e à sociedade;

(2) a abertura da empresa para o mercado em 1997, acentuando fatores como lucratividade, ampliação da autonomia gerencial e integração ao mercado financeiro/acionário internacional;

(3) a internacionalização da empresa com aspirações hegemônicas na América Latina com planos de expansão global e aquisição de ativos em outros continentes;

(4) a conjuntura política, as mudanças organizacionais, o sucateamento de equipamentos e dos procedimentos de segurança operacional, a precarização e terceirização como elementos do projeto privatizante neoliberal, hegemônico desde o início dos anos 90 até 2002, bem como as resistências a esse projeto dentro e fora da empresa;

(5) as mudanças no marco regulatório como a Resolução CONAMA 237 de 1997, que definiu o sistema de licenciamento ambiental, e a “Lei de Crimes Ambientais” de 1998;

(6) o fortalecimento da sociedade civil e do movimento ambientalista a partir da redemocratização do final dos anos 80;

(7) a emergência de um governo popular desenvolvimentista a partir de 2003 e a busca de alternativas ao neoliberalismo e ao seu modelo de gestão.

Esses diversos núcleos de sentido são relevantes para a compreensão tanto das ações emergenciais no enfrentamento das consequências provocadas pelo derrame de óleo na Baía da Guanabara, como das transformações organizacionais que se seguiram ao acidente, com repercuções tanto nos elementos da “ordem interna” como nos da “ordem externa” (MOREIRA, 2006), com os quais se configuram relações que distinguem e dão identidade à empresa. Esses elementos estruturam o “espaço social” onde funcionam os “campos de poder” dos quais a empresa participa, modula sua autonomia e produz sentido para suas ações, como, por exemplo, a implantação do PAF Dutos.

Essas transformações irão repercutir na gestão das faixas de dutos, na forma como a empresa identifica os riscos inerentes a essas atividades e na forma com que ela administra esses riscos, e reconfiguram os meios de controle de seus processos, e dos territórios onde esses processos são realizados.

Em 2002, como foi exposto acima, uma das consequências do derrame de óleo na Baía da Guanabara e do Termo de Compromisso de Ajuste Ambiental dele decorrente foi uma ampla reestruturação do sistema de gestão da malha de dutos, que gerou o PEGASO, com uma ampla revisão dos estudos de análise de risco da empresa, elaborado em conjunto pela CETESB, Petrobras e empresas consultoras em 2001 e aprovado em 2002 pelos órgãos ambientais (TORRES e YOGUI, 2003).

Dentro dessa revisão, destacam-se os riscos gerados por ação de terceiros, os riscos gerados por falhas operacionais, os riscos gerados por causas naturais e os riscos gerados por falhas mecânicas. De uma forma geral, essa revisão dos estudos de análise de risco implicou: num alargamento das distâncias consideradas como áreas de risco conforme a natureza do produto transportado a partir do eixo central dos dutos; numa ampliação da disponibilização de informações consideradas relevantes e incluídas como variáveis das análises; no desenvolvimento de softwares de simulação de consequências e riscos; na diferenciação e aprimoramento dos critérios de tolerabilidade e na elaboração de termos de referência de análise de risco pelos órgãos ambientais (DUTRA e OLIVEIRA, 2008).

Em relação aos riscos gerados por ação de terceiros, que são os que se relacionam com o objeto desse estudo, as medidas adotadas foram: elaboração de planos de comunicação com as comunidades vizinhas às faixas; melhoria das sinalizações e dos sistemas de drenagem das faixas; utilização de procedimentos específicos para interferência de terceiros, incluindo ações junto aos órgãos competentes para remoção de invasões nas faixas (DUTRA e OLIVEIRA, 2008).

Essas considerações indicam que o foco das análises de risco, como exposto acima, permaneceu centralizada no evento “acidente”, e dentro de uma visão hierarquizada da sociedade que atribui uma autoridade exclusiva aos peritos, com prevalência dos elementos técnicos, quantitativos e probabilísticos (GUIVANT, 1998, pp. 2-3). Porém o alargamento das áreas de risco e a inclusão de informações e variáveis de natureza socioambiental implicaram numa mudança de paradigma onde o controle não se dá apenas sobre o “equipamento”, mas se estende ao território onde esse equipamento está incrustado, e se viabiliza e complementa pela sofisticação dos instrumentos de análise, das práticas de monitoramento, dos padrões normativos e das ações de comunicação. Estas, em especial no que diz respeito à forma de gestão dos riscos gerados por “ações de terceiro” no território das faixas.

Um território alargado para além do que até então eram os “muros” da fábrica, mas não uma superação dessa segmentação com a inclusão das pessoas e do meio ambiente no “intramuros” da fábrica, ou seja, nas considerações sobre a legitimidade e os limites de validade do negócio, na medida em que esse risco permanece apenas um “risco de acidentes”, sem incluir os “riscos aceitáveis” decorrentes das atividades normais e legais, o que implicaria numa discussão sobre o próprio modo de produção, o mercado e o padrão de crescimento econômico, e principalmente, na inclusão da visão dos sujeitos locais na construção do conceito de risco, o que implicaria em reconhecer sua dimensão cultural (GUIVANT, 1998, pp. 3-10).

Assim, ao falar de controle de um território alargado, o conceito utilizado é aquele definido por RAFFESTIN (1993)¹⁰⁵, que percebe o território como uma construção social mediada por relações de poder.

Uma dinâmica do território que, comentando o autor acima, pode ser formulada por Giffoni Pinto como um território:

“[...] configurado e reconfigurado segundo as representações e objetivos de diferentes atores sociais e estes objetivos podem variar entre a implantação de uma determinada infraestrutura fabril, a execução de estratégias empresariais, a inserção de programas sociais e a luta pelo resgate da terra, etc. (PINTO, 2010 p.43)”

É assim que as ações e os instrumentos utilizados de forma organizada para o exercício do controle das áreas de risco relacionadas às faixas de dutos poderão ser definidos, em seu conjunto, como “estratégias de controle do território”.

¹⁰⁵ “[...] o produto dos atores sociais. São eles que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é espaço. Há portanto um ‘processo’ do território quando se manifestam todas as espécies de relações de poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 7-8).

O objeto de análise dos capítulos seguintes e das considerações finais, tendo como linha condutora a construção e implantação do PAF Dutos, será a passagem de “estratégias de controle” do território fundamentadas em relações de força, para “estratégias de controle” inseridas no contexto do capitalismo contemporâneo e fundamentadas em ações de comunicação para o exercício de um “poder simbólico” legitimado e transsubstanciado através de “relações de cooperação e parceria”.

CAPÍTULO III - A GESTÃO DO RISCO

3.1 O Plano de Comunicação das Faixas de Duto e as suas Bases Conceituais no Enfrentamento dos “Riscos”

A nova estratégia da empresa para a gestão das “áreas de risco” na malha de dutos através de um “Plano de Comunicação de Convivência e Corresponsabilidade das Comunidades do Entorno das Faixas de Dutos”, implantado em 2002, foi sistematizada no trabalho “A Malha Dutoviária de Transporte de Petróleo e Derivados como Eixo Articulador de Transformação Socioambiental”¹⁰⁶, elaborado para ser apresentado no *Rio Pipeline Conference & Exposition 2003*.¹⁰⁷ O objetivo desta nova estratégia surgiu na sua introdução nos seguintes termos: “fomentar a participação ativa dos moradores do entorno da malha dutoviária, bem como dos terminais na construção de um compromisso coletivo com a integridade das faixas de dutos.”

Como forma de alcançar esse objetivo foram definidas as metas de:

“integrar ações entre os mantenedores das faixas de dutos, poder público e comunidades; ampliar o nível de conhecimentos da população sobre as operações de transporte dutoviário, benefícios, vulnerabilidades, normas de uso e ocupação do solo; fortalecer canais de comunicação diretos entre empresa e comunidades.”(Anexo C)

Assim, o Plano de Comunicação de Convivência e Corresponsabilidade das Comunidades do Entorno das Faixas de Dutos apresentava-se articulado ao TCAA celebrado com o Ministério Público que, entre outras condições, determinava a implantação de um programa de gerenciamento de riscos da malha de dutos. E, da mesma forma, com os desdobramentos do Plano de Ação Emergencial da Baía da Guanabara e com a criação da área de SMS.

Além disso, para acessar o contexto ao qual esta estratégia veio dar resposta, pode-se recorrer ao estudo “Conflito Social e Risco Ambiental: o caso de um vazamento de óleo na Baía de Guanabara”. Nesse trabalho foi apresentado um inventário das principais críticas que eram formuladas à época do acidente, em 2000, sobre a produção dos riscos pela empresa: (1) intensificação dos processos industriais; (2) densidade das atividades; (3) contiguidade das atividades; (4) falhas nos projetos; (5) rotatividade e falhas gerenciais; (6) ausência de licenciamento ambiental; (7) ausência de fiscalização ambiental; (8) flexibilização da legislação e precarização da força de trabalho; (9) falta de democratização das informações técnicas com os quadros de trabalhadores e com a comunidade; (10) métodos impróprios de análise de acidentes; (11) falha no plano de emergência (ACSELRAD e MELLO, 2000).

Dessa forma, o Plano de Comunicação de Convivência e Corresponsabilidade das Comunidades do Entorno das Faixas de Dutos representava uma tentativa de incorporação da crítica que se fazia à época quanto às causas do risco e suas consequências, por meio da

¹⁰⁶ Aluísio Teles Ferreira Filho, Janice Dias, Roberto Gomes Vieira. Trabalho técnico elaborado para publicação nos anais do Rio Pipeline Conference & Exposition 2003 (Anexo C).

¹⁰⁷ Evento organizado a cada dois anos pelo Instituto Brasileiro do Petróleo Gás e Biocombustíveis – IBP, in: <http://www.ibp.org.br/main.asp?Team={7BB16F37-86FC-4312-A9F8-917F987BD8B1}>

adoção de padrões técnicos adequados, do aprimoramento das técnicas de análise de risco, do fortalecimento da dimensão socioambiental e da democratização das informações técnicas sobre riscos e procedimentos de segurança nas faixas, ou seja, pelo fortalecimento dos elementos de estimativa de comunicação e de administração dos riscos (GUIVANT, 1998. p. 2).

Segundo o Plano de Comunicação, os estudos de análise de risco (EAR) realizados pela empresa após o acidente da Baía da Guanabara constataram que o sistema de dutos é o meio mais seguro e econômico de transporte de petróleo e gás, ainda que esses equipamentos atravessem áreas muito diversificadas e complexas, entre elas regiões densamente povoadas e áreas de relevância ambiental. Foi diagnosticado que as áreas urbanas cortadas por dutos, em geral, enfrentam situações de ocupação desordenada e indevida do solo. Ao mesmo tempo, esses EAR concluíram que as “ações de terceiros” representavam 70% da incidência de “situações potenciais de risco”. (Anexo C)

O documento identificou esses “terceiros” como integrantes das comunidades do entorno das faixas e que, por isso, uma alteração desse cenário implicaria em promover mudanças de hábitos e atitudes:

“Embora o modal dutoviário seja a opção mais segura para o transporte de petróleo e derivados, a rede de dutos requer monitoramento e gestão permanentes do uso e ocupação do solo no seu entorno. Esses cuidados, porém, não dependem unicamente da empresa ou não devem ser tomados unicamente por ela: neste processo, é essencial a participação protagônica das próprias comunidades”. (Anexo C)

Além disso, o documento relatou que a empresa produziu um amplo diagnóstico socioambiental das “áreas de risco” em toda sua malha de dutos e através dessa análise levantou os principais fatores de risco gerados especificamente pela ocupação do solo, no “entorno” e “sobre” as faixas. Esse diagnóstico mapeou as lideranças, os equipamentos sociais, as instituições, as organizações locais e os problemas de relacionamento entre a empresa e a comunidade. E com base nesse diagnóstico foi apresentada uma listagem das situações consideradas críticas (algumas delas permitidas por lei, e por isso não “indevidas”), que exigiam um uso controlado do território.

As ações de comunicação e de controle do território relatadas nesse documento irão incidir sobre as chamadas “áreas de domínio” de 5 a 20 metros, que constituem as faixas por onde passam os dutos, e as “áreas não edificantes”, de 15 metros, que correm paralelas à faixa. As faixas de dutos são áreas desapropriadas ou declaradas como de servidão administrativa, com fundamento na lei 2.004/53, o que representa um espaço variável de 5 a 20 metros, onde é vedado qualquer uso ou ocupação. Duas faixas paralelas de 15 metros que correm de cada lado da faixa de domínio, denominadas “áreas não edificantes”, também devem permanecer livres de ocupações por estruturas construídas (lei 6.766/79). (Anexo C)

Assim, as situações críticas recorrentes, que potencializavam conflitos entre a empresa e a comunidade sobre a ocupação do território das faixas e áreas não edificantes¹⁰⁸ e que configuravam as chamadas “áreas de risco” identificadas foram:

¹⁰⁸ Ao longo desse estudo, sempre que nos referimos a faixas de dutos, estamos incluindo nelas as áreas não edificantes uma vez que, nas análises de risco a definições das ações de segurança e controle estudadas, elas não se distinguem.

“passagens de pedestres; acessos a estradas e residências; residências em favelas; extensões de fundo de quintal; trânsito de veículos; estacionamento de veículos; campos de futebol; depósitos de lixo e entulho; comércio ambulante; plantação de culturas temporárias; depósitos de material de construção”. (Anexo C)

Um retrato que coincidiu com os resultados obtidos por SOUZA FILHO *et al.* (2003) em seus estudos sobre conflitos nas faixas de servidão da Eletronorte em 10 comunidades do Maranhão, onde foram levantadas diversas situações conflitivas sobre as faixas que se situam abaixo das linhas de alta tensão. Nessa obra, esses conflitos foram categorizados a partir de seus fatores geradores como: necessidade de acesso à habitação, de espaços para plantar e criar animais, de espaços para brincar, de espaços para conviver como campos de futebol, de espaços para se deslocar como vias, de espaços para secar a roupa ou guardar veículos quando as faixas se tornam extensões dos quintais e de espaços para depositar o lixo. (SOUZA FILHO *et al.*, 2003)

SOUZA FILHO *et al.* (2003), em suas conclusões, contextualizaram as situações conflitivas nos seguintes termos:

“Somente quando nos aproximamos do modo de vida e da visão de mundo desses segmentos é que percebemos que operam com outro ethos, outros parâmetros culturais, outros códigos jurídicos. Isso lhes permite estar na nossa sociedade e, ao mesmo tempo, fora dela. Isto lhes permite fixar-se nas margens, nas fímbrias, nas fronteiras, nas nesgas, no que restou para que pudessem se reproduzir, suas formas de conhecimento, suas estratégias de sobrevivência continuam ignoradas. É por isto que eles continuam invisíveis. São invisíveis para o Estado, são invisíveis para a empresa, que não possui um setor especializado para com eles dialogar.” (SOUZA FILHO *et al.*, 2003, p. 334)

Nesta análise produzida por pesquisadores da Universidade Federal do Maranhão, dentro de uma perspectiva sócio-antropológica, foram privilegiadas as necessidades sociais dos ocupantes ou vizinhos das faixas e não as condicionantes técnicas dos equipamentos. Este estudo chama a atenção para o fato de que toda representação de um sujeito é mediada por um contexto sócio-histórico e por opções políticas que condicionam sua produção. A partir dessa premissa, no caso das representações concebidas a partir do “Plano de Comunicação de Convivência e Corresponsabilidade das Comunidades do Entorno das Faixas de Dutos”, é de se esperar a produção de um sujeito marcado pela “gestão do risco” e pelo “risco” que ele representa para a “integridade dos dutos”.

Um sujeito que até então era identificado como um “terceiro,” que em termos jurídicos é aquele que não faz parte do contrato e que em termos linguísticos se situa num espaço de não existência (BENVENISTE, 1976, p. 28). Assim, esse “terceiro” representava tanto um invasor por não integrar as relações contratuais que legitimam direitos sobre o território, quanto um sujeito inexistente na medida em que não era percebido como um interlocutor legítimo.

Nesse sentido, a nova estratégia de “gestão do risco” e o “Plano de Comunicação de Convivência e Corresponsabilidade das Comunidades do Entorno das Faixas de Dutos” representou uma tentativa de superação dessa inexistência a partir da conclusão de que a manutenção dessa invisibilidade ampliava os riscos para as atividades da empresa. De riscos

produzidos pelas formas sociais de ocupação do território pela comunidade. Um “risco social” a ser enfrentado com “informações, conscientização e *insights* sobre quais são os riscos sociais, e ao mesmo tempo, um meio eficaz para responder a eles”. (ACSELRAD e PINTO, 2009).

E um risco produzido pelas práticas instituídas pela própria empresa:

“Tem que lembrar que a Petrobras foi gerida, muitos e muitos anos, pelo período militar; ela tinha uma outra relação de Brasil da ditadura; e ela também foi se abrindo pós-ditadura, para um outro rumo. Então assim, antigamente, as pessoas estavam dormindo em casa e, quando viam, tinha um trator abrindo faixa do lado dela; ninguém perguntava”.¹⁰⁹

A inclusão de um terceiro, até então invisível, no campo do discurso que se encontra na origem do “Plano de Comunicação de Convivência e Corresponsabilidade das Comunidades do Entorno das Faixas de Dutos”, relacionando esses sujeitos entre os fatores de risco “para a integridade dos dutos” e buscando sua conversão em “elementos do sistema de gestão do risco”, favorece a produção de um sujeito que deve ser monitorado e corresponsabilizado na sua relação com a faixa de dutos. Porém, ao mesmo tempo, representa uma abertura para o reconhecimento de outros direitos para além daqueles originados no contrato, direitos produzidos pela comunidade a partir de seu pertencimento ao território e ancorados nos seus modos de reprodução social e estratégias de sobrevivência.

Dessa forma, a conversão de um “terceiro invisível” em “sujeito corresponsável”, como consequência da sua persistência em seus modos de vida e de ocupação do território, representou também o resultado de um processo histórico de lutas protagonizadas por “sujeitos efetivos”, como definidos por Castoriardis “cuja autonomia é dar-se as suas próprias leis” (CASTORIARDIS, 1999, p. 212)¹¹⁰. Isso porque, através desse processo de resistência, mesmo que numa relação assimétrica, esse sujeito foi capaz de disputar projetos diferentes de ocupação do espaço, territorialização de interesses e objetivação de sentidos, de forma que, a nova estratégia da empresa, não só visibilizou esse sujeito, como também acabou por reconhecer suas leis não codificadas nem formalizadas num contrato.

Por outro lado, a opção pelo “Plano de Comunicação de Convivência e Corresponsabilidade das Comunidades do Entorno das Faixas de Dutos” como forma de reconhecimento desse sujeito também representou uma patologização do conflito entre diferentes projetos de ocupação, na medida em que esse dissenso foi entendido como um desvio a ser tratado por mediações capazes de gerar ganhos mútuos, com a eleição da integridade dos dutos como parâmetro de “normalidade” norteador das relações com a comunidade e de correção dos desvios.¹¹¹

A problematização das tecnologias de mediação que se multiplicam em todos os campos de embate e resistência aos projetos globalizantes e obedecem a fórmulas muitas vezes pré-estabelecidas por organismos internacionais comprometidos com esses mesmo

¹⁰⁹ Entrevista 6.

¹¹⁰ Entendendo o conceito de sujeito efetivo de Castoriardis da mesma forma que o faz Moreira em “Uma Visão da Agricultura Familiar no Brasil” in: <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/viewArticle/316>, pgs. 61 e 62.

¹¹¹ “trata-se de psicologizar o dissenso, prevenindo conflitos e tecnificando seu tratamento através de regras e manuais destinados a transformar os pontos quentes em comunidades de aprendizado” (ACSELRAD, 2004. p. 9 e 10).

projetos (ACSELRAD, 2004) extrapolam o âmbito desse trabalho. Porém, nesse estudo, cabe levantar algumas questões, entre outras possíveis, sobre o aprisionamento do conflito nesse campo discursivo.

Qual o limite comunicativo dessa mediação, na medida em que ela se impõe como instrumento para viabilizar o que está concreta e legalmente posto? Para além do compartilhamento de conhecimentos sobre os riscos e de redução desses riscos, como ir além de medidas apenas compensatórias ou mitigadoras das desigualdades e dos constrangimentos ambientais e espaciais gerados pelos dutos?

As diversas ações propostas pelo plano de comunicação para solução dessas disputas territoriais entre comunidade e empresa nas situações consideradas “críticas” focalizaram: a liberação das áreas ocupadas por usos incompatíveis com a natureza dos dutos; a recuperação ambiental dessas áreas; o aperfeiçoamento dos sistemas de sinalização; a fiscalização e o monitoramento sistemáticos; a qualificação dos técnicos que trabalham nas faixas; o monitoramento das faixas não edificantes, cujo controle e fiscalização dependem do poder público; a participação ativa dos moradores na construção de um compromisso coletivo com a integridade dos dutos; a disseminação de informações sobre riscos e segurança das faixas e de ocupação ordenada através de usos permitidos e negociados com a empresa (Anexo C).

O “Plano de Comunicação de Convivência e Corresponsabilidade das Comunidades do Entorno das Faixas de Dutos” previa atividades de comunicação com foco numa gestão ambiental participativa fundamentada na “corresponsabilidade”. E as metas de liberação das faixas daquelas ocupações consideradas irregulares e geradoras de riscos eram norteadas pelos conceitos de “desocupar ocupando”, de “ocupar para que não se ocupe” (Anexo C).

O conceito de corresponsabilidade utilizado foi sintetizado em documento enviado pela empresa para a Associação Brasileira de Comunicação Empresarial – ABERJE, descrevendo o “Plano de Comunicação de Convivência e Corresponsabilidade das Comunidades do Entorno das Faixas de Dutos” para participar de um concurso anual de projetos de comunicação empresarial, tendo sido premiado na edição de 2002:

“Em outras palavras, objetiva-se compartilhar as responsabilidades da segurança dos dutos com as comunidades de forma que cada morador se transforme em um guardião de seu meio ambiente, para que as faixas se mantenham desocupadas e limpas, participando, com a Transpetro, do processo de discussão dos usos permitidos para áreas desocupadas e orientando a vizinhança sobre a importância de uma convivência positiva com a rede”.¹¹²

O conceito de “desocupar ocupando” foi definido pela empresa nos seguintes termos:

“em relação à ocupação irregular das faixas de domínio, a Transpetro¹¹³ vem desenvolvendo um programa de comunicação que atua em duas vertentes: os ocupantes da faixa de domínio participam de encontros com a equipe local da Transpetro nos quais são discutidas questões sobre a função das faixas de dutos, os riscos inerentes, a legislação em vigor. Quanto aos demais moradores que não estão em situação irregular, também recebem

¹¹² Resumo do “Plano de Comunicação de Convivência e Corresponsabilidade das Comunidades do Entorno das Faixas de Dutos”, enviado à ABERJE em 2002. (Anexo D).

¹¹³ Idem nota 2.

informações e se integram no Plano de Comunicação com o objetivo de conhecer os riscos a que estão expostos e os motivos de desocupação imediata dos ocupantes das faixas de domínio. Daí nasce o conceito de “desocupar ocupando” cujo escopo é implementar um programa de segurança visando a integridade das instalações (faixas, dutos, terminais). Trata-se de “ocupar” as áreas liberadas por meio de um processo de abordagem em que a participação dos moradores nos cuidados de preservação das faixas seja estimulada evitando-se novas invasões. Ao mesmo tempo, as faixas de dutos, após a desocupação, recebem um tratamento físico-espacial que garanta a recuperação técnica e paisagística da área e o uso exclusivo para a operação dos dutos... Dentro das possibilidades técnicas de segurança, após a avaliação, a empresa poderá aprovar propostas de uso comunitário dos espaços das faixas, como, por exemplo, hortas comunitárias, jardins, pistas de caminhadas, escadarias para pedestres, recuperação de acessos”. (Anexo C)

De forma complementar, o conceito de “ocupar para que não se ocupe” operava nos seguintes termos:

“Mesmo as faixas que, hoje se encontram livres e desimpedidas (sem nenhuma ocorrência irregular como construções, entulho, lixo doméstico ou plantações e árvores de raízes profundas, por exemplo) podem, a qualquer momento, tornar-se áreas potenciais de invasão e de uso inadequado por parte da população. Cabe portanto desenvolver ações preventivas junto à comunidade do entorno para manter a integridade dos dutos e preservar a segurança das faixas e dos moradores, ou seja “ocupar” hoje estar áreas para evitar que sejam degradadas futuramente”. (Anexo C)

A partir dessas considerações, pode-se concluir que o PAF Dutos teve inserção nas estratégias de “desocupar ocupando” e “ocupar para que não se ocupe”, em especial, nos termos transcritos acima de que:

“dentro das possibilidades técnicas de segurança, após a avaliação, a empresa poderá aprovar propostas de uso comunitário dos espaços das faixas, como por exemplo, hortas comunitárias, jardins, pistas de caminhadas, escadarias para pedestres, recuperação de acessos”. (Anexo C)

Estas ações propunham espaços de “gestão compartilhada” do território das faixas de dutos com foco na integridade e preservação das malhas dutoviárias, sendo que esse objetivo de compartilhamento se expressava no reconhecimento de que: “as faixas de dutos são espaços de inter-relações entre vários agentes e atores sociais nos quais se inserem interesses do negócio e interesses comunitários” (Anexo C). Mas um compartilhamento assimétrico pelo qual a empresa preservava seu poder ordenador do uso do solo nas faixas, com a prerrogativa de deliberar quais casos seriam os de desocupação ou de ocupação controlada, uma vez que a “integridade dos dutos” permanecia como um dado técnico definido por ela.

Nesta análise, percebe-se um contexto complexo, em que a opção por estratégias de comunicação coexiste tanto com elementos instrumentais que envolviam concessões à comunidade para preservar e legitimar o controle sobre o território, como com elementos de democratização da gestão dos riscos, de compartilhamento e de solidariedade com as comunidades vizinhas aos seus equipamentos, de criação e fortalecimento de espaços de

reconhecimento, de interação e de organização de sujeitos coletivos locais, demandas essas que já eram registradas em 2000 (ACSERALD e MELLO 2000).

Aqui, cabe uma consideração formulada por um dos entrevistados a respeito do impacto sobre as comunidades gerado pela implantação de faixas de dutos na região de Tingua, Nova Iguaçu:

“[...] a comunidade é ultrajada por certas estruturas que são colocadas, e elas não se beneficiam com aquilo que é colocado? – ou seja, passa riqueza pelo seu subsolo, mas ela não se beneficia. Só existem duas pontas que se beneficiam: é a ponta produtora e a outra ponta, compradora. Mas quem é impactado por todos – seja uma autoestrada, seja uma ferrovia, seja uma dutovia, seja uma subestação de energia... Porque em alguns momentos ela segregá. Você mora de um lado e seu parente mora do outro. E às vezes, você não consegue atravessar a faixa de dutos.”¹¹⁴

O depoimento acima sintetiza uma demanda distributiva num cenário de conflito entre usos sociais desenvolvidos pelas comunidades nas suas relações com o território mediadas pela cultura, em oposição aos usos industriais desenvolvidos pela empresa em relações mediadas pela técnica, pela normativa ambiental e pela lógica do mercado. Esses usos configuram poderes fundamentados em estatutos distintos e assimétricos, um ancorado no pertencimento, na cultura e no costume, outro no contrato e na lei e garantidos pelo Estado. Porém, nesse depoimento não se percebe um questionamento da validade das atividades da empresa, nem mesmo da localização dos dutos, mas sim da distribuição desigual dos constrangimentos gerados para a comunidade pelos modos de apropriação do espaço pela empresa.

Essas disputas entre projetos distintos de uso e de significação do território, em que a comunidade cria mecanismos de resistência e contestação a um modelo de ordenamento urbano e de desenvolvimento ali localizado, mas construído e imposto em instâncias políticas e burocráticas diferidas no tempo e no espaço, e às quais a comunidade não tem acesso, configuram uma situação de “desigualdade ambiental”, no sentido atribuído por Acselrad como de “assimetria na alocação socioespacial dos riscos ambientais” (ACSELRAD, 2004, p. 21).

No contexto estudado, de faixas de dutos periféricas a um grande centro urbano, parece prevalecer uma demanda distributiva das vantagens e dos constrangimentos causados pelos dutos. Assim, o PAF Dutos pode ser relacionado às estratégias de controle do território da faixa de dutos como uma ação capaz de atender à demanda de compensação dos constrangimentos ambientais causados pela presença destas faixas no território e assim promover interesses econômicos, estéticos e ambientais locais sem comprometer os padrões operacionais da empresa.

O PAF Dutos surge dentro de um planejamento focado na integridade dos dutos, ou seja, na manutenção das suas condições estruturais e funcionais. E por isso, deve-se articular com ações de informação sobre a gestão dos riscos, de fiscalização, de melhoria da sinalização das faixas e de aprimoramento tecnológico dos recursos de monitoramento e de manutenção, que operam dentro de uma “ordem interna” das relações entre as unidades e as comunidades vizinhas à faixa de dutos:

¹¹⁴ Entrevista 3.

“Saberem dos riscos. Esse é o objetivo um, do plano de comunicação de dutos. Aí, você estabelece um relacionamento com a comunidade, que é para entender essa diversidade cultural e, a partir desse entendimento, pensar e viabilizar as melhores formas de comunicação com aquela comunidade que está ali”.¹¹⁵

Dentro das categorias de percepção do risco utilizadas por Acselrad e Mello pode-se associar a gênese do PAF Dutos ao aperfeiçoamento dos instrumentos técnicos de gestão do risco e à democratização das informações técnicas sobre esses riscos (ACSELRAD e MELLO, 2000). Para além dessas duas categorias surgiu também por parte da empresa uma percepção da necessidade de uma gestão do risco compartilhada com a comunidade para que fosse eficaz, e por parte da comunidade, uma percepção do risco como um constrangimento a ser compensado pela empresa. E articulando essas dimensões do risco, um campo assimétrico de mediação onde se reconhecem sujeitos locais com direitos legitimados no pertencimento e nos seus modos tradicionais de reprodução social, ao mesmo tempo em que se procura demarcar previamente os lugares políticos, sociais e espaciais, passíveis de serem ocupados por esse sujeito, de modo que não represente perigo para a integridade dos dutos que regula a ocupação do território e as relações com a comunidade.

Essa abordagem produziu um sujeito convergente com aquele do conceito de “populações em situação de risco” proposta pelo Banco Mundial para enfrentamento da pobreza, pela qual se preconiza uma eliminação da “situação de risco” através de políticas compensatórias e pelo estímulo ao empreendedorismo. E ainda que a abordagem de “risco social” não faça parte da gramática da empresa, a nova estratégia de gestão dos riscos nas faixas de dutos compartilha elementos com as ações denominadas de “gestão do risco social” gerado por “conflitos” entre empresa e sociedade ou comunidade através de políticas de responsabilidade social empresarial com foco na “criação de sistemas de comunicação, partilha de informação e integração da RSE com suas operações comerciais” (ACSELRAD e PINTO, 2009).

Esta opção pela negociação prevalece nos casos em que o deslocamento dos equipamentos mostra-se inviável ou demasiadamente oneroso, ao contrário do que ocorreu com a malha dutoviária construída na região metropolitana de São Paulo¹¹⁶. Uma opção que estabelece homologias com os processos de incorporação e de deslocamento problematizados por BOLTANSKI & CHIAPELLO (2009), como estratégias capitalistas de enfrentamento da crítica.

No primeiro caso, ele responde efetivamente às questões levantadas pela crítica e incorpora parte dos valores pelos quais era criticado, no segundo caso ele escapa à exigência de justiça social pela alteração das formas de realização do lucro, de modo a tornar menos visível a relação entre a produção da injustiça e os ganhos da exploração (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2009, p. 62-63).

¹¹⁵ Entrevista 6.

¹¹⁶ “a malha de dutos que leva petróleo, gás e derivados dos portos às refinarias do planalto paulista sofrerá alterações a partir de 2011. A Petrobras criou, em 2007, um Plano Diretor de Dutos (PDD) para afastar a rede dos grandes centros urbanos e modernizá-la. Agora, mais de três anos após o início do projeto e na iminência do aumento da oferta de combustível com o pré-sal, parte das obras recebeu autorização ambiental para ser iniciada. Os subterrâneos da Grande São Paulo serão os mais afetados”

In: http://www.fecombustiveis.org.br/index.php?option=com_clipping&task=nota¬a_id=14657

Assim, a partir da estratégia comunicacional adotada como mediação capaz de gerar ganhos mútuos para a empresa e para um sujeito em “situação de risco” – que representa um “risco social” para a integridade das faixas e regularidade de suas operações – surgem outros dois elementos ao quais se articulam a sociogênese do PAF Dutos que dizem respeito à “responsabilidade social e ambiental” e à “promoção do desenvolvimento”, postos pelo Plano de Comunicação nos seguintes termos:

“Nestes novos tempos em que responsabilidade social e ambiental, integradas à dimensão econômica são exigências do atual cenário empresarial, a Transpetro¹¹⁷ entendeu que as faixas de dutos são espaços de inter-relação entre vários agentes e atores sociais nos quais se inserem interesses do negócio e interesses comunitários. Perseguir objetivos comuns a partir destes interesses, discutir os limites entre o público e o privado e criar articulações direcionadas ao bem estar coletivo é um caminho viável para o desenvolvimento local.” (Anexo C)

As duas partes desse capítulo que se seguem serão dedicadas à exposição desses dois elementos, pretendendo compreender qual a concepção de desenvolvimento que se articulava com o PAF Dutos a partir da política de responsabilidade social adotada pela empresa nos anos que se seguiram ao derrame na Baía da Guanabara, e em especial a partir de 2003, com o incremento de uma nova agenda social pelo governo federal, e com o alinhamento da empresa a uma pauta social desenvolvimentista em substituição à pauta neoliberal financista e privatizadora do governo anterior.

Nesse ponto, cabe inserir um depoimento sobre uma preocupação da empresa que se fortaleceu a partir de 2003, de dialogar com os interesses da sociedade abrangente, ou seja, com a “ordem externa” (MOREIRA, 2006):

O que muda, a partir de 2003, eu acho que essa interlocução com a comunidade e com a sociedade sai do âmbito das ações do SMS, sai das questões das relações das unidades com as comunidades próximas e entra para a corporação, [...] Isso tem que estar no quotidiano, realmente lidar com as coisas não apenas da atividade específica localizada – ou sob o aspecto da visão técnica do SMS – mas na visão da companhia, participando do quotidiano da sociedade, como ente da sociedade.¹¹⁸

3.2 O PAF Dutos no Contexto da Responsabilidade Social Empresarial

A interpretação da responsabilidade social como um núcleo de sentido implica em relacionar o PAF Dutos com um contexto complexo que reúne demandas como as originadas em comunidades vizinhas às operações da empresa; nos trabalhadores da empresa por melhores condições de trabalho; no corpo gerencial por instrumentos de gestão que legitimem suas decisões; na sociedade por melhor qualidade ambiental; nas normativas social, ambiental, trabalhista e tributária para obter licença para operar; nos investidores pela garantia de transparência e rentabilidade; na mídia, no mercado e nos consumidores pela imagem e reputação.

¹¹⁷ Idem nota 2

¹¹⁸ Entrevista 5.

Portanto, não se pretende explorar o conceito de responsabilidade social, nem em quais pressupostos se fundamenta, mas apenas de identificar nesse campo de ação da empresa quais os elementos com maior potencial interpretativo sobre a sociogênese do PAF Dutos. Isso leva para mais perto do “como acontece” a responsabilidade social na empresa, do que perguntas sobre “o que é” ou “para que serve”. Dessa forma, não se pretende apresentar uma revisão do tema “responsabilidade social”, nem uma análise da evolução completa desse conceito dentro da empresa, ainda que em alguma medida se possa contribuir nesses dois sentidos.

Dentro desse recorte, os “Balanços Sociais”¹¹⁹ publicados pela empresa desde 1998 surgem como fonte de análise, uma vez que a partir desses documentos a empresa passou a registrar e divulgar informações organizadas sobre suas ações de patrocínio, de relacionamento com as comunidades, com sua força de trabalho e de atendimento à normativa ambiental e de segurança no trabalho, sendo que a própria produção e organização de informações qualificadas sobre a sociedade em geral e sobre operações e processos da empresa e dos mercados onde atua constituem grande parte das atividades de responsabilidade social, ou seja, de como esta acontece no dia a dia das empresas, produzindo conhecimento organizado para subsidiar decisões. Um fato que convida a refletir sobre a produção de informação estratégica como um dos principais núcleos de sentido daquilo que se reúne hoje sobre a identidade de “responsabilidade social”.

Porém, dentro do recorte proposto, alguns elementos oferecem maior potencial interpretativo para o PAF Dutos. O primeiro deles é a meta de incorporação transversal da responsabilidade social dentro da estrutura da empresa. O segundo é o gradativo fortalecimento da abordagem da responsabilidade social denominada “*stakeholders approach*”, também chamada de “teoria das partes interessadas”. O terceiro elemento é a integração de critérios internacionais de avaliação de seu desempenho no campo social, trabalhista e ambiental com a adesão a múltiplos sistemas de certificação e de monitoramento.

O primeiro elemento a se considerar é a incorporação transversal da responsabilidade social nas atividades da empresa ou nos termos propostos pela política de responsabilidade social citada acima de “Garantir uma gestão integrada em Responsabilidade Social no Sistema Petrobras”. Essa meta transparece na contínua incorporação da responsabilidade social na linguagem e na estrutura da empresa e pode ser verificada na evolução dos Balanços Sociais que indicam uma contínua ampliação das articulações de metas relacionada a esse tema dentro da estrutura. Uma evolução que passa pela criação de uma gerência corporativa específica dentro da área de comunicação em 2007 e que em 2009, na forma de um “Relatório de Sustentabilidade” passará a integrar as informações de responsabilidade social com o crescimento das operações e a rentabilidade.

A preocupação com a integração da responsabilidade social nos processos de gestão da empresa foi explorada por Oliveira Dias no estudo “O Comitê de Gestão de Responsabilidade Social como uma Estratégia para Implementação da Política de Responsabilidade Social e Ambiental na Petrobras”, que analisou as pautas deste comitê, constatando uma prevalência de temas ligados à criação e aprimoramento de instrumentos de gestão (DIAS, 2008). Entre

¹¹⁹Durante o período pesquisado, em cada edição anual esse documento passou por diversas denominações: Balanço Social, Relatório Anual de Responsabilidade Social, Balanço Social e Ambiental, e Relatório de Sustentabilidade, que designaremos de forma genérica como Balanço Social, salvo se o contexto exigir a nomeação exata da edição.

2005 e 2007, foram analisadas 69 pautas, 41% delas dedicadas a esse tema (DIAS, 2008, p. 51).

O principal impacto dessa integração das ações de responsabilidade social sobre a sociogênese do PAF Dutos foi a alteração do proposto pelo “Plano de Comunicação de Convivência e Corresponsabilidade das Comunidades do Entorno das Faixas de Dutos”, que pretendia valorizar alternativas construídas localmente apenas por meio da interação entre comunidade e empresa, articuladas e dimensionadas a estas expectativas:

“Você teria um cardápio de possibilidades de plantio de hortaliças, etc. A depender do solo de cada área. Então, você teria um cardápio disso, e um formato técnico do que essa horta tinha que ter. E, no plano, previa um acompanhamento de técnico da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, para cada um desses processos”.¹²⁰

No processo de integração das ações de responsabilidade social houve um distanciamento dessa concepção, quando a proposta do PAF Dutos, em 2003, foi incluída no contexto de um programa corporativo de patrocínios a projetos sociais, o “Programa Petrobras Fome Zero”, com origem em ordens relacionais mais amplas que apenas as localizadas na comunidade e na integridade das faixas de dutos.

O segundo elemento parte de uma análise comparativa dos Balanços Sociais entre 2001 e 2010, o que evidenciou um compromisso crescente com a abordagem das “partes interessadas” – num movimento convergente com outras transnacionais petrolíferas em função do seu papel geopolítico (VINHA, 2000, pp. 36 e 37). Até 2001, havia apenas uma referência indireta a esse conceito no Relatório Anual de Responsabilidade Social de 2001.¹²¹

Em 2003, esse conceito foi incorporado a todas as políticas corporativas no âmbito do Balanço Social:

“Compromisso com as partes interessadas: relacionamento, a preocupação e o compromisso da Petrobras com os *stakeholders* permeiam todo o Plano Estratégico, sendo claramente refletidos em sua Missão, Valores, Políticas Corporativas, Comportamentos, Estratégias, Objetivos e Ações. Nas Políticas Corporativas da Petrobras, que orientam suas Estratégias de Negócios, estão identificadas as partes interessadas diretamente impactadas e as expectativas da Empresa quanto ao relacionamento com elas”.¹²²

Com uma definição de responsabilidade social que incorporou o conceito de partes interessadas em 2007, e que perdura até agora:

“Para a Petrobras, Responsabilidade Social é ‘a forma de gestão integrada, ética e transparente dos negócios e atividades e das suas relações com todos os públicos de interesse, promovendo os direitos humanos e a cidadania, respeitando a diversidade humana e cultural, não permitindo a discriminação, o trabalho degradante, o trabalho infantil e escravo, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e para a redução da

¹²⁰ Entrevista 6.

¹²¹ Relatório Anual de Responsabilidade Social 2001, Petrobras. 2001, p. 9.

¹²² Balanço Social 2003, Petrobras. 2003.

desigualdade social'. 1 Atuação Corporativa: Assegurar que a governança corporativa do Sistema Petrobras esteja comprometida com a ética e transparência na relação com as partes interessadas. 2 Gestão Integrada: Garantir uma gestão integrada em Responsabilidade Social no Sistema Petrobras. 3 Desenvolvimento Sustentável: Conduzir os negócios e atividades do Sistema Petrobras com responsabilidade social, implantando seus compromissos de acordo com os princípios do Pacto Global da ONU e contribuindo para o desenvolvimento sustentável. 4 Direitos Humanos: Respeitar e apoiar os direitos humanos reconhecidos internacionalmente, pautando as ações do Sistema Petrobras a partir da promoção dos princípios do trabalho decente e da não-discriminação. 5 Diversidade: Respeitar a diversidade humana e cultural de sua força de trabalho e dos países onde atua. 6 Princípios de Trabalho: Apoiar a erradicação do trabalho infantil, escravo e degradante na cadeia produtiva do Sistema Petrobras. 7: Investimento Social Sustentável: Buscar a sustentabilidade dos investimentos sociais para uma inserção digna e produtiva. 8 Compromisso da Força de Trabalho: Comprometer a força de trabalho com a Política de Responsabilidade Social do Sistema Petrobras".¹²³

A “teoria das partes interessadas” caracteriza-se por propor uma ação econômica que considera interesses para além daqueles diretamente gerados por acionistas, proprietários e gerentes:

“Simply put, a stakeholder is any group or individual who can affect, or is affected by, the achievement of a corporation’s purpose. Stakeholders include employees, customers, suppliers, stockholders, banks, environmentalists, government and other groups who can help or hurt the corporation.” (FREEMAN, 1984 *apud* BEVAN & WERHANE, 2011).

David Bevan e Patricia Warhane apresentam uma análise dessa teoria que problematiza as formas pelas quais interesses de diferentes atores efetivamente podem ser incorporadas na racionalidade empresarial, e procuram faz isso partindo das críticas geradas pelo próprio mercado a essa teoria. A primeira delas é justamente a de que essa abordagem implica numa “politização” do papel da empresa, que inviabilizaria sua sobrevivência na medida em que levaria à perda do foco no negócio:

“What is commonly known as stakeholder theory, while not totally without content, is fundamentally flawed because it violates the proposition that any organization must have a single-valued objective as a precursor to purposeful or rational behavior. In particular, I argue that a firm that adopts stakeholder theory will be handicapped in the competition for survival because, as a basis for action, stakeholder theory politicizes the corporation, and it leaves its managers empowered to exercise their own preferences in spending the firm’s resources.” (JANSEN, 2002 *apud* BEVAN & WERHANE, 2011).

Uma preocupação com a ampliação da responsabilidade política das empresas presente nos seus dois teóricos mais respeitados, Edward Freeman e Milton Friedman. Ambos, de diferentes maneiras, limitam as relações com as partes interessadas sujeitas àquelas que não

¹²³ Balanço Social e Ambiental 2007, Petrobras, pg. 17.

questionem a primazia do lucro, e desenvolvem suas abordagens com foco numa “gestão estratégica”¹²⁴.

Estabelecendo categorias diferenciadas entre as partes interessadas como FREEMAN *apud* MACHADO FILHO, que considera acionistas e credores *stakeholders* primários por possuírem direitos legais aos recursos da organização e secundários todos os demais quando esses direitos são estabelecidos por vínculos de outras natureza, como ética ou lealdade (MACHADO FILHO, 2006). Ou definindo uma ordem de valores que devem instruir as relações da empresa com seus *stakeholders*, como FRIEDMAN *apud* BEVAN & WERHANE, que considera que a principal missão da empresa é a geração do lucro e que através dela estará gerando bem-estar para a comunidade e todos os outros *stakeholders* (BEVAN & WERHANE, 2011, p. 2-3).

Essas posições restritivas das interações do mercado com a sociedade envolvente, atualmente têm como principais defensores PORTER & KRAMER, que através de trabalho publicado na Harvard Business Review em 2006 defendem uma relação empresa e comunidade ou sociedade gerida de modo “estratégico”, de forma a produzir “valor compartilhado”.

Para Porter e Kramer, “valor compartilhado” diz respeito à “geração simultânea de benefícios sociais e de competitividade empresarial” e “estratégia” é uma forma de governança centrada na continua ampliação da “vantagem competitiva (PORTER & KRAMER, 2006)”.

A abordagem do “valor compartilhado” como aquele que pode ampliar a vantagem competitiva da empresa implica num olhar centrado na apreciação do balanço financeiro, ou seja, impõe uma visão seletiva e parcial do contexto que restringe as interações válidas. Aqui cabe uma consideração formulada por SENNET (2006) sobre a “nova economia” globalizada, uma economia que opera com balanços financeiros trimestrais, em que empresas também são produtos negociados nos mercados transnacionais e que precisam realizar não só lucros, mas produzir continuamente expectativas de incrementos em seus processos ou ativos capazes de gerar crescimentos súbitos de seu valor de mercado e de sua rentabilidade, ou seja, que apontem sempre para novos potenciais (SENNET, 2006, p. 42).

Um mercado produzido para gerar grandes lucros em curto prazo, que inviabiliza o compartilhamento dos projetos de longo prazo que caracterizam as relações sociais e muitas das relações com o Estado, sem espaço para ganhos financeiros no ritmo de balanços trimestrais.

A baixa preocupação dessas proposições teóricas elaboradas para o mercado com a coerência de seus paradigmas permite questionar sua real função política, uma vez que têm ampla repercussão no segmento empresarial (o artigo de Porter e Kramer de 2006 ganhou uma mesa de discussão na última edição do Fórum Econômico Mundial de Davos em 2011). E deixa transparecer a prevalência de uma “função prescritiva” a favor de uma determinada ordem sobre o qual o mercado “deve” se conformar, formulada e recebida a partir da autoridade e poder de influência dos autores e dos campos que representam. Uma ação

¹²⁴ Um termo cunhado por Michael Porter, diz respeito a uma governança centrada na capacidade de obter vantagem competitiva pela “escolha de uma posição singular – de fazer algo de forma distinta das adversárias para cortar custos e atender certas necessidades do cliente” Porter M. Kramer M. Strategy & Society The Link Between Competitive Advantage and Corporate Social Responsibility, Harvard Business Review 2006.

política convergente com o reconhecimento de que os mercados são produtos culturais, que, no entanto, é feita através de uma linguagem que nega esse fato ao naturalizar a ordem econômica, por meio de argumentos que sugerem uma visão determinista da economia.

A abordagem das partes interessadas adotada pela empresa aproximou-se das posições de Freeman quando utilizou duas categorias de atores relacionadas às suas atividades, “partes interessadas” e “públicos de interesse” (FREEMAN 1984). A “atuação corporativa” e a “governança corporativa” apresentaram-se relacionadas às “partes interessadas”. E a “responsabilidade social” a todos os seus “públicos de interesse”. No “código de ética” da empresa se encontra na seção “Compromissos de Conduta do Sistema Petrobras” uma definição de padrões de relacionamento que enunciam os seguintes atores: acionistas, investidores, empregados, fornecedores, clientes, consumidores, poder público, imprensa, comunidades e sociedade em geral. Os campos relacionais são apresentados numa linguagem de equivalência e não numa hierarquia.¹²⁵

Porém, o ponto central para Bevan e Warhane na discussão sobre as “partes interessadas” é a sua dimensão politizante. E além dessa dimensão, o aspecto relacional e sistêmico do conceito e a forma com que se dá essa incorporação das partes interessadas no universo de deliberação da empresa e na racionalidade empresarial. Um primeiro aspecto ressaltado pelos autores são os modelos utilizados na aplicação dessa teoria, diferenciando aqueles capazes de construir redes de relações não só centradas na empresa, mas também de intercambiar esse centro com os outros atores que compõem as diferentes partes interessadas. O segundo aspecto, mais complexo, diz respeito a perceber pessoas reais, indivíduos, e não apenas categorias abstratas no centro dessas redes relacionais:

The Levinas/Bauman analyses remind us that all forms of political economy are created by, made up of, and affect individual irreducible human beings. Any radical confrontation with the Other, whether on the individual or firm level explicates the myriad almost infinite responsibilities we have to each other, both individually and collectively. We can never get escape this accountability; we can only try to understand a bit of it through systems thinking, decentering stakeholder models, and the radicalization of the Other in stakeholder thinking. Then and only then can we attempt to address the Other in ways that are neither antithetical to capitalism nor to humanism. (BEVAN & WERHANE, 2011, p. 12).

Esse estudo indica que o que diferencia e qualifica a abordagem das partes interessadas não é somente a amplitude das interações com diversos atores dentro do mercado e fora dele, mas a “qualidade dos vínculos” que a empresa consegue estabelecer com esses atores.

Numa análise entre as diferentes “visões de comunidade” propostas pelas áreas de SMS e de Comunicação percebe-se uma redução da centralidade na empresa na medida em que a ação migra dos Estudos de Análise de Risco para o Plano de Comunicação Convivência e Corresponabilidade.

¹²⁵ Compromissos de Conduta do Sistema Petrobras, in:http://www.petrobras.com.br/ri>Show.aspx?id_canal=Apyy9MEmW7SC9DzBebnXuQ==&id_canalpai=QsHWEXhHxpu+r1q2h24GkQ==&ln=pt

Dentro da concepção de Bevan e Warhane, o fortalecimento das ações de comunicação entre empresa e comunidade abre possibilidades de qualificação dos vínculos, com individualização dos sujeitos locais e descentralização da empresa nas redes relacionais. Em contrapartida, o fortalecimento de decisões gerenciais diferidas temporal e espacialmente ampliam a centralidade e despersonalizam as redes relacionais estabelecidas entre empresa e sujeitos locais.

Em resumo, pode-se dizer que a qualidade de redes relacionais “empresa – partes interessadas” dependerá mais da concepção de “outro” com a qual a empresa irá operar em suas relações, do lugar onde ela localiza esse outro nas redes relacionais que constrói e das dimensões de tempo que poderão ser compartilhadas em projetos comuns, do que da multiplicidade ou atributos dos atores que ela poderá incorporar nessas redes. Assim, não apenas os desenhos institucionais, como também as características relacionais serão fundamentais para a compreensão dos limites e potencialidades de redes de atores articuladas para objetivos comuns.

Outro elemento apontado pelos Balanços Sociais que se articulou ao PAF Dutos foi a contínua incorporação de orientações normativas nacionais e internacionais para análise do desempenho social, trabalhista e ambiental (desde 2000 a empresa tinha suas ações negociadas no exterior e até a descoberta de óleo na camada do pré-sal em 2006, a estratégia de expansão da empresa apontava para a internacionalização). Em 2001 a empresa divulgava:

“Nessa mesma linha de transparência, a Petrobras contratou a empresa de consultoria *Pricewaterhouse Coopers* para acompanhar e avaliar a propriedade dos investimentos que realizou no Programa de Excelência em Gestão Ambiental e Segurança Operacional, instituído por ocasião dos vazamentos de óleo ocorridos no ano 2000 na Baía de Guanabara e no Rio Iguaçu, no Paraná. Os relatórios trimestrais da auditoria têm atestado o cumprimento do programa de ajuste das unidades da Empresa e sua conformidade com os melhores padrões internacionais de segurança na área ambiental. É importante ressaltar que em 28 de dezembro de 2001 todas as 35 unidades operacionais estavam certificadas pelas normas ISO 14001 e ISM Code (meio ambiente) e BS 8800 ou OHSAS 18001 (segurança e saúde). Dessa forma, a Petrobras passou a deter cerca de 10% de todas as certificações ambientais até hoje concedidas no País com base na norma ISO 14001”.¹²⁶

E no mesmo ano de 2001, o Balanço Social também divulgava:

“Em 2001, a Petrobras passou a adotar, de forma parcial e gradativa, os indicadores do *Global Reporting Initiative (GRI)*. O *GRI* é um acordo internacional, criado com uma visão de longo prazo, *multistakeholder*, cuja função é elaborar e difundir o guia para elaboração de relatórios de sustentabilidade aplicáveis globalmente e voluntariamente, pelas organizações que desejam dar informações sobre os aspectos econômicos, ambientais e sociais de suas atividades, produtos e serviços”.¹²⁷

Em 2003 esse processo foi intensificado ao incorporar uma matriz que consolidava o conjunto de indicadores de desempenho social, ambiental e trabalhista nacionais e internacionais:

¹²⁶ Relatório Anual de Responsabilidade Social 2001, Petrobras. 2001, pg.9.

¹²⁷ Relatório Anual de Responsabilidade Social 2001, Petrobras. 2001, pg. 57.

“Além disso, o Balanço Social consolida os diferentes modelos e indicadores de relatório de responsabilidade social corporativa existentes no Brasil e no mundo: Ethos, Ibase, Cebds (Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável), normas da ANP (Agência Nacional de Petróleo), *GRI (Global Reporting Initiative)*, e *Dow Jones Sustainability Index*.¹²⁸”

A construção e incorporação de indicadores não é apenas uma ação de conformidade legal e de internalização das externalidades geradas pelas atividades industriais. Como adverte MOREIRA (2007), representa projeções no presente de cenários futuros

“uma atualização do passado e uma antecipação do futuro, sob a perspectiva do presente”, que tem o efeito de “conformar as possibilidades do futuro de acordo com os interesses do presente” (MOREIRA, 2007, p. 302).

Assim, um aspecto central dos processos de incorporação de indicadores de desempenho social, trabalhista e ambiental produzidos por agências internacionais de certificação para regulamentação dos mercados globalizados é o de parametrizar um projeto de futuro desse mesmo mercado, com implicações na reprodução da estrutura de distribuição de poder e acesso aos recursos materiais que o caracterizam.

Porém, esses indicadores também incorporam críticas e reivindicações localizadas, que foram globalizadas pelo mercado e traduzem histórias de lutas de grupos sociais de diferentes tempos e lugares. Um processo que representa uma assimilação, mas ao mesmo tempo permite uma neutralização dessas críticas pela integração a dispositivos que podem legitimar a reprodução da mesma estrutura de poder que as produziu.

É neste sentido que podem ser interpretadas as considerações de VINHA (2010) sobre o movimento ambiental, um fenômeno convergente com os conflitos trabalhistas e territoriais que geraram inovações normativas e exigiram novos critérios de adequação:

“[...] com a ascensão do movimento ambientalista em meados dos anos 1970 (na Europa e nos EUA) e dos anos 1980 (nos países em desenvolvimento), os desejos e as expectativas dos consumidores passaram a ser considerados, incorporando-se este segmento à rede de interlocutores da empresa. Influenciando inicialmente, no design e nas propriedades dos produtos, os consumidores passaram, gradativamente a interferir, também, no processo de fabricação, sobretudo nos aspectos diretamente relacionados à poluição ambiental e ao desperdício de matérias prima encontradas nesses processos [...]” (Vinha, 2010, p. 191).

Para VINHA (2010), a crise ambiental a partir dos anos 70 gerou reflexões teóricas e práticas voltadas para a internalização dos impactos ambientais nos custos econômicos que estariam na origem dos sentidos contemporâneos da responsabilidade social empresarial, sendo o desenvolvimento sustentável um elemento integrador dessas reflexões, ainda que, como adverte MOREIRA (1999), em convergência com VINHA (2010), perceba-se disposição para refletir sobre a sustentabilidade sem se questionar o modelo de crescimento, o que para VINHA (2010) coloca-se em termos de um processo em amadurecimento: “A ausência desta temática no debate sobre o ambientalismo de tipo empresarial reflete o próprio

¹²⁸ Balanço Social 2003, Petrobras. 2003, pg. 4.

estado da arte no âmbito do segmento e de sua interface acadêmica” (VINHA, 2010, p. 182). E que para MOREIRA (1999) resulta de opções dentro das disputas políticas, locais e globais, sobre o sentido da “sustentabilidade” (MOREIRA, 1999).

Um processo complexo, pelo qual trabalhadores, ambientalistas, comunidades e populações impactadas e outros atores organizados e mobilizados geram críticas e produzem conflitos que obrigam à criação de novas normas e padrões a serem continuamente incorporados através de sistemas de certificação e conjuntos de indicadores.

Ao mesmo tempo, essas incorporações também refletem pressões de investidores que percebem um diferencial competitivo na adequação legal e tecnológica a padrões socioambientais menos agressivos (VINHA, 2010), relacionados à redução de potenciais passivos e a vantagens originadas diretamente na qualidade dos produtos e em menores custos decorrentes de tecnologias mais eficientes sob o aspecto ambiental e social. Além disso, esses indicadores e certificações dialogam com uma dimensão subjetiva e simbólica, como proposto por ZIZEK (2011), pela qual não se estariam apenas transacionando produtos, mas uma “ética global” e a participação em um projeto coletivo (ZIZEK, 2011, p. 54).

Ao analisar os processos de adesão voluntária e autorregulação em um estudo de caso comparativo entre duas multinacionais alemãs do setor químico, Bayer e Basf no Brasil e na Alemanha, KLEBA (1999) concluiu que essas iniciativas têm uma importante função de mobilizar o engajamento de atores internos às empresas, necessário para complementar a legislação e a crítica formulada pela sociedade civil. Além disso, constatou que efetivamente geram instrumentos de pressão social por parte da sociedade e dos órgãos de regulamentação e favorecem a difusão de tecnologias ambientalmente mais eficientes (KLEBA, 1999).

Porém, identificou limites estruturais nesses processos, na medida em que não são capazes de substituir a função de controle do Estado, único ator que detém os instrumentos de mediação e de responsabilização necessários para a imposição de padrões mínimos universais para todas as empresas, independente das assimetrias de poder local. Além disso, a produção e gestão da informação são centralizadas pelas empresas, quando deveriam ter caráter público, serem compartilhadas pelos outros atores envolvidos como sindicatos, comunidades e governo (KLEBA, 1999).

E principalmente, apenas o Estado concentra poder suficiente para se contrapor às limitações impostas pelo que denominou “redutor econômico”: fenômeno pelo qual as gerências filtram e descartam localmente todas as exigências que não puderem ser incorporadas através de estratégias de economia de custos ou de abertura de novos mercados (KLEBA, 1999).

Um exemplo de manipulação dessa informação autogerida foi relatado por KLEBA (1999), citando a Bayer S.A. que anunciava à sociedade e ao mercado global grandes reduções em seus padrões de emissão no Brasil durante a década de 90, sem informar que nesse mesmo período fechava treze linhas de produção em sua unidade de Belford Roxo-RJ, ou seja, a redução representava apenas extinção da atividade fabril (KLEBA, 1999).

Em todos os casos, faz parte dos instrumentos de mercado a neutralização da dimensão política e conflitiva que está na origem da criação de novos direitos, que implicam sempre numa subversão da ordem vigente e da lógica do consenso como apontado por Rancière (BIDASECA, 2010, p. 185).

Nesse ponto, é importante a advertência sobre um potencial despolitzante presente na Responsabilidade Social apresentada tanto por PAOLI (2003), “domesticando o alcance político próprio da noção de bens públicos à eficiência dos procedimentos privados de gestão” (PAOLI, 2003, p. 380), como por ACSELRAD (2004), “*prevenindo conflitos e tecnificando seu tratamento através de regras e manuais destinados a transformar os pontos quentes em comunidades de aprendizado*” (ACSELRAD, 2004, p. 10).

Ambas as críticas dialogam com a formulação de LENOIR (1998) sobre a construção do “problema social”, na medida em que o que está em jogo na institucionalização de uma “problemática” sob a forma científica é a revelação de algumas coisas ao mesmo tempo em que se encobrem outras, tornando-as impensáveis, indizíveis e incredíveis (LENOIR, 1998). O que está em disputa então é a capacidade proposta por Bourdieu de produzir “distinções” pelas quais se exercerá um “poder classificatório”:

“Na luta e por exigência da luta é que funcionam princípios de divisão, indissoluvelmente lógicos e sociológicos que, ao produzirem conceitos, produzem grupos, os próprios grupos que os produzem e os grupos contra os quais eles são produzidos. O pretexto das lutas a propósito do sentido do mundo social é o poder sobre os esquemas classificatórios e os sistemas de classificação que se encontram na origem das representações e, por conseguinte, da mobilização e desmobilização dos grupos (BOURDIEU, 2006, p. 444)”.

Dessa forma, por meio da responsabilidade social, as empresas também se constituem como intermediárias na construção de “problemas” sociais e ambientais, e legitimam-se para se expressarem e produzirem representações da “problemática socioambiental”, mesmo que muitas vezes sejam fenômenos das suas próprias atividades.

Esta característica da responsabilidade social empresarial como ação estratégica para preservar a legitimidade e a autonomia do corpo gerencial e da empresa no mercado e na sociedade reforça sua natureza de “campo de lutas” que deve orientar qualquer interpretação desse fenômeno. Um campo de lutas ainda que faça parte desse “campo” encobrir tudo que remeta a sua essência conflitual.

E dentro desse campo, a capacidade de perceber outras centralidades nas redes relacionais de que participa, de estabelecer vínculos qualificados ao reconhecer a singularidade dos atores sociais com que se relacionam, e de compartilhar projetos que transcendam o curto prazo de retorno imposto por mercados especulativos podem ser alguns dos elementos que distinguem o compromisso das empresas com a sociedade abrangente.

Assim, a relação do objeto dessa pesquisa com esse contexto da responsabilidade social foi marcada pela sua integração ao Programa Petrobras Fome Zero em 2003. Um programa desenvolvido pela empresa com ampliação de seu compromisso com a sociedade abrangente, que irá impactar a sociogênese do PAF Dutos em elementos como valor e metas, localização, prazos de execução e critérios de seleção dos participantes.

3.3 O Programa Petrobras Fome Zero e o Programa Fome Zero do Governo Federal

Em setembro de 2003, dentro de um novo projeto político que se estabelecia no país e nas empresas públicas naquele momento, a Petrobras detalhou e apresentou à sociedade uma “*estratégia de atuação social*” quadrienal com orçamento pré-definido de 303 milhões de reais e que tinha, entre seus objetivos, construir convergências entre suas ações de patrocínio com metas do Programa Fome Zero do governo federal.¹²⁹

Até aquele momento, os patrocínios sociais da empresa não tinham previsão orçamentária específica, uma vez que não foram localizados registros anteriores de compromissos orçamentários pré-estabelecidos.

Assim, em 2003, dentro de um programa corporativo denominado “Petrobras Fome Zero – Desenvolvimento com Cidadania”, a empresa organizou uma política de patrocínios sociais, com visão, diretrizes, propostas de ação, linhas de atuação, orçamento, metas globais e definição de órgãos responsáveis pela sua implementação, que era apresentada nos seguintes termos:

“A Petrobras desenvolveu uma estratégia de atuação social voltada para o fortalecimento das políticas públicas de combate a miséria. O Programa Petrobras Fome Zero consolida a nova visão da companhia de colocar a sua tecnologia e força de trabalho à disposição do bem-estar da população. Os projetos sociais pretendem vencer o desafio de transformar a realidade das comunidades mais pobres do país, permitindo que elas possam se inserir com dignidade na sociedade brasileira. As principais ações terão enfoque na educação, geração de emprego e renda. Este é o caminho proposto pela Petrobras para combater a miséria no Brasil: desenvolvimento com cidadania”. (Anexo E)

Esse documento de divulgação, apresentou as diretrizes de atuação social da empresa como:

“Estimular o protagonismo social e a co-responsabilidade a fim de assegurar autonomia e sustentabilidade aos resultados de suas ações; realizar ações estratégicas, sistêmicas e multi-institucionais, incentivando a participação dos diversos públicos da Petrobras no Programa Fome Zero; contribuir para a organização da sociedade civil estabelecendo uma relação solidária e de respeito às suas diversidades; confirmar o compromisso histórico da Petrobras de participar dos desafios nacionais”. (Anexo E)

Na seção intitulada “Propostas de Ação”, foi assumido o compromisso de alinhamento com o Programa Fome Zero:

“A Petrobras participará das políticas estruturais e emergenciais do Programa Fome Zero”; a prioridade será somar-se às ações do governo e da sociedade organizada na luta pela inclusão social e erradicação da miséria no Brasil; nas políticas estruturais, predominarão ações educativas e de geração de emprego e renda. Elas serão convergentes e buscarão promover autonomia e sustentabilidade”. (Anexo E)

O documento apresentava o detalhamento de 18 projetos com natureza de “categorias” onde uma ou diversas ações de patrocínio poderiam ser alocadas. Entre estas categorias figura

¹²⁹ Programa Petrobras Fome Zero Desenvolvimento com Cidadania. Petrobras. (Anexo E).

a denominada “Projeto Agricultura Urbana”, definido como:

“as áreas próximas às faixas de dutos da Transpetro serão usadas para a implementação de hortas comunitárias que vão garantir alimento e geração de renda para as populações que vivem no entorno, além de incentivar atividades empreendedoras comunitárias. Até 2006, serão implantadas 400 hortas para atender aproximadamente 800 mil pessoas”. (Anexo E)

A leitura do documento deixa perceber uma busca de complementaridade entre objetivos distintos: de um lado uma convergência com as políticas públicas de combate à miséria. E de outro lado, objetivos ligados às metas de gestão da empresa, como aqueles decorrentes do “Plano de Comunicação de Convivência e Corresponabilidade das Comunidades do Entorno das Faixas de Dutos”, dentro do qual se incluía a proposta de hortas sobre as faixas de dutos.

Além disso, numa manifestação da mesma dinâmica que envolveu a implantação da área de SMS em todas as unidades da empresa a partir de recursos corporativos viabilizados através do programa PEGASO, o acesso ao orçamento corporativo também foi uma das razões da transferência da proposta de hortas na faixa de dutos de um contexto local de gestão da faixa para o universo do “Petrobras Fome Zero”: “A gente fez uma tentativa no corporativo, de obter recursos para poder financiar”.¹³⁰

O Programa Fome Zero do governo federal, apresentado à sociedade em 2003 teve seu histórico detalhado por BELIK & DEL GROSSI (2003), nos seguintes termos:

“O PFZ tem como princípio norteador o atendimento do “Direito à Alimentação” e, portanto, dá um tratamento universal à questão da alimentação. A definição da população em situação de risco para que se pudesse estimar o tamanho do programa a ser desenhado passou por diversos cálculos que tiveram como base as informações de renda dos indivíduos. A partir das declarações de rendimento da PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE, estimou-se a renda disponível per capita das famílias, acrescentando à renda familiar uma estimativa de renda da produção autoconsumida pelos agricultores, bem como deduzindo da renda familiar as despesas com aluguéis ou prestação com casa própria. Com essa estimativa de renda familiar se procurou delimitar a renda disponível para aquisição de alimentos (TAKAGI, GRAZIANO & DEL GROSSI, 2001). A partir de linhas de pobreza regionalizadas pela estimativa do custo das várias cestas de consumo alimentar, estimou-se uma população de 9,3 milhões de famílias em 2001.”¹³¹

Dessa forma, ambos os programas focalizavam “populações em situação de risco”, com critérios diferentes para a definição desse risco, e da mesma forma estabeleciam condições para a inclusão no programa – relacionadas ao contexto geográfico, participação e renda familiar no caso do PAF Dutos¹³² que integrava o Petrobras Fome Zero – ou recorte de

¹³⁰ Entrevista 6.

¹³¹ Belik W. Del Grossi. M. O Programa Fome Zero no Contexto das Políticas Sociais no Brasil. In: <http://www.fomezero.gov.br/documents>

¹³² “moradia localizada até 200 metros das faixas; interesse na participação de mutirões para limpeza do lixo nas áreas; experimentação da atividade de preparação de compostos orgânicos; participação familiar; condições de

renda familiar e cumprimento de condicionalidades sociais de saúde, educação e assistência social no caso do Fome Zero. Além disso, também compartilharam diversas categorias como “produção de alimentos”, “geração de renda”, “agricultura urbana” “hortas comunitárias” e “agricultura familiar”.

A convergência do Petrobras Fome Zero com o Programa Fome Zero, para além dos elementos compartilhados na linguagem e nos focos de ação, reforçou uma visão da pobreza centrada no conceito de “situação de risco”, e do seu enfrentamento através de ações compensatórias, focalizadas com condicionantes.

Essas estratégias se consolidaram num período histórico de hegemonia neoliberal ainda não superado, com aprisionamento do Estado dentro de limites impostos pelo mercado, e de contínua privatização dos fundos públicos necessários para o custeio de políticas universalistas promotoras de direitos básicos, da segurança e da previdência social, de forma que muitos direitos da cidadania que deveriam ser garantidos pelo Estado passaram a ser oferecidas pelo mercado para consumidores.

Aqui, cabe citar a vertente “gerencial” da administração pública introduzida pela “nova gestão pública” a partir dos anos 80, um modelo que vincula a melhora da “eficiência governamental” segundo premissas como: foco nos resultados em vez dos processos; substituição do rigor burocrático pelos critérios de eficiência, eficácia e efetividade; autonomia de gestores controlados por desempenho; celebração de “contratos de gestão” com fixação de metas, e cobrança de resultados. E como dois elementos relevantes no contexto em estudo: ênfase nos usuários de serviços públicos percebidos como clientes; e ação governamental localizada (PEREIRA, 1996 a, 1996 b, 1996 c; MCLAUGHLIN, OSBORNE & FERLIE, 2002)

A doutrina da “situação de risco” permitiu uma articulação com esse contexto, na medida em que localizou a pobreza naqueles segmentos que não conseguem se converter em consumidores de serviços em razão de sua “vulnerabilidade”, e propôs estratégias de enfrentamento que buscam acima de tudo romper com essa condição para a integração econômica destes sujeitos num mercado onde “administram” sua cidadania como consumidores de produtos de crédito, saúde, educação e segurança. Uma abordagem segmentada e localizada da pobreza que visou seu enfrentamento sem atacar suas causas estruturais.

O PAF Dutos guarda semelhança quando seu objetivo é reduzir ou eliminar o risco gerado pelos usos sociais do território sem fragilizar a integridade dos dutos. De maneira que, a causa estrutural do risco são os dutos e os usos do território podem ser negociados com a comunidade desde que essa premissa estrutural de integridade dos dutos seja respeitada, e as populações que compartilham esse território deixem a condição de “terceiro que gera risco” e se convertam em “sujeito corresponsável” pela integridade dos dutos.

Essa abordagem, no caso da empresa representou uma transformação considerando que a territorialização dos dutos e a gestão dos riscos por eles gerados não incluía a comunidade e os usos sociais do território. E coexistência com a faixa de dutos implica em compartilhar informações, processos de gestão, benefícios e constrangimentos gerados pelas operações da empresa, e respeito pelas formas tradicionais de ocupação pela comunidade.

pobreza e desemprego; cotas para jovens e mulheres; histórico agrícola; enquadramento no Programa Bolsa Família.” In: http://issuu.com/itpa/docs/manual_paf_dutos, p. 35.

Mas ainda que extrapole o âmbito desse trabalho, cabe perguntar: em que condições uma substituição de políticas universalistas de garantia dos direitos por políticas focalizadas em “populações em situação de risco”, com condicionantes para acessar essas políticas, representa um avanço do ponto de vista da cidadania? Em que medida é aceitável naturalizar a pobreza como um “risco” gerado pelos próprios pobres pela ausência de iniciativa empreendedora? O que significa introduzir noção de “risco” no campo de enfrentamento da pobreza? E, se no caso da empresa o risco surge numa interação com os dutos, generalizando a questão, cabe perguntar: quais as interações que produzem a pobreza como um “risco social”?

Algumas respostas podem ser encontradas em estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, como o elaborado por THEODORO & DELGADO (2003), quando situam a opção por políticas focalizadas nos seguintes termos:

“Em linhas gerais, essa proposta realiza um afunilamento da questão social para a órbita exclusiva da política social, ao mesmo tempo em que transfere o debate sobre essa política da ótica do direito para uma ótica do gasto social, efetivando assim uma guinada substancial na perspectiva de política social introduzida pela Constituição de 1988. Ao eleger o argumento financeiro como principal norteador, ou como a restrição básica da ação governamental, o discurso da focalização faz toda a discussão da política social enveredar para o âmbito da “escolha pública eficiente” em face de uma restrição absoluta”.¹³³

E dos mesmos autores, uma definição que diferencia as políticas universalistas:

“Aquelas que respondem pela garantia dos direitos sociais básicos estruturados no aparelho de Estado. Apresentam três características simultâneas que as distinguem das demais: i) são exercitadas por iniciativa do cidadão; ii) caracterizam-se como direitos permanentes, independentemente dos governos; e iii) são protegidas de cortes orçamentários, explicitamente assim declaradas na Lei de Responsabilidade Fiscal (Previdência Básica, SUS-Hospitalização-Consultas, Benefícios e Prestação Continuada da Loas e Seguro-Desemprego); Aquelas que também respondem pela garantia dos direitos sociais previstos no ordenamento constitucional, mas que, diferentemente do primeiro grupo, dependem da iniciativa dos governos por meio de ações e programas temporais para que os cidadãos possam exercitar os direitos ali designados. Seus recursos orçamentários em geral estão vinculados constitucionalmente, mas não estão protegidos dos cortes, como no grupo “a” (Programa de Reforma Agrária, Projetos Estruturantes do Programa Fome Zero, Ensino Fundamental- Fundef, Programa de Merenda-Escolar, etc.)”.¹³⁴

Estes termos levantados por THEODORO & DELGADO (2003) também ajudam a situar a reflexão de PAOLI (2003) sobre os dilemas dos patrocínios sociais empresariais, na medida em que: “*a ação social empresarial pode fazer parte tanto de um projeto civilizatório do capitalismo brasileiro, como também de uma afirmação de poder social da empresa sobre*

¹³³ Theodoro M. e Delgado G. Política Social: Universalização ou Focalização – Subsídios para o debate. In: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_07/ensaio3_Mario.pdf

¹³⁴ Idem 132.

as comunidades em que atuam, sobre as relações de trabalho que contrata e sobre as causas que abraça” (PAOLI, 2003).

O diferencial estaria então na capacidade da ação empresarial para promover uma deliberação participativa e ampliada sobre os bens públicos, e de resolver a dicotomia entre ação localizada e garantia de direitos universais.

A superação desse dilema implicaria na capacidade de produzir ações comprometidas com um projeto de país legitimado pela sociedade e de contribuir para reformular as bases estruturais da desigualdade. Enfim, de incorporar uma visão de ação social focalizada num cenário amplo de redistribuição da riqueza a partir do reconhecimento de direitos universais. Uma convergência possível no campo das políticas públicas para KERSTENETSKY (2005), desde que políticas focalizadas se articulem com uma concepção de justiça distributiva¹³⁵.

Por fim, um último elemento do PAF Dutos que se configurou no contexto do Programa Petrobras Fome Zero foi a sua formatação num “projeto”. Um modelo naturalizado, comum a projetos sociais, ações governamentais e empreendimentos empresariais, na medida em que, para Boltanski e Chiapello vivenciamos hoje uma organização social que se manifesta numa “sociedade por projetos”¹³⁶, que estrutura o capitalismo contemporâneo:

“[...] a vida social não é mais apresentada na forma de uma série de direitos e deveres em relação à comunidade familiar ampliada, como num mundo doméstico; nem na forma de assalariados inseridos num conjunto hierárquico cujos degraus é possível galgar, no qual transcorre toda a carreira, e a atividade profissional fica nitidamente separada da vida privada, como num mundo industrial. Num mundo reticular a atividade profissional passa a ser feita de uma multiplicidade de encontros e conexões temporárias, mas reativáveis, em grupos diversos, realizados em distâncias sociais, profissionais, geográficas e culturais eventualmente muito grandes” (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2009, p. 134-135).

Nessa sociedade, o “projeto” surge como um lugar de estruturação que permite dar forma e estabilizar relações que conferem um sentido comum e temporário para fluxos dispersos:

“[...] o projeto é a oportunidade e o pretexto para a conexão. Ele reúne temporariamente pessoas muito diferentes e apresenta-se como um segmento de rede fortemente ativado durante um período relativamente curto, mas que permite criar laços mais duradouros, que permanecerão adormecidos, mas sempre disponíveis” (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2009, p. 135).

O “projeto” é o instrumento que estrutura os processos de produção e acumulação e que organiza os fluxos dispersos em redes, canalizando-os para a consecução das necessidades de expansão do capital:

“[...] o projeto é precisamente um amontoado de conexões ativas capazes de dar origem a formas, ou seja, dar existência a objetos e sujeitos,

¹³⁵ Célia Lessa Kerstenetzky Políticas Sociais: focalização ou universalização? Universidade Federal Fluminense. Faculdade de Economia. 2005

In: <http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/usr/File/2006/imprensa/CeliaLessa.pdf>

¹³⁶ Que também é chamada de “sociedade matricial” (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2009, p. 136)

estabilizando e tornando irreversíveis os laços. Portanto é um “bolsão de acumulação” temporário que, sendo criador de valor, dá fundamento à exigência de ampliar a rede, favorecendo conexões” (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2009, p. 135).

Nesse modelo de sociedade conexionista, reconhecida na metáfora da “rede” e articulado em elos provisórios e formas flexíveis de organização e de mobilização, que nesse momento estruturam tanto o capital como os movimentos sociais que elaboram sua crítica, tanto a expansão capitalista como a elaboração da sua crítica operam dentro nesse mesmo paradigma de “projetos”, o que torna opaca a vinculação das formas de “exclusão” com as injustiças sociais que as produzem (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2009, pp. 360 – 361).

Essa construção social por projetos impactou o PAF Dutos na medida em que fixou os critérios de valoração nas “atividades”, com os momentos de medição na entrada e a saída do projeto ((BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2009, pp. 138 – 154). Um “espaço de cálculo”, comum aos roteiros de projetos disseminados na sociedade desde escolas até sofisticados sistemas de gestão empresarial, que revelam algumas coisas e tornam invisíveis aquelas não incluídas no “prazo”, nas “metas” e nas “atividades” fixadas na entrada. E dificultam a apreensão das relações socioecossistêmicas constituídas pelos indivíduos e coletividades nas interações entre “território” e “cultura”, experiências concretas de relações corpo/espacô (MOREIRA, 2006), as quais só serão acessadas, bem como suas transformações, se apreendidas para além do projeto.

Essas características de organização da ação sobre o mundo e de apreensão da realidade serão importantes para interpretar os desdobramentos do PAF Dutos, na medida em que irão mediar as relações entre a empresa e as instituições executoras, e a percepção delas quanto aos resultados de suas ações.

E o objeto dessa pesquisa trouxe para a discussão a dimensão de “projeto” junto com a dimensão de “território”, delimitado pela faixa de dutos, o que obrigou a refletir também como as relações locais de poder acontecem entre os sujeitos envolvidos. Nesse contexto, todos os agentes externos envolvidos no “projeto” representaram poderes portadores de alguma visão de “transformação” – o que confere aos processos induzido por agentes externos um ponto de partida instrumental.

A medida da legitimidade e do potencial dessa “transformação” dependeu de como as comunidades locais foram, ou estão sendo, capazes de colocar sua própria visão de “transformação” para além do “projeto”, em suas relações socioecossistêmicas dentro dos ordenamentos amplo e restrito propostos por Moreira para interpretação das identidades complexas (MOREIRA, 2006). Pensar de outra forma seria apenas trocar a autoridade política de um poder de Estado, pela autoridade técnica de um poder de mercado, ou de outros poderes mediadores.

Porém, mantendo o foco no objeto de pesquisa e como conclusão dessa seção, o núcleo de sentido do PAF Dutos que se articulou com o Programa Petrobras Fome Zero e com o Programa Fome Zero, relacionou-se com diversos elementos: O primeiro, a própria natureza de “projeto” com um período de duração demarcado entre 12 e 24 meses, depois, a meta de atender a 100 famílias; em regiões de pobreza e ao mesmo tempo “área de risco”, de gerar uma renda mensal familiar de R\$ 800,00, com critérios de seleção convergentes com

condicionantes do “Bolsa Família”; com foco na geração de renda e relacionando suas ações com as metas estruturais do Programa Fome Zero.

Assim, a partir do Petrobras Fome Zero surgiu uma dimensão produtiva, sobreposta aos objetivos iniciais do “Plano de Comunicação de Convivência e Corresponsabilidade das Comunidades do Entorno das Faixas de Dutos” voltados para a construção de espaços de diálogo e troca de informações entre comunidade e empresa, em que as hortas sobre as faixas deveriam criar um território compartilhado, tendo como meta a conversão de terceiros portadores de risco em sujeitos corresponsáveis pela integridade dos dutos.

3.4 A Comunidade na Visão da Comunicação e da Responsabilidade Social

Se na visão da SMS, com foco na gestão dos padrões de uso e de segurança dos equipamentos da empresa, a comunidade representava o próprio “risco” e era uma das variáveis que faziam parte dos “estudos de análise de risco”, para a área de comunicação, serão “sujeitos portadores de risco”, que precisam ser convertidos em “sujeitos corresponsáveis”.

Esta passagem indica primeiro uma identificação como “sujeitos” que deixam de ser “terceiros”, e passam a ter identidade social, com suas formas tradicionais de ocupação do território e necessidades mapeados. Depois, são reconhecidos como partes numa negociação, ainda que assimétrica, com o objetivo de estabelecer um campo comum de conhecimento sobre os riscos e de produzir acordos sobre usos controlados do território adequados à integridade dos dutos. Em síntese, um processo de interação que implica na produção de um sujeito comprometido com a segurança na faixa de dutos.

Com o deslocamento dessa estratégia para o campo da responsabilidade social, que está vinculada à área de comunicação da empresa, já na forma de “um projeto” que irá se materializar no PAF Dutos, foi agregada uma nova dimensão a esse sujeito: a de “excluído”. A mesma dimensão que tem informado as políticas focalizadas, integradas ao discurso do Estado através de políticas públicas, e da sociedade civil por meio de ações sociais desde os anos 80. Um sujeito fora da luta de classes, que sofreria limitações decorrentes de suas próprias deficiências físicas, mentais, educacionais ou históricas, e não de injustiças sociais produzidas por um sistema que gera exclusão pela expropriação de alguns enquanto produz vantagens para outros.

Para BOLTANSKI E CHIAPELLO (2009), esse sujeito excluído reflete uma nova representação da sociedade onde se identificam duas expressões complementares: uma em que a antiga sociedade de classes foi substituída por uma classe única, a “classe média” que ocupa a maior parte do espaço social e que tem numa extremidade uma pequena classe superior em riqueza e poder; e na outra extremidade um grande conjunto de “excluídos” no qual cabem desempregados crônicos, pessoas com deficiência diversas, imigrantes, desajustados sociais, etc.; e uma segunda representação em que a exclusão está ligada à metáfora da “rede” onde incluídos são aqueles que estão conectados e excluídos, aqueles cujos elos de ligação com o tecido social foram rompidos (BOLTANSKI E CHIAPELLO, 2009, p. 353-356).

Em ambas as representações, excluídos podem ser pobres, miseráveis, sem domicílio fixo, trabalhadores precarizados, biscateiros, subempregados, sem documentos, habitantes de periferia, favelas e bairros sujeitos à violência. Em comum carregam a responsabilidade pela sua própria exclusão, e têm como atributo serem sujeito principalmente “sem empregabilidade”, mas também sem voz, sem teto, sem terra, sem trabalho, sem qualificação, sem transporte, sem internet, sem formação básica, sem alfabetização, sem documento, sem cidadania, etc. (BOLTANSKI E CHIAPELLO, 2009, p. 356).

CAPÍTULO IV

A MEDIAÇÃO DO RISCO

4.1 A Conversão do Risco

Em maio de 2005, foi finalizado o “*Projeto de Agricultura Familiar Agroecológica em Faixas de Dutos*” para ser implantado em Nova Iguaçu e Duque de Caxias, com o objeto de:

“A) detalhar a metodologia de desenvolvimento agrícola sustentável, adaptável a outras realidades do país; B) realizar um diagnóstico e planejamento participativo, envolvendo, quando possível, o Voluntariado da Transpetro no processo; C) criar um espaço de aprendizagem contínua voltada para a comunidade em geral, e em especial para os jovens; D) realizar um estudo completo de mercado e gerar mecanismos de inclusão das famílias e cadeias produtivas regionais, que dê subsídios para o perfeito escoamento dos alimentos produzidos; E) implantar uma Unidade de Produção Agroecológica e cinco módulos de produção, com uma área de produção de 96.000m² (100 Hortas de 960m²), atendendo 100 famílias de agricultores(as) - utilizando a faixa dos Dutos da Transpetro - que sirva como pólo difusor de técnicas alternativas de manejo do solo e da biodiversidade - e que contribua para a manutenção dos Dutos, de acordo com as normas de segurança e meio ambiente praticados pela empresa; F) identificar e proporcionar meios de agregar valor à produção local, através de atividades comunitárias de agroindústria e de certificação; G) conceber um manual prático, com a sistematização da experiência acumulada durante o processo de execução do Projeto, incluindo um mapa de soluções e experiências, construído a partir das dificuldades encontradas; H) identificar propostas de continuidade, com base na experiência acumulada e nas demandas locais; I) divulgar os resultados para o setor privado, setor público, ONG’s, comunidade científica e movimentos sociais.”¹³⁷

No dia 24 de setembro de 2005, o Instituto Terra de Preservação Ambiental e a Petrobras, com a interveniência da Entidade Ambientalista Onda Verde e da Transpetro, assinaram contrato de patrocínio para a execução do “Projeto de Agricultura Familiar Agroecológica em Faixas de Dutos – PAF Dutos”. Pouco depois, passou a ser nomeado pelas instituições implementadoras e pela empresa como Projeto de Agricultura Familiar em Faixas de Dutos – PAF Dutos, nome pelo qual se tornou conhecido.

Em 2006, o site oficial do Programa Fome Zero divulgava o projeto, com orçamento de R\$ 2,5 milhões e cronograma de execução previsto para 12 meses:

“O abastecimento de um automóvel não se resume a ir ao posto de gasolina. Para que o combustível esteja disponível a população, é necessário que seja levado até a refinaria e, depois, encaminhado aos terminais de distribuição.

¹³⁷ SIQUEIRA, Manoel Francisco Beauclair de. Avaliação de Projeto de Agricultura Familiar em Faixa de Dutos, Baixada Fluminense, RJ. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Engenharia Agrícola. Campinas, 2009, p. 9.

In: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000441840&fd=y>

O transporte é feito por meio de 15 mil quilômetros de tubulações subterrâneas espalhadas pelo Brasil, mais conhecidas como dutos. A Transpetro, empresa transportadora da Petrobras, não dá conta de fiscalizar a totalidade deles. Por vezes, aparecem entulhos e até mesmo moradia acima das faixas. Mas uma iniciativa no Rio de Janeiro, incluída no programa Petrobras Fome Zero, está, ao mesmo tempo, conservando o terreno e gerando renda para as comunidades vizinhas aos dutos. Trata-se do projeto “Agricultura Familiar em faixa de dutos”. Duas ONGs ambientais – Instituto Terra e Onda Verde – estão encarregadas de executar a ação que empreendeu cerca de R\$ 2,5 milhões somente no primeiro ano, em 2006. Inicialmente, o trabalho seria desenvolvido no município de Paracambi, na Baixada Fluminense. O coordenador-geral do projeto, Maurício Ruiz, conta que a Petrobras gostou tanto que resolveu financiar a ampliação e a abrangência da iniciativa. Assim, no início de outubro, o projeto chegou aos bairros populares de Parque Geneciano e Figueira, em Nova Iguaçu e Duque de Caxias (RJ), respectivamente, atendendo 20 famílias. Em breve, as hortas vão ocupar os bairros de Gerard Danon e Amapá, na mesma região. Maurício Ruiz explica que a seleção das pessoas levou em consideração o caráter econômico e social, dando prioridade aos beneficiários do Bolsa Família. “O projeto não é emergencial, se encaixa nas políticas estruturais do Fome Zero, pois gera renda e cria trabalho fixo em médio prazo”, ressalta o dirigente. Por ora, os agricultores estão vendendo a plantação de hortaliças em feiras livres (uma variedade que vai da cereja e do milho verde ao tomate e alface). O objetivo do projeto é que as pessoas diretamente envolvidas se dediquem integralmente às hortas. Para isso, há incentivos gratuitos: qualificação profissional, fornecimento de mudas e aparelhagem, bônus financeiro no valor de R\$ 100 e cesta básica mensal. “Vamos retirar a ajuda de custo conforme as famílias forem ganhando dinheiro com a venda. Complementaremos a renda até que ela chegue ao limite de R\$ 300”, informa o coordenador do projeto. A comercialização das hortaliças está sendo facilitada pela implantação de uma agroindústria de processamento. Num terreno cedido pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), a Petrobras construiu o empreendimento, que fica nas proximidades das duas cidades beneficiadas até o momento. “Lá a produção é lavada, secada e embalada”, afirma Janete Mota, da Gerencia Setorial de Programas Sociais da companhia. Ela acrescenta que uma parte da produção já tem destino certo: a Prefeitura de Nova Iguaçu”.¹³⁸

Com essas características assumidas pelo PAF Dutos, foram incorporados os diversos núcleos de sentido produzidos nas ações de enfrentamento do derrame na Baía da Guanabara com a revisão das metodologias de análise de risco, pelo Plano de Comunicação Convivência e Co-Responsabilidade, pela sua incorporação no Programa Petrobras Fome Zero e chegando por fim aos núcleos de sentido gerado pelo repertório e expectativas das mediadoras, que serão o objeto de reflexão deste capítulo.

4.2 As Mediadoras

¹³⁸ <http://www.fomezero.gov.br/noticias/hortas-em-faixa-de-dutos-geram-renda-a-familias-no-rio-de-janeiro>

Nesta seção, pretende-se identificar quais foram os núcleos de sentido que contribuíram para a configuração do PAF Dutos gerados pelas duas entidades ambientalistas mediadoras – o Instituto Terra e a Onda Verde.

Ambas as instituições traziam em sua história e nas suas propostas a marca da trajetória pessoal pela qual cada um dos seus fundadores e coordenadores construiu sua consciência e militância ambiental. Na verdade, a partir das entrevistas, percebe-se que cada uma delas representava um sujeito ecológico distinto, personificado numa trajetória pessoal, ainda que essa mesma trajetória, como também a existência, o funcionamento e a qualidade da atuação das organizações sejam resultantes de processos coletivos.

A Onda Verde surgiu a partir do movimento operário na Baixada Fluminense, conforme depoimento do seu fundador:

“Eu acho importante destacar esse aspecto de eu ser um ambientalista, com a minha origem no movimento sindical, de fábricas químicas, de comissão de fábrica, de grande debate sobre a questão de saúde do trabalhador e saúde do entorno da fábrica.”¹³⁹

Com a experiência de colaborar com pesquisadores da Fiocruz¹⁴⁰, nas instalações da multinacional alemã Bayer¹⁴¹, na década de 80, onde trabalhava na área de segurança do trabalho, surgiu para o fundador da Onda Verde a compreensão dos problemas da contaminação como algo que atinge trabalhadores e comunidade:

“Então, a gente fez várias pesquisas junto com a Fiocruz para delimitar aonde a poluição ia. A quantos quilômetros da fábrica a poluição ia. E o que atingia essa população. E aí eu me envolvi muito com a questão da comunidade. Organizando junto com a associação de moradores, debates; construindo seminários com a Fiocruz; levando o sindicato para dentro da comunidade. Já que os trabalhadores que moravam naquela comunidade do entorno, eles iam para o sindicato, mas o sindicato não ia até a comunidade”.¹⁴²

Uma compreensão da contaminação articulada com as demandas distributivas dos trabalhadores, onde as “condições de trabalho” na fábrica representavam um norteador para a construção de uma consciência ambiental, juntamente com trocas entre trabalhadores do Brasil e da Alemanha que favoreciam a incorporação de novas reivindicações à pauta sindical:

“Porque é preciso entender, no debate ambiental, qual é o limite da empresa; qual é a área de impacto de uma empresa, seja de uma refinaria,

¹³⁹ Entrevista 3.

¹⁴⁰ Fundação Oswaldo Cruz: instituição vinculada ao Ministério da Saúde que abriga atividades que incluem o desenvolvimento de pesquisas.

¹⁴¹ Inaugurada em 1958, a planta ocupa uma área de 2 milhões de m², reúne a única fábrica de MDI - um dos componentes para formulação do poliuretano - da *Bayer Material Science* na América do Sul e a segunda maior unidade de formulação de inseticidas, fungicidas e herbicidas da *Bayer Corp Science* em todo o mundo. Além disso, nesta localidade funciona a única fábrica de poliuretânica da América Latina, utilizada na formulação de vernizes na construção civil, móveis e automotiva.

In:

http://www.bayer.com.br/scripts/pages/pt/grupo_bayer/unidades_no_brasil/parque_industrial_belford_roxo/index.php.

¹⁴² Entrevista 3.

seja de um duto, seja de um fármaco. Qual é o limite dela? E essas coisas eu entendi bem quando eu trabalhava na Bayer. Até onde o alemão acha que a fábrica vai; aqui no Brasil. Na Alemanha era uma outra estrutura. Porque na Alemanha, ele ultrapassava o intramuros dele, ia a 20 quilômetros de distância. O intramuros aqui, ia a 5 metros de distância. Então, ao olhar as leis alemãs, a coisa do rigor do controle sobre a empresa, ia 20 quilômetros. O nosso, não ia a lugar nenhum. Então, as crianças que tinham problema de asma, por exemplo, no entorno da Bayer, a Bayer caracterizava como falta de saneamento. Então, as crianças ficavam contaminadas por ácido sulfúrico, por exemplo, mas os médicos não sabiam. Então, precisava de uma capacitação de todos os médicos no entorno da fábrica, em toxicologia, para entender que aquele quadro era de intoxicação e não de asma.”¹⁴³

Em paralelo à tomada de consciência sobre os problemas da contaminação, o engajamento no movimento sindical também fortaleceu um ambientalismo focado na saúde e na qualidade de vida que posteriormente será incorporado pela Onda Verde:

“Então, a minha origem é no chão da fábrica. E quando eu vou para o sindicato, em 88 a primeira coisa que eu faço, na discussão da diretoria, é construir um departamento de ecologia humana. Que eu não entendia o movimento sindical, se a gente não falasse da saúde. Porque como eu trabalhava numa indústria química, os grandes problemas da fábrica eram acidentes; era contaminação. Foi o primeiro departamento de ecologia humana de um sindicato, no Rio de Janeiro; nós estamos em 88. Nem a CUT falava direito sobre saúde do trabalhador. E aí quando eu vou para a CUT, fazer curso em Cajamar, em 89, 90, eu conheci o pessoal que era ligado à saúde do trabalhador.”¹⁴⁴

Dentro da militância sindical, a liderança de uma greve na baixada gera sua demissão e experiências de articulação entre trabalhadores do Brasil e da Alemanha, com maior apropriação das pautas reivindicatórias do operariado alemão:

“porque aí tem a greve da Bayer em 89 e o Meneghelli cai de cabeça com a gente. Porque a Bayer processou a gente, demitiu a gente por justa causa. Então, tinha 15 sindicalistas, de uma única fábrica, demitidos por justa causa, em 89. E aí o Meneghelli entrou na briga com a gente, junto ao sindicato alemão, dizendo que não era possível que os alemães quebrassem a lei sindical brasileira. E a gente faz uma grande manifestação; eu faço uma seqüência de atos públicos. Vou à Alemanha panfletar na porta da Bayer, eu vou... Enfim, passo um mês na Alemanha, em seminários, encontros com a comissão de fábrica alemã. E nessa época, eu também era ligado à Igreja Católica, à Pastoral Operária, ligada aos Franciscanos”¹⁴⁵

Essa é uma trajetória que aponta para um engajamento ambientalista a partir de uma perspectiva de enfrentamento e negociação de demandas distributivas com foco nas “condições de trabalho” e na “contaminação”:

“Uma das grandes lutas nossas, no sindicato, era que a Bayer lavasse as roupas dos trabalhadores. Porque tudo o que a gente tinha de contaminação,

¹⁴³ Entrevista 3.

¹⁴⁴ Entrevista 3.

¹⁴⁵ Entrevista 3.

no dia a dia da fábrica, a gente levava para as nossas mulheres lavar a roupa. Então, elas estavam contaminadas com o pó de cromo, que a gente levava na roupa. Nós não tínhamos janta. Nós trabalhávamos 24 horas e comíamos um sanduíche com ovo cozido. Fizemos greve para termos refeição à noite. Então, você vê em que nível a gente estava, em 88, 89, numa multinacional alemã que pagava o melhor salário da região?”,¹⁴⁶

Em 1994, é criada a Onda Verde, depois de uma rápida e conflituosa reintegração do seu coordenador à Bayer entre 1990 e 1991. Nesta, havia um perfil de mobilização que dialogava e se aproximava do sindicalismo europeu, em que, desde o final dos anos 70, prevalecia uma pauta focalizada na “autonomia” e nas “condições de trabalho”, mediante negociações localizadas (BOLTANSKY & CHIAPELLO, 2009, p. 211-230), parece que era visto como “elemento perigoso” para a empresa e/ou para outros campos de poder hegemônicos naquela época:

“quando a gente fazia as panfletagens às dez da noite, meia-noite, que era a saída do turno, eu tinha um Fiat 147 caidinho, que eu ia para casa e voltava nesses horários. E eu sempre oferecia carona para os meus amigos da fábrica e ninguém aceitava. Ninguém aceitava voltar comigo, mesmo morando vizinho de mim, no carro. E aí, um dia, um cara que era muito amigo mesmo, era bombeiro, igual a mim, falou – “Hélio, eu vou te falar porque a coisa está ficando pior do que você pode imaginar. Corre em boca miúda que você é o próximo da lista para morrer, cara. Você está marcado para morrer. E você, por estar tão envolvido, você não está percebendo isso. Você não percebe que ninguém pega carona com você?” – e eu disse – ‘Porra, é mesmo!’ – “Então, se manca. Não faz panfletagem nas madrugadas, vem sempre acompanhado de alguém; porque você vai dançar, cara. Já dançou três, e os caras não querem você na direção do movimento. Porque você tem uma maneira de falar muito direta, você fala com tranquilidade, você não é radical, você pontua os problemas da fábrica”.¹⁴⁷

O momento de criação da Onda Verde também se relacionava à implantação da reserva ecológica de Tinguá em Nova Iguaçu, numa perspectiva distributiva do acesso aos bens ambientais:

“Eu era do GDN; só que eu era pragmático. E o pessoal do GND era sonhador. Essa ONG existe até hoje. É a mais antiga de Nova Iguaçu. Ela que ajudou a criar a Reserva Biológica do Tinguá, comigo. Só que eles discutiam reserva e eu dizia parque. E aí a gente teve um conflito e eu disse – ‘Bom, deixa eu sair.’ A diferença é que parque, qualquer pessoa pode entrar, como turista, morador, um visitante. Você paga – R\$ 5,00 ou R\$ 10,00 – e você pode tomar um banho de cachoeira; você vai no centro de visitação para conhecer os animais que tem naquela região; você pode fazer pesquisa etc. Como reserva, ela é fechada. Só permite pesquisa e educação ambiental. E aí você tem 26 mil hectares de Mata Atlântica, fechada para a população, mas aberta para caçador, palmiteiro, bandido. Para a ilegalidade. E aí eu dizia assim – ‘Gente, eu não entendo isso.’ – bom, resumindo, eu saí

¹⁴⁶ Entrevista 3..

¹⁴⁷ Entrevista 3.

da GND e criei a Onda Verde. E continuo, há 21 anos, dizendo que deve ser parque.”¹⁴⁸

Existe uma relação entre contaminação industrial e as demais questões ambientais urbanas, de saneamento e de saúde, na trajetória do fundador e na origem da Onda Verde:

“A gente tinha como foco, os principais problemas ambientais da cidade: lixo – porque não tinha aterro sanitário; era o lixão – ocupação das margens de rio – que eu estava muito ligado ao movimento popular, movimento comunitário e eu sabia que todas as margens estavam sendo ocupadas por pessoas de baixa renda. Estavam jogadas pelo poder público, nos piores lugares – tinha a questão da saúde que a gente discutia muito também, no movimento. Porque não tinha saneamento, problema de saúde. Doença por veiculação hídrica. E eu tinha uma grande experiência do movimento sindical nessa discussão. Então, a gente criou a Onda Verde para fazer frente aos grandes impactos ambientais na cidade”.¹⁴⁹

A partir das categorias propostas por CASTELLS (1999) para classificação dos movimentos ambientalistas, a trajetória de seu fundador com impacto na atuação da Onda Verde apontou para uma ação centrada na comunidade local, que tem como adversário os agentes poluidores, e como causa a qualidade de vida e a saúde.

Dentro da perspectiva teórica proposta por CARVALHO (2008), apoiada no conceito de “identidade narrativa”¹⁵⁰ – como uma resultante entre diferentes registros história/ficção, leitor/autor, indivíduo/sociedade para a compreensão dos sentidos do ato narrativo autobiográfico que procura um “tipo ideal” que alude simultaneamente a um “perfil identitário e a uma utopia societária” (CARVALHO, 2008, p. 71) – a trajetória do fundador da Onda Verde articulou uma configuração sócio-ambientalista, focada na justiça ambiental, na distribuição e na equidade frente à experiência concreta da contaminação industrial e das relações entre meio ambiente e saúde humana.

Ao mesmo tempo, de um sujeito ecológico com um distanciamento profissional que percebe simulacros na dicotomia intramuros e extramuros no contexto da contaminação, com o engajamento no movimento sindical, da lógica da deliberação coletiva, do conflito e da negociação entre poderes assimétricos, numa atuação “de dentro da política” na forma institucionalizada pela sociedade industrial.

O Instituto Terra de Preservação Ambiental tem sua origem em 1998, também vinculada à reserva ecológica de Tinguá, mas numa perspectiva que focaliza valores intrínsecos da relação homem / natureza:

“Assim, na verdade, a história da organização é uma história assim – como que eu posso explicar? Começou do movimento ambiental mesmo, da expectativa de algumas pessoas de poder fazer alguma coisa para preservar a natureza, ainda numa perspectiva muito preservacionista. Afinal de

¹⁴⁸ Entrevista 3.

¹⁴⁹ Entrevista 3.

¹⁵⁰ “Constitui-se assim, através da categoria de identidade narrativa uma interessante compreensão das relações entre indivíduo, sociedade e historicidade. Nesse caso, a fronteira [...] poderia ser entendida menos como indicador de oposição e diferença e mais como área de negociação e trânsito entre esferas que, no plano vivido, se constituem mutuamente e nunca se dicotomizam” (CARVALHO, 2003, p. 292).

contas, a realidade que a gente conhece aqui no estado do Rio de Janeiro é de muita degradação e de poucos fragmentos ainda bem conservados, de floresta, aonde você consegue conhecer a natureza como ela era, antes da intervenção do homem. E aí você tem alguns santuários no Rio de Janeiro: um desses santuários é a Reserva Biológica do Tinguá. E foi lá onde a gente nasceu. E foi esse contato com esse santuário que a gente decidiu mudar as nossas vidas e começar a trabalhar pela causa ambiental. Ainda de uma maneira muito crua, muito simples.”¹⁵¹

No início com uma perspectiva preservacionista, que depois transitou para outra mais relacional e conservacionista:

“Isso foi em 1998, quando a gente nasceu. Foi em 99, 2000; mais ou menos até 2001, mais ou menos uma perspectiva ainda muito militante, muito preservacionista e, consequentemente, muito conflituosa. Porque, na verdade, a perspectiva era de que o homem de um lado e a natureza de outro, porque não tem condições de [...] no contexto que a gente vive, de destruição da maior parte da Mata Atlântica – 97% foi destruída, virou pasto – 7% só que a gente tem de cobertura vegetal significativa e desses 7%, não mais que 5% de florestas bem conservadas, concentrando uma biodiversidade riquíssima, raríssima, e que não existe mais, sabe? Muito ligado às florestas, muito.”¹⁵²

Dentro dessa perspectiva conservacionista e preocupada com a preservação das florestas, surgiu um questionamento do modelo de desenvolvimento:

“E aí, pelo fato assim, do que se percebe, quem entra muito rápido nesse movimento, nesse campo, começa a perceber os problemas, já acha que – é isso o que eu falei – parece que o problema são os proprietários que estão desmatando; é uma perspectiva muito simplória, não é? – “Ah! Os caras estão cortando, porque os caras são maus. Porque eles não gostam de floresta; porque eles gostam da motosserra.” – entendeu? É essa a primeira visão de quem entra nesse mundo, sabe? E aos poucos - e isso aconteceu com a gente - a gente foi entendendo que, na verdade, existia um modelo que leva as pessoas a praticar isso. Em busca de quê, que elas estão? A gente precisa entender.”¹⁵³

Ao questionamento do modelo de desenvolvimento, é agregada uma experiência junto à gestão pública, que articula espaço urbano e conservação florestal através do planejamento territorial:

“Porque a gente acabou sendo demandado por outras pessoas. A gente trabalhou muito tempo com planejamento ambiental também, sabe? E foi nessa discussão do planejamento ambiental que a gente começou a discutir o uso de território, perspectiva de território, análise da paisagem.”¹⁵⁴

¹⁵¹ Entrevista 4.

¹⁵² Entrevista 4.

¹⁵³ Entrevista 4.

¹⁵⁴ Entrevista 4.

Do ponto de vista das categorias propostas por CASTELLS (1999), a origem do Instituto Terra apontou para um componente afetivo e estético de amor pela natureza, que tem por objetivo a sua preservação, e como adversário as consequências do desenvolvimento descontrolado. E dentro do referencial proposto por Carvalho, unindo o conceito de “identidade narrativa” para a construção de “tipos ideais” (CARVALHO, 2008), a trajetória do fundador do Instituto Terra convergiu para um socioambientalismo conservacionista, no qual a experiência da dimensão do sagrado junto a uma natureza intocada mobilizou a produção do sujeito ecológico.

Isso favoreceu uma aproximação da noção de justiça ecológica como proposta por GUDYNAS (2010), a qual ele identifica com uma ontologia relacional em oposição às ontologias dualistas que caracterizam as relações homem-natureza, e que poderiam viabilizar a superação da dicotomia “humanos/não-humanos” como sujeitos de direitos (GUDYNAS, 2010). Esses elementos se articulam com uma ação estratégica “de fora da política institucionalizada”, com ênfase na participação e na construção de novos sujeitos políticos.

Dessa forma, o ambientalismo da Onde Verde e do Instituto Terra apresentaram distintos pontos de partida. A Onda Verde se constituiu numa relação entre homem e produção material com as injustiças e desigualdades a que trabalhadores e comunidades são submetidos nos processos produtivos. Enquanto o Instituto Terra, numa relação entre homem e natureza, nas quais as contingências materiais não se apresentam como absolutas, com prevalência das dimensões imateriais dessa relação.

Assim, essas trajetórias pessoais ganham força interpretativa a partir das relações específicas de cada um desses sujeitos com o território em suas experiências concretas e biográficas de uma forma que natureza e cultura tornam-se inconcebíveis um sem o outro (MOREIRA, 2006). E é pelas relações com o território que as instituições também irão convergir – a partir da sua relação com o local – com as questões ligadas à miséria e à degradação ambiental na região da baixada fluminense:

“a gente estava falando da preservação da saúde dos trabalhadores da Baixada Fluminense. Que era saneamento básico; que era coleta de lixo. Por que o lixo do Rio de Janeiro – da zona sul – vinha para Caxias; para Gramacho. E quem ficava impactado pelas doenças era a população da Baixada. Então, a nossa visão era uma visão muito local; dos problemas que fazem parte do dia a dia da população. A poluição dos ônibus, poluição por diesel, altamente poluidor, altamente degradante da saúde no centro urbano, por particulados. A questão da falta de ciclovía para as pessoas se deslocaram em pequenos trajetos, que não existia. A questão do desmatamento da mata ciliar e da ocupação irregular, por população de baixa renda. A questão do desmatamento da Mata Atlântica e a preservação da reserva biológica do Tinguá, que era floresta da União.”¹⁵⁵

4.3 A Mediação

Na abordagem proposta por Neves das mediações sociais (NEVES, 2008), a vida social é um empreendimento humano qualificado por uma diversidade de universos de

¹⁵⁵ Entrevista 3.

significação e de integração entre indivíduos. Ao mesmo tempo, de produção de recursos de integração e de diferenciação, de consentimento e de questionamento da uma ordem que assim se apresenta e se transforma.

Nessa perspectiva relacional e dinâmica, os atributos que distinguem a função intermediadora que se articulam com a execução de políticas públicas e programas sociais estão relacionados à pluralidade cultural e à necessidade de lidar com o problema da interconexão entre universos distintos. E também de construção de espaços de negociação e de conexão entre esses universos.

Nesse contexto, onde surgem novas instâncias de participação da sociedade civil, as mediações tanto podem ocorrer numa perspectiva de emancipação social, construção e ampliação de direitos, como numa perspectiva de gestão técnica da ordem estabelecida.

O PAF Dutos configura uma situação complexa que carrega elementos que potencialmente articulam as duas hipóteses. A proposta de conversão de um “terceiro” que produz o risco num sujeito que passa a ser “elemento do sistema de gestão do risco” favorece a perspectiva de gestão técnica da ordem estabelecida. Porém, o reconhecimento desse sujeito como detentor de direitos produzidos a partir de seu pertencimento ao território e ancorados nos seus modos de reprodução social e estratégias de sobrevivência – que também está implicada na estratégia de controle do território adotada pela empresa – traz em si uma perspectiva de reconhecimento de direitos.

Para se compreender o espaço que cada uma dessas vertentes ocupou nas dinâmicas de mediação que caracterizou a implantação do PAF Dutos, é preciso compreender o processo pelo qual as mediadoras se aproximaram e se envolveram com o projeto, elaboraram e depois como executaram o projeto. E ainda que o objeto dessa pesquisa não inclua a execução, os elementos levantados nas entrevistas permitem vislumbrar algumas características desse processo.

No caso do PAF Dutos, essa aproximação das mediadoras está relacionada à ampliação do sistema dutoviário na baixada fluminense que se dá nos anos 90:

“Mas em 95, quando a Petrobras disse que ia passar com o gasoduto aqui, foi um grande pandemônio na comunidade. Porque as pessoas não entendiam como funcionava o sistema de transporte; as dutovias da Petrobras. E eu começo a pesquisar. E para passar por dentro de uma reserva biológica era complicado para a Petrobras. E passar significa desmatar mais Mata Atlântica. E eu defendia que passasse por dentro da mesma faixa.”¹⁵⁶

Nesse processo, surge a necessidade de “tradução”, problematizada por NEVES (2008) com o papel de conectar universos distintos. A necessidade de traduzir e conectar os universos da população da baixada fluminense e da empresa aproximaram a Onda Verde das questões relacionadas aos dutos:

“Mas quem é que entendia disso em 95? Quem podia discutir tecnicamente? Então, acho que o meu papel foi entender, ler, pesquisar, dialogar, visitar obra, participar do processo de construção, entender porque é que fica a um metro de profundidade; porque é que passa sobre o rio, e não passa por

¹⁵⁶ Entrevista 3.

baixo. O meu olhar era mais técnico; enquanto que o olhar da população era mais a sua necessidade. E hoje continua assim. Emprego, asfalto... é sempre isso. Porque as comunidades são carentes dos serviços públicos. E as grandes empresas percebem isso”¹⁵⁷

Uma mediação de conflitos que não surgiu de demandas ou conflitos fundiários, nem de impactos diretos da contaminação sobre a população, mas a partir da questão ambiental e da normativa que regula as áreas de preservação permanentes:

“a Petrobras tem um poder financeiro muito grande. Ela compra acima do mercado, entendeu? Então, ela não tem problema. E dentro da Reserva Biológica do Tinguá tinha um problema. Que por ser reserva biológica, em 89, que foi um decreto do Sarney, a lei proibia a passagem de dutos dentro de reserva biológica. A não ser por interesse social. Tanto é que Itamar Franco faz um decreto autorizando a Petrobras a passar por dentro da Reserva Biológica do Tinguá.”¹⁵⁸

E uma mediação marcada pela experiência com o contexto da contaminação intramuros e extramuros, e por uma pauta reivindicatória distributiva:

“A possibilidade de rompimento de duto existe em qualquer lugar. Agora, vamos lá: ‘o que é que vocês vão trazer para a comunidade?’ – ‘Não; mas a gente vai levar para a ponta em Belo Horizonte e para a ponta em Caxias.’ – ‘Mas a ponta não me interessa. Me interessa o meio. Eu estou no meio. Então, a gente quer posto de saúde; a gente quer um centro de educação ambiental, a gente quer estrutura de transporte do doente. Sou um ambientalista que também é um cara técnico – que para pra analisar. Que vê os dois lados do processo: tanto o desenvolvimento do país, como a questão do risco para a comunidade e para o meio ambiente.’¹⁵⁹

Dentro dessa perspectiva de mediação, numa pauta reivindicatória qualificada pela experiência da fábrica e da contaminação, os dutos são percebidos como espaços produtivos, que também devem “produzir para as comunidades” que são cortadas por eles:

“Como é que eu chego à questão da relação produtiva dos dutos; eu quero produzir coisas na faixa de dutos. Eu não quero uma faixa que corta e segregá a minha comunidade. Você mora de um lado e seu parente mora do outro. E às vezes, você não consegue atravessar a faixa de dutos. Então, eu queria que a faixa pudesse unir um substrato [...] por exemplo, se você tem aqui um duto que corta essa floresta aqui ao meio – ela faz isso aqui, na horizontal, ao invés de ser na vertical – eu posso ligar esse estrato aqui da floresta a esse aqui, fazendo um corredor de 20 metros de Mata Atlântica. Um corredor ecológico. E porque eu tinha visto na Revista Veja, uma matéria da Petrobras, ressaltando uma horta no Rio Grande do Sul, de umas donas de casa que fizeram uns canteiros. Só que como eu sou operário e acho que tem que alimentar milhares de bocas e não só meia dúzia de

¹⁵⁷ Entrevista 3.

¹⁵⁸ Entrevista 3.

¹⁵⁹ Entrevista 3.

bocas, eu disse – ‘Por que a gente não faz um projeto de hortas, para alimentar estudantes das escolas públicas?’¹⁶⁰

Por deter uma competência técnica específica, o Instituto Terra é chamado a participar desse processo, por iniciativa do coordenador e fundador da Onda Verde, que naquele momento atuava como gestor público no cargo de secretário do meio ambiente de Paracambi - RJ:

“E aí, que eu me sentia, de certa forma, inseguro para construir esse projeto e achava que deveria chamar o Instituto Terra – que era uma ONG com mais experiência em agroecologia – que pudesse coordenar esse projeto; e a Onda Verde serviria de apoio nesse processo. Então, toda a constituição metodológica que foi construída, eu diria que 90% dela é do Instituto Terra, em parceria com os técnicos da empresa, que construíram esse processo.”¹⁶¹

O Instituto Terra, que já vinha trabalhando na construção de corredores ecológicos através das faixas de dutos, elaborou um projeto de hortas sobre as faixas, dentro do conceito proposto pelo coordenador da Onda Verde de “relação produtiva” com os dutos:

“a gente desenvolvia ações de conservação, de desenvolvimento local e de gestão participativa. E aí, a gente desenvolveu, para Paracambi, um projeto de hortas sobre faixa de dutos e tal. Uma coisa mais simples, para Paracambi – na perspectiva do Fome Zero e tal – mas numa mais de produção de alimentos e distribuição desses alimentos. E aí, a gente desenvolveu esse projeto. Esse projeto foi então encaminhado para a Petrobras, logo no início do Governo Lula; logo que ele lançou essa história do fome zero. E aí, o que a gente enxergou, foi que o projeto, quando chegou lá, ele, sem querer, ele estava, de alguma forma, alinhado com uma expectativa corporativa”¹⁶²

Ademais, o Instituto Terra vai incorporar à mediação outros valores que também caracterizam o movimento ambientalista, como a “participação”, que CASTELLS (1999) relaciona à “política verde” e a uma inserção do ambientalismo na política a partir de uma visão estratégica. Essa dimensão estratégica que, no PAF Dutos, parece se relacionar à necessidade de mobilizar os sujeitos locais a ponto de que esses pudessem se comprometer como coautores do projeto:

“A empresa, então, convidou a gente e a partir dali, a gente ficou um ano construindo e detalhando. A gente sabia que tinha que ser um projeto de baixo para cima; a gente sabia que tinha que ser um projeto, por mais que ele fosse gerado dentro da empresa, a gente tinha, de alguma forma, que encontrar caminhos para ser incorporado pela comunidade.”¹⁶³

Da mesma forma, o Instituto Terra vai incorporar uma perspectiva da “sustentabilidade”, que já fazia parte do discurso da empresa, mas que conforme adverte MOREIRA (1999), carrega uma imprecisão a qual denominou de “nebulosa ambiental”, na

¹⁶⁰ Entrevista 3.

¹⁶¹ Entrevista 3.

¹⁶² Entrevista 3.

¹⁶³ Entrevista 4.

medida em que aglutina disputas político-ideológicas pelo seu significado¹⁶⁴. No caso do Instituto Terra, a sustentabilidade parece se relacionar a dimensões ecológico-ambientais com ênfase na participação:

“Porque tem que ser um projeto de longo prazo; tem que ser um projeto sustentável, do ponto de vista econômico e do ponto de vista ambiental; tem que ser um projeto que faça com que as pessoas tenham capacidade de crescer - tanto crescer intelectualmente, crescer financeiramente. Então, tinha que ser participativo, tinha que ser sustentável. E isso que era a nossa expectativa.”¹⁶⁵

A trajetória do Instituto Terra, que apontava para questionamentos do modelo produtivo e para valores intrínsecos relacionados à interação homem/natureza, somou-se às demandas distributivas e de resistência à contaminação e aos impactos negativos do desenvolvimento que caracterizavam a Onda Verde. E será dentro desse contexto que se pretende analisar as dimensões assumidas no PAF Dutos pela agricultura familiar, a agroecologia, a participação e os processos produtivos implantados nas faixas de dutos.

Ainda que esses elementos já tivessem presença discursiva nos processos internos da empresa, tanto no Plano de Comunicação Convivência e Corresponsabilidade e no Programa Petrobras Fome Zero, eram presenças apenas acessórias e complementares e foi a partir da forma com que agricultura familiar, agroecologia e participação foram traduzidos pela Onda Verde e, principalmente pelo Instituto Terra, que ganharam materialidade no PAF Dutos. Por isso, uma compreensão como núcleos de sentido construídos pela instituição mediadora surge com maior potencial explicativo.

4.4 A Agricultura Familiar

Em relação à agricultura familiar surge uma aparente divisão entre as posições da Onda Verde e do Instituto Terra. O coordenador da Onda Verde chamou a atenção para o fato de que eram trabalhadores urbanos que se pretendiam introduzir no trabalho agrícola, o que acarretava uma série de consequências:

“Olha, no campo da agricultura familiar, eu queria destacar o seguinte: que a gente não estava trabalhando com agricultores. A gente estava trabalhando com trabalhadores urbanos. Ele está acostumado com a carteira assinada, com o fundo de garantia dele, com a demissão – que ele recebe depois, alguma coisa – com o seguro desemprego. Toda vez que um trabalhador urbano, que não é rural, que você quer transformar ele em rural – é o agricultor familiar – toda vez que um trabalhador urbano consegue um

¹⁶⁴ “na perspectiva até aqui delineada, os diferentes interesses econômicos e sociais, que se expressam na esfera sociopolítica, impõem diversas perspectivas à questão da sustentabilidade e, portanto, tendem a formular e defender teorias e conceitos de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável diferenciados. Estas teorias e conceitos tendem a estar em consonância com os seus interesses econômicos e sociais e suas concepções de mundo. Estas diferenças tornam-se visíveis na medida em que priorizem, de forma diferenciada, as questões nacionais ou globais, a manutenção do status quo ou as mudanças progressistas-distributivistas bem como levem em consideração as dimensões ecológico-ambientais ou as ignorem” (MOREIRA, 1999, p. 247)

¹⁶⁵ Entrevista 4.

emprego, por menor que seja o salário com carteira assinada, ele abandona o projeto.”¹⁶⁶

À fragilidade econômica e cultural também foi acrescentada especificidades da sociabilidade local que precisariam ter sido consideradas na construção de metas e prazos, e traduzidas pelo coordenador da Onda Verde como fragilidades dos sujeitos locais, que também representavam um conflito permanente e não resolvido entre lógicas distintas – a lógica do planejamento empresarial e a lógica da mobilização dos movimentos sociais:

“[...] essa questão da fragilidade das pessoas que você está trabalhando – são pessoas frágeis – desempregadas, pessoas que estavam abandonadas pelo poder público. Então, você precisa construir psicologicamente, reconstruir, as pessoas. E para reconstruir as pessoas, você precisa de tempo. Bom, tem que preparar a área, gradear, adubar, plantar, colher e vender. E ficar autossustentável. Isso é um padrão que você pode dar para uma empresa, mas você não pode dar para um movimento social.”¹⁶⁷

O coordenador da Onda Verde concluiu sintetizando o perfil do público do PAF Dutos e reavaliando a adequação do enquadramento do projeto como de agricultura familiar:

“E, por outro lado, a gente percebeu que a maior parte do grupo que a gente estava trabalhando, no final, eram mulheres. Ou seja, as donas de casa, que tomavam conta dos seus filhos, durante uma parte do dia; depois, dedicava outra parte à agricultura. A gente percebeu também que o número de jovens também era pequeno. Poucos jovens – e aí você não pode ter abaixo de 16 anos, porque tem o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente - que estabelece algumas regras. E como é que funciona a agricultura familiar? Pai, mãe e filhos, na sua pequena propriedade, trabalhando para a sua subsistência. E vender um pouco do excesso da produção. Numa faixa de dutos, como fazer a agricultura familiar? Se, primeiro, não está no espaço dele, no terreno dele? Como é que você bota o filho dele para trabalhar, junto com o marido e a esposa? O primeiro problema. A gente deveria ter reavaliado a questão da agricultura familiar. São trabalhadores urbanos, que são produtores de hortaliças; que podem trabalhar a mulher e o marido, mas sem as crianças. E isso deveria ter sido uma visão bem trabalhada.”¹⁶⁸

A posição do coordenador da Onda Verde convergia para uma definição institucional da agricultura familiar, orientada pela lei e pelas políticas públicas, em especial pelo Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF, que estabelece como critérios de acesso: a) explorar parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro; b) residir na propriedade ou em local próximo; c) não dispor, a qualquer título, de área superior a quatro módulos fiscais; d) obter, no mínimo, 30% da renda familiar da exploração do estabelecimento; e) trabalho familiar como base na exploração do estabelecimento; f) e renda bruta familiar. Segundo estes parâmetros, a posição da Onda Verde sobre a inadequação da definição de “agricultura familiar” estaria correta.

Uma posição que também estabelecia conexões com conceitos de “agricultura familiar”, reunidos por Teixeira num campo de reflexão teórica onde predominam categorias

¹⁶⁶ Entrevista 3.

¹⁶⁷ Entrevista 4.

¹⁶⁸ Entrevista 3.

abrangentes, em sua maioria estatísticas, sustentadas em variáveis econômicas, tais como renda, tipo de produção, tamanho do estabelecimento agrícola, uso de trabalhadores contratados, etc. (TEIXEIRA, 1998).

Porém, a posição do Instituto Terra, principal responsável pela opção pela “agricultura familiar”, trouxe outras perspectivas que problematizavam a questão da busca dessa identidade pelo PAF Dutos:

“Olha só: não tem como ser diferente, sabe? Você não tem como trabalhar um agronegócio ali, entendeu? Você tem que trabalhar numa perspectiva familiar. Muito mais por conta da realidade que a gente está trabalhando, do que na perspectiva da lei. A lei, ela é muito dura. Ela diz que 80% da renda tem que vir da produção familiar. Tem que ser até tantos módulos, tem que não sei o quê. Cria um padrão. Inclusive foi um padrão que a gente não conseguiu se adaptar. Porque o projeto era muito diferente. Mas isso também não significa que não seja agricultura familiar. Então, ela é familiar no sentido que tinha que envolver várias pessoas da família, no processo de produção. Porque a gente sabia que uma só pessoa não ia dar conta. De que tinha, de alguma forma, criar essa relação com a terra. E a gente viu, ao longo do tempo, uma coisa que a gente achava que podia acontecer e de fato aconteceu, que foi o envolvimento muito forte das mulheres; um envolvimento muito forte dos mais velhos; muito baixo dos jovens. Porque os jovens estão a fim de se mandar; e a agricultura é uma coisa – como é que se diz? – não é bem vista. Depreciada; é isso. É muito esforço. E as mulheres toparam forte e os mais velhos toparam isso muito forte. Tinha que ser uma questão prática, tinha que ter o envolvimento da família, porque senão não dava. A família era a mulher e muitos filhos. A maioria abandonada pelos homens; a maioria. Até os homens que trabalhavam com as mulheres, eram, na maioria das vezes, não eram companheiros de longa data.”¹⁶⁹

A posição do Instituto Terra, num primeiro plano, estabeleceu uma dicotomia entre agronegócio e agricultura familiar e num outro pareceu mais comprometida com as questões de mobilização, da sustentabilidade ambiental e social e das possibilidades de construção de sentido e pertencimento para um grupo com um perfil que envolvia efetivamente famílias e atividade agrícola, ainda que não dentro dos paradigmas tradicionalmente postos pelas políticas públicas e pelos estudos rurais sobre o tema:

“Você tinha que valorizar essa dimensão. Porque essa dimensão é que daria a sustentabilidade do projeto, por conta da relação com a terra, porque dava uma identidade àquilo que a gente estava fazendo. Que era uma identidade alinhada com tudo o que estava sendo feito no país. Não era um agronegócio ecológico. Era uma agricultura familiar ecológica, sobre a faixa de dutos. Então, tem um alinhamento com tudo que está sendo feito no Brasil. Que a gente acredita. Isso é cada dia mais forte, dentro de mim. Na prática. Não tem outra saída, senão a gente fortalecer a agricultura familiar no país. Senão a gente vai virar um jardim de monocultura, para exportação, entendeu? Comendo alimentos cada vez mais envenenados e importando cada vez mais, e tendo as cidades cada vez mais cheias. A agricultura familiar é a saída do Brasil! Assim como a reforma agrária é a reforma mais importante

¹⁶⁹ Entrevista 4.

desse país. Mais importante que a reforma política, mais que qualquer outra reforma, cara. É a reforma agrária.”¹⁷⁰

Essa tomada de posição aponta para uma inserção da “agricultura familiar” como desenvolvimento de duas matrizes, uma política e estratégica e outra cultural. Uma matriz convergente com a emergência desse conceito no Brasil a partir dos anos 90, conforme apresentado por SCHNEIDER (2009), que se relaciona com estratégias de mobilização e construção de uma identidade compartilhada. SCHNEIDER (2009) relata o processo posto em prática pelos movimentos sociais e sindicalistas no final dos anos 80 e início dos 90 para unificar interesses de toda uma diversidade de pequenos proprietários rurais, assentados, arrendatários e outros atores correlatos, para enfrentamento das políticas neoliberais e globalizantes, em especial aquelas relacionadas às integrações dos mercados no cone sul.

Nesse contexto, agricultura familiar seria uma convergência semântica capaz de aglutinar estrategicamente sujeitos distintos para uma luta comum SCHNEIDER (2009), além de gerar um potencial convocatório junto à sociedade abrangente que não seria acessado por “pequenos proprietários”, “pequenos produtores”, arrendatários e outros termos equivalentes, uma vez que “família” é uma “gramática” que se enraíza na subjetividade de múltiplos sujeitos rurais e urbanos.

Outra matriz que foi apontada pelo Instituto Terra para a opção pela “agricultura familiar” convergiu com um referencial teórico que privilegia os estudos de caso específico e não generalizantes, onde as variáveis simbólicas e laços de reciprocidade ganham prevalência e onde as relações entre terra e família recebem uma abordagem mais cultural e menos estatística ou econômica (TEIXEIRA, 1998). Essa abordagem cultural permite uma aproximação com o problematizado por SCHNEIDER (2009) sobre a pluriatividade na agricultura, que ele situa no contexto das sociedades contemporâneas – com características pós-industriais ou pós-modernas – onde os processos de estratificação social tornam-se cada vez mais complexos e as formas clássicas das relações sobre as quais o capitalismo estabelece suas regulações coexistem com outras formas que não assumiram essas características, e que parecem estar se difundindo (Schneider, 2009). Ou seja, família e relação produtiva com a terra são campos abertos a reconfigurações que exigem uma disponibilidade permanente para repensar as categorias analíticas.

Nessa mesma linha que valoriza os aspectos dinâmicos de “agricultura familiar” ou de “pluriatividade”, também podem ser revisitadas as próprias relações entre “configurações familiares” e norma hegemônica, nos termos propostos por CORREIA (1982), ou seja, como pensar o desvio sem cair na categoria de problema social (CORREIA, 1982).

Nessa abordagem de Correia, uma exigência é a desconstrução de representações impostas pelo modelo normativo dominante e a construção de novas representações, apropriadas a casos específicos e capazes de significar novas composições entre a norma e a realidade, entre o poder do Estado e, no caso, o poder doméstico: poderes assimétricos que atendem a preocupações distintas. Uma linha reflexiva que foi adotada por FONSECA (2002), e por VIANNA (2002) na exploração das possibilidades de conflito e acomodação entre padrão dominante e desvios em relação ao direito de cuidar das crianças (FONSECA, 2002) e (VIANNA, 2002). E por PEIXOTO & LUZ (2005) nas tensões entre norma e desvios nas relações intergeracionais (PEIXOTO e LUZ, 2005).

¹⁷⁰ Entrevista 4.

Esses estudos focados na diversidade de representações da família brasileira apontaram para uma constante reconfiguração dos arranjos familiares, que impõem a necessidade correlata de permanentemente reconstrução de representações que são deslocadas pelos movimentos da sociedade. E que, ao mesmo tempo, apontam a persistência de uma centralidade da unidade doméstica na cultura brasileira e da sua importância em qualquer proposta de transformação social.

Todos estes elementos tornam mais complexa qualquer conclusão sobre a adequação ou inadequação da incorporação da identidade de “agricultura familiar” ao PAF Dutos. Porém, alguns caminhos podem ser encontrados a partir dos próprios sujeitos locais, como indicado no depoimento da presidente da cooperativa Univerde sobre a perspectiva local de suas identidades de agricultores:

“Somos agricultores urbanos, porque a característica de agricultura rural foi sumindo aos poucos, tinha mais, né, tinha o prazer, em cada canto você via uma hortinha. Você vê a facilidade de desenvolver. Agora hoje não, o urbano, se bem que nossa área figueira é considerado mais rural que urbano. Tinha muita gente que vivia da agricultura, uns vinte anos atrás, muita, aqui para Iguaçu Velho, como se chamava Nova Iguaçu, a história de figueira mesmo é história de fazendas, muitas plantações de milho, de café, cafezais, aqui a fazenda, São Bernadino né, também era plantação de café, cafezais”.¹⁷¹

O público do PAF Dutos configura uma população muitas vezes invisível não só ao registro histórico e às políticas públicas como também às reflexões teóricas. E ponderar sobre os arranjos familiares locais dentro de uma perspectiva que relate criticamente “desvio e norma padrão” é central quando se pensa no papel da estrutura familiar para as estratégias de reprodução social:

“hoje nós temos um homem. O resto é tudo mulher, antigamente era quase 50%, hoje é quase 100% mulheres. A gente concilia tanto a casa, com o trabalho, como a comercialização também. Questões financeiras, no primeiro período do projeto, antes da falta do recurso, quando tínhamos uma produção intensa, podíamos sustentar o nosso mercado que temos hoje, os homens estavam trabalhando, presentes, até os filhos maiores, estavam juntos, por que era uma correria intensa, mas aí houve essa deficiência financeira, o encerramento do contrato do Instituto Terra, faltou verba dentro de casa, então os maridos foram trabalhar e as mulheres ficaram mantendo as hortas e a horta passou a não ser mais os 70%, que o resto era com biscuits, passou a ser 30% e o resto tinha de vir de fora. Inclusive nós temos a DAF que é dificílimo ter no Estado do Rio porque era pra ter pelo menos 70% de agricultura comprovado, e nós tínhamos comprovado, os homens estavam ali, até para nos mulheres era bem melhor, hoje se procurar, eles precisam complementar a renda. Os filhos ajudam na colheita, ajudam, tinha uma ontem que estava comercializando comigo, ajudam na comercialização, a minha ajuda na parte administrativa, fazer uma planilha, uma coisa e outra. Os jovens influenciam nessa parte, também no plantio, vão lá fazem um

¹⁷¹ Entrevista 2.

mutirão de plantio, de limpeza, quando eles não estão estudando, então toda família se envolve.”¹⁷²

O depoimento da presidente da cooperativa formada pelas famílias que integraram o PAF Dutos reforça a importância de questionamentos sobre a unidade familiar como núcleo de sentido e de gestão do trabalho nas hortas; as relações entre o trabalho nas hortas e os vínculos familiares; o papel da mulher na horta e no cotidiano familiar, considerando a possibilidade das hortas como “trabalho de mulher”, na medida em que essa atividade historicamente possa estar associada às tarefas domésticas e ser vista como “ajuda”; a gestão dos recursos gerados pelas atividades nas hortas; a adesão e a inserção dos jovens à proposta de trabalho nas hortas (CARNEIRO, 2008). E ainda, dentro dessa mesma matriz cultural, todo o “campo de possibilidades” relacionado à pluriatividade proposto por CARNEIRO (1996), traduzidos para o universo das combinações entre trabalho nas hortas e outras atividades produtivas das famílias.

Os elementos recolhidos na pesquisa indicam a pertinência de todos esses questionamentos ao contexto relacionado ao PAF Dutos, ainda que não forneçam subsídios para respostas. E assim, sobre a natureza de “agricultura familiar” na experiência levada a cabo pelo PAF Dutos, faz sentido uma apropriação da reflexão proposta por MOREIRA (2009) – ainda que fora dos limites do ambiente agrícola e agrário que fundamentaram sua análise – que percebe a “agricultura familiar” como uma identidade social complexa e aberta a codeterminações com o ecossistema e com a sociedade, produzida por sujeitos sociais efetivos¹⁷³, dentro de um espaço social em constante mutação, ainda que restrito pelas assimetrias de poder que caracterizam a sociedade brasileira (MOREIRA, 2009, pp. 57 – 88).

4.5 A Agroecologia

A agroecologia no PAF Dutos foi uma opção relacionada ao compromisso ambientalista do Instituto Terra e da Onda Verde, mas com ênfase especial na viabilidade econômica do projeto:

“Por que é que a gente escolheu trabalhar com agroecologia? Além de sermos uma organização ambientalista, a gente tem esse compromisso com a sustentabilidade ambiental. Mas principalmente porque a gente vê, na agroecologia, uma tecnologia de baixo insumo, que não é cara, que pode ser desenvolvida com produtos locais; entendeu? Que é mais fácil as pessoas praticarem uma agroecologia, pessoas que nunca trabalharam com agricultura, uma agricultura ecológica, e se sustentarem ao longo do tempo, sem investimento, sem subsídio, do que você aplicar uma agricultura cheia de insumos. Ela pode ser até muito mais simples, mas também é muito mais cara”.¹⁷⁴

¹⁷² Entrevista 2.

¹⁷³um sujeito social e histórico, tanto individual como coletivo, que em sua relação com um mundo que “faz ser ao se fazes ser”, constrói sua autonomia na medida em que busca “dar-se as suas próprias leis” (CASTORIARDIS, 1999, p. 199 e 212).

¹⁷⁴ Entrevista 4.

O problema enfrentado pela equipe implementadora do PAF Dutos envovia a preocupação com os custos de insumos, com as condicionantes impostas pelo repertório de conhecimentos dos sujeitos locais e com as peculiaridades do cultivo sobre as faixas:

“Agricultura química. Você vai lá e aplica. Vai dar certo. Lógico que vai dar certo. O negócio foi feito para dar certo. Só que ele vai dar certo naquele momento. Depois você vai ter que comprar mais. Então, tem um fluxo financeiro, que tem que ser muito maior. Além do mais, a gente está falando de uma área que é uma área que o cara não tem condições de ir para outro lugar. Ele vai ter que cultivar aquilo ali, ao longo do tempo. Então, tem que ser uma prática que melhore o solo; não piore o solo. Então, novamente, só a agroecologia para trabalhar ali.”¹⁷⁵

A essas condicionantes, somavam-se as preocupações com a contaminação dos agricultores e com a qualidade sanitária dos alimentos:

“Além do mais, você está trabalhando perto de comunidades; então não dá para ter nada químico, não dá para você meter um agrotóxico. Está ali do lado das pessoas, sabe? A nossa perspectiva era merenda escolar. Então, tem que ser um produto de alta qualidade.”¹⁷⁶

Havia uma preocupação com os aspectos socioambientais que caracterizam o campo da agroecologia, porém o contexto do PAF Dutos trazia dificuldades para a construção de um processo endógeno em todas as dimensões envolvidas na proposta agroecológica. Em especial aquelas que diziam respeito aos elementos culturais relacionados ao desenvolvimento de uma consciência e uma técnica ecológica, com apropriação das relações existentes entre potencialidades do território, técnicas de cultivo e as dimensões sociais e econômicas da agroecologia.

A natureza de “projeto” do PAF Dutos, com metas, prazos, a necessidade de resultados econômicos em 12 meses geraram obstáculos para a abordagem plena da sustentabilidade, limitando o processo aos seus aspectos técnicos de manejo e cultivo, numa dimensão convergente com os elementos associados à agroecologia por ALTIERI (1999), com foco no equilíbrio entre plantas, solo, nutrientes, luz solar, umidade e meio biótico (ALTIERI, 1999).

Além disso, tratava-se de reintroduzir uma prática agrícola junto a uma população e um território que em grande parte havia abandonado essa competência e em áreas de cultivo até então restrinidas pelas estruturas dos dutos. Todos estes fatores implicavam em diversas limitações à proposta agroecológica, quando esta é compreendida como

“[...] elemento através do qual se pretende gerar esquemas de desenvolvimento sustentável, utilizando como elemento central o conhecimento local e as marcas que através da história este processo provocou nos agro-ecossistemas, produzindo arranjos e soluções tecnológicas específicas de cada lugar, isto é, produzindo o endógeno (COSTA NETO, 2004, p. 124).”

¹⁷⁵ Entrevista 4.

¹⁷⁶ Entrevista 4.

Os condicionantes de prazos e metas negociados com a empresa impuseram ao PAF Dutos uma dimensão produtivista, no sentido de priorizar a implantação de um processo de produção e geração de renda, com ênfase na inserção em mercados formais suficientemente qualificados para “garantir renda e sustentabilidade econômica para todas as famílias inseridas”. Uma renda familiar estipulada no projeto e no plano de negócio que o integrava, que implicava em alcançar um rendimento líquido mensal de R\$ 869,78 por família ao final do primeiro ano (2005).¹⁷⁷

Pode-se supor que a consciência de todas essas dificuldades colaborou para que a dimensão “agroecológica” inicialmente integrada na identidade do projeto denominado como “Projeto de Agricultura Familiar Agroecológica em Faixas de Dutos – PAF Dutos” fosse revista e deixasse de fazer parte dessa identidade logo nos primeiros meses, quando sua forma de identificação e divulgação foi redefinida pelas mediadoras como “Projeto de Agricultura Familiar em Faixas de Dutos – PAF Dutos”.

Porém, mesmo dentro dessas limitações, o depoimento dos participantes locais apontou para incorporações e traduções significativas:

“A faixa tem uma área que é bem degradada, tem uma área que é bem melhor, mas geralmente os sítios que têm a terra preta, mais solta, é mais fértil, então o que você agrupa ali é o próprio subsídio que cai da própria horta né, cai as folhas e vai decompondo né, criando novos micro-organismos, matérias orgânicas e adubação verde, sim. Excelente, sim, muito bom. Só que hoje se dá os nomes aos bois, como se dizem, mas são técnicas que já eram usadas, a incorporação da leguminosa na terra já se fazia, mas não se usava o nome adubação verde, fazia assim, plantava, depois revirava a terra com o resto que sobrava e ia incorporando e hoje agente chama de adubação verde né. Já tinha o guando, coisas assim que já não eram difíceis de encontrar, nascia espontâneo na terra.”¹⁷⁸

O depoimento relata uma identificação das técnicas agroecológicas com práticas tradicionais de cultivo, bem como a persistência de uma memória agrícola na comunidade. E também a construção de uma dinâmica comunicativa entre equipe implementadora e sujeitos locais com potencial para realizar um dos pressupostos da “conversão agroecológica” identificados por COSTA NETO (2004) nos seguintes termos:

“quando atores de diferentes espaços entram em contato, o significado e o valor dos elementos (sejam sociais ou naturais) e atividades relacionadas com o sustento vital deveriam ser negociados para que tais atores pudessem compreender de forma compartilhada o cenário específico em que se movem. Isto implica espaços de transferência de conhecimento (e de transformação) e, portanto, a construção e reconstrução social dos espaços socioambientais” (COSTA NETO, 2004, p. 124)”.

Uma “conversão agroecológica” que não poderia ser efetivada tanto pela ausência de elementos materiais e culturais no cenário de implementação do PAF Dutos como pela natureza das metas eleitas, mas que pode ter sido iniciada através de práticas participativas e de trocas culturais implementadas entre equipe e participantes ao longo dos dois anos de duração do projeto, o que poderia ser verificado através de uma avaliação das dinâmicas

¹⁷⁷ In: http://issuu.com/itpa/docs/manual_paf_dutos, pg. 74.

¹⁷⁸ Entrevista 2.

atuais vividas pelos integrantes da Cooperativa Univerde, que fogem ao recorte dessa pesquisa, mas que têm indicativos nos depoimentos:

“Há cinco anos se usou o nome orgânico e se idealizou algo fora do normal, hoje nós sabemos que agroecológico orgânico são quase a mesma coisa, usa o mesmo caminho só que com algumas metodologias diferentes, mas assim, que o produto agroecológico hoje tem melhor aceitação, hoje a própria mídia ajuda bastante. Uns já faziam, usavam o sistema agroecológico, aprimoraram melhor, uma coisa é você fazia, por que o pai fazia e passava o conhecimento de pai para filho e outra coisa é você ter um conhecimento que já vem de uma pessoa que estudou e hoje temos a convicção de que precisamos seguir a mesma orientação que recebemos. Fazendo a compostagem, o próprio capim da horta, com o próprio plantio que você não deu para vender, então você faz a compostagem, ai você foi fazendo uma nova adaptação, uma nova metodologia de continuar plantando alimento. E quando nós sentamos para fazer o planejamento, nós planejamos, o que é para comer, as vezes até doar para parentes, e depois para comercializar, e ainda tem a sobra, então primeiro passa pela nossa mesa, eu não posso falar de uma coisa que eu não vivo.”¹⁷⁹

4.6 A Dimensão Participativa

Da mesma forma que a agricultura familiar e a agroecologia, a preocupação com a implantação de processos participativos também foi uma dimensão agregada pelas mediadoras, em especial pelo Instituto Terra:

“Então, eu acho que, objetivamente, foi isso que fez o projeto, que era um projeto pequenininho, de horta, produção, distribuição, para virar um projeto de agricultura familiar em faixa de dutos. Agroecológica em faixa de dutos. E aí, a gente veio dizendo – “Não; não dá para ser sustentável, se não for agroecológico. Não dá para ser sustentável, se não tiver planejamento e desenvolvimento participativo. Porque senão, no médio prazo a gente vai sair e a coisa vai acabar. Como deveria ser trabalhado o planejamento participativo. Qual seria a melhor forma. E foram criados o conselho consultivo local, o grupo de gestão local; que depois virou a cooperativa. Isso, eu acho, foi muito bem planejado. Inclusive foi o que funcionou.”¹⁸⁰

Um depoimento que chama a atenção pela perspectiva da participação como condicionante para o sucesso do projeto de intervenção e desenvolvimento, que se soma àqueles relacionados ao próprio papel social das mediadoras proposto por NEVES (2008), cujo sentido e eficácia tem como premissa sua legitimidade junto aos atores entre os quais faz a intermediação e tradução:

“Que a gente desenvolvia ações de conservação, de desenvolvimento local e de gestão participativa. Nesse período mais institucional, o envolvimento era completo. Comitê de bacias, assembleia permanente de entidades

¹⁷⁹ Entrevista 2.

¹⁸⁰ Entrevista 4.

ambientalistas, conselho municipal de meio ambiente, conselho da saúde, da educação. Todo o tipo de conselho a gente estava lá, articulando. Comissão de entidades ambientalistas da reserva. Isso consumia demais o nosso trabalho, nosso tempo. Focada em mobilização e participação institucional, para influenciar política pública. Esse era o foco, lá no início.”¹⁸¹

A perspectiva de análise da dimensão participativa como estratégia de eficácia do projeto, prevalecendo sobre outras dimensões como as relacionadas ao próprio papel social de mediação e ao perfil da entidade, parece mais adequada ao material empírico coletado e ao processo histórico do PAF Dutos, onde as metas produtivas impunham condicionamentos:

“A gente sabia que tinha que ser um projeto de baixo para cima; a gente sabia que tinha que ser um projeto, por mais que ele fosse gerado dentro da empresa, a gente tinha, de alguma forma, que encontrar caminhos para ser incorporado pela comunidade. Porque tem que ser um projeto de longo prazo; tem que ser um projeto sustentável, do ponto de vista econômico e do ponto de vista ambiental; tem que ser um projeto que faça com que as pessoas tenham capacidade de crescer - tanto crescer intelectualmente, crescer financeiramente - para poder se apropriar dessa história e fazer a roda continuar girando. A gente sabia que tinha que incorporar isso tudo. Então, tinha que ser participativo, tinha que ser sustentável.”¹⁸²

A partir dos depoimentos, surge uma relação entre participação e sustentabilidade (entendida como permanência e eficácia), que é trazida para o primeiro plano das decisões metodológicas. Esta relação entre participação e sustentabilidade das intervenções sociais foi explorada por LOVO (2011), através de um levantamento histórico da construção desta conceitualização.

Na retrospectiva histórica elaborada por LOVO (2011), as metodologias participativas ganharam centralidade no universo dos projetos de intervenção social, a partir dos anos 80, quando surgiu um consenso entre as entidades de cooperação internacional financiadoras de projetos no Brasil e no chamado terceiro mundo, que passaram a ver nessas técnicas um determinante para o sucesso das ações e políticas sociais (LOVO, 2011, p. 107).

Uma análise crítica dessa crença na participação como diferencial do desenvolvimento é feita por PRETTY (1995), que percebe duas grandes vertentes nessas metodologias, uma centralizada na eficácia dos projetos e outra no empoderamento das populações impactadas pelas intervenções sociais (PRETTY, 1995, p. 168).

As abordagens centralizadas na eficácia percebem a participação como envolvimento, consenso e neutralização de conflitos, enquanto aquelas focalizadas no empoderamento trazem as questões relacionadas ao poder decisório e à política para primeiro plano, ou seja, naquilo que para ROMANO (2008) é essencial para o conceito, ao defender que o empoderamento não é algo que possa ser feito a alguém por outra pessoa e que aos agentes externos cabe apenas catalisar os processos pelos quais os grupos sociais podem empoderar a si mesmos, sendo que, as características desse processo serão fortemente influenciadas pelos limites e potencialidades desses catalisadores (ROMANO, 2008).

¹⁸¹ Entrevista 4.

¹⁸² Entrevista 4.

Assim, ROMANO (2008) defende que no combate à pobreza, o empoderamento dos pobres e de suas organizações se orienta para a conquista da cidadania, entendida como a conquista da plena capacidade de um ator individual ou coletivo usar seus recursos econômicos, sociais, políticos e culturais para ter voz e atuar com responsabilidade no espaço público na defesa de seus direitos, influenciando as ações dos governos na distribuição de serviços e recursos (ROMANO, 2008).

A forma com que a preocupação com a participação foi trazida ao PAF Dutos remete à eficácia quando dá ênfase ao planejamento, mas pode estabelecer vínculos com o empoderamento quando reconhece a necessidade da apropriação da proposta pelos sujeitos locais “tem que ser um projeto que faça com que as pessoas tenham capacidade de crescer - tanto crescer intelectualmente, crescer financeiramente - para poder se apropriar dessa história e fazer a roda continuar girando”¹⁸³

4.7 A Comunidade na Visão das Mediadoras

A comunidade na visão da área de SMS, onde prevalecia um enfoque normativo e centrado na gestão dos padrões de segurança dos equipamentos da empresa, representava o próprio “risco”. Para a comunicação eram “sujeitos portadores de risco” que precisavam ser transformados em “sujeitos corresponsáveis”, um processo que foi traduzido pela responsabilidade social dentro do paradigma da exclusão social / inclusão social, em sintonia com uma visão dominante no Estado e na sociedade civil.

Para as mediadoras não parece ter havido uma alteração desse paradigma da exclusão / inclusão, mas houve mudança dos vínculos com a comunidade e do compromisso com suas transformações. As mediadoras qualificaram e incorporaram outras dimensões a esses vínculos.

As duas mediadoras, dentro do mesmo “projeto” de transformação, apresentaram diferentes visões da exclusão, a Onda Verde se aproximou da concepção da exclusão como não participação numa “classe” que acessa benefícios e compensações pelos constrangimentos do desenvolvimento e da degradação ambiental, o que permitiu uma articulação com as estratégias de reivindicação de direitos entre classes sociais, e justificou uma visão da comunidade como coletividade desorganizada e necessitada de representação (no sentido de liderança organizadora e tradutora de reivindicações). O Instituto Terra convergiu para uma abordagem da exclusão como desconexão, onde incluir estaria associado a ampliar o repertório e o potencial de vínculos dos sujeitos locais, pelos quais podem ser gerados direitos relativos aos pontos de desconexão: direito a moradia, direito a banda larga, direito ao trabalho, direito a alimentação saudável, etc.

Assim, nas representações da comunidade formuladas pela empresa e pelas mediadoras a partir do PAF Dutos prevaleceu o paradigma da exclusão, da noção do “sem”: sem informação, sem voz, sem formação, sem recursos, e principalmente: sem possibilidade de emprego estável.

E tanto para a empresa como para as mediadoras o “projeto” se apresentou como forma eficaz de enfrentamento. Porém, as mediadoras viabilizaram um deslocamento da

¹⁸³ Entrevista 4.

posição desse sujeito excluído, que ganhou centralidade “dentro do projeto”, permitiu a construção de novos tipos de vínculos, se personificou. É principalmente nessa centralidade, e na construção de vínculos qualificados pela presença e por uma cumplicidade produzida em interações sócio-ecossistêmicas complexas que se diferenciou a abordagem das medidoras.

Por fim, a natureza de “projeto de inclusão” que caracterizou o PAF Dutos, vinculou-o a um contexto que implicava em limitações relacionadas a duas dimensões: uma primeira limitação imposta pela própria noção de “exclusão”, que dificultava a superação da indignação frente ao sofrimento por meio da identificação – dentro de uma sociedade exponencialmente mediatizada como são as sociedades contemporâneas – das relações de exploração que produzem essa exclusão; e uma segunda limitação que foi a impossibilidade de produzir engajamento permanente dentro de um contexto de impermanência como os que são produzidos pelas dinâmicas de “projeto” (Boltanski e Chiapello, 2009, pg. 361). Ambas as limitações obrigam a reflexão sobre as condições e os limites impostos por esse modelo de apreensão da realidade e de organização da ação sobre ela.

4.8 Algumas Reflexões Para Além do Objeto

Considerando o recorte da pesquisa, que se restringe à sociogênese do PAF Dutos, a qual se encerra no momento em que um modelo de gestão das pessoas no território foi validado, ou seja, com a celebração do contrato para implantação do PAF Dutos, transcende ao escopo desse trabalho quaisquer análises sobre as opções feitas pelas mediadoras durante o processo de implantação quanto à participação e aos processos produtivos implantados. De forma que, sob esse aspecto, a investigação sobre o objeto se encerrou no parágrafo anterior.

Porém, considerando que alguns elementos coletados poderão contribuir para futuros estudos sobre os desdobramentos do mesmo fenômeno, e a existência de uma pesquisa do Curso de Pós-Graduação na Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas sobre os processos produtivos desenvolvidos no PAF Dutos – e como forma de não desperdiçar a experiência – optou-se por incluir o presente tópico, com as ressalvas feitas acima.

Elementos sobre a forma com que a dimensão participativa foi trabalhada pela equipe das mediadoras foram acessados principalmente por meio do depoimento da presidente da UNIVERDE, integrante do grupo de agricultores que participou de todas as etapas do processo:

“Nós conhecemos primeiro a Generosa. Conhecemos o pessoal do Instituto Terra, tivemos o contato com o comunicador da Petrobrás né, Eduardo, e depois os próprios agricultores, ai foi formado o Conselho Consultivo Local. Era formado dos comerciantes, poder público, a prefeitura em conhecimento da, passou a conhecer o projeto... Eram os comerciantes, o poder público, as escolas, a igreja católica, e a unidade de saúde. Sim, tinham alguns pastores também integravam, e eles ajudavam.”¹⁸⁴

¹⁸⁴ Entrevista 2.

Num momento inicial, uma perspectiva centrada no projeto, que depois foi redirecionada para a construção da autonomia dos participantes:

“O Instituto Terra, ele entrou fazendo a capacitação, o resgate até da cidadania, porque tinha gente que estava bem, mesmo caído, moralmente, e isso foi bom, tiveram metas que foram alcançadas e metas que não foram alcançadas, metas essas que foram aquilo que conseguimos desenvolver uma renda, suficiente para as famílias viverem, o aprendizado para dar continuidade hoje, nós tivemos de passar por um processo de aprendizado se não a cooperativa não teria resistido, eles tinham o conhecimento prático, agora a questão burocrática, administrativa e esse processo foi construído”.¹⁸⁵

Em relação às trocas com a empresa, a presença da mediação institucionalizava uma acomodação que teve que ser superada pelos agricultores após a finalização do projeto:

“No tempo em que nós tínhamos eles para comunicarmos, ficávamos no nosso mundinho, plantando, eles resolviam essas questões, mas depois que o Instituto Terra passou a não ter tanta influencia, aí passamos para a autogestão, aí essa comunicação começou a fluir diretamente. Nós conseguimos assim, ter uma boa relação, a Cooperativa, a Transpetro e a Petrobrás, o exemplo, tinha situações onde estávamos precisando de alguma ajuda, em Genenciano por exemplo, algumas cercas não tinha mais arame, aí nós conversamos, e logo providenciaram o arame, eles arrumaram a cerca, então, teve esse apoio né, as vezes até uma documentação que se precisa levar e não tem condição financeira, eu peço ao inspetor, ele leva e deixa, então essa ponte tem acontecido muito bem, uma dificuldade que eu tenho, eu ligo para a Transpetro sede, eles dão a resposta do que eu preciso rapidamente, então esse canal, realmente tem fluído.”¹⁸⁶

A conquista da autogestão e da capacidade de estabelecer novas parcerias, bem como a de se inserir em novas redes, sugerem a incorporação de elementos de empoderamento pelos participantes:

“Hoje, os agricultores são autogestão, então são cinco diretores, diretamente, são cinco diretores. Muitas amizades, muitos parceiros, quando acabou o projeto, o que fazer, o que usar de alternativa de adubo, aprendemos uma técnica, mas não aprendemos a fazer, e não tem, e aí, comecei a buscar parcerias, aí entrou a Rural, algumas faculdades. Tinha o Denis que era da Rural, que tem as colônias de agroecologia, a agroecologia do Rio que tem o Marcio também, alguns de agronomia, parceria não só aqui no rio, mas em vários Estados, que nós fomos divulgando a cooperativa, sem recurso, o reconhecimento, e apoio de um e de outro nós conseguimos divulgar a nossa cooperativa, hoje se puxar na página da ciranda, esta lá a parte operacional e cooperativa, a internet, onde vender, onde comprar, o que comprar, o que é cooperativa, quem são os parceiros.”¹⁸⁷

Dentro das limitações dadas pelo objeto e pelo material empírico reunido, pode-se supor que a dimensão produtivista imposta pela sociogênese do PAF Dutos favoreceu uma abordagem da participação mais comprometida com a “eficácia do projeto”, porém o perfil e

¹⁸⁵ Entrevista 2.

¹⁸⁶ Entrevista 2.

¹⁸⁷ Entrevista 2.

repertório da equipe implementadora podem ter agregado elementos que em alguma medida foram capazes de superar essas limitações e estabelecer com os sujeitos locais relações voltadas para o empoderamento. Elementos que recomendam uma avaliação da “qualidade dos vínculos relacionais” que se estabelecem entre os sujeitos envolvidos, como apontado por COSTA NETO (2004) como necessários para a construção de: “*espaços de transferência de conhecimento (e de transformação) e, portanto, a construção e reconstrução social dos espaços socioambientais*” (COSTA NETO, 2004, p. 124).

Uma dimensão relacional de vínculos que se formam entre os sujeitos envolvidos e que não podem ser adequadamente enquadrados no formato de um “projeto”, e que por isso cujos impactos no resultado dos processos de transformação acabam encobertos, o que compromete os esforços de análise e aprendizagem. Uma modalidade de vínculo que pode ter se estabelecido na relação com a coordenadora social do projeto:

“Enquanto tinha ainda o Instituto Terra, eles pacificavam porque se tivesse um conflito aqui em Genenciano ou Figueira, por modo de ver, por fazer, eu quero assim, vai ser assim, então eles estavam intermediando, intermediadores, eles intermediavam aqui, ali e chegavam ao consenso e uniam, hoje nos temos de sentar mesmo com divergências, sentar nessa e fazer o planejamento do próximo mês, do próximo ano, então temos de conviver, fizemos o pacto de convivência aí fomos adaptando, cada um no seu modo de pensar, seu modo de agir, mas fazendo tudo para o bem. Aí conseguimos pacificar esses conflitos. Claro que sempre temos, na Generosa. Às vezes tenho uma dificuldade, ela pode estar em São Paulo, pode estar em Brasília, ela sempre tira minhas duvidas, é a base, temos que sempre ter a base sustentando, para poder ir andando. Nos ajudando bastante. Conseguimos conquistar e construir essa parceria e essa amizade né, tem uns que são mais que parceiros, são amigos.”¹⁸⁸

No mesmo sentido de busca sobre indicações de empoderamento, em maio de 2011, foi noticiada uma parceria da cooperativa com a AS-PTA Agroecologia e Agricultura Familiar, entidade que também atua na região da baixada fluminense:

“Parceria entre a Univerde e o Projeto Semeando Agroecologia valoriza o trabalho e a participação das mulheres na agricultura urbana e periurbana para a geração de trabalho e renda e a melhoria da qualidade da alimentação de famílias e comunidades de baixa renda da baixada fluminense”.¹⁸⁹

Por meio dessa parceria, foi retratado um pouco do momento atual da Cooperativa Univerde, ao mesmo tempo em que foram aportados elementos gerados três anos após o encerramento do projeto e retirada da assistência técnica e do apoio financeiro da empresa:

“A cooperativa é formada em sua maioria por mulheres, cada qual com seu lote. Sem o uso de agrotóxicos ou adubos químicos, fazem uma produção diversificada com verduras, plantas medicinais, mandioca, milho, quiabo, jiló. Algumas mulheres guardam sementes como a do jiló, do quiabo, almeirão e mostarda para os próximos plantios e utilizam o composto que fazem com restos de alimentos crus. Outras produzem ainda adubo com esterco de coelho e fazem também o uso de cobertura vegetal para controle

¹⁸⁸ Entrevista 2.

¹⁸⁹ In: <http://aspta.org.br/2011/05/mulheres-agricultoras-geram-renda-e-produzem-alimentos-de-qualidade-na-baixada-fluminense>

da tiririca, que insiste em invadir os canteiros. O Projeto Semeando Agroecologia vai fortalecer as experiências que vêm dando certo na Cooperativa ao mesmo tempo em que vai qualificar os sistemas de produção, buscando respostas às dificuldades enfrentadas. Os alimentos servem a mesa das famílias, melhorando a qualidade da alimentação das crianças de casa e ajudam a comunidade, pois os produtos são vendidos para os vizinhos por um preço mais acessível. No entanto, estas mulheres estão cada vez mais ampliando seus mercados para fora das comunidades. A Cooperativa vende coletivamente os produtos na Feira da Roça em Nova Iguaçu, na feira da Universidade Federal do Rio Janeiro, na Transpetro e nas feiras organizadas pela Igreja Messiânica também de Nova Iguaçu. A venda para a alimentação escolar é agora uma realidade que pode mudar as estratégias de comercialização da Univerde. Recentemente as famílias conseguiram individualmente a “Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP” e a cooperativa acaba de receber a DAP jurídica, ou seja, um certificado que garante que os produtos que vendem são provenientes da agricultura familiar, possibilitando inclusive sua venda para os programas do governo como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)”.¹⁹⁰

Em relação às atividades produtivas, a dissertação de mestrado produzida pelo engenheiro agrônomo que coordenou as atividades de produção do PAF Dutos, permitiu explorar quais foram às características técnicas assumidas durante a execução do projeto, de forma a pesquisar se a articulação entre o “Plano de Comunicação Convivência e Co-Responsabilidade” e o “Programa Petrobras Fome Zero” efetivamente implicou numa prevalência produtivista do PAF Dutos marcada pela meta de em 12 meses implantar hortas sobre as faixas de dutos e gerar renda mensal de cerca de R\$ 800,00 para 100 famílias em Nova Iguaçu e Duque de Caxias.

Neste trabalho do Curso de Pós-Graduação na Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas foi adotado o referencial teórico da agricultura urbana e da agroecologia para avaliação do PAF Dutos, com o objetivo de verificar a possibilidade de produção de hortaliças por comunidade periurbanas, com geração de trabalho e renda, e se houve efetivamente a implantação de uma unidade de produção agroecológica nas faixas de dutos (BEAUCLAIR, 2009, pg. 5).

A abordagem do PAF Dutos como uma iniciativa de agricultura urbana é coerente com o contexto territorial apresentado na introdução desse trabalho, e elemento importante para o qualquer processo avaliativo dos resultados do projeto e da adequação de suas opções metodológicas. Esse enquadramento decorre menos da localização, e mais da integração das dinâmicas de reprodução social locais com o meio urbano ao qual estão vinculadas (MOUGEOT, 2000, pp. 1 – 42).

No caso do PAF Dutos, esta correlação foi demarcada pelos processos de ocupação do território por bairros, vilas e ocupações clandestinas destinadas à moradia de trabalhadores domésticos, da indústria e do comércio dos centros urbanos da baixada fluminense e da cidade do Rio de Janeiro com uma gradual substituição das unidades de produção agrícola locais, conforme foi relatado em depoimento da coordenadora da Cooperativa Univerde:

¹⁹⁰ In: <http://aspta.org.br/2011/05/mulheres-agricultoras-geram-renda-e-produzem-alimentos-de-qualidade-na-baixada-fluminense>

“somos agricultores urbanos, porque a característica de agricultura rural foi sumindo aos poucos, tinha mais, né, tinha o prazer, em cada canto você via uma hortinha. Você vê a facilidade de desenvolver. Agora hoje não, o urbano, se bem que nossa área figueira é considerado mais rural que urbano. Tinha muita gente que vivia da agricultura, uns vinte anos atrás”.¹⁹¹

Abaixo, alguns elementos sistematizados por Beauclair que podem contribuir para uma visão panorâmica do que foi a experiência produzida pelo PAF Dutos em Nova Iguaçu e Duque de Caxias, com foco na sua dimensão produtiva e na opção pela agricultura orgânica:

“O PAF Dutos previu considerar toda cadeia de produção, desde o plantio até a comercialização, dando o suporte necessário para que as famílias pudessem se dedicar e investir seu tempo no aprendizado e efetivo plantio na faixa. O aproveitamento da terra sobre os dutos, em trechos localizados nos municípios de Nova Iguaçu e Duque de Caxias, foi feito com a implantação de hortas orgânicas (BEAUCLAIR, 2009, pp. 5 – 8)”.

O projeto previa o planejamento dos cultivos: “Neles foram cultivados espécies adaptadas ao clima da região, no sistema orgânico e certificado, promovendo a auto-sustentabilidade e agregando valor às lavouras”.¹⁹²

Não houve exigência de experiência com as práticas agrícolas e houve amplo subsídio para a integração das famílias ao projeto (bolsa para custear as despesas familiares até o início da comercialização), e para o desenvolvimento das atividades produtivas (custeio de insumos, implementos e assistência técnica) até uma sustentabilidade financeira prevista para ocorrer em 12 meses (que posteriormente foram revistos para 24 meses):

“Os agricultores foram selecionados na própria comunidade e sem exigência de experiência anterior. Todo o projeto foi financiado pela Petrobras, ficando como contrapartida das famílias a mão-de-obra, com o intuito de se capacitar e se formar, para posteriormente poder autogerir o próprio processo. O financiamento do projeto bancou todas as despesas de implantação e manutenção até que as famílias começassem a ter renda, considerando que aos poucos os agricultores pudessem ir pagando algumas despesas até chegarem ao ponto de pagar todos os custos referentes ao processo de produção, beneficiamento e comercialização. Este financiamento incluiu materiais e serviços, portanto, com a ressalva de uma comparação com agricultores que não recebem qualquer tipo de apoio para produzir (BEAUCLAIR, 2009, pp. 5 – 8)”.

As áreas cedidas pela empresa receberam melhoramentos para a implantação das hortas, e foram adquiridos implementos e insumos agrícolas:

“Foi permitida pela Transpetro a implantação de uma horta com área de aproximadamente 1000m² por lote, que compreende os vinte metros de largura da faixa por cinquenta metros de comprimento para utilização como horta. Esta área foi cercada com telas e arames e todos os lotes receberam

¹⁹¹ Entrevista 2.

¹⁹² SIQUEIRA, Manoel Francisco Beauclair de. Avaliação de Projeto de Agricultura Familiar em Faixa de Dutos, Baixada Fluminense, RJ. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Engenharia Agrícola. Campinas, 2009.

In: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000441840&fd=y>

um ponto com energia elétrica e poço semi-artesiano. Os agricultores receberam ainda um conjunto motobomba de 0,5 cv, 40m de mangueira, aspersor, todas as conexões necessárias, uniformes para todos os participantes do projeto, equipamentos de proteção individual, incluindo botas, chapéus e luvas, ferramentas agrícolas incluindo enxadas, pás, foices, ancinhos e carrinhos de mão. Nos solos dos lotes foram aplicados calcário e fosfato natural, e em seguida arados e gradeados, e liberados para preparo dos canteiros. Foram adquiridos também farelos para a produção de bokashi (farelo e casca de arroz, farelo de mamona e microrganismos), composto feito de resíduos de indústria de cerveja e pó de pedra. Todos os insumos foram comprados e entregues para adubação nos lotes (BEAUCLAIR, 2009, pp. 5 – 8)”.

Foi formada uma equipe com dedicação integral ao projeto, prevendo um núcleo de formação agrícola e outros dois com foco na organização e na participação social:

“Foi contratada uma equipe multidisciplinar composta por um engenheiro agrônomo para coordenar a gerência de produção, um agrônomo para coordenar a gerência de mercado, três técnicos agrícolas, uma socióloga, um comunicador social e uma mobilizadora social para ficarem exclusivamente à disposição do projeto. Os técnicos permaneciam diariamente nas áreas (BEAUCLAIR, 2009, pp. 5 – 8)”.

Foi montada uma infra-estrutura para dar suporte ao processamento e distribuição da produção:

“Disponibilizou-se um galpão para armazenar os insumos próximos às áreas de produção, inclusive para guardar o microtrator do projeto. Um caminhão de pequeno porte foi comprado para transportar os produtos colhidos e uma agroindústria com câmara fria foi construída para armazenamento das hortaliças, para poder manter a qualidade. As áreas escolhidas ficavam próximas ao mercado consumidor, tanto da Baixada Fluminense quanto da cidade do Rio de Janeiro (BEAUCLAIR, 2009, pp. 5 – 8)”.

Houve autonomia da equipe implementadora para definir o desenvolvimento e os ajustes do projeto:

“Pode-se dizer que este projeto é idealizado por milhares de agricultores, que têm que bancar todos os insumos e custos referentes ao processo produtivo. O PAF Dutos, sendo um projeto piloto, esteve sempre aberto para mudanças que fossem necessárias, desde que na direção dos objetivos previstos. Sendo assim não havia uma idéia fechada sobre como fazer, e a equipe teve uma abertura decisória e gerencial muito grande para estabelecer o que ser feito (BEAUCLAIR, 2009, pp. 5 – 8)”.

A primeira colheita ocorreu em 2006 nos dois primeiros núcleos implantado sobre faixas de dutos - seis meses após o início das atividades:

“Nos núcleos de Genenciano e Figueira as atividades foram iniciadas em dezembro de 2005, com a primeira colheita em julho de 2006. No núcleo de Amapá foram iniciadas em maio de 2006 e primeira colheita em abril de 2007. Em Gerard Danon teve início em novembro de 2006 e a primeira colheita em outubro de 2007. O primeiro contrato foi assinado com a

Petrobras e a Transpetro em novembro de 2005, valendo por um ano e depois foi feito um aditivo de tempo até o final de maio de 2007. Ocorreu um atraso na renovação e o projeto só foi retomado em janeiro de 2008, apesar de estar correndo desde setembro de 2007. O segundo contrato findou em setembro de 2008. A partir daí o grupo das famílias ligadas ao PAF Dutos fundou a UNIVERDE – Cooperativa de agricultores Familiares de Produtos Orgânicos (BEAUCLAIR, 2009, pp. 5 – 8)."

Fonte: Beauclair, In:
<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000441840&fd=y>



Figura 12 - Foto aérea dos canteiros no núcleo Geneciano

Fonte: Beauclair, In:
<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000441840&fd=y>



Figura 13 - Reunião do Conselho Consultivo Local

Fonte: Beauclair, In:
<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000441840&fd=y>



Figura 14 - Planejamento participativo

Fonte: Beauclair, In:
<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000441840&fd=y>



Figura 15 – Seleção de Hortaliças

Fonte: Beauclair, In:
<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000441840&fd=y>



Figura 16 – Colheita em Genenciano

O trabalho de Beauclair detalhou o desenvolvimento dos processos produtivos, apresentou a evolução das colheitas, da qualidade dos produtos, dos rendimentos familiares e dos processos de comercialização, da apropriação das técnicas agrícolas pelas famílias, bem como dos impactos da paralisação do projeto por seis meses durante a fase de renovação do contrato em 2007, e das descontinuidades nas compras pelas prefeituras de Nova Iguaçu e Duque de Caxias (BEAUCLAIR, 2009).

Cultivando um cardápio com 12 variedades de produtos, as famílias obtiveram uma renda média, no período de dezembro de 2006 a dezembro de 2007, que variou entre R\$ 7.411,25 e R\$ 3.446,98, conforme a capacidade produtiva dos agricultores e do terreno. Um desempenho que esteve vinculado às compras para a merenda escolar feitas pelas prefeituras de Nova Iguaçu e Duque de Caxias (BEAUCLAIR, 2009).

A avaliação do PAF Dutos por Beauclair forneceu indicativos da relevância que políticas públicas de compra direta da agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE possuem para o setor. Ao mesmo, também apontou que as descontinuidades dessas compras tem forte impacto negativo na renda dos agricultores sugerindo fragilidades do desenho institucional desses programas (BEAUCLAIR, 2009).

Para completar as considerações sobre a dimensão produtiva, restou abordar a centralidade da assistência técnica em iniciativas como o PAF Dutos. A relevância desse elemento foi indicada pelos impactos da sua retirada na transição para a:

“nesse processo de transição, antes da autogestão, e para a formação da cooperativa, se eu fosse do instituto terra, eu faria esse aprendizado mais lento, não tão rápido essa transição, você pega pessoas que muito mal tem o nível fundamental completo, eles nunca ouviram falar na formação de uma empresa, e criar uma cooperativa, ai precisamos até 8 meses para fazer que o agricultor entendesse que agora estava na mão dele”.¹⁹³

Por fim, seguem alguns depoimentos sobre as relações internas e com o poder público. O depoimento abaixo relata a abertura de novos canais de relacionamento e reivindicação de direitos:

“em termo de infra estrutura, teve melhorias, teve creche né, para atender os filhos, foi uma reivindicação da própria, dos próprios agricultores, para atender os próprios filhos, alguns pais que tinham muito filhos que precisavam trabalhar e não pode ter criança na faixa, então nos fizemos o pedido a prefeitura e foi atendido, tem uma creche tem transporte para levar até a creche, teve melhorias do asfalto que foi assim, da necessidade de transporte, de transportar mercadoria, ai houve esse envolvimento da comunidade, abraçou e deu uma boa melhorada, tem muita coisa ainda por melhorar”.¹⁹⁴

¹⁹³ Entrevista 2.

¹⁹⁴ Entrevista 2.

Nas relações internas ao grupo, foi indicada uma ampliação da capacidade de organização coletiva e de participação;

“e também a questão da convivência, que lá era muito conflito, vizinhos... e eles pacificaram por que começaram a trabalhar juntos, e começaram a se entender melhor. Como eles eram vizinhos que brigavam e agora tinham de brigar no mesmo sentido, plantar colher, essa convivência de reuniões de ficar juntos, começaram um a aceitar o outro com um olhar melhor né, olhando melhor cada um, e o que aconteceu, essa vivencia ai foi influencia das hortas, ai também foi pacificando, foi melhorando a situação de roubo, isso também aconteceu em figueira. A gente começou a mostrar para o morador que era importante ter aquelas hortas ali, que era importante por que estava preservando o meio ambiente evitava os lixos na faixa, esse lixo mais tarde poderia ir para na casa dele, então foi feito uma reeducação através da visão das hortas”.¹⁹⁵

E na relação com as faixas, foram apontadas mudanças na percepção sobre o lixo e a contaminação ambiental:

“a comunidade ela até é incentivada, ai falha o poder publico, se você andar por Nova Iguaçu inteira ai, você vai ver nas portas, nos portões, montes de lixos, por que o poder público não esta agindo, como deveria agir, recolhendo, não saíram licitações, não sei do que se trata lá, só sei que em torno de toda nova Iguaçu tem lixo. Então esse lixo acaba chegando próximo da faixa. O lote que ela esta ocupada, a gente vai educando o próprio agricultor a não deixar o lixo ali, a parte nos estamos fazendo, a cooperativa resumiu bastante, não temos o alcance que a equipe técnica de colocar uma pessoa só para limpar, mas nosso meio a gente continua limpando, convencendo que tem que preservar o meio ambiente”.¹⁹⁶

Assim, para o coordenador da equipe de produção, o projeto conseguiu inserir os agricultores na cadeia de produção agroecológica, houve participação e aumento da renda acima das metas, sem necessidade de uma experiência prévia com a agricultura pelos agricultores enquanto o projeto contou com assistência técnica, período que delimitou seu recorte analítico (BEAUCLAIR 2009, págs. 100 e 101).

E finalizando, elencamos abaixo algumas considerações gerais colhidas nos depoimentos que tem potencial para contribuir em futuras investigações.

O primeiro diz respeito a uma aparente dissociação entre resultados vinculados à segurança nas faixas e resultados produtivos. Não surgiram controvérsias quanto à conversão dos terceiros em sujeitos corresponsáveis pela segurança nas faixas, mas houve divergências em relação ao “projeto produtivo”, e o que se poderia entender como “desenvolvimento da comunidade”.

O coordenador do Instituto Terra sintetizou a posição compartilhada pelas mediadoras, focalizados nos “objetivos” do projeto:

“É que são vários objetivos específicos. O objetivo geral não era esse. O objetivo geral do projeto eram as hortas, utilizando a faixa de dutos, para o

¹⁹⁵ Entrevista 2.

¹⁹⁶ Entrevista 2.

desenvolvimento das comunidades etc. Nesse aspecto, para mim foi um grande fracasso; foi uma frustração. Mas naquele objetivo específico, que era ocupar as faixas de dutos em áreas conflituosas, resolver o problema da Transpetro, a gente cumpriu maravilhosamente. A gente fez coisas que eles jamais fariam, nem com a Comunicação. Ali, só botando polícia. E a gente não meteu polícia em momento nenhum”.¹⁹⁷

No entanto, o mesmo entrevistado também apontou a consolidação de um núcleo de produção agroecológica (a Cooperativa Univerde) a partir do PAF Dutos:

“A cooperativa, as pessoas que estão lá? É incrível. Você participa de uma reunião lá, rola até hoje. Então, as pessoas lá discutindo e, cada vez mais, politizadas. Novas parcerias. Estão fazendo feira. Não se preocupa com o projeto. Porque eles, melhor do que ninguém, sabem qual é o caminho.”¹⁹⁸

E enumerou algumas das dificuldades encontradas durante a execução do projeto, que impediram o alcance das metas estabelecidas:

[...] o fato de você estar numa área de risco, e que, na verdade, tudo aquilo que você está proondo, não foi previsto naquelas normas. Então, a gente teve que adaptar. E alguns momentos foram situações de conflito [...] com o pessoal técnico da empresa [...] A gente não conseguiu botar o plano de negócio para funcionar. Porque a expectativa era que as prefeituras... as prefeituras falharam demais. As prefeituras foram o tripé... porque o tripé era a Petrobras/Transpetro, o Instituto Terra/Onda Verde – ainda representando a comunidade – e a prefeitura, que tinha que comprar. A prefeitura falhou muitas vezes. Deixou a gente em situações muito ruins. A gente teve que resolver muito conflito por causa disso. [...] Não dá para querer começar grande. E hoje, a minha avaliação é de que a gente tinha que ter começado esse projeto da forma como eu propus, lá no inicio, que eram 30 famílias.”¹⁹⁹

Considerações que foram completadas pelo Coordenador da Onda Verde:

“Porque a Transpetro não estava no processo inicial. A Petrobras estava, o mediador estava, mas aquele que ia ceder a área, não estava”²⁰⁰

Para a empresa, na visão de um integrante da equipe de formulação e implantação do Plano de Comunicação Convivência e Co-Responsabilidade, o PAF Dutos atingiu os objetivos de relacionamento com a comunidade:

“Quer dizer, nesse sentido, as hortas funcionaram. Nesse sentido, elas e todas as outras ações realizadas. as outras ações funcionaram, lá nos dutos, criando esse ambiente de gestão mais favorável, mais desenvolvido. É.

¹⁹⁷ Entrevista 4.

¹⁹⁸ Entrevista 4.

¹⁹⁹ Entrevista 4.

²⁰⁰ Entrevista 3.

Tanto é que hoje, quase 10 anos depois, agora, nesse momento, a Transpetro está retomando o trabalho de comunicação”.²⁰¹

Ao mesmo tempo, o mesmo entrevistado questionou a adequação entre a proposta e o perfil da comunidade, o que pode ter impactado as metas produtivas previstas no projeto:

“A minha visão, lá do PAF-Dutos, é que eu acho que eles tiveram um problema na construção do projeto. A instituição teria que ter feito, antes, era olhar se, de fato, naqueles lugares apontados, tinha a possibilidade de acontecer o projeto. De interesse da comunidade. Porque não é só interesse. Você vai lá na comunidade e – “Quero! Quero! Quero!” – mas qual é o histórico daquela comunidade? Você tinha várias pessoas que vinham de uma cultura urbana”.²⁰²

Dentro do escopo da pesquisa, e mantendo a coerência com o recorte do objeto, os elementos que apontam para contradições na valoração de eventuais resultados do PAF Dutos são convergentes com descrição das sociedades conexionistas organizadas por “projetos” através de vínculos precários. Nessas configurações, não há possibilidade de se valorar os processos senão a partir de diferenciais criados dentro e durante o prazo do próprio projeto, ou seja, pelos lugares ocupados na entrada e na saída deles. Uma abordagem que acaba por tornar invisível ou sem valor tudo aquilo que não foi incluído nas “metas”, ou que extrapolou os “prazos” preestabelecidos, o que reforça aquelas posições de poder ocupadas no ponto de partida, e possivelmente condiciona as posições passíveis de serem alcançadas na porta de saída dos projetos, e suas possibilidades de transformação.

Essa é uma reflexão pertinente, na medida em que para as 25 famílias que integram hoje a Cooperativa Univerde, essa é uma história que continua sendo escrita, contando com o apoio de atores da empresa (fiscais da faixa, e da área corporativa com quem assinaram um contrato de patrocínio para ampliação da produção nas hortas), e de outros parceiros que conquistaram no projeto PAF Dutos, e num percurso que segue para além dele, e que não se restringe aos limites impostos por suas metas.

²⁰¹ Entrevista 6.

²⁰² Entrevista 6.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do estudo da sociogênese do PAF – DUTOS, o que se pretendeu realizar foi um exercício de objetivação – no sentido conferido por Bourdieu de produção de um objeto sociológico (BOURDIEU, 2010, p. 56) – de um processo que se iniciou com a revisão das práticas de governança e de gestão dos ativos da empresa em decorrência de acidentes ambientais, passou pela localização da questão no campo da comunicação empresarial e da responsabilidade social, e se encerrou na aprovação de uma resposta elaborada conjuntamente pela empresa e por organizações ambientalistas para a implantação de um projeto produtivo: o PAF Dutos.

Assim, ao longo desse estudo pudemos perceber que nenhum dos campos geradores de núcleos de sentido para a sociogênese do PAF Dutos era completamente autônomo, mas fracionados em espaços de interações e disputas tensionadas pela comunidade e pela sociedade abrangente, pelo Estado, pelo mercado local e global, pelo ecossistema, e por forças internas à empresa, que projetavam uma pluralidade de sentidos sobre o PAF Dutos: um fenômeno que se apresentou como resultado de uma configuração complexa, que não se esgotaria nem se explicaria sem um acordo entre múltiplas rationalidades e dimensões interpretativas.

Na dimensão de “gestão técnica” encontramos ‘núcleos de sentido’ produzidos pelos campos relacionais da empresa que, tendo como epigênese o acidente da Baía da Guanabara em 2000, puderam ser recortados por meio do “Plano de Ação Emergencial da Baía da Guanabara”: governo; congresso; mídia; opinião pública local; opinião pública nacional e internacional; comunidades; pescadores; marisqueiros; sirizeiros; caranguejeiros; legislação ambiental; mercado financeiro nacional; mercado financeiro internacional; Baía da Guanabara contaminada; órgãos ambientais; organizações ambientalistas.

Esse estudo indicou que o enfrentamento desse acidente ambiental mobilizou instrumentos técnicos e políticos, e teve a função de operar como “divisor de águas” e “catalisador” de mudanças intensificadas a partir de 2003, não só em relação às questões de segurança operacional e ambiental, como também nas relações com a sociedade abrangente, na sua identidade e no seu modelo de organização interna, ou seja, no seu padrão de desenvolvimento.

Um elemento relevante apontado nesse estudo foi a existência de normativa estatal atualizada, como a Resolução CONAMA 237 de 1997, que definiu o sistema de licenciamento ambiental e a “Lei de Crimes Ambientais” de 1998 – portanto de regulação e de responsabilização – que deram suporte legal ao Ministério Público na elaboração do Termo de Compromisso de Ajustamento Ambiental.

Entre o TCAA e as estratégias de relacionamento pós acidente da Baía da Guanabara surgiram simetrias que irão marcar a política de SMS da empresa como: validação conjunta de projetos com órgão ambientais e com instituições ambientalistas; participação em associações focadas no meio ambiente; relacionamento com órgãos ambientais; interação com organizações da sociedade civil; parcerias com universidades e institutos de pesquisa; produção de conhecimento ambiental e social sobre o entorno das unidades da empresa;

produção de dados técnicos para avaliação de demandas no caso de acidentes; comunicação com as comunidades do entorno das unidades; mapeamento dos riscos para as comunidades e elaboração de planos de emergência conjuntos.

Uma mudança de “padrão de desenvolvimento” contemporânea a um novo modelo de organização do capital globalizado (parcialmente incorporado pela empresa) que se distingue pelas seguintes características: ampliação do poder dos investidores com conversão das empresas em mercadoria; ações estruturadas em projetos com resultados mensuráveis em curto período de tempo; informação integrada e simultânea com redução das mediações entre centro e periferia; maior autonomia das atividades operacionais com redução das funções intermediárias e maior concentração da governança no centro; flexibilização funcional e produtiva, substituições dos vínculos pessoas por transações focada em resultados num modelo fornecedor/consumidor.

Esses elementos se estruturavam num ”espaço social” mais democrático, mais pluralista, onde a informação e o debate passaram a ser menos controlados pelos poderes hegemônicos, ou seja, uma sociedade menos autoritária, com possível repercussão na reação da empresa ao acidente na Baía de Guanabara em 2000, nos estudos de análise de riscos de seus processos industriais, e nos meios de controle dos territórios onde esses processos se produziam.

A revisão dos estudos de análise de risco gerou uma mudança pelo qual o “controle sobre o equipamento” se transformou num “controle sobre o território”. E o PAF Dutos surgiu, assim, vinculado à integridade dos dutos, ou seja, na manutenção das suas condições estruturais e funcionais, com ênfase no compartilhamento de informações sobre o funcionamento e os riscos dos dutos com a comunidade vizinha à faixa de dutos. Dentro desse novo paradigma técnico, mudaram as referências “cartográficas” e essas comunidades adquiriram visibilidade e passaram a ser identificadas como responsáveis por mais de 2/3 dos fatores de risco. Dessa forma, no campo da gestão técnica a comunidade também se torna o próprio ‘risco’.

As mudanças nos estudos de análise de risco apontaram para uma intensificação e sofisticação das abordagens técnicas e quantitativas, sem considerar os elementos culturais presentes nos conceitos de risco, ou de riscos aceitáveis, nem conferir qualquer autoridade ou participação dos sujeitos locais e seus saberes para discutir esses elementos. Assim, a inclusão da comunidade se restringiu à comunicação e à administração de um “risco” do qual fazem parte, mas de cuja definição não interferem na medida em que esse “risco” permaneceu sendo um “dado técnico” de monopólio das empresas e dos órgãos de regulação.

Os instrumentos utilizados de forma organizada para o exercício do controle do território da faixa de dutos pela empresa configuraram “estratégias de controle do território”, fundamentadas em ações de comunicação para o exercício de um “poder simbólico”, onde a força foi substituída por “relações de cooperação e de parceria”.

A conversão de terceiros invisíveis em sujeitos corresponsáveis pela gestão do risco na faixa de dutos gerou “sujeitos portadores de risco”, ao mesmo tempo em que deu visibilidade às lutas protagonizadas por sujeitos locais que disputavam projetos diferentes de ocupação daquele espaço. Dessa forma, a nova estratégia de controle implicou também em reconhecer e legitimar alguns usos sociais do território.

Os elementos colhidos na pesquisa indicaram que a conversão de terceiros “portadores de risco” em sujeitos corresponsáveis também traduziu essas lutas em demandas distributivas dos constrangimentos e dos benefícios gerados pelo uso industrial do território, ou seja, numa afirmação do contrato e dos usos instrumentais sobre o pertencimento e os usos sociais do território. Em que medida essa conversão foi resultado das estratégias da empresa, ou já se enraizavam em estruturas mais profundas é uma questão a ser explorada.

A nova estratégia de controle do território reunia tanto elementos que apontavam para a incorporação da crítica que se fazia à empresa a partir do acidente da Baía da Guanabara, como de deslocamentos dessa crítica, sendo difícil dissociar esses dois elementos que parecem poder coexistir sem contradições ou como termos de um acordo: a incorporação de valores pelos quais as empresas são criticadas, ao mesmo tempo em que se operam deslocamentos que separam os sujeitos de sua força crítica em pontos estruturais e interditados à negociação.

Uma visão que identifica os sujeitos locais a “excluídos” foi se sedimentando ao longo do estudo como um denominador comum que unia ações sociais promovidas pela empresa, políticas públicas, e ação das mediadoras, todas convergentes com uma cultura de enfrentamento pela qual se opera uma dissociação entre a exclusão social e suas causas estruturais, e que estabelecem conexões com as noções de “situação de risco” e os debates sobre políticas públicas focalizadas e universalistas.

A inclusão do PAF Dutos entre as ações do Programa Petrobras Fome Zero, que se articulava com o contexto de políticas públicas focalizadas para a superação da pobreza incorporou uma dimensão produtiva inexistente quando hortas em faixa de dutos representavam apenas parte das estratégias de controle do território e de gestão do risco na faixa, através de ações de comunicação. Essa adesão ao Programa Petrobras Fome Zero resultou também de sentidos gerados na ‘ordem interna’ da empresa, como uma oportunidade de acessar recursos corporativos para a execução de uma ação relacionada à gestão técnica das unidades locais de produção.

Essa estratégia de acesso aos recursos – já indicada na própria implantação da área de SMS que se ancorou ao programa PEGASO – sugere a existência de dinâmicas internas à empresa pelo acesso a recursos que não foram explorados nesse estudo, e aponta para a incorporação de um padrão matricial dos processos organizacionais da empresa, ou seja, para um modelo de “gestão por projetos”.

As duas mediadoras que irão assumir a função de planejadoras e executoras do PAF Dutos, com históricos diferenciados, operaram dentro do mesmo paradigma da “exclusão”, porém com diferentes abordagens: a Onda Verde com origem no movimento operário e nas questões da contaminação se aproximou da concepção da exclusão como não participação numa “classe” que acessa direitos, benefícios e compensações; o Instituto Terra com origem num ambientalismo conservacionista aproximou-se de uma abordagem da exclusão como desconexão. E os depoimentos indicaram que elementos como agricultura familiar, agroecologia, participação e produção tinham em comum uma estruturação que os articulava como “estratégias de inclusão social”.

Dentro dessas dimensões, este estudo de caso apontou para a importância de uma reflexão mais ampla e aprofundada sobre a dimensão de “projeto” assumida pelas ações sociais, que se articulam com a de “exclusão”. Para Boltanski e Chiapello, “projeto” e

“exclusão” refletem representações da sociedade contemporânea vinculadas à emergência de um novo “espírito do capitalismo” ancorado na metáfora da “rede”.

Um modelo de organização de ações por “projeto” recorrente no enfrentamento do acidente da Baía da Guanabara, na criação da área de SMS e na reestruturação da Petrobras, e da mesma forma na “nova administração pública” implantada a partir dos anos 80 no Estado brasileiro, no atual modelo de estruturação das ações dos movimentos sociais, nas mediadoras ambientalistas estudadas, e por fim, na forma pela qual o PAF Dutos se estruturou e pode adquirir materialidade.

Um modelo de sociedade por projetos, com sistemas de distinção e classificação dentro de dimensões espaciais e temporais restritas e precárias que não são capazes de gerar os mecanismos de marcação social que historicamente caracterizaram, conferiram coesão e identidade cultural às sociedades humanas, o que envolve juízos morais mais profundos e sedimentados em representações compartilhadas, construídas coletivamente em tempos amplos. Em que medida, e para quem, esse é um modelo adequado para a gestão do Estado, da sociedade, e para a produção de transformações sociais é uma questão em aberto.

Esse modelo de sociedade também se articula historicamente com a substituição de “políticas universalistas” de garantia dos direitos por “políticas focalizadas” em “populações em situação de risco”, com diferenciações que implicam numa cidadania sempre restrita e precária. E que tem o potencial de naturalizar a pobreza como um “risco” gerado pelos próprios pobres, que se equipararia assim a “sujeitos portadores de risco”.

Dentro do núcleo de sentido relacionado à gestão técnica do risco e à estratégia de controle do território surgem perguntas sobre os desdobramentos das ações de SMS pós PEGASUS, e da mesma forma, como se estruturam as relações com a comunidade na faixa de dutos pós PAF Dutos? E uma vez que a territorialização do PAF Dutos implicou em alterações tanto das relações de “ordem interna”, quanto das de “ordem externa”, cabe perguntar: quais as novas assimetrias de poder geradas pelo PAF Dutos, pela cooperativa UNIVERDE e por seus protagonistas?

Para além dessa dimensão do “projeto” que estabeleceu os limites do objeto de pesquisa, foi possível vislumbrar toda a complexidade relacionada às formas pelas quais o PAF Dutos – e depois a Cooperativa UNIVERDE – vem sendo incorporado às dinâmicas locais de reprodução social, em suas relações com o “ecossistema” e com a “sociedade abrangente”.

Assim, esse estudo pretendeu oferecer subsídios para apoiar outras pesquisas que possam avaliar em que medida o PAF Dutos traduziu os “núcleos de sentido” estudados em ações junto às famílias de horticultores; se foi capaz de provocar mudanças na cultura local; no padrão de renda; de segurança alimentar; com se articulou às dinâmicas familiares locais; se produziu o empoderamento dos sujeitos locais; se contribuiu para um novo padrão de relacionamento entre empresa e comunidade, entre comunidade e poder público, e entre os próprios sujeitos locais nas suas relações recíprocas de dominação e sujeição. E, por fim, se gerou algum “projeto de sociedade” no território dos dutos que pudesse ser compartilhado entre empresa, sujeitos locais e sociedade abrangente.

BIBLIOGRAFIA

- ACSELRAD, H; Mello, C.C. do A. Conflito Social e Risco Ambiental: o caso de um vazamento de óleo na Baía de Guanabara. in *Ecología Política. Naturaleza, sociedad y utopía*. Héctor Alimonda. CLACSO. 2002.
- ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Heirich Böll, 2004.
In: <http://www.cibera.de/fulltext/1/1969/CLACSO1969.pdf>
- ACSELRAD, H. Pinto R. G. A gestão empresarial do “risco social” e a neutralização da crítica. Revista PRAIAVERMELHA. volume 19. n. 2, pág. 55. Rio de Janeiro, Julho-Dezembro 2009.
- ALTIERI, M. Agroecología: bases científicas para una agricultura sustenable. Editorial Nordan-Comunidad, Montevideo, 1999.
In:<http://redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/agroecologia/Agroecologia.pdf>
- BENVENISTE, Émile. O Homem na Linguagem. Lisboa. Arcádia. 1976.
- BELIK, W. DEL GROSSI, M. O Programa Fome Zero no Contexto das Políticas Sociais no Brasil in: <http://www.fomezero.gov.br/documents>
- BIDASECA, Karina. Perturbando el texto colonial: los estudios (pos)coloniales en américa latina, Buenos Aires, Editorial SB, 2010.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Éve. O Novo Espírito do Capitalismo. São Paulo. Martins Fontes, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. 5^a Ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. A Dimensão Simbólica da Dominação Econômica. Campinas. Papirus, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. Razões Práticas: sobre a teoria da ação. Campinas. Papirus, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. Os Usos Sociais da Ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo. Ed. Unesp, 2004.
- BOURDIEU, P. A Distinção, crítica social do julgamento. Porto Alegre. Editora Zouk. 2006
- CALIXTO E., ANDRADE E. S. M. de, LACERDA G. B. M. Gerenciamento de Riscos e Avaliação de Danos Ambientais da Indústria de Petróleo. Programa de Planejamento Energético e Ambiental / COPPE / UFRJ. 2005. Disponível na internet. Acessado maio/2011 In: http://www.thecnna.com/pdf/prog_planejamento.pdf
- CARNEIRO, Maria José. Em que Consiste o Familiar da Agricultura Familiar? In: COSTA L. F: C., FLEXOR, G., SANTOS, R (Org.) Mundo Rural Brasileiro: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro, Mauad Editora, 2008
- CASTELLS, Manoel. O Poder da Identidade Volume II. São Paulo. Paz e Terra, 1999.
- CASTORIARDIS, Cornelius, O Feito e a ser Feito: As encruzilhadas do labirinto V. Rio de Janeiro, DP&A, 1999
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CETESB Norma P4.261- Manual de Orientações para a elaboração de estudos de análise de riscos. São Paulo, 2003.
- CETESB. Análise, avaliação e gerenciamento de riscos. Minniti, V. e Tomás, S. (coord.). Apostila de Curso. CETESB. Novembro de 2006. In: POFFO. I. R. F.

Gerenciamento de Risco Socioambientais no Complexo Portuário de Santos na Ótica Ecossistêmica. Tese de Doutorado. PROCAM/USP. 2007.

In:www.cetesb.sp.gov.br/emergencia/accidentes/vazamento/publicacoes/14.pdf

- CETESB. PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos em Dutos e Terminais da Baixada Santista e Litoral Norte. Disponível na internet. Acessado em maio/ 2011. In:www.cetesb.sp.gov.br/emergencia/riscos/documento/relatorio_GT_terminais.pdf
- CETESB. PAE - Plano de Ação de Emergência. Disponível na internet. Acessado maio/2011. In:www.cetesb.sp.gov.br/emergencia/riscos/documentos/plano_vazamento_produtos_.pdf
- CARVALHO, I. C. M. A invenção ecológica e trajetórias de educação ambiental no Brasil, editora Universidade – EFRGS, Porto Alegre, 2008.
- CORREA, M. Repensando a Família Patriarcal Brasileira: notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil. Em Almeida, Maria S. Kofes de et. Alli. Colcha de retalhos. São Paulo. Brasiliense. 1982.
- COSTA NETO, Conrobert. Discutindo Referenciais para a Construção de Saberes Socioambientais. Sociologia e Desenvolvimento Rural Sustentável: a alternativa agroeco-sócio-lógica. In: João Carlos Canuto e José Antônio Costabeber. Agroecologia: Comquistando a Soberania Alimentar. Emater/RS-Ascar, Porto Alegre, 2004.
- DAGNINO, Evelina. Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Construção Democrática no Brasil: Limites e Possibilidades. In: DAGNINO, Evelina. Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil. 1ª ed. São Paulo, Paz e Terra, 2002.
- DIAS, H. de O. O Comitê de Gestão de Responsabilidade Social como uma Estratégia para Implementação da política de Responsabilidade Social e Ambiental na Petrobras. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense. Área de Concentração: Organizações e Estratégia. Linha de Pesquisa: Sistemas de gestão da Responsabilidade Social e Sustentabilidade. Rio de Janeiro, 2008
- DOUGLAS, M.; ISHERWOOD, B. O Mundo dos Bens: para uma antropologia do consumo. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2006.
- DUTRA, L. M; OLIVEIRA, M. J. E. Auditoria de Conformidade Ambiental e Legal como Instrumento de Gestão na Indústria – Um estudo de Caso sobre Auditoria Ambiental em uma Refinaria de Petróleo. Revista Brasileira de Ciências Ambientais nº 9, Abril 2008.
- FONSECA, C. Mãe é uma só? Reflexões em torno de alguns casos brasileiros. Psicologia USP 13/2. São Paulo. 2002.
- FORTIS, M. F. De. Rumo à Pós-modernidade em Políticas Públicas: a Epistemologia Situacional de Carlos Matus. In: RAE eletrônica, V. 9, n. 2, Art. 13, jul/dez. 2010. In: <http://www.rae.com.br/eletronica/index.cfm?FuseAction=5643&Secao=ARTIGOS7Volume=9&Numero=2&ano=2010>
- FREEMAN, R. E. Strategic Management: A Stakeholder Approach. Boston, Pitman. 2008. Pg. 6 in: Bevan, David ; Werhane, Patricia H. Stakeholder Theory In: Business Ethics and Continental Philosophy. ed. / M. Painter-Morland ; R. Ten Bos. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- FRIEDMAN, M. The social responsibility of business is increase its profits. New York Magazine, New York, n. 33, p. 122-126, Sept. 1970.
- GEERTZ, C. A Interpretação das Culturas. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1978.

- GUDYNAS, E. O Percurso Biocêntrico: Valores Intrínsecos, Direitos da Natureza e Justiça Ecológica. In: Tábula Rasa. Bogotá. Colômbia, n. 13, p. 46 a 71, julho – dezembro 2010.
- GIVANT, J. S. A Trajetória das Análises de Risco: Da Periferia ao Centro das Teorias Social. In: revista Brasileira de Informações Bibliográficas – ANPOCS. Caxambu, n. 46, p. 3 – 38, 1998.
- JENSEN, M. *Value Maximization, Stakeholder Theory, and the Corporate Objective Function*. Business Ethics Quarterly, 2002. pg. 235-256. in: Bevan, David ; Werhane, Patricia H. Stakeholder Theory In: Business Ethics and Continental Philosophy. ed. / M. Painter-Morland ; R. Ten Bos. Cambridge : Cambridge University Press, 2011.
- KRIMSKY, S. e GOLDING, D. (org). Social Theories of Risk. PRAEGER. West Port Conectitut. London, UK. 1978
- KERSTENETZKY, C. L. Políticas Sociais: focalização ou universalização? Universidade Federal Fluminense. Faculdade de Economia. 2005. In:<http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/usr/File/2006/imprensa/CeliaLessa.pdf>
- KLEBA, J. Adesão voluntária e comportamento de empresas transnacionais do setor químico no Brasil, Ambiente & Sociedade – Vol. VI no. 2 jul./dez. 2003, p. 25 a 45. In: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v6n2/a03v06n2.pdf>
- LIMA – Laboratório Interdisciplinar do Meio Ambiente COPPE / UFRJ e PETROBRAS. Apresentação do Sistema de Informações do Risco Ambiental da FEEMA, do APELL do Pólo Industrial de Campos Elíseos e o Plano de Emergência da Baía da Guanabara. 2008. Disponível na internet. Acessado março/2007. In: www.lima.coppe.ufrj.br/aaepetrobras/Produto_1/Risco_Ambiental.pdf
- LENOIR, R. Objeto sociológico e problema social. In P. Champagne. Iniciação à Prática Sociológica, Petrópolis: Vozes, 1998.
- LOVO, I. C. Agricultura Urbana: Um Elo entre o Ambiente e a Cidadania. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Tese de Doutorado. Florianópolis, 2011.
- MAY, Peter et al. Economia do Meio Ambiente. Teoria e Prática. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2010.
- MCLAUGHLIN, K.; OSBORNE, S. P; FERLIE, E. (Eds.) New Public Management: Current Trends and Future Prospects. New York: Routledge, 2002.
- MACHADO FILHO, C. P. Responsabilidade social e governança: o debate e as implicações. São Paulo. Pioneira Thompson Learning, 2006.
- MOREIRA, R. J. Identidades Complexas no Conhecimento Científico Sobre Comunidades Costeiras, in Ruralidades Capacitação e Desenvolvimento. Viçosa - MG, Editora UFV / CPDA, 2006.
- MOREIRA, R. J. Questão agroecológica: notas sobre um campo sócio técnico-político, IV Jornada de Estudo sobre Assentamentos Rurais. Feagri/Unicamp, junho de 2009
- MOREIRA, R. J. Uma Visão do Papel da Agricultura Familiar no Brasil, Palestra proferida no Painel 3. Política agrícola, desenvolvimento rural e sustentabilidade no Workshop Brasil-França: Cooperação em Ciências Agrárias e Florestais – O caso da ESALQ/USP e seus parceiros franceses”, outubro 2009.
- MOREIRA, R. J. e GAVIRIA, M. R., Territorialidades, ruralidades e assimetrias de poder na Comunidade de taquari, Revista Estudos Sociedade e Agricultura n. 18, abril 2002.
- MOREIRA, R.J. Terra, poder e território. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

- MOREIRA, R. J. Economia política da sustentabilidade: uma perspectiva neomarxista. In: L. F. C. Costa, R. J. Moreira e R. Bruno. (org.). *Mundo Rural e Tempo Presente*. Rio de Janeiro. Ed. Mauad, 1999.
- MOREIRA, R. J. Uma visão do papel da agricultura familiar no Brasil. *Novos Cadernos NAEA*, v. 12. n. 2. p. 57 – 88, 2009.
- MOUGEOT, L. J. A. *Urban Agriculture: Definition, Presence, Potentials and Risks*, In Bakker, N.; Dubberling, M.; Gundel, S.; Sabel-Kaschela, U.; Zeeuw, H. *Cidades que crescem cultivando alimentos: Agricultura urbana na agenda política*. Feldafing: DSE, 2000, p. 1 – 42.
- NEVES, Delma Pessanha. *Mediação Social e mediadores políticos*. In: NEVES, Delma Pessanha (org.). *Desenvolvimento social e mediadores políticos*. Porto Alegre: Ed. UFRGS. 2008.
- PAOLI, Maria Célia. *Empresa e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil*, In: SANTOS, Boaventura de Sousa [org.]. *Democratizar a Democracia: Os Caminhos da Democracia Participativa*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- PEIXOTO, C. e Luz, G. *De uma morada a outra: processos de re-coabitacão entre gerações*. In: Fonseca, Cláudia: repensando relações familiares. In *cadernos Pagu* n. 29, 2005.
- PRETTY, J. N. *Regenerating agriculture: policies and practice for sustainability and self-reliance*. Earthscan. London, 1995.
- PEREIRA, L. C. B. *Administração pública gerencial: estratégia e estrutura para um novo Estado*. Texto para Discussão ENAP n. 9. Brasília; ENAP, 1996a
- PEREIRA, L. C. B. *Da administraçāoo burocrática à gerencial*. Revista do Serviço Público, v. 47, n. 1, 1996b
- PEREIRA, L. C. B. *Crise Econômica e reforma do estado no Brasil*. São Paulo: Ed. 34, 1996c
- PERELMAN, Chaim e , OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da Argumentação: a nova retórica*. São Paulo. Martins Fontes, 2002.
- PINTO, R. G. *O Poder da Crítica: Um Estudo Sobre a Relação Empresa e Movimentos Sociais*. IFCS, UFRJ. 2010.
In:www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select_action=&co_utor=139188
- POFFO, I. R. F. *Gerenciamento de Risco Socioambientais no Complexo Portuário de Santos na Ótica Ecossistêmica*. Tese de Doutorado. PROCAM/USP. 2007. In:www.cetesb.sp.gov.br/emergencia/acidentes/vazamento/publicacoes/14.pdf
- PORTER, Michael; KRAMER, Mark M. *Strategy & Society The Link Between Competitive Advantage and Corporate Social Responsibility*, Harvard Business Review 2006.
- PORTO, M. M. e TEIXEIRA, S. G. *Portos e Meio Ambiente*. São Paulo. Aduaneiras. 2002.
- RAFFESTIN, Claude. *Por Uma Geografia do Poder*. São Paulo, Ática, 1993.
- SIQUEIRA, Manoel Francisco Beauclair de. *Avaliação de Projeto de Agricultura Familiar em Faixa de Dutos, Baixada Fluminense, RJ*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Engenharia Agrícola. Campinas, 2009. In: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000441840&fd=y>
- SENNETT, Richard. *A Cultura do Novo Capitalismo*. Rio de Janeiro, Editora Record, 2006.

- SCHNEIDER, S. A pluriatividade na agricultura familiar. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2009.
- TEIXEIRA, V. L. Pluriatividade e Agricultura Familiar na região serrana do estado do Rio de Janeiro. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Curso de Pós-Graduação em desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Tese de Mestrado. Rio de Janeiro, 1998.
- THEODORO, M. e DELGADO, G. Política Social: Universalização ou Focalização – Subsídios para o debate. In:http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_07/ensaio3_Mario
- TORRES, C. A. R.; YOGUI R. T. T. Análise e Gerenciamento de Riscos de Sistemas de Dutos – a Experiência da Transpetro em São Paulo e no Centro Oeste. Trabalho técnico elaborado para publicação nos anais do Rio Pipeline Conference & Exposition 2003. in: www.ibp.org.br/services/DocumentManagement/FileDownload
- VIANNA, A. Quem deve guardar as crianças? Dimensões tutelares da gestão contemporânea da infância. Em Lima, A. C. S. Gestar e Gerir. Estudos para uma antropologia da administração publica no Brasil. Relume-Dumará. Rios de Janeiro. 2002.
- VINHA, V. G. da. A Convenção do Desenvolvimento Sustentável e as Empresas Eco-Comprometidas. Tese de Doutorado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Curso de Pós Graduação em desenvolvimento Agricultura e Sociedade, Soropédica, 2000.
- VINHA, V. G. As empresas e o desenvolvimento sustentável: a trajetória da construção de uma convenção in: May, P. H. (org.) Economia do Meio Ambiente. Rio de Janeiro. Elsevier. 2010.
- ZIZEK, S. Primeiro como tragédia, depois como farsa. São Paulo: Boitempo, 2011.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

- Relatório Final do Grupo de Trabalho criado pela Resolução nº 265 de 27 de janeiro de 2000 do CONAMA
- Resolução nº 265 de 27 de janeiro de 2000 do CONAMA.
- Portaria Ministerial MMA nº 120, de 16 de maio de 2000.
- Apostilo de Curso: Legislação Ambiental e Políticas Públicas, produzido por Rogério Rocco para o Curso de Especialização em Educação Ambiental da Universidade Cândido Mendes e Jardim Botânico do Rio de Janeiro.
- Revista Petrobras, ano VII, n. 67, fevereiro 2000
- Revista Petrobras, ano VII, junho de 2000
- Relatório Anual de Responsabilidade Social 2001, Petrobras, 2001.
- Relatório Anual de Responsabilidade Social 2002, Petrobras, 2002
- Balanço Social 2003, Petrobras. 2003.
- Balanço Social e Ambiental 2004, Petrobras. 2004.
- Balanço Social e Ambiental 2005, Petrobras. 2005
- Balanço Social e Ambiental 2006, Petrobras. 2006
- Balanço Social e Ambiental 2007, Petrobras. 2007
- Balanço Social e Ambiental 2008, Petrobras. 2008
- Relatório de Sustentabilidade 2009, Petrobras. 2009
- Relatório de Sustentabilidade 2010, Petrobras. 2010

PÁGINAS INTERNET CITADAS

- <http://www.petrobras.com.br/minisite/memoria/cidadaniaemacao/>
- http://issuu.com/itpa/docs/manual_paf_dutos, págs. 64 a 76.
- <http://www.petrobras.com.br/pt/meio-ambiente-e-sociedade/promovendo-a-cidadania/>,
- <http://marciarosa.com.br/noticias/article.php?storyid=433>
- http://www.lima.coppe.ufrj.br/aaepetrobras/Produto_2/Atores_Sociais_e_Conflitos_
- http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0612541_09_cap_02.pdf.
- http://www.ambientes.ambientebrasil.com.br/energia/artigos_petroleo/
- <http://www.socioambiental.org/inst/index.shtml>
- http://www.lima.coppe.ufrj.br/aaepetrobras/Produto_2/Atores_Sociais_e_Conflitos_Potenciais.pdf
- <http://pib.socioambiental.org/en/noticias?id=38641>
- <http://www.ibp.org.br/main.asp?Team={7BB16F37-86FC-4312-A9F8-917F987BD8B1}>
- <http://www.cibera.de/fulltext/1/1969/CLACSO1969.pdf>
- http://www.fecombustiveis.org.br/index.php?option=com_clipping&task=nota¬a_id=14657
- http://www.petrobras.com.br/ri>Show.aspx?id_canal=Apyy9MEmW7SC9DzBebnXuQ==&id_canalpai=QsHWEXhHxpu+r1q2h24GkQ==&ln=pt
- <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v6n2/a03v06n2.pdf>
- <http://www.fomezero.gov.br/documentos>
- http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_07/ensaio3_Mario.pdf
- <http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/usr/File/2006/imprensa/CeliaLessa.pdf>
- <http://www.fomezero.gov.br/noticias/hortas-em-faixa-de-dutos-geram-renda-a-familias-no-rio-de-janeiro>
- http://www.bayer.com.br/scripts/pages/pt/grupo_bayer/unidades_no_brasil/parque_
- <http://aspta.org.br/2011/05/mulheres-agricultoras-geram-renda-e-produzem-alimentos-de-qualidade-na-baixada-fluminense>
- <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000441840&fd=y>
- In: www.lima.coppe.ufrj.br/aaepetrobras/Produto_1/Risco_Ambiental.pdf
- <http://www.rae.com.br/eletronica/index.cfm?FuseAction=5643&Secao=ARTIGOS7Volume=9&Numero=2&ano=2010>
- http://www.cetesb.sp.gov.br/emergencia/riscos/documentos/plano_vazamento_produtos_pdf
- http://www.cetesb.sp.gov.br/emergencia/riscos/documento/relatorio_GT_terminais.pdf
- <http://www.cetesb.sp.gov.br/emergencia/accidentes/vazamento/publicacoes/14.pdf>
- http://www.thecnna.com/pdf/prog_planejamento.pdf
- <http://www.periodicos.ufpa.br/índex.php/ncn/article/viewArticle/316>

ENTREVISTAS

- Entrevista 1: com jornalista da área de Segurança Meio Ambiente e Saúde - SMS da Petrobras concedida ao pesquisador em fevereiro de 2010, no restaurante Martinez em Copacabana no Rio de Janeiro
- Entrevista 2: presidente da Cooperativa Univerde e moradora da localidade de Figueira concedida ao pesquisador em março de 2010, na sede da cooperativa, na estrada de Tingua em Vila de Cava, Nova Iguaçu - RJ.
- Entrevista 3: coordenado geral da ONG Onda Verde concedida ao pesquisador em janeiro de 2011, na sede da instituição em Tingua, Nova Iguaçu - RJ.

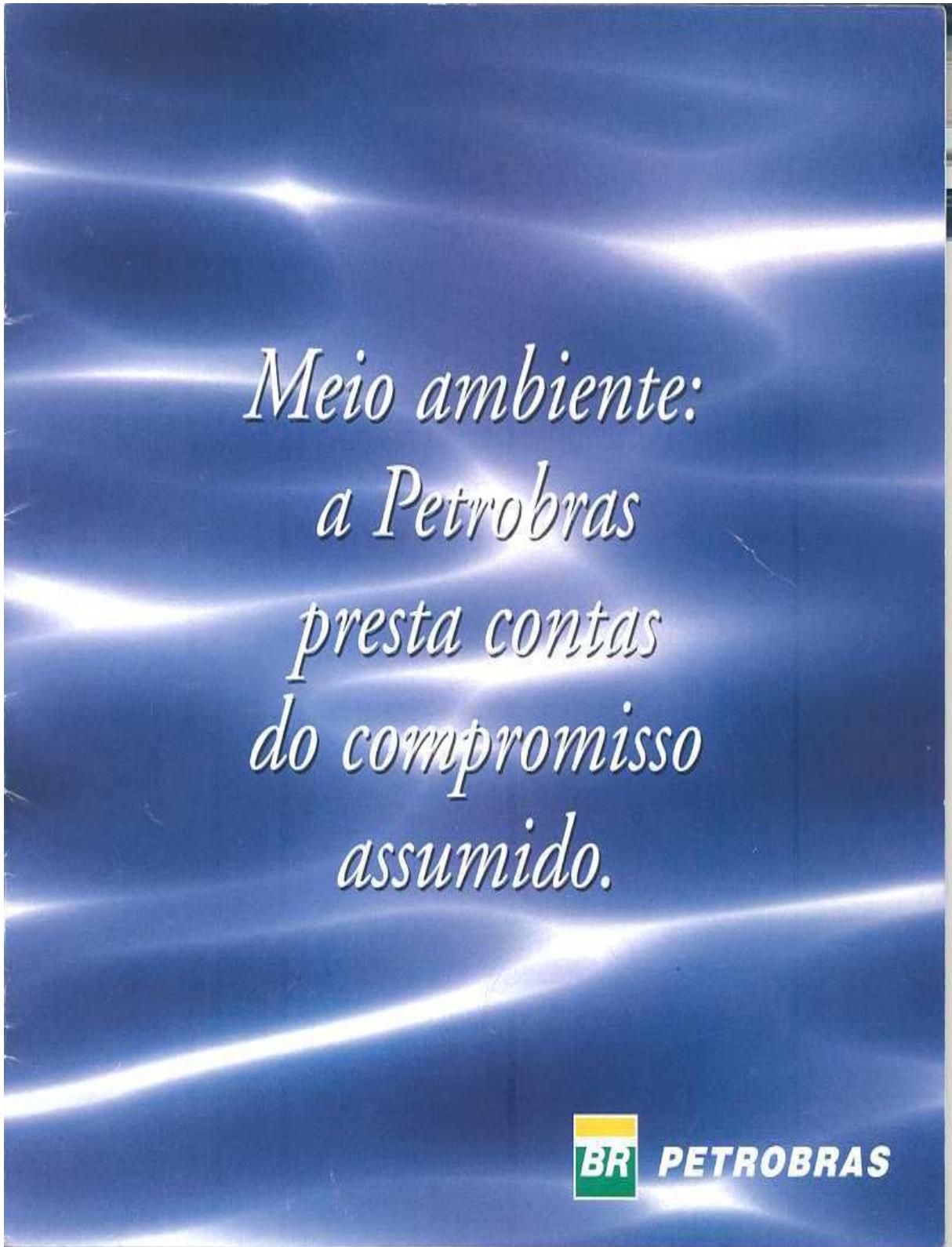
- Entrevista 4: coordenado geral da ONG Instituto Terra de Conservação Ambiental concedida ao pesquisador em fevereiro de 2011, no escritório da instituição na rua Graça Aranha, Rio de Janeiro - RJ.
- Entrevista 5: integrante da equipe de implantação da área de Segurança Meio Ambiente e Saúde - SMS da Petrobras concedida ao pesquisador em maio de 2011, na sede da empresa no Rio de Janeiro.
- Entrevista 6: integrante do grupo de trabalho responsável pela elaboração do diagnóstico das áreas de risco nas malhas de dutos, do plano de comunicação de enfrentamento desses riscos, e também da elaboração e implantação do PAF Dutos concedida ao pesquisador em maio de 2011, na sede da empresa no Rio de Janeiro

ANEXOS

- Anexo A: “Meio Ambiente: a Petrobras presta contas do compromisso assumido”
- Anexo B: “A Baia Protegida”
- Anexo C “A Malha Dutoviária de Transporte de Petróleo e Derivados como Eixo Articulador de Transformação Socioambiental” enviado para a *Rio Pipeline Conference & Exposition* promovido pela ANP em 2003.
- Anexo D: “Plano de Comunicação de Convivência e Co-Responsabilidade das Comunidades do Entorno das Faixas de Dutos”, enviado à ABERJE em 2002
- Anexo E: “Programa Petrobras Fome Zero Desenvolvimento com Cidadania. Petrobras”

ANEXOS

Anexo A: “Meio Ambiente: a Petrobras presta contas do compromisso assumido”



Que a Petrobras, enquanto empresa do setor petrolífero, esteja permanentemente exposta a acidentes, não é novidade. Afinal, para garantir o progresso e o bem-estar dos brasileiros, milhares de metros cúbicos de gás e petróleo são diariamente transportados em seus dutos, numa complexa operação de quase 16.000 km de extensão. A novidade é que, diante de um acidente como o ocorrido há um ano na Baía de Guanabara, a empresa soube reagir criando e implementando o maior e mais ambicioso programa do País de excelência em segurança, meio ambiente e saúde, e cujos primeiros resultados já podemos apresentar.

Nunca é demais recordar: Em 18 de janeiro do ano passado, como para demonstrar que todo o trabalho de aprimoramento ambiental até então realizado pela Petrobras ainda não era o suficiente, rompeu-se uma das tubulações que liga a Refinaria Duque de Caxias ao Terminal de Ilha d'Água, provocando o derrame na Baía de Guanabara de 1 milhão e 292 mil litros de óleo refinado.

Tão logo identificado o vazamento, todas as ações possíveis foram desencadeadas para minimizar o impacto no ambiente e nas comunidades vizinhas. Nesse trabalho, que mobilizou 2.398 pessoas, 152 embarcações, 35 km de barreiras de contenção e toneladas de agente de biorremediação, a Petrobras utilizou os melhores especialistas nacionais e internacionais para garantir a eficiência na recuperação das praias, costões, manguezais e demais ecossistemas afetados.



Também foram reparados barcos e equipamentos de pescadores, distribuídas 8.234 cestas básicas e indenizados, em R\$ 6,7 milhões, membros das comunidades de Mauá, Paquetá, Ilha do Governador, Ramos, Magé, Duque de Caxias, Guapimirim e São Gonçalo.

Como lição desse acidente, a rotina de trabalho na Petrobras nunca mais foi a mesma. Por determinação da Diretoria Executiva, constituiu-se um grupo de trabalho envolvendo 80 pessoas, o maior da história da empresa, que, depois de três meses de análises de todos os procedimentos vigentes, apresentou, no final de março, o programa de excelência em segurança, meio ambiente e saúde, com um investimento recorde de R\$ 1,8 bilhão e destinado, até 2003, a conduzir a Petrobras a um novo patamar no trato da questão ambiental.

Paralelamente, através de convênio com a secretaria estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semads), a Petrobras dava início a outro programa que, além de prever a adequação e modernização de suas instalações na Baía de Guanabara, estabelecia condições para um inédito mapeamento ambiental da área. Como resultado, a Baía de Guanabara nunca esteve tão perto de poder ser monitorada, com a formação inclusive de um banco de dados, o que representa significativo avanço para sua proteção e recuperação.

Apesar da grandiosidade das mudanças propostas, o clima na empresa era de otimismo e plena confiança na superação dos desafios,



até que, em 16 de julho, ocorreu outro grande vazamento, dessa vez na Refinaria de Araucária, no Paraná. Cabem aqui algumas considerações:

- Como já havia ocorrido na Baía de Guanabara, a empresa assumiu total responsabilidade pelo acidente e fez o possível para restabelecer a normalidade na área;
- Ao contrário de arrefecer o ânimo da empresa, o acidente mostrou a necessidade de se acelerar o programa estratégico de excelência ambiental, que se encontrava em início de implantação;
- E, finalmente, o acidente veio demonstrar que, enquanto não estivesse concluída a automação de todos os principais sistemas operacionais da empresa, em geral um trabalho mais lento, se deveria desenvolver um plano de contingenciamento capaz de assegurar maior eficácia e rapidez no controle de situações como essas. Nasciam assim os Centros de Defesa Ambiental (CDAs), as embarcações dedicadas e, especificamente na Baía de Guanabara, bóias com sensores para monitorar em tempo real as variações na qualidade da água.

Nunca as águas da Baía estiveram tão protegidas

Um dos marcos da política ambiental da Petrobras em 2000, os CDAs representam efetiva contribuição para o aumento da capacidade

de resposta da empresa a situações de emergência. Dos nove já instalados, em pontos estratégicos do território nacional, o da Baía de Guanabara foi o primeiro a ser inaugurado, no final de setembro, proporcionando outro nível de tranquilidade às operações da empresa na área.

Com um arsenal de equipamentos e pessoal treinado, os CDAs estão prontos para intervir a qualquer instante, defendendo o meio ambiente dos efeitos de um eventual vazamento de óleo. Ao mesmo tempo, de acordo com os mais modernos padrões internacionais, estão encarregados de desenvolver um trabalho de pesquisa de marés, ventos, correntezas e outros fatores que, uma vez sistematizados, tornarão ainda mais rápida e eficaz sua atuação.

Não é demais lembrar que a Refinaria Duque de Caxias, onde está instalado o CDA da Baía de Guanabara, é a maior do País, com uma produção diária de 248 mil barris de óleo refinado, que dali são bombeados e distribuídos através do Terminal de Ilha d'Água. Nada mais natural, portanto, que a área tenha sido também escolhida para ser a primeira de atuação da empresa a receber uma embarcação dedicada, ou seja, especialmente adaptada para o controle de vazamentos de óleo no mar.





Novos CDAs estão instalados em pontos estratégicos de operação da Petrobras no território nacional.



Equipada com barreiras de contenção e absorção, tanques e barcos de apoio, essa embarcação oferece grande capacidade de recolhimento e armazenamento de óleo. Além disso, com seu alto poder de mobilidade, pode rapidamente atender a emergências em qualquer ponto da Baía, e até mesmo estender sua atuação desde o norte de São Paulo até o sul do Espírito Santo.

Também está em fase de testes, na Baía de Guanabara, a implantação de um sistema de dez bóias com sensores que identificam e quantificam o nível de petróleo e derivados presentes na água. Largamente empregada na Europa, essa tecnologia permite o acompanhamento em tempo real das variações nas condições da água, o que significará possibilidade não só de alerta imediato, em caso de eventual anormalidade, como de se dar mais um importante passo rumo ao desejado monitoramento ambiental da Baía.

Ainda dentro do programa de excelência ambiental da Petrobras, outras ações em curso têm beneficiado diretamente a segurança de suas operações na Baía de Guanabara, como a intensificação da inspeção visual de dutos através da utilização de andarilhos, motocicletas e helicópteros. Também nesse sentido, por meio de instrumentos portáteis, foi reforçada a verificação de vazão e pressão dos dutos, uma prática diferenciada que já abrange cerca de 10.000 km de dutos prioritários da empresa.



Todo esse conjunto de medidas tem sido ainda reforçado com a realização periódica de exercícios simulados de combate a emergências, em conjunto com órgãos públicos e comunidades, além de freqüentes campanhas de mobilização buscando cada vez mais o comprometimento de todos os empregados e de empresas contratadas com as normas de segurança.

Nova era se inicia com a assinatura do TCAA

Assim, ainda que fruto do acidente de um ano atrás, desenba-se hoje um novo quadro no relacionamento da Petrobras com a Baía de Guanabara, o que responde, em parte, ao compromisso na época assumido pela empresa, através de seu presidente. Mas, por outro lado, a empresa reconhece que ainda falta muito a ser feito, o que motivou a assinatura do importante Termo de Compromisso para Ajuste Ambiental (TCAA).

Por esse documento, firmado com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semads), Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (Feema) e Ministério Públíco Federal, a Petrobras se compromete, em três anos, a implementar um plano de cerca de 40 itens, que vai definitivamente adequar suas operações na Baía de Guanabara às exigências da atual legislação ambiental.



Com recursos de R\$ 192 milhões, o TCAA também representa o maior investimento regional já realizado no País nas áreas de segurança, meio ambiente e saúde.

Um novo conceito de gestão ambiental

Para reafirmar o compromisso da Petrobras com a qualidade ambiental, sua Unidade Corporativa de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS) passou em 2000 por profunda reestruturação, respondendo agora diretamente ao presidente da empresa. Por outro lado, a empresa se tornou mais comunicativa e transparente, como demonstram as diversas parcerias firmadas com ONGs, universidades e outras instituições científicas.

Além de coordenar, de maneira integrada, os diversos programas da área, a nova unidade de SMS tem-se empenhado na busca e implantação de novos mecanismos de desenvolvimento limpo (MDL). Com esse objetivo, firmou convênio com o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) e está negociando parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro.



CONVÊNIO PETROBRAS / SEMADS

<p><i>Projetos já realizados ou em andamento visando ao mapeamento ambiental da Baía de Guanabara e seu futuro monitoramento</i></p> <p>VALOR TOTAL R\$ 2.748.192,36</p>	<p><i>Monitoramento químico de sedimentos de mangue e biota</i></p> <p><i>Departamento de Química - PUC/RJ</i></p>	<p><i>Monitoramento químico de sedimentos e água</i></p> <p><i>Departamento de Oceanografia - UERJ</i></p>	<p><i>Caracterização do óleo derramado e cálculo de sua taxa de degradação</i></p> <p><i>UFRJ/CENPES</i></p>
	<p><i>Avaliação e monitoramento da avifauna dos manguezais de Itaoca, Suruí e Duque de Caxias</i></p> <p><i>Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ</i></p>	<p><i>Mapeamento da Baía de Guanabara e seu entorno</i></p> <p><i>Universidade Federal Fluminense - UFF</i></p>	<p><i>Avaliação dos danos ambientais causados pelo derrame de óleo na Baía de Guanabara</i></p> <p><i>COPPE/UFRJ</i></p>
<p><i>Monitoramento do meio biótico - costões, praias, ambiente pelágico e macrozoolobentos</i></p> <p><i>Instituto de Biologia - UFRJ</i></p>	<p><i>Monitoramento da flora dos manguezais</i></p> <p><i>Núcleo de Estudos em Manguezais (NEMA) - Departamento de Oceanografia - UERJ</i></p>	<p><i>Monitoramento da fauna de caranguejos</i></p> <p><i>UFRJ</i></p>	<p><i>Ectotoxicologia dos manguezais</i></p> <p><i>Universidade Federal Fluminense - UFF</i></p>
<p><i>Intercalibração laboratorial para monitoramento ambiental da Baía de Guanabara</i></p> <p><i>FEEMA</i></p>	<p><i>Avaliação estatística integrada dos danos ambientais da Baía de Guanabara para valoração do dano causado pelo vazamento de óleo</i></p> <p><i>FEEMA</i></p>	<p><i>Avaliação socioeconômica das comunidades atingidas e percepção dos danos nas áreas de manguezal e Ilha de Paquetá</i></p> <p><i>Instituto de Estudos da Religião - IER</i></p>	<p><i>Coordenação do desenvolvimento dos trabalhos efetuados pelas universidades e pela FEEMA</i></p> <p><i>SEMADS</i></p>

Ações do Termo de Compromisso para Ajuste Ambiental (TCAA)

Estes são os 37 projetos que começam a ser viabilizados pela Petrobras na Baía de Guanabara.

- *Licenciamento ambiental das instalações da refinaria*
- *SGI (Programa de certificação ISO 14000 e BS 8800)*
- *Estudos sistêmicos de avaliação do impacto sobre o entorno*
- *Programa de gerenciamento de risco*
- *Planos de contingência*
- *Analise dos dutos de responsabilidade da Refinaria Duque de Caxias*
- *Monitoração remota e integrada das medições de transferência por dutos*
- *Atendimento integral da norma de controle e monitoramento de transferência por dutos*
- *Plano de inspeção geral – dutos*
- *Plano de gerenciamento de resíduos*
- *Construção de área de triagem de resíduos*
- *Eliminação do passivo de resíduos sólidos (landfarming, tambores e madeiras do vazadouro)*
- *Limpeza e recuperação de canaletas de águas contaminadas e pluviais das áreas afetadas*
- *Limpeza de bacias de tanques de petróleo*
- *Procedimento de limpeza de tanques*
- *Levantamento hidrogeológico e hidroquímico da refinaria*
- *Recuperação/remediação das áreas afetadas e monitoramento do lençol freático*
- *Tratamento do lodo dos classificadores da estação de tratamento de água*
- *Dragagem das lagoas facultativas aeradas*
- *Segregação dos sistemas de drenagem de águas contaminadas e de drenagem de águas pluviais*

- Programa para levantar o balanço de massa das fontes de efluentes hidricos
- Programa de análise de toxicidade dos efluentes
- Programa de monitoramento do Rio Iguaçu
- Programa de monitoramento da estação de esgoto sanitário
- Programa de acompanhamento da eficiência do tratamento biológico
- Revisão do programa de monitoramento dos efluentes
- Enquadramento de amônia
- Fechamento do sistema de refrigeração (fases I e II)
- Sistema de controle de qualidade da combustão no Flare
- Estações internas de medição de qualidade do ar
- Programa de monitoramento de qualidade ambiental em área de influência da Refinaria Duque de Caxias – instalação de estação de monitoramento no Ciep Cora Coralina (bairro Pilar) e no posto de saúde (bairro Campos Elíseos)
- Inventário de fontes atmosféricas
- Plano de gestão da qualidade do ar
- Adaptação dos tanques de álcool – redução das emissões fugitivas
- Redução da emissão de material particulado na UFCC (U-1250)
- Avaliação da redução da emissão de CO – parada da caldeira de CO não-concomitante com a parada da UFCC
- Centro de Combate à Poluição (Centropol)



Sintonia com as comunidades

Fiel a seu compromisso social, a Petrobras apoia regularmente diversos programas nas áreas educacional, cultural e ambiental, beneficiando principalmente as comunidades onde atua. Dentro desse espírito, foram realizados ou estão em andamento na Baía de Guanabara, entre outros, os seguintes projetos, no valor de R\$ 14.135.461,78.

ENTIDADES	NATUREZA DOS PROJETOS
<i>Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (Paquetá e Ilha do Governador)</i>	<i>Projetos de monitoramento; educação ambiental; proteção; recuperação e valorização do patrimônio natural e cultural e dos espaços públicos; limpeza.</i>
<i>Prefeitura de São Gonçalo</i>	<i>Projetos nas áreas social, ambiental e recuperação; restauração e valorização do patrimônio natural e cultural e dos espaços públicos.</i>
<i>Prefeitura de Magé</i>	<i>Urbanização do Guia do Pacobahá.</i>
<i>Prefeitura de Duque de Caxias</i>	<i>Parque Municipal de Taquara. Projeto Pequeno Jardineiro.</i>
<i>Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMADS</i>	<i>Projeto "Verde que te quero ver!"; PRO-AMB (Programa Estadual de Apoio as ONGs ambientalistas); reforço institucional para atividades de fiscalização; reurbanização e recuperação ambiental da praia de Ramor.</i>





Anexo B: “A Baía Protegida”

A Baía protegida

(17/9/2009)

Imediatamente após o acidente da Baía de Guanabara, em janeiro de 2000, causado pelo rompimento de um duto, a Petrobras tomou todas as medidas necessárias para reparar seus danos e honrou os compromissos então assumidos para devolver à área suas condições anteriores.

Além da retirada do óleo e completa limpeza das praias e costões atingidos – o que permitiu que, em 30 dias, o Ibama liberasse a pesca na região –, foram firmados convênios com universidades que viabilizaram a recuperação de manguezais, o repovoamento de caranguejos e a criação de instrumentos capazes de diagnosticar e monitorar o ecossistema da Baía.

Os pescadores afetados pelo acidente tiveram na época seus barcos e equipamentos de pesca reparados, foram cadastrados e indenizados e receberam cestas de alimentos por período superior ao que durou a proibição da pesca.

Na época, a Petrobras pagou ao Ibama multa de R\$ 35 milhões e destinou a esse órgão mais R\$ 15 milhões para investimentos em projetos de revitalização ambiental. No âmbito estadual, a empresa assinou convênio de R\$ 40 milhões com a Secretaria de Meio Ambiente, o que viabilizou inúmeras obras e melhorias ambientais em municípios da região.

Além das ações imediatas ao acidente, a Petrobras deu início, na época, à implementação do Programa de Excelência em Gestão Ambiental e Segurança Operacional, o Pegaso, por meio do qual foram investidos, até o final de 2006, mais de R\$ 10 bilhões na prevenção e controle de acidentes e na redução de emissões, resíduos e efluentes em todas as suas unidades.

Desse total, cerca de R\$ 4,2 bilhões (mais de 40%) concentraram-se nas instalações da companhia no Estado do Rio de Janeiro. Especificamente na Baía de Guanabara, foram realizados grandes investimentos em melhorias ambientais na Refinaria Duque de Caxias (Reduc) e no terminal da Ilha d'Água, como o fechamento do sistema de refrigeração da Reduc e consequente redução do descarte de efluentes na Baía.

Desde 2000, a Petrobras mantém, na Baía de Guanabara, um Centro de Defesa Ambiental, que funciona como uma espécie de corpo de bombeiros ambiental, a postos 24 horas por dia para atuar na eventualidade de vazamentos de óleo. Com o mesmo objetivo, uma embarcação especializada na contenção e recolhimento de óleo permanece de prontidão 24 horas por dia para a máxima proteção da Baía.

Hoje o controle de operação dos dutos da Petrobras é totalmente informatizado, com análise permanente de volume, vazão, pressão, temperatura e densidade dos produtos transportados. No caso do duto que vazou em 2000, o PE-2, foi substituído por outro de última geração cujas características incluem extrema resistência a fadiga, sistema de detecção de vazamentos e configuração em zig-zag para garantir a máxima proteção ao meio ambiente.

Assim, com ações concretas e responsáveis, a Petrobras entende estar fazendo sua parte para a desejada recuperação da Baía.

Projeto Baía Limpa

(20/10/09)

A diretoria de Gás e Energia apóia um projeto social chamado Baía Limpa, que recolhe resíduos sólidos da baía de Guanabara e destina esse lixo para a Usina Verde, que produz energia a partir da queima do lixo. Essa destinação do lixo da baía de Guanabara para a Usina Verde é iniciativa recente, porque antes os rejeitos eram recolhidos pelos lixeiros.

- O projeto Baía Limpa gera renda para 1.252 pescadores artesanais das 5 colônias da baía de Guanabara que recolhem o lixo flutuante, de fundo e de redes posicionadas estrategicamente em rios que desaguam na baía;
- 2 pesquisadores, 4 técnicos e 10 estagiários quantificam e qualificam o lixo recolhido e elaboram relatórios sobre o fluxo de lixo na baía.
- São queimados na Usina Verde em média 15 toneladas de resíduos sólidos (lixo) por dia.
- São gerados 0,3 M Watts por dia com a queima do lixo.
- O projeto Baía Limpa foi iniciado em 5 de janeiro de 2009.
- A Usina Verde queima o lixo proveniente do Baía Limpa desde abril de 2009.
- Até o momento mais de 500 toneladas já foram recolhidas da Baía de Guanabara.
- Está prevista uma renovação e ampliação do projeto para 2010.

Indenização a pescadores

A FEPERJ (Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro), em nome de seus representados, por meio da ação judicial reivindica junto à Petrobras, indenizações em razão do vazamento de óleo na Baía de Guanabara em 2000.

O processo está em curso no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e ainda não há decisão definitiva. Nesta ação, a FEPERJ reivindica indenização para 20.517 pescadores, que inclui pescadores cadastrados na Federação após a ocorrência do vazamento.

A Petrobras não questiona a reparação aos pescadores, mas reforça que a quantidade de pescadores à época do vazamento era 3.339, de acordo com o IBAMA (órgão oficial responsável pelo cadastramento destes profissionais à época do acidente) e o período indenizatório deve ser de 32 dias (período em que a pesca ficou suspensa na Baía da Guanabara).

Já foram encerradas 454 ações individuais de pescadores da região, sendo 301 decisões favoráveis à Petrobras e 153 condenações com pagamento de indenização a aproximadamente 350 pescadores. Existem ainda cerca de 160 ações individuais em curso, abrangendo em torno de 600 pescadores, que aguardam os seus desfechos.

Petrobras e Secretaria do Ambiente firmam convênio para revitalização dos canais do Fundão e do Cunha

A Petrobras e a Secretaria Estadual do Ambiente (SEA) firmaram convênio para revitalização, urbanização e recuperação ambiental do canal do Fundão e seu entorno. O convênio, firmado em 4 de julho de 2008, prevê o repasse estimado em R\$ 194 milhões e a execução do projeto em 750 dias, podendo ser prorrogado por até igual período. O repasse desses recursos será feito de acordo com o andamento dos trabalhos e execução das contrapartidas acordadas.

Os trabalhos consistem em dragagem e adequado manejo e disposição dos sedimentos, conforme a legislação vigente. O convênio atende ao objetivo da Petrobras de participar de iniciativas de cunho socioambiental, em atendimento às diretrizes de sua política de segurança, meio ambiente e saúde.

As ações propostas beneficiarão diretamente o Programa de Despoluição da Baía de Guanabara, bem como contribuirão para cessar as emanações de gás sulfídrico, metano e restabelecer a circulação de água da baía para o canal, com impacto relevante na melhoria das condições de saúde das populações do entorno. O projeto foi aprovado pelo Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Anexo C “A Malha Dutoviária de Transporte de Petróleo e Derivados como Eixo Articulador de Transformação Socioambiental” enviado para a *Rio Pipeline Conference & Exposition* promovido pela ANP em 2003.



IBP397 03

**A MALHA DUTOVIÁRIA DE TRANSPORTE DE PETRÓLEO
E DERIVADOS COMO EIXO ARTICULADOR DE
TRANSFORMAÇÃO SÓCIO-AMBIENTAL**

Aluisio Teles Ferreira Filho¹, Janice Dias², Roberto Gomes Vieira³

Copyright 2003, Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás - IBP

Este Trabalho Técnico foi preparado para apresentação na *Rio Pipeline Conference & Exposition 2003*, realizado no período de 22 a 24 de Outubro de 2003, no Rio de Janeiro. Este Trabalho Técnico foi selecionado para apresentação pela Comissão Técnica do Evento, seguindo as informações contidas na sinopse submetida pelo(s) autor(es). O conteúdo do Trabalho Técnico, como o apresentado, não foi revisado pelo IBP. Os organizadores não irão traduzir ou corrigir os textos recebidos. O material conforme, apresentado, não necessariamente reflete as opiniões do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás, Sócios e Representantes. É de conhecimento e aprovação do(s) autor(es) que este Trabalho Técnico seja publicado nos Anais da *Rio Pipeline Conference & Exposition 2003*.

Resumo

O artigo descreve a experiência na área de responsabilidade social da TRANSPETRO, uma empresa brasileira, subsidiária integral da PETROBRAS, que opera no ramo de transportes de petróleo, seus derivados e gás, por meio de redes de oleodutos e gasodutos. O transporte dutoviário é a opção mais segura para o transporte destes produtos, mas requer monitoramento e gestão permanentes do uso e ocupação do solo no seu entorno. Esses cuidados não dependem unicamente da empresa ou não devem ser tomados apenas por ela. É essencial a participação protagônica das próprias comunidades impactadas pelas suas operações, principalmente, na incorporação de normas de ocupação e de uso do solo nos territórios no entorno das faixas e dos terminais. Esta participação se justifica já que a ação de terceiros representa um peso significativo (70%) na incidência das situações irregulares registradas pela empresa.

A gestão do relacionamento com as comunidades é uma das estratégias principais para ampliar a segurança dos dutos integrada aos programas de manutenção e controle operacional da empresa. Para tanto, foi implantado um plano de relações comunitárias focado na transformação de valores que objetiva a construção de uma cultura comunitária de convivência e co-responsabilidade com as faixas de dutos.

¹ Gerente Geral de Segurança, Meio Ambiente e Saúde - PETROBRAS / TRANSPETRO

² Relações Públicas / Comunicação Institucional – PETROBRAS

³ Engenheiro de Equipamentos – PETROBRAS

Abstract

The article describes the experience of the area of Social Responsibility in TRANSPETRO, a wholly owned Brazilian Subsidiary of PETROBRAS, which operates in the field of transport of petroleum, its by-products and gas, by way of oil and gas pipeline networks. Pipeline is the safety option for the transport of these products, but requires monitoring and the permanent management of the use and occupation of the soil and surrounding area. This care does not only depend on the Company as responsibility is much wider. Active participation by the communities affected by the operations is essential, principally in incorporating the rules of occupation and the use of the soil in the land surrounding the strips and the terminals. This participation is justified given that the action of third parties represents a significant proportion (70%) of the irregular situations registered by the Company.

Community Relationship Management is one of the principal strategies to increase the safety of the pipelines integrated into the Company's programs of maintenance and operational control. Therefore, a plan of Community Relations has been implanted, focusing on the transformation of values to construct a community culture of co-habitation and co-responsibility for the pipeline land.

INTRODUÇÃO

Este Plano de Comunicação tem como objetivo principal fomentar a participação ativa dos moradores do entorno da malha dutoviária, bem como dos terminais na construção de um compromisso coletivo com a integridade das faixas de dutos e assumindo a co-responsabilidade nos seus cuidados junto às comunidades localizadas em cerca de 323 municípios pertencentes aos estados do Rio de Janeiro, Goiás, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Pará, Amazonas, Maranhão, Amapá e Distrito Federal. As metas específicas são integrar ações entre os mantenedores das faixas de dutos, poder público e comunidades; ampliar o nível de conhecimentos da população sobre as operações de transporte dutoviário, benefícios, vulnerabilidades, normas de uso e ocupação do solo; fortalecer canais de comunicação diretos entre empresa e comunidades.

APRESENTAÇÃO DO TEXTO

Empresas que lidam com produtos perigosos, em todo o mundo, estão investindo cada vez mais recursos em pesquisas e no desenvolvimento de programas estratégicos de segurança operacional e de redução dos impactos ao meio ambiente. Por outro lado, cada vez mais as comunidades ganham poder de expressão sobre seus territórios e participam de coligações de forças sociais com vistas a manter espaços ambientalmente sustentáveis. Atualmente, encontramos comunidades dispostas a se organizarem para oporem-se aos grandes empreendimentos, ou para negociar modificações, mitigações ou medidas compensatórias. Em muitos países, há exemplos de atividades industriais que foram interrompidas ou sofreram alterações de projetos, após intensas pressões da população local amparada em seus direitos de cidadãos.

Ouvir e entender as expectativas das comunidades, conhecer suas preocupações e interesses e, sobretudo, buscar o apoio da população são estratégias das empresas que vem sendo reconhecidas como aquelas que apresentam resultados positivos, a longo e médio prazo, para os sistemas de gestão operacional e de preservação ambiental.

A TRANSPETRO, empresa subsidiária integral da Petrobras, tem por objeto “as operações de transporte e armazenagem de petróleo e seus derivados e de gás em geral, por meio de dutos, terminais e embarcações próprias ou de terceiros”.

Sua malha dutoviária, que possui aproximadamente 10.000 km de dutos, com aproximadamente 5.000 km de faixas de domínio, constitui um fator essencial para o desenvolvimento do País. Tanto pela sua extensão quanto pela sua importância para o abastecimento do mercado brasileiro, a malha dutoviária recebe atenção prioritária da empresa em relação a sua manutenção e segurança.

Desde meados do ano 2000, está em execução o Programa de Excelência de Gestão Ambiental e Segurança Operacional (PEGASO 3D – dimensões Física, Operacional e Humana) que implementa uma série de ações visando a preservação ambiental e controle de suas operações. Neste contexto, a empresa estabeleceu como uma das metas prioritárias a operacionalização de um programa de

gestão integrada de faixas e entorno de terminais objetivando garantir a integridade de sua rede de dutos respeitando o meio ambiente e as populações que vivem no seu entorno.

Algumas questões levantadas fundamentaram a concepção do programa de gestão integrada das faixas de dutos:

- a) o transporte dutoviário é o meio mais seguro e econômico para conduzir produtos essenciais à vida moderna, por todo o País, estimando-se, portanto o crescimento e a expansão da atual malha.
- b) a rede dutoviária atravessa áreas rurais, núcleos urbanos com assentamentos populacionais, em dimensões variadas, reservas biológicas ou áreas de interesse ambiental sinalizando a necessidade de se manter uma interação positiva entre o meio natural e o meio construído.
- c) os municípios cujos territórios são percorridos pela rede, principalmente em áreas urbanas, enfrentam situações indevidas de uso e ocupação dos solos no entorno de influência que exigem tratamento específico e comprometimento dos agentes públicos locais e as comunidades.
- d) a ação de terceiros representa, estatisticamente, um fator significativo (cerca de 70%) na incidência das situações potenciais de risco registrado pela empresa.
- e) o tratamento das situações problematizadas do uso do solo no entorno de influência dos dutos apresenta relação direta com, pelo menos, três categorias de agentes / atores locais:

- Usuários e moradores das áreas do entorno dos dutos;
- Gestores do espaço municipal;
- Planejadores e executores do monitoramento do sistema de dutos.

É preciso ressaltar, também, a existência de uma infinidade de situações de natureza legal e jurídica que permeiam a interação entre estes agentes / atores. Dessa forma, encontramos proprietários legais de espaços impactados pelos dutos; arrendatários em áreas *non aedificandi*; pessoas que avançaram, em parte, sobre a faixa de domínio; famílias que adquiriram lotes no entorno das faixas antes de 1979 quando foram regulamentados o uso e a ocupação do solo em áreas urbanas (Lei 6766/19/12/79 sobre Parcelamento do Solo Urbano – Capítulo II, artigo 4).

Após longo diagnóstico, a empresa constatou que as questões pertinentes ao uso e ocupação do solo nas áreas onde passam as faixas de dutos e seu entorno demandavam tratamento multidisciplinar e desenvolvimento de ações pró-ativas e reativas. Como resposta a esta demanda, as áreas de Engenharia, Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS) e Comunicação da Petrobras e Transpetro definiram proposta de ação compartilhada para a gestão ambiental integrada dos espaços de influência dos dutos.

Embora o modal dutoviário seja a opção mais segura para o transporte de petróleo e derivados, a rede de dutos requer monitoramento e gestão permanentes do uso e ocupação do solo no seu entorno. Esses cuidados, porém, não dependem unicamente da empresa ou não devem ser tomados apenas por ela: neste processo, é essencial a participação protagônica das próprias comunidades.

O estreitamento das relações com as comunidades do entorno das faixas de dutos, em todo o Brasil, constitui-se, portanto, em uma das estratégias principais que complementam as ações de engenharia, de introdução de novas tecnologias e de revisão de procedimentos de manutenção e controle operacional da rede dutoviária.

Para atender a esta estratégia, foi desenhado um plano de relacionamento com as comunidades que se insere na política de responsabilidade social da Transpetro. Denominado de *Plano de Comunicação de Convivência e Co-Responsabilidade das Comunidades do Entorno das*

Faixas de Dutos, tem por objetivo estimular a participação ativa dos moradores na construção de um compromisso coletivo com a integridade das faixas e assumindo a co-responsabilidade nos seus cuidados. Em outras palavras, objetiva-se compartilhar as responsabilidades da segurança dos dutos com as comunidades de forma que cada morador se transforme em um guardião de seu meio ambiente, para que as faixas se mantenham desocupadas e limpas, participando, com a Transpetro, do processo de discussão dos usos permitidos para áreas desocupadas e orientando a vizinhança sobre a importância de uma convivência positiva com a rede.

Interlocução com as Comunidades

O Plano de Comunicação foi estruturado para intervir em todas as etapas do processo de gestão sócio-ambiental do uso, ocupação e monitoramento do solo nas faixas de domínio, áreas *non aedificandi* e áreas de vulnerabilidade, embasadas nas análises de riscos e estudos de sensibilidade executados pela ENGENHARIA da Petrobras. Fundamenta-se na Metodologia da Linguagem Total que prioriza os processos de comunicação direta baseados em pequenos grupos, intercâmbios, dinâmicas grupais, vivências, interação face a face, porém não descartam a utilização de recursos audiovisuais como instrumentos que potencializam a comunicação dialógica.

Ações Integradas nos Territórios do Entorno das Faixas de Dutos

As áreas de ENGENHARIA da Petrobras, de Oleodutos, Gasodutos, Suporte, Terminais Aquaviários e de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS) da Transpetro definem, tecnicamente, as ações necessárias para manter ou restabelecer as condições inerentes à função das faixas garantindo o desempenho adequado da manutenção e segurança dos dutos e acessórios.

Os espaços (variáveis de 5 a 20 metros de largura) sob as quais estão assentados os dutos são conhecidos como faixas de domínio sendo vedado, por força de lei, o uso e ocupação destas áreas. As áreas *non aedificandi*, nas zonas urbanas (faixa paralela, de 15 metros de cada lado da faixa de domínio), de acordo com a Lei Federal nº 6766/79 devem permanecer livres de ocupações por estruturas construídas.

Resumidamente, podemos elencar, abaixo, situações críticas de uso e ocupação do solo no entorno dos dutos, preferencialmente, em centros urbanos, periferias urbanas ou áreas semi-rurais:

- Passagens de pedestres;
- Acesso à entrada de residências;
- Residências em favelas;
- Extensões de fundos de quintais;
- Trânsito de veículos;
- Estacionamento de veículos.
- Campos de futebol.
- Depósito de lixo e entulhos;
- Comércio ambulante;
- Plantação de culturas temporárias;
- Depósito de material de construção;

NOTA: substituí “INDEVIDAS” por “CRÍTICAS”, pois algumas das modalidades de ocupação acima descritas não são indevidas, sendo inclusive previstas nas escrituras de servidão de passagem, tais como trânsito de veículos, culturas temporárias. Evidentemente, essas atividades podem ser desenvolvidas levando-se em conta critérios específicos. Dessa forma, caracterizo como “críticas” por exigirem “cuidados especiais”.

As áreas técnico-operacionais da Transpetro definiram as prioridades para o tratamento das diversas situações problematizadas a partir das seguintes estratégias:

- Liberação das áreas de domínio que apresentam ocupações e usos incompatíveis com a natureza e função da rede dutoviária;
- Recuperação física - ambiental das faixas de dutos nas áreas liberadas evitando-se novas invasões;
- Recuperação e aperfeiçoamento do sistema de sinalização dutoviária;
- Fiscalização e Manutenção sistemáticas das áreas preservadas no entorno dos dutos;
- Requalificação dos recursos humanos que trabalham nas faixas de dutos;
- Monitoramento das áreas *non aedificandi* nas quais as soluções definitivas dependem de decisões do poder público.

A área de comunicação se integra a estas estratégias por meio de ações sócio-educativas, segmentadas de acordo com o público-alvo e com a classificação tipológica do espaço.

Dois conceitos básicos foram levados em consideração na formulação das estratégias de comunicação:

- **Desocupar, ocupando**

Em relação à ocupação irregular das faixas de domínio, a Transpetro vem desenvolvendo um programa de comunicação junto às comunidades que atua em duas vertentes: Os ocupantes da faixa de domínio participam de encontros com a equipe local da Transpetro nos quais são discutidas questões sobre a função das faixas de dutos, os riscos inerentes, a legislação em vigor. Quanto aos demais moradores que não estão em situação irregular também recebem informações

e se integram ao Plano de Comunicação com o objetivo de conhecer os riscos a que estão expostos e os motivos da desocupação imediata dos ocupantes das faixas de domínio.

Daí nasce o conceito de “desocupar, ocupando” cujo escopo é implementar um programa de segurança visando a integridade das instalações (faixas, dutos e terminais). Trata-se de “ocupar” as áreas liberadas por meio de um processo de abordagem comunitária em que a participação dos moradores nos cuidados de preservação das faixas seja estimulada evitando-se novas invasões. Ao mesmo tempo, as faixas de dutos, após a desocupação, recebem um tratamento físico-espacial que garanta a recuperação técnica e paisagística da área e o uso exclusivo para a operação dos dutos.

Neste contexto, profissionais das áreas de ENGENHARIA da Petrobras, de Oleodutos, Gasodutos, Suporte, Terminais Aquaviários e de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS) da Transpetro e da Comunicação promovem reuniões com os grupos de interesse para debater as demandas da comunidade em relação às obras de melhorias planejadas. Dentro das possibilidades técnicas e de segurança, após avaliação, a empresa poderá aprovar propostas de uso comunitário dos espaços das faixas de dutos, como por exemplo, hortas comunitárias, jardins, pistas de caminhadas, escadarias para pedestres, recuperação de acessos.

- **Ocupar para que não se ocupe**

Mesmo as faixas que, hoje se encontram livres e desimpedidas (sem nenhuma ocorrência irregular como construções, entulho, lixo doméstico ou plantações e árvores de raízes profundas, por exemplo) podem, a qualquer momento, tornarem-se áreas potenciais de invasões e de uso inadequado por parte da população. Cabe, portanto, desenvolver ações preventivas junto à comunidade do entorno para manter a integridade dos dutos e preservar a segurança das faixas e dos moradores, ou seja “ocupar”, hoje, estas áreas para evitar que sejam degradadas futuramente.

Agentes e Atores Sociais Envolvidos

A partir da definição das áreas prioritárias de intervenção, há um trabalho de aproximação com as comunidades para identificação dos grupos ou pessoas-chave das ações comunicativas, aí incluídas lideranças comunitárias formais e informais; lideranças técnicas; representantes das mídias locais e alternativas; técnicos das administrações públicas locais e de órgãos de meio ambiente, segurança, defesa civil; e grupos de maior vulnerabilidade sócio-espacial, em decorrência do uso e ocupação das faixas de dutos.

As Unidades de Negócio de Terminais e Dutos, distribuídas nas cinco malhas dutoviárias regionais colaboram com a operacionalização das ações comunicativas realizadas nas comunidades do entorno. Estão envolvidos no Plano de Comunicação os Gerentes Gerais, Gerentes das Áreas Técnicas, de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS), Comunicação Social, Coordenadores e Técnicos de Manutenção e Fiscalização de Dutos.

Três categorias de profissionais atuam diretamente no relacionamento com as comunidades do entorno sendo considerados os interlocutores principais da empresa junto à população local:

Técnicos de Dutos – Profissionais do Sistema Petrobras lotados nas Unidades de Negócios de Dutos e Terminais. Estes técnicos tomam conhecimento diariamente das ocorrências e

irregularidades existentes em seu trecho de faixas e, quando necessário, realizam contatos e visitas a organizações locais, prefeituras, residências, a fim de prestar esclarecimentos e/ou identificar situações relacionadas ao uso e ocupação do solo nas faixas de dutos.

Assumem um papel central no processo de comunicação junto às comunidades, não apenas monitorando o trabalho de inspeção das faixas, mas, também, estabelecendo interação sistemática com os moradores, incentivando pessoas e grupos, organizações em torno de uma cultura de co-responsabilidade e convivência com a malha dutoviária.

Inspectores de Faixa - Prestadores de serviço de inspeção e manutenção das faixas de dutos. Atualmente, a empresa dispõe de uma rede de aproximadamente 250 Inspectores de Faixa distribuídos nas cinco malhas regionais dutoviárias. Nas suas atribuições cotidianas, os Inspectores de Faixa, caminham a pé ou de carro, motocicleta ou barco, verificando além da ocorrência de invasões, as condições físicas de acesso às faixas, a existência de obras de terceiros na faixa de domínio e suas proximidades que possa provocar danos aos dutos, a verificação do estado de conservação das placas de sinalização, a utilização da faixa para plantio, etc. Os inspetores são, portanto, o elo de ligação entre as comunidades e as Unidades de Negócio da Transpetro, interagindo cotidianamente com a comunidade local. Para dar maior visibilidade e credibilidade ao seu papel, os Inspectores de Faixa receberam capacitação em técnicas de comunicação interpessoal e novos conhecimentos técnicos sobre os dutos para melhorar o diálogo com os moradores. Um novo modelo de uniforme foi desenhado ampliando a identificação dos Inspectores e da empresa junto à comunidade.

Seu papel no Plano de Comunicação é contribuir na mobilização dos moradores para a convivência e co-responsabilidade por meio de ação dialógica. Para potencializar o diálogo dando-lhe um caráter educativo-transformador, os Inspectores de Faixa receberam novos instrumentos de comunicação que os qualifica como agentes de transformação social.

Comunicadores – Profissionais contratados especializados em comunicação comunitária (cerca de 45 pessoas) que exercem o papel de facilitadores no processo de relacionamento com o público.

As equipes locais de comunicação foram capacitadas para ampliar sua capacidade de escuta e valorização das falas e demais expressões individuais e coletivas que surgem durante o desenvolvimento das abordagens comunitárias. Além disso, sua atuação deve estar voltada para sensibilizar e provocar reflexão dos moradores mais do que, simplesmente, informar. Nas ações comunicativas realizadas, a informação é utilizada como apoio. É a partir do conhecimento da própria comunidade que se consolida o processo de reflexão que leva os moradores a conhecer, compreender e debater as questões sobre a segurança das faixas, medidas de prevenção de riscos, direitos e deveres em relação ao uso e ocupação do solo nas faixas. Cabe à equipe de comunicadores da empresa promover e fomentar a participação dos moradores em encontros, debates e outros eventos de natureza informativa-educativa mantendo desobstruídos os canais de comunicação entre a empresa e a população.

Interação Empresa – Comunidade: os desafios da gestão ambiental participativa

Trata-se de ampliar esta mudança cultural interna onde a cidadania, a convivência e a co-gestão, entre a empresa e a comunidade, agregam gradativamente, novos valores e práticas pautadas na responsabilidade social. O respeito ao direito de informação das comunidades impactadas pelas

operações da empresa constitui-se em um primeiro exercício das ações de relacionamento junto aos seus vizinhos.

A premissa de que a segurança e integridade dos dutos podem ser ampliadas e os riscos minimizados com a participação ativa dos moradores do entorno está sendo incorporada, pouco a pouco, tanto pelas comunidades quanto pela empresa. Os resultados iniciais demonstram que a interação, a cooperação, a troca de experiências e decisões compartilhadas com as comunidades podem ser compatíveis com os processos produtivos e tornar-se fator estratégico para o alcance do sucesso da empresa.

Nestes novos tempos em que rentabilidades social e ambiental, integradas à dimensão econômica são exigências do atual cenário empresarial, a Transpetro entendeu que as faixas de dutos são espaços de inter-relação entre vários agentes e atores sociais nos quais se inserem interesses do negócio e interesses comunitários. Perseguir objetivos comuns a partir destes interesses, discutir os limites entre o público e o privado e criar articulações direcionadas ao bem estar coletivo é um caminho viável para o desenvolvimento local.

O Plano de Comunicação de Convivência e Co-responsabilidade está dando seus passos iniciais, porém muitas atividades já foram realizadas com o intuito de conhecer a realidade das comunidades envolvidas em todo o Brasil. A seleção de áreas prioritárias, o reconhecimento dos trechos de faixa nestas áreas, o estudo das condições sócio-econômicas, culturais e ambientais foram etapas já cumpridas pelas equipes de comunicação, com apoio do corpo técnico das Unidades de Negócio de Dutos e Terminais. Na etapa subsequente, estamos implementando intervenções informativo-educativas visando estimular a participação das comunidades no processo de gestão compartilhada dos cuidados com a integridade e preservação das malhas dutoviárias.

QUADRO RESUMO DAS AÇÕES JÁ DESENVOLVIDAS

Número de localidades estudadas	243
Número de pessoas entrevistadas	2.855
Número de participantes em grupos de discussão	1.554
Número de lideranças contatadas	665
Número de organizações contatadas	554
Número de representantes do poder público contatados	231
Número de participantes em intervenções educativas	2.611

Referências Bibliográficas:

Barreiro, Júlio – Educação Popular e Conscientização, Porto Alegre, Sulina, 2000.

Gutiérrez, Pérez Francisco – Linguagem total: uma pedagogia dos meios de comunicação [tradução de Waldimir Soares; Direção da edição de Fanny Abramovich] – São Paulo: Summus, 1978.

Silveira, Caio Marcio; Reis, Liliane da Costa – Inn Desenvolvimento Local - Dinâmicas e Estratégias – Publicação do projeto de apoio à Rede Dlis – www.rededlis.org.br.

Pereira, William César Castilho – Nas trilhas do trabalho comunitário e social: teoria, método e prática – Belo Horizonte: Vozes; PUC Minas, 2001.

Henriques, Márcio Simeone – (org.) Comunicação e Estratégias de Mobilização Social – Belo Horizonte: Gênesis – Fundação Educacional e Cultural; Minas, 2002.

Documentos e Publicações:

Relatório Anual 2001 – Transpetro.

Relatório Anual 2002 – Transpetro.

Sistema de Gestão Integrada de Segurança, Meio Ambiente e Saúde – Unidade de Negócios de Dutos e Terminais do Sudeste.

Folder Institucional da Transpetro – 2000.

Documento Base do Plano de comunicação de Convivência e Co-Responsabilidade das Comunidades do Entorno das Faixas, 2002, Comunicarte - Agência de Responsabilidade Social.

Anexo D: “Plano de Comunicação de Convivência e Co-Responsabilidade das Comunidades do Entorno das Faixas de Dutos”, enviado à ABERJE em 2002

Plano de Comunicação de Convivência e Co-Responsabilidade das Comunidades do Entorno das Faixas de Dutos

Introdução

Em 2001, a Petrobras implantou o *Programa de Excelência em Gestão Ambiental e Segurança Operacional (PEGASO 3D)*, visando redefinir os padrões adotados em suas operações nas dimensões física, humana e operacional. A Transpetro, uma de suas subsidiárias, administra uma malha de dutos estimada em cerca de 10.000 Km, distribuída de Norte a Sul do País. A fim de adaptar-se ao Programa, a Transpetro estabeleceu novos procedimentos técnicos e implantou programas preventivos e corretivos da integridade dos dutos, respeitando o meio ambiente e as comunidades do seu entorno. Criou-se, então, um programa de gestão integrada no qual ações de engenharia, segurança, meio ambiente, saúde e comunicação são implementadas respeitando-se as peculiaridades de cada área em que se localizam os dutos e terminais.

Neste contexto, criou-se o *Plano de Comunicação de Convivência e Co-Responsabilidade das Comunidades do Entorno das Faixas de Dutos*, que se insere na política de responsabilidade social do sistema Petrobras. Seu objetivo é estimular a participação ativa dos moradores em um compromisso coletivo com a integridade das faixas e assumindo a co-responsabilidade nos seus cuidados. Em outras palavras, objetiva-se compartilhar as responsabilidades da segurança dos dutos com as comunidades, de forma que cada morador se transforme em um guardião de seu meio ambiente, contribuindo para que as faixas se mantenham desocupadas e participando do processo de discussão dos usos permitidos para áreas desocupadas e orientando a vizinhança sobre a importância de uma convivência positiva com a rede.

Estratégias de Comunicação

Este Plano baseia-se na Metodologia da Linguagem Total que prioriza os processos de comunicação direta baseados em pequenos grupos, intercâmbios, dinâmicas grupais, vivências e interação face-a-face, incluindo ainda o uso de recursos audiovisuais como instrumentos que potencializam a comunicação dialógica. Não basta difundir mensagens junto aos meios de comunicação tradicionais para obter apoio e adesão das comunidades. É preciso gerar e manter vínculos entre os diferentes atores sociais, compartilhando sentidos, valores e conhecimentos sobre a realidade local. A abordagem metodológica preconiza três diretrizes operacionais para a ação comunicativa: *criar conhecimentos, desenvolver atitudes, gerar novas práticas*. É por meio da reflexão coletiva que os moradores serão capazes de conhecer, compreender e debater as questões de segurança nas faixas, as medidas de proteção (evitar a degradação dos espaços de dutos), normas de uso e ocupação do solo nas faixas. Após esta etapa, os moradores poderão se posicionar e agir objetivamente em função de seus interesses e preocupações comuns. Dois conceitos básicos permeiam a formulação das estratégias de comunicação:

Desocupar, ocupando: Os ocupantes da faixa de domínio (de uso restrito para fins públicos) participam de reuniões em que são discutidas questões sobre a função das faixas de dutos, os riscos inerentes e a legislação em vigor. Para potencializar a compreensão das pessoas sobre a impossibilidade de permanência no local são realizadas visitas para orientação, em que são analisadas as expectativas de cada família em relação à desocupação. A empresa optou por manter negociações caso a caso, para chegar a soluções mutuamente satisfatórias, mesmo tendo amparo da lei – que proíbe ocupações nas faixas. Os moradores que ocupam (irregularmente) a faixa recebem uma cartilha sobre o processo de desocupação. Os moradores do entorno que não estão em situação irregular também são envolvidos, com o objetivo de conhecer os riscos a que estão expostos e os motivos da desocupação das faixas de domínio.

Este é o conceito de *desocupar, ocupando*: trata-se de *ocupar* as áreas liberadas por meio de um processo de mobilização em que a participação dos moradores nos cuidados de preservação das faixas seja estimulada, evitando-se novas invasões. Ao mesmo tempo, as faixas de dutos desocupadas recebem um tratamento que garanta a recuperação técnica e paisagística da área e uso exclusivo para operação dos dutos. Segundo as possibilidades técnicas e de segurança, pode-se aprovar propostas de uso comunitário das faixas de dutos, incluindo hortas comunitárias, jardins, escadarias para pedestres e recuperação de acessos.

Ocupar para que não se ocupe: Mesmo as faixas livres e desimpedidas podem, a qualquer momento, tornar-se áreas potenciais de invasões e uso indevido. Nas áreas de faixas com estas características são desenvolvidas ações preventivas junto à comunidade do entorno visando manter a integridade dos dutos e preservar a segurança das faixas e dos moradores, ou seja *ocupar* hoje estas áreas para evitar que sejam degradadas futuramente.

Planejamento da Ação Comunicativa

O dia-a-dia das comunidades fornece o material necessário para o desenvolvimento de ações comunicativas e educativas. Escutar a comunidade, estimular sua criatividade, aproveitar suas idéias, sugestões e soluções fazem parte do rol de estratégias para alcançar a adesão dos moradores aos fundamentos de convivência e co-responsabilidade. No desenho do plano, foram contempladas estratégias de participação direta dos moradores ou por meio dos líderes formais e informais. O conceito de co-responsabilidade exige uma nova maneira de relacionamento: sem imposições de verdades absolutas, respeitando-se a história de vida dos moradores, seus valores, conhecimentos e aspirações. A primeira etapa consistiu no diagnóstico das áreas tipificadas segundo as análises de risco e estudos de sensibilidade realizados pela Empresa. Para definir estratégias, foi preciso conhecer as distintas realidades socioeconômicas e culturais, além das formas de uso e ocupação das áreas *non aedificandi* pela comunidade local. A partir da áreas prioritárias, fez-se o trabalho de aproximação com as comunidades, identificando-se pessoas-chave da ação comunicativa, incluídos os líderes formais e informais; representantes das mídias locais e alternativas; técnicos das administrações públicas locais e de órgãos de meio ambiente, segurança, defesa civil; e grupos de maior vulnerabilidade, em decorrência do uso e ocupação das faixas de dutos. Na execução do Plano de Comunicação, três categorias atuam diretamente no relacionamento com as comunidades, sendo interlocutores da empresa:

Técnicos de Dutos – Verificam, diariamente, irregularidades nas faixas. Assumem papel central na comunicação, estabelecendo interação com os moradores, incentivando pessoas, grupos e instituições em torno da cultura de co-responsabilidade.

Inspetores de Faixa – Verificam, além da ocorrência de invasões, as condições físicas de acesso às faixas e o estado das placas de sinalização, uso da faixa para plantio, etc. Foram capacitados em técnicas de comunicação interpessoal e novos conhecimentos sobre dutos para melhorar o diálogo com os moradores, contribuindo na mobilização dos moradores para a convivência e co-responsabilidade por meio de ação dialógica. Constituem o elo de ligação entre as comunidades e a Transpetro. Para isso, desenvolveram-se as seguintes estratégias:

Mudança na identificação. Antes chamados *andarilhos*, passaram a ser identificados como Inspetores de Faixas. Havia insatisfação com a denominação anterior, vista como “alguém que caminha sem destino, sem objetivos”. A mudança elevou sua auto-estima.

Uniformização. Foram pesquisados elementos formadores da identidade visual, como uniformes, crachá de identificação e material informativo para distribuição. A idéia do uniforme foi demonstrar, por meio do vestuário, a filosofia e o ambiente de trabalho da empresa. A padronização visual contribuiu para ampliar o reconhecimento e credibilidade dos Inspetores junto à comunidade, sendo mais um fator de motivação desses profissionais.

Capacitação e instrumentalização. Para otimizar a comunicação interpessoal desses profissionais, realizaram-se 15 cursos para 255 Inspetores. Criou-se, ainda, uma cartilha sobre o conceito de co-responsabilidade, contendo informações básicas sobre faixas de dutos, cuidados necessários, riscos potenciais e números de telefones de emergência.

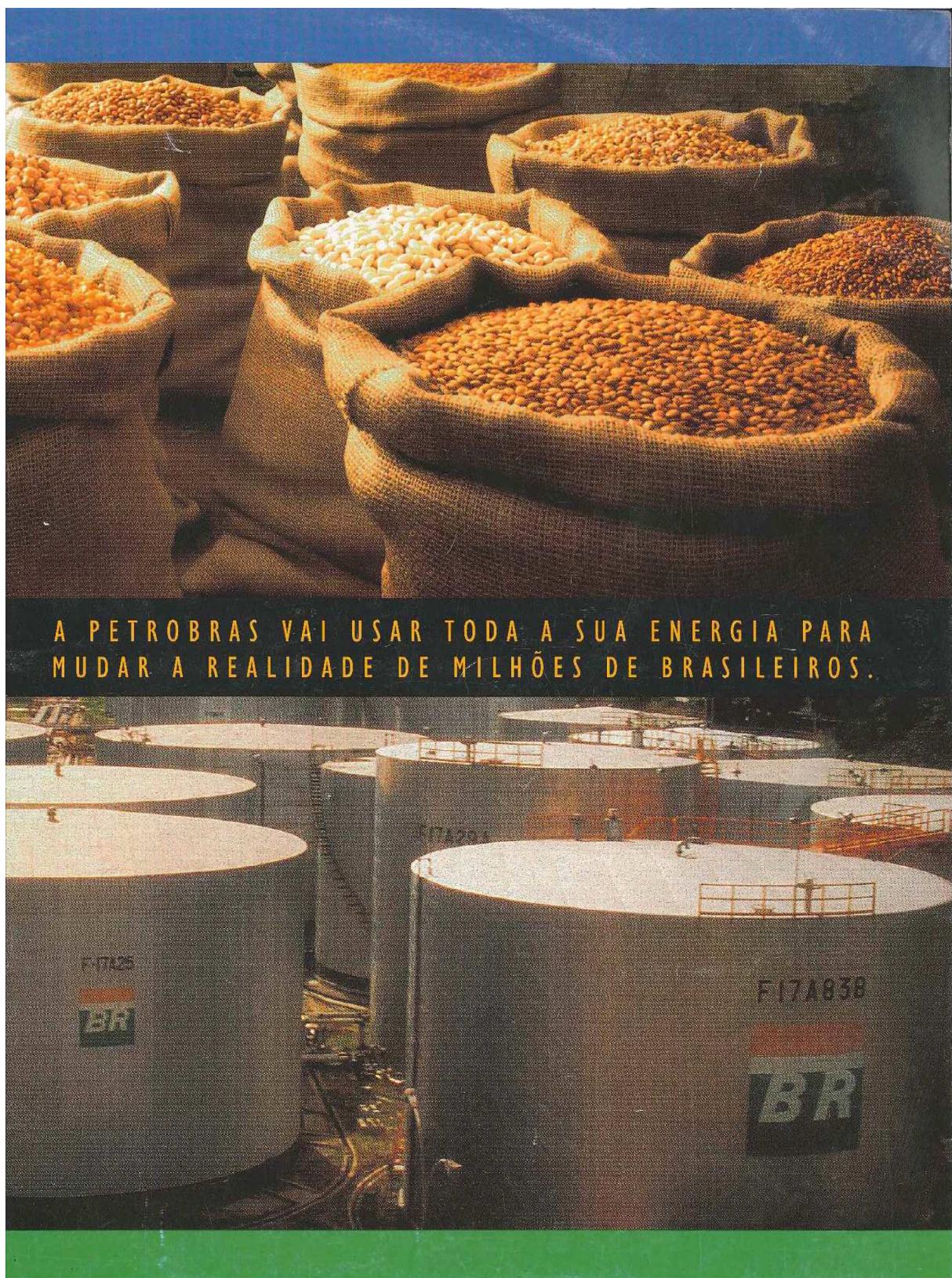
Comunicadores – São profissionais de comunicação voltados a facilitar o relacionamento, sensibilizando e provocando a reflexão dos moradores. Cabe a eles, fomentar a participação dos moradores em encontros, debates e outros eventos de natureza informativo-educativa mantendo desobstruídos os canais de comunicação entre a empresa e a população.

Resultados & Conclusões

Segundo a natureza do evento (reuniões, discussões em grupo, encontros com líderes, campanhas, palestras, etc.), a equipe utiliza peças do *Kit Comunidade*, composto por cartazes, folders, brindes, convite, banner, vídeo e painel pedagógico, acondicionados em pasta com a logomarca do Plano de Comunicação. Estes materiais, além de disponibilizar os números de telefones de emergência, levam ao conhecimento da população elementos básicos sobre os dutos e práticas de segurança. A criação das peças utilizou recursos de uma área ainda pouco conhecida: o design social, cujo fim é a incorporação de valores, atitudes e práticas para a transformação social. Cada peça foi criada a partir das necessidades dos grupos-alvo e de uma identidade visual base. Na elaboração de imagens e textos, buscou-se a solução adequada a cada projeto gráfico reforçando a mensagem e enaltecendo códigos e sentimentos.

A segurança das comunidades do entorno dos dutos e a preservação do meio ambiente local são prioridades para a Transpetro. Neste contexto, este Plano é uma ação estratégica. Ele respeita o direito das comunidades à informação e constitui importante ação de relacionamento com seus vizinhos. Os resultados revelam que a interação, cooperação, troca de experiências e decisões compartilhadas podem ser compatíveis com os processos produtivos. A implantação do Plano iniciou-se em 2002, sendo elevados o interesse e motivação das comunidades. Cerca de 200 municípios foram visitados, registrando-se 166 entrevistas com representantes do Poder Público; 70 reuniões de parcerias com Prefeituras; 535 líderes comunitários sensibilizadas. No Paraná, estão sendo construídas hortas comunitárias junto às faixas com gerenciamento dos moradores. Intervenções educativas em escolas públicas próximas às faixas estão sendo realizadas como parte dos conteúdos de meio ambiente em Goiânia.

Anexo E: “Programa Petrobras Fome Zero Desenvolvimento com Cidadania. Petrobras”



O Programa Fome Zero, lançado pelo governo federal, é um abrangente conjunto de ações articuladas que visam combater a exclusão social.

O foco do programa prevê a implementação de iniciativas emergenciais que contribuam para a erradicação da miséria no país e, também, de políticas estruturais, específicas e locais em benefício de comunidades em situação de risco.

O objetivo é criar as condições necessárias para que as famílias possam garantir o acesso a uma alimentação adequada, à saúde, à educação e à renda.

Entre as medidas do Programa Fome Zero destacam-se:

a) Políticas Estruturais:

- Geração de Emprego e Renda
- Intensificação da Reforma Agrária
- Previdência Social Universal
- Bolsa-Escola e Renda Mínima
- Incentivo à Agricultura Familiar
- Segurança e Qualidade Alimentares

b) Políticas Específicas:

- Programa Cartão-Alimentação
- Ampliação do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)
- Doação de Cestas Básicas Emergenciais
- Combate à Desnutrição Materno-Infantil
- Manutenção de Estoques de Segurança
- Ampliação da Merenda Escolar
- Segurança e Qualidade dos Alimentos
- Educação para o Consumo e Educação Alimentar

c) Políticas Locais:

- Apoio à Agricultura Familiar
- Apoio à Produção para Consumo Próprio
- Agricultura Urbana
- Bancos de Alimentos



PROGRAMA PETROBRAS FOME ZERO DESENVOLVIMENTO COM CIDADANIA

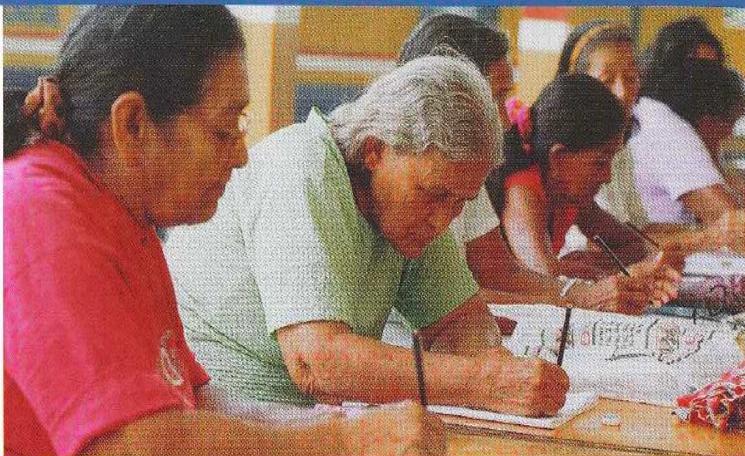


A Petrobras desenvolveu uma estratégia de atuação social voltada para o fortalecimento das políticas públicas de combate à miséria. O Programa Petrobras Fome Zero consolida a nova visão da companhia de colocar a sua tecnologia e força de trabalho à disposição do bem-estar da população. Os projetos sociais pretendem vencer o desafio de transformar a realidade das comunidades mais pobres do país, permitindo que elas possam se inserir com dignidade na sociedade brasileira. As principais ações terão enfoque na educação, geração de emprego e renda.

Esse é o caminho proposto pela Petrobras para combater a miséria no Brasil: desenvolvimento com cidadania.



MUDAR PELA CIDADANIA



PROGRAMA PETROBRAS FOME ZERO

I - VISÃO

Desenvolvimento com cidadania.

II - DIRETRIZES

Estimular o protagonismo social e a co-responsabilidade a fim de assegurar autonomia e sustentabilidade aos resultados de suas ações.

Realizar ações estratégicas, sistêmicas e multiinstitucionais, incentivando a participação dos diversos públicos da Petrobras no Programa Fome Zero.

Contribuir para a organização da sociedade civil, estabelecendo uma relação solidária e de respeito às suas diversidades.

Confirmar o compromisso histórico da Petrobras de participar dos grandes desafios nacionais.

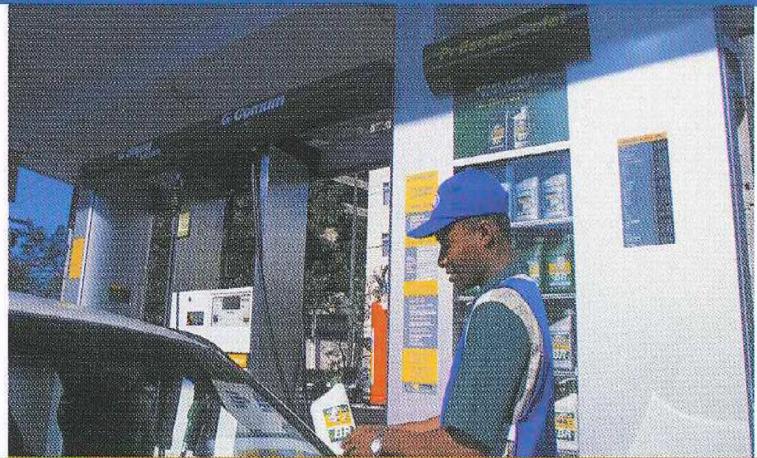
III - PROPOSTAS DE AÇÃO

A Petrobras participará das políticas estruturais e emergenciais do Programa Fome Zero.

A prioridade será somar-se às ações do governo e da sociedade organizada na luta pela inclusão social e erradicação da miséria no Brasil.

Nas políticas estruturais, predominarão ações educativas e de geração de emprego e renda. Elas serão convergentes e buscarão promover autonomia e sustentabilidade.

MUDAR PELO TRABALHO



IV - LINHAS DE ATUAÇÃO

- 1- Educação, qualificação profissional e emprego para jovens e adultos.
- 2- Geração de emprego e renda.
- 3- Garantia de direitos da criança e do adolescente.
- 4- Empreendimentos sociais.
- 5- Voluntariado.

V - INVESTIMENTO

R\$ 303 milhões até 2006.

VI - ALCANCE

Quatro milhões de pessoas em três anos e meio.

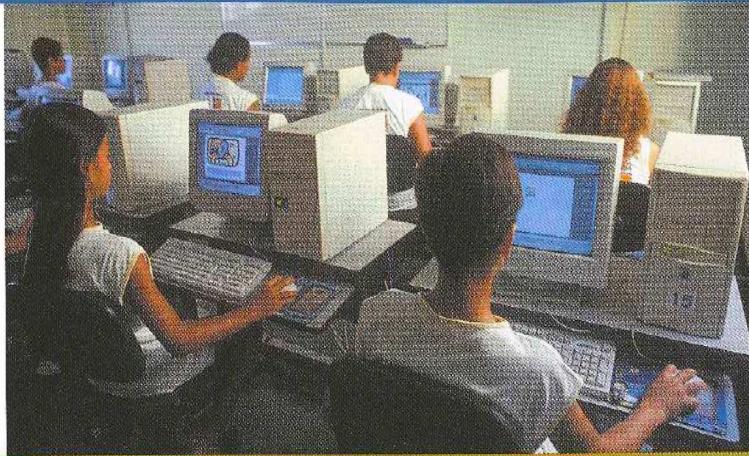
VII - IMPLEMENTAÇÃO

A estratégia do Programa Petrobras Fome Zero foi desenvolvida pela Comunicação Institucional e aprovada pela Diretoria da Empresa.

O Comitê de Gestão do Programa Petrobras Fome Zero é responsável pelo acompanhamento das ações.

Várias parcerias foram firmadas com ministérios, governos estaduais e municipais, autarquias, empresas públicas e privadas, Sistema S, entidades sindicais e outros setores organizados da sociedade civil.

MUDAR PELA EDUCAÇÃO



PROJETOS

I - Educação, Qualificação Profissional e Emprego para Jovens e Adultos

Projeto Posto-Escola

Projeto Cidadão Capaz

Projeto Jovem Aprendiz

Projeto Mova-Brasil

Projeto Telecentros de Inclusão Digital

Projeto Posto-Escola

A Petrobras, empresa que tem a maior rede de postos do país, vai implantar **23 Postos-Escola** até 2005. A iniciativa vai permitir que **6.800 pessoas** tenham a oportunidade de receber treinamento e formação profissional para atuarem como frentistas, promotores de venda e técnicos de lubrificação, no mercado de trabalho. O projeto busca incentivar o primeiro emprego.

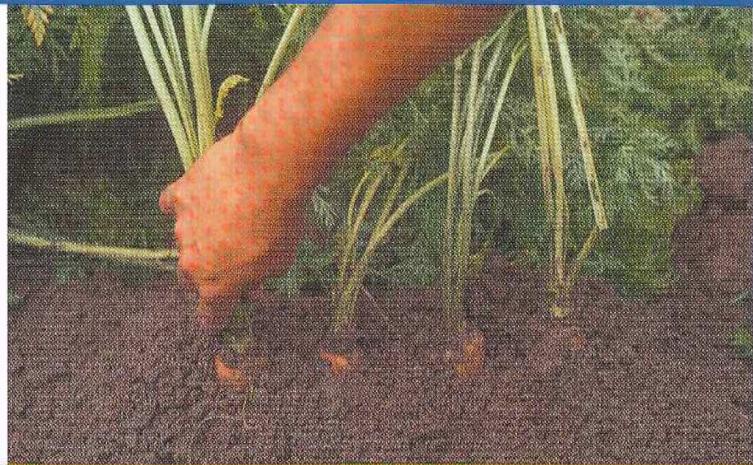
Projeto Cidadão Capaz

Treze postos Petrobras serão adaptados, até o final de 2003, para dar oportunidade de trabalho a **156 portadores de necessidades especiais**. A companhia quer estimular o desenvolvimento de ações voltadas para a inclusão social desses trabalhadores.

Projeto Jovem Aprendiz

A partir de parcerias firmadas com escolas técnicas, várias entidades serão capacitadas com o objetivo de ministrar cursos profissionalizantes a jovens de 15 a 18 anos incompletos. **Dezoito mil aprendizes** serão incluídos no sistema Petrobras, até o fim de 2006. O investimento no projeto será de **R\$ 37 milhões**. A empresa decidiu incluir o percentual máximo de jovens (15%) na qualificação profissional, previsto na Lei 10.097/Dez 2000.

MUDAR PELA PRODUÇÃO



Projeto Mova-Brasil

O projeto pretende capacitar **1.600 alfabetizadores e 160 coordenadores regionais** para, até 2006, alfabetizar **40 mil jovens e adultos** em parceria com o Instituto Paulo Freire e a Federação Única dos Petroleiros (FUP).

Projeto Telecentros de Inclusão Digital

A iniciativa prevê a doação de equipamentos de informática para escolas públicas e centros comunitários. Até 2006, **40 mil pessoas** serão beneficiadas.

2 - Geração de Emprego e Renda

Projeto Agricultura Familiar

Projeto Molhar a Terra

Projeto Agricultura Urbana

Projeto Fazendas Marinhas

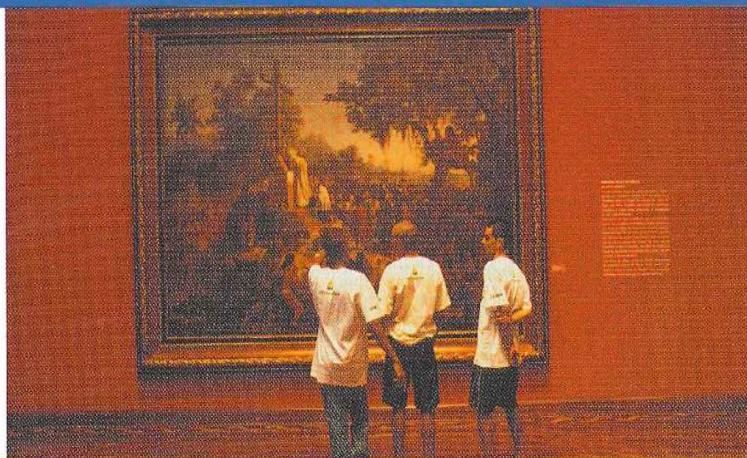
Projeto Pintando a Cidadania

Projeto Fomento ao Cooperativismo

Projeto Agricultura Familiar

Serão valorizadas as ações de estímulo à agricultura familiar, de desenvolvimento da produção, beneficiamento e comercialização de produtos. As iniciativas de apoio à produção local deverão contar com soluções tecnológicas que garantam o desenvolvimento sustentável. A previsão é beneficiar **10 mil pessoas** até 2006.

MUDAR PELO INCENTIVO



Projeto Molhar a Terra

O projeto vai disponibilizar água para uso humano, animal e agrícola no semi-árido. Com a reativação para bombeamento de água de poços inativos nessa região, a Petrobras pode prover as comunidades com água potável e para irrigação, encontrada em boa vazão, sobretudo na Bacia Potiguar (RN). A iniciativa permitirá o desenvolvimento da agricultura, além da geração de trabalho e renda para a população mais pobre. Para tornar viável o projeto, serão formadas parcerias com instituições, de forma a estimular o cooperativismo e facilitar a comercialização de produtos. Está previsto também o desenvolvimento de ações educativas, em parceria com as escolas públicas, e capacitação profissionalizante. Cerca de **27 mil pessoas** serão beneficiadas com as ações até o fim de 2006.

Projeto Agricultura Urbana

As áreas próximas às faixas de dutos da Transpetro serão usadas para a implementação de hortas comunitárias que vão garantir alimento e geração de renda para as populações que vivem no entorno, além de incentivar atividades empreendedoras comunitárias. Até 2006, serão implantadas **400 hortas** para atender aproximadamente **800 mil pessoas**.

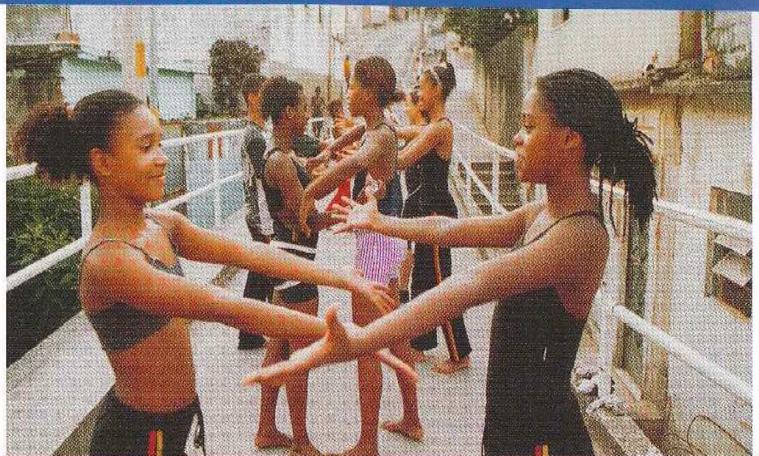
Projeto Fazendas Marinhas

O objetivo do projeto é implementar, modernizar e ampliar a aquicultura comunitária, bem como facilitar sua comercialização. Até 2006, serão implantadas **20 fazendas marinhas** para atender diretamente **2 mil pessoas**.

Projeto Pintando a Cidadania

O foco dessa ação é a criação de oficinas, em forma de cooperativa, para confecção de material esportivo e roupas. Uma parceria com o Banco do Brasil permitirá a compra dos produtos e sua distribuição para prefeituras e escolas públicas. Até o fim de 2004, vão ser criados **20 núcleos** com a participação de **7 mil pessoas**.

MUDAR PELA SOLIDARIEDADE



Projeto Fomento ao Cooperativismo

O projeto estimula a formação de cooperativas e iniciativas empreendedoras de produtos, bens e serviços, de acordo com as demandas do mercado local, além de contribuir para a comercialização dos produtos. Até 2006, serão implantadas **116 cooperativas** com a participação efetiva de **2 mil pessoas**.

3 - Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente

Projeto Fundo para Infância e Adolescência

Projeto Siga Bem Criança

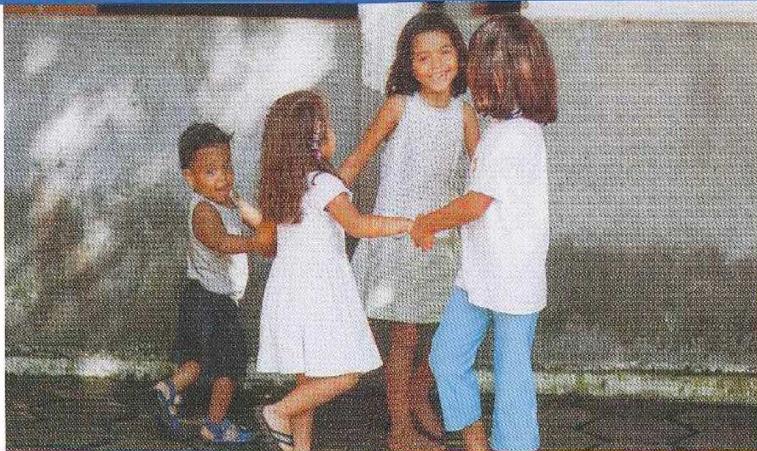
Projeto Fundo para Infância e Adolescência

Esse projeto será realizado em parceria com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). Ele disponibilizará recursos para políticas públicas voltadas a crianças, adolescentes e respectivas famílias atingidas pela fome e socialmente excluídas. A iniciativa possibilita o desenvolvimento social de crianças e adolescentes, garantindo o direito à educação e à convivência familiar e comunitária. A previsão é atender cerca de **60 mil crianças** até 2006, com um investimento estimado de **R\$ 40 milhões**, utilizando a dedução fiscal prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Projeto Siga Bem Criança

Trata-se de um trabalho de esclarecimento e sensibilização dos caminhoneiros para combater a prostituição e o trabalho infantil. Essa é a contribuição da Petrobras para acabar com as situações de abuso e risco a que estão submetidas milhares de crianças ao longo das rodovias brasileiras. Aproximadamente **6.500 crianças e adolescentes** serão beneficiados pelo projeto, até o fim de 2006.

MUDAR PELA PARTICIPAÇÃO



4 - Empreendimentos Sociais

Projeto Unidades de Negócio no Fome Zero

Projeto Cartão Fidelidade BR

Projeto Rede Petrobras de Responsabilidade Social

Projeto Brindes Sociais

Seleção Pública de Projetos

Projeto Unidades de Negócio no Fome Zero

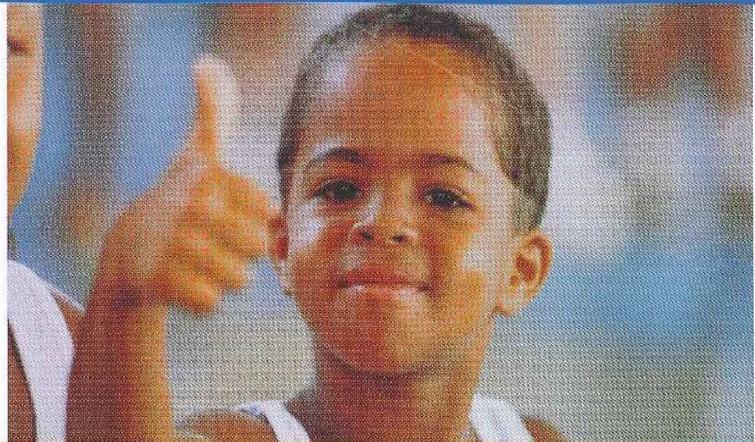
As Unidades de Negócio da Petrobras serão orientadas a participar ativamente das iniciativas ligadas ao Fome Zero por meio da implantação de projetos que proporcionem melhoria de vida para comunidades vizinhas às áreas industriais da companhia. As ações contemplarão cerca de **2,88 milhões de pessoas** até o fim de 2006.

Projeto Cartão Fidelidade BR

Os consumidores de produtos da Petrobras Distribuidora serão estimulados a contribuir para o Programa Fome Zero. Ao usufruir dos serviços dos postos Petrobras, os clientes poderão acumular pontos e trocá-los por produtos vendidos nesses locais ou doar o valor correspondente em dinheiro ao Programa.

A pontuação estará registrada em cartões que serão distribuídos para aproximadamente **500 mil usuários** dos postos. Os recursos obtidos com a doação dos pontos poderão beneficiar cerca de **7 mil pessoas**. Até o fim de 2006, o projeto estará implantado em **200 postos Petrobras** nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.

MUDAR PELA ATITUDE



Projeto Rede Petrobras de Responsabilidade Social

A companhia quer estabelecer novos padrões de relacionamento com clientes e fornecedores. Além de avaliar os indicadores de atuação social de seus parceiros, irá estimular seu envolvimento nos projetos selecionados pelo Programa Petrobras Fome Zero. **Cerca de 100 mil pessoas serão beneficiadas até 2006.**

Projeto Brindes Sociais

Os brindes promocionais da Petrobras serão adquiridos preferencialmente junto aos projetos sociais selecionados pela companhia, como forma de contribuir para a auto-sustentabilidade das comunidades atendidas. O objetivo é atingir cerca de **100 mil pessoas** até 2006.

Seleção Pública de Projetos

Um novo processo seletivo do Programa Petrobras Social será organizado pela companhia, para que os projetos estejam, a partir de agora, relacionados às diretrizes do Programa Fome Zero. Os projetos aprovados contemplarão cerca de **400 mil pessoas** até 2006.

5 - Voluntariado

Projeto Voluntariado Petrobras Fome Zero

O projeto está voltado para o combate à pobreza e à miséria. Suas ações estimulam a interação entre os participantes e reforçam os valores de solidariedade e responsabilidade social. Aproximadamente **80 mil pessoas** devem participar de atividades solidárias até 2006, numa parceria com várias instituições, representando diferentes setores da sociedade.

Para mais informações, acesse www.petrobras.com.br

O Programa Petrobras Fome Zero já conta com os seguintes parceiros:

- Articulação do Semi-Árido (ASA)
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)
- Federação Única dos Petroleiros (FUP)
- Ministério do Esporte
- Instituto Ethos de Responsabilidade Social
- COEP
- Frente Parlamentar dos Direitos da Criança e do Adolescente
- Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI)
- Ministério da Assistência e Promoção Social
- Banco do Nordeste
- Serviço Geológico do Brasil (CPRM)
- Ministério de Minas e Energia
- Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRAS)
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA)
- Secretaria Especial dos Direitos Humanos
- Instituto Paulo Freire
- Projeto Dom Hélder Câmara
- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)
- Coordenação de Programas de Pós-Graduação de Engenharia (COPPE/UFRJ)
- Fundação Pró-Tamar



PETROBRAS

Ministério de
Minas e Energia

